



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

DIVAL VIEIRA DE ARAÚJO NETO

MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 NA
AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL: O caso dos imigrantes indígenas
Warao na cidade de Rio Branco (AC)

Rio Branco – AC

2023

DIVAL VIEIRA DE ARAÚJO NETO

**MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 NA
AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL: O caso dos imigrantes indígenas Warao na cidade de
Rio Branco (AC)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Alves

Rio Branco – AC

2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

A663m Araújo Neto, Dival Vieira, 1997 -
Migração venezuelana em tempos de pandemia de covid-19 na Amazônia
Sul Ocidental: o caso dos imigrantes indígenas Warao na cidade de Rio Branco
(AC) / Dival Vieira de Araújo Neto; Orientador: Dr. José Alves- 2023.
313 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-
Graduação, Mestrado em Geografia, Rio Branco, 2023.
Inclui referências bibliográficas.

1. Acre. 2. Corredor internacional. 3. Mobilidade espacial. I. Alves, José
(Orientador). II. Título.

CDD: 910

Bibliotecária: Nádia Batista Vieira CRB-11º/882

Dival Vieira de Araújo Neto

**MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 NA
AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL: O caso dos imigrantes indígenas Warao na cidade de
Rio Branco (AC)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre, pela seguinte banca examinadora:

.

Prof. Dr. José Alves

Orientador e Presidente da banca - PPGEU/Ufac

Profª Drª Maria de Jesus Moraes

Examinadora interna - PPGEU/Ufac

Prof. Dr. Daniel Belik

Examinador externo

Rio Branco (AC), 27 de março de 2023.

Dedico

À Deus e minha família, em especial, a minha mãe-avó Maria Tereza e minha mãe Eliane, pois elas têm sido as minhas principais motivadoras e parceiras nas trajetórias acadêmica e de vida. Amo vocês e meu muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho acadêmico foi compartilhada por vários familiares, profissionais e amigos, que em um emaranhado de vínculos e experiências riquíssimas me apoiaram nessa trajetória.

Portanto, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos às instituições e pessoas que colaboraram para mais esta etapa de minha trajetória acadêmica e profissional, consciente que este muito obrigado é pouco para expressar minha eterna gratidão.

Primeiramente a Deus, que me deu a vida e me concedeu a oportunidade de concluir uns dos sonhos que era ser mestre em Geografia e por me proteger nesse percurso de realizar o curso em um período pandêmico.

À minha família, em especial a minha mãe Eliane Martins, minha vó Tereza Araújo e Dival Araújo (in memoriam) que sempre desejaram o melhor para mim.

Ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, e a todos os professores e em especial aos que fui aluno nas disciplinas que ministraram, sendo eles: Maria de Jesus, Karina Furini, Lucilene Almeida, Carlos Estevão, Silvio Simione e José Alves.

Ao meu orientador, prof. Dr. José Alves, por me orientar em mais um degrau da vida acadêmica, deste a parceria na graduação e que continuou no Mestrado. Obrigado pela presente e atenciosa orientação, compartilhando conhecimento em todas as etapas da pesquisa.

A banca examinadora, composta pelos professores Maria de Jesus e Daniel Belik, obrigado pelas colaborações na qualificação e também na defesa.

Aos amigos Risley Raaykard, Matheus Freire e Kerlyane Araújo, pelo apoio e torcida nessa trajetória.

Aos amigos da graduação, que hoje são amigos para a vida: Isaias Durans, Juliana Santiago, Lucas Prado, Lucas Mendonça, Leonardo Silva e Erikis Fernando.

Aos amigos de Pastoral do Migrante/AC, em especial: Anibal Brasil, Neuza Neta, Alcineia Galdino, diácono Francisco Alves, Silvia Aleticia, Shirley Nogueira e Moacir Mendes.

A Ivanilda Torres e demais colaboradores do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

As colegas do curso de mestrado Karolayne Almeida e Eliana Alves, pela amizade construída e pela torcida nesse percurso do mestrado.

A Capes pelo apoio e financiamento da pesquisa no último ano de Mestrado.

A Camila Amarães e sua família, pelo apoio.

Ao amigo Wilson Guilherme, pela amizade e parceira acadêmica.

As mães do coração, Maria da Luz França Maia e Aurinete Brasil que ganhei no processo de vida academia e na luta pelas questões migratórias. Obrigado pela torcida, apoio e carinho, pois sempre que precisei vocês foram meu suporte profissional e de vida.

Aos amigos da fronteira, que diferente dos âmbitos políticos, não existem delimitações em nossas amizades, mas a união em prol da causa migratória, por isso destaco: Omar Vargas, Junior e Marilene, pelo apoio e acolhimento que quando precisei e solicitei, vocês me ajudaram. Meu muito obrigado!

Aos migrantes e demais entrevistados que tive contato, obrigado pela compartilhamento de experiências de vida. Minha eterna gratidão, pois vocês estarão sempre em minhas orações.

“Estamos todos no mesmo barco e somos chamados a empenhar-nos para que não existam mais muros que nos separam, nem existam mais os outros, mas só um nós, do tamanho da humanidade inteira”. Papa Francisco, 2021.

RESUMO

Desde a colonização da atual Venezuela, os indígenas do povo Warao sofrem com as interferências externas em seus territórios originários, em especial a partir da segunda metade do século XX com as intervenções ligadas aos modelos de governos como pacto Punto Fijo e o chavismo que os forçam a migrar para os núcleos urbanos. Já no século XXI, com o agravamento das crises política, socioeconômica e humanitária do país, realizam a mobilidade transfronteiriça para o Brasil. Diante disso, a presente dissertação tem como objetivo abordar a dinâmica migratória internacional de venezuelanos indígenas Warao para o Brasil, tendo como recorte a região da Amazônia Sul-ocidental brasileira, especificamente à cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, no qual, chegam poucos meses antes da pandemia da Covid-19, e fixados na cidade de Rio Branco, receberam apoio de instituições da sociedade civil e governamental. A metodologia da pesquisa se fundamentou na perspectiva crítica da Geografia do Trabalho, possuindo uma abordagem qualitativa e os procedimentos de investigação incorporam a pesquisa bibliográfica, documental de instituições públicas e da sociedade civil, bem como, o recorte teórico destacamos autores que discutem a mobilidade humana no espaço geográfico, como Gaudemar (1977), Becker (1997), Singer (1998), Alves (2014), Thomaz Jr (2005/2018), Moreira e Borba (2021), além de leituras de diversos autores que pesquisaram os venezuelanos, em especial os Waraos, no Brasil e na Venezuela. Outra atividade realizada foram os trabalhos de campo nas cidades de Assis Brasil, Brasileia, Etipaciolândia e na capital Rio Branco para as entrevistas e o mapeamento das rotas dos migrantes, através do *Software Qgis*. As entrevistas ocorreram com os imigrantes venezuelanos Waraos e não-indígenas, além de servidores de instituições governamentais e da sociedade civil. Portanto, esta pesquisa trouxe reflexões a respeito das mobilidades espaciais e os condicionamentos históricos, econômicos e sociais do fenômeno Warao para Brasil e ao estado do Acre, para situar trabalhadores imigrantes, sobretudo de venezuelanos indígenas e especialmente de venezuelanos não-indígenas na Amazônia Sul-ocidental, o que permitiu refletir as repercussões gerais na região, desde as rotas utilizadas, as estratégias de (r)existência e as políticas executadas pelo estado e redes de apoio aos imigrantes. Com a pandemia da Covid-19, o governo estadual acolhe os venezuelanos, após pressão institucional de entidades públicas e da sociedade civil. Todavia, não muda a realidade dessas famílias, pois mesmo em acolhimento em abrigos provisórios, continuavam a realizar a coleta na capital, além de se deslocarem pelo estado do Acre e os demais estados do Brasil.

Palavras-Chave: Acre. Corredor internacional. Mobilidade espacial. Imigrantes venezuelanos. Warao.

RESUMEN

Desde la colonización de la actual Venezuela, el pueblo indígena Warao ha sufrido injerencias externas en sus territorios de origen, especialmente desde la segunda mitad del siglo XX con intervenciones vinculadas a modelos de gobierno como el pacto de Punto Fijo y el chavismo que los obligan a migrar a los centros urbanos. En el siglo XXI, con el recrudecimiento de la crisis política, socioeconómica y humanitaria del país, realizaron movilidad transfronteriza hacia Brasil. En vista de ello, la presente disertación tiene como objetivo abordar la dinámica migratoria internacional de los indígenas warao venezolanos hacia Brasil, teniendo como foco la región de la Amazonía Sudoccidental brasileña, específicamente la ciudad de Rio Branco, capital del Estado de Acre, en el cual, llegados unos meses antes de la pandemia de la Covid-19, y radicados en la ciudad de Rio Branco, recibieron apoyo de instituciones y del gobierno. La metodología de investigación se basó en la perspectiva crítica de la Geografía del Trabajo, teniendo un enfoque cualitativo y los procedimientos de investigación incorporan investigación bibliográfica, investigación documental de instituciones públicas y de la sociedad civil, así como, el enfoque teórico, destacamos autores que abordan la movilidad humana en el espacio geográfico, como Gaudemar (1977), Becker (1997), Singer (1998), Alves (2014), Thomaz Jr (2005/2018), Moreira e Borba (2021), además de lecturas de varios autores que han investigado a los venezolanos, especialmente a los waraos, en Brasil y Venezuela. Otra actividad realizada fue trabajo de campo en las ciudades de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia y en la capital Rio Branco para entrevistas y mapeo de rutas de migrantes, a través del *Software Qgis*. Las entrevistas se realizaron con waraos e inmigrantes venezolanos no indígenas, así como con empleados de instituciones gubernamentales y de la sociedad civil. Por lo tanto, esta investigación trajo reflexiones sobre las movilidades espaciales y los condicionamientos históricos, económicos y sociales del fenómeno Warao a Brasil y al estado de Acre, para situar a los trabajadores inmigrantes, especialmente a los indígenas venezolanos y especialmente a los no indígenas venezolanos en la Amazonía Sur occidental, lo que permitió reflexionar sobre las repercusiones generales en la región, a partir de las rutas utilizadas, las estrategias de (r)existencia y las políticas implementadas por el estado y las redes de apoyo a los inmigrantes. Sin embargo, con la pandemia de la Covid-19, el gobierno estatal da la bienvenida a los venezolanos, tras la presión institucional, a las entidades públicas y a la sociedad civil. Sin embargo, no cambia la realidad de algunas familias, pues aún en albergues provisionales, continuaron realizando recolección y mendicidad en la capital, además de moverse por el estado de Acre, por Cruzeiro do Sul y por todo Brasil.

Palabras clave: Acre. Corredor internacional. Movilidad espacial. Inmigrantes venezolanos Warao.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Categorias correlatas do conceito “Migrações de Crise”.....	35
Quadro 02: Ordem cronológica das sanções dos Estados Unidos para a Venezuela.....	81
Quadro 03: Tipologias de migrantes.....	110
Quadro 04: Programas sociais do governo federal brasileiro e seus objetivos.....	129
Quadro 05: Classificação do estado do Acre interligado como corredor migratório internacional.....	147
Quadro 06: Data de fechamento das fronteiras e regramento para circulação nos países amazônicos fronteiriços.....	174
Quadro 07: Quantitativo de entrada de imigrantes acolhidos nos abrigos de Assis Brasil (AC).....	186
Quadro 08: Demais nacionalidades e suas respectivas respostas sobre último endereço e destinos.....	190
Quadro 09: Periodização da mobilidade humana internacional no estado do Acre de 2010 a 2022.....	197
Quadro 10: Fases do êxodo dos Warao na Venezuela.....	210
Quadro 11: Periodização da migração venezuelana para Roraima.....	229
Quadro 12: Ordem cronológica dos instrumentos jurídicos sobre os direitos indígenas na Venezuela.....	244
Quadro 13: Unidades de acolhimento indígenas para os Warao na Venezuela e no Brasil.....	262
Quadro 14: Quantidade de integrante por família Warao na cidade de Rio Branco (AC)....	268
Quadro 15: Data de chegada ao Brasil e ao estado do Acre informados pelos Warao.....	269
Quadro 16: Quantitativo de alunos Warao matriculados na Escola Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.....	272

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Dados sobre inflação anual na Venezuela no período de 2011 a 2021.....	70
Gráfico 02: Dados sobre inflação da Venezuela de 2017 a 2021.....	72
Gráfico 03: Evolução do Produto Interno Bruto da Venezuela entre 1999 e 2018 (%).....	73
Gráfico 04: Comparação do valor da renda do PIB per capita entre Haiti e Venezuela entre os anos de 2010 à 2021.....	76
Gráfico 05: Preços internacionais do barril do petróleo correspondente ao período histórico do Chavismo de 2000 até 2021.....	84
Gráfico 06: Solicitação de refúgio de 2011 a 2020 por países latino-americanos para o Brasil.....	116
Gráfico 07: Taxas médias anuais de crescimento do número de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, total e continentes – 2011 a 2021.....	119
Gráfico 08: Distribuição percentual dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro entre haitianos, venezuelanos e demais nacionalidade entre 2011 e 2020.....	120
Gráfico 09: Distribuição percentual dos imigrantes no mercado formal de trabalho por nível de instrução – Brasil 2011 e 2021.....	122
Gráfico 10: Brasil: Rendimento médio mensal expresso em reais (R\$) dos imigrantes no mercado de trabalho formal por continentes no período de 2011 a 2020.....	124
Gráfico 11: Número de famílias inscritas no CadÚnico com pelo menos um membro imigrante, segundo ano - Brasil, 2012 a 2021.....	130
Gráfico 12: Quantitativo de imigrantes inscritos no CadÚnico - Brasil, 2012 a 2021.....	131
Gráfico 13: Distribuição dos imigrantes inscritos no CadÚnico, segundo a situação nos programas sociais analisados - Brasil, 2012 a 2020.....	134
Gráfico 14: Migrantes haitianos, senegaleses, dominicanos e venezuelanos que deram entrada no Brasil, pelo estado do Acre, entre 2010 a Abril de 2022.....	144
Gráfico 15: Quantidade de vínculo empregatício por nacionalidade no Estado do Acre de 2010 a 2020.....	162
Gráfico 16: População indígena segundo os censos de 1873 até 2011 na Venezuela.....	215
Gráfico 17: Distribuição da população indígena divididas por zona rural e urbana por estado venezuelano, 2011.....	216
Gráfico 18: Quantitativo de Warao por local de Nascimento no período de setembro de 2020 à dezembro de 2022.....	268
Gráfico 19: Faixa etária entre Warao que estavam em Rio Branco, de setembro de 2020 à dezembro de 2022	271

Gráfico 20: Quantidade de Warao alfabetizados e não-alfabetizados na cidade de Rio de Branco.....	272
Gráfico 21: Quantitativos de Warao que responderam sobre religião na cidade de Rio Branco.....	276
Gráfico 22: Famílias Warao residentes na Cidade de Rio Branco entre dezembro de 2019 a julho de 2021.....	279
Gráfico 23: Quantitativo de indígenas Warao em Rio Branco de dezembro de 2019 a julho de 2021.....	279

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Taxas médias anuais de inflação na Venezuela por período de governo.....	69
Tabela 02: Venezuela: Inflação acumulada por setor de Bens e Serviços entre 2011 e 2021.....	71
Tabela 03: Ranking dos países membros da OPEP por reserva de petróleo.....	78
Tabela 04: Cidades venezuelanas presentes nos rankings das cidades mais violentas do mundo de 2013 a 2020.....	94
Tabela 05: Quantitativo de venezuelanos refugiados nos demais países latino-americanos e caribenhos.....	101
Tabela 06: Brasil: Número de imigrantes por sexo, 2011 – 2020.....	110
Tabela 07: Brasil: Quantitativo de imigrantes dos principais países solicitantes da condição de residente ou temporários, 2011 – 2020.....	111
Tabela 08: Número de imigrantes por sexo e razão de sexo, segundo principais países de nascimento solicitantes da condição de residente ou temporários no Brasil, 2011 – 2020.....	112
Tabela 09: Brasil: Número de filhos nascidos vivos de imigrantes por ano de nascimento, segundo principais países de nascimento da mãe, 2011 – 2019.....	113
Tabela 10: Número de solicitantes de refúgio e refugiados por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2010 e 2020.....	114
Tabela 11: Número de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos e demais países, por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2010 e 2020.....	115
Tabela 12: Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, por sexo, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil, 2011-2020.....	116
Tabela 13: Número de Carteiras de Trabalho emitidas para solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por sexo, segundo principais países, Brasil, 2011-2019.....	117
Tabela 14: Número de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por condição de ocupação e ano, segundo principais países, Brasil, 2011 e 2019.....	118
Tabela 15: Variação absoluta do emprego formal imigrante no grupo trabalhadores na produção de bens e serviços industriais e respectiva distribuição percentual, por total, haitianos e venezuelanos, segundo subgrupos ocupacionais e subsetores de atividades – Brasil 2019 e 2020.....	123
Tabela 16: Número absoluto e relativo de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho, por continentes, segundo classes de salários-mínimos em reais, -Brasil, 2020.....	125
Tabela 17: Rendimento médio (em Real) dos migrantes com vínculo formal de trabalho, segundo principais nacionalidades, Brasil, 2011 – 2020.....	125

Tabela 18: Número de imigrantes inscritos no CadÚnico, segundo principais países de nacionalidade - Brasil, 2012 a 2021.....	131
Tabela 19: Distribuição de imigrantes nos 5 estados com maior quantidade de cadastros no CadÚnico – Brasil, 2020.....	133
Tabela 20: Brasil: Distribuição de imigrantes em quatro em programas de transferência de renda efetivados no CadÚnico no ano de 2020.....	135
Tabela 21: Imigrantes beneficiários dos principais programas do CadÚnico no ano de 2020.....	135
Tabela 22: Quantitativo de imigrantes indígenas inscritos no CadÚnico por nacionalidade de 2012 a 2021.....	136
Tabela 23: Vínculos formais de imigrantes venezuelanos por setores da economia do estado do Acre no período de 2016 a 2020.....	163
Tabela 24: Quantitativo de vínculos formais de venezuelanos por cidade no estado do Acre no período de 2010 a 2020.....	163
Tabela 25: Presença indígena dividida por estado venezuelano, 2011.....	217
Tabela 26: Presença indígena nos 10 principais estados venezuelanos, 2011.....	218
Tabela 27: Os dez povos indígenas mais populosos da Venezuela, 2011.....	219
Tabela 28: Demais povos indígenas que possuíram registros no estado de Delta Amacuro, 2011.....	221
Tabela 29: Os 10 municípios venezuelanos com maiores porcentagens indígenas em sua população total.....	222
Tabela 30: Porcentagem de domicílios que possui somente moradores indígenas por estado na Venezuela.....	225
Tabela 31: População indígena com idade acima de 10 anos por condição de alfabetização...	227
Tabela 32: Famílias que receberam o benefício do Bolsa Família e o respectivo valor.....	283
Tabela 33: Profissões informadas pelos Warao no estado do Acre.....	288

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Preços internacionais do barril do petróleo correspondente ao período histórico do puntofijismo (1958 – 1999).....	57
Figura 02: Estrutura de setor e remuneração média do trabalho total em janeiro de 2020.....	74
Figura 03: Proporção de remuneração pagos em dólares no setor privado entre 2020 e 2021...	75
Figura 04: Participação das reservas mundiais de petróleo bruto por país integrante da OPEP.....	78
Figura 05: Principais motivações econômicas para emigração na Venezuela.....	93
Figura 06: Principais fatores da saída dos venezuelanos.....	94
Figura 07: Meios de transportes utilizados pelos venezuelanos para realizar a migração.....	103
Figura 08: Brasil: Distribuição percentual de imigrantes no mercado formal de trabalho por cor ou raça - 2011 a 2021.....	121
Figura 09: Cards de Comunicação da DPU em fevereiro de 2021.....	195
Figura 10: Periodização do processo de expropriação dos Warao em seu território de origem no século XX.....	204
Figura 11: Mapa dos projetos na Bacia do Delta Orinoco.....	206
Figura 12: Mapa de Localização da Região petrolífera na bacia do rio Orinoco.....	207
Figura 13: Mapa da distribuição e densidade da população indígena na Venezuela, 2011.....	217
Figura 14: Fluxograma de Atendimento aos indígenas Warao nos abrigos na cidade de Rio Branco (AC).....	258

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 01: Placa de anúncio de vendas de lanches de um imigrante venezuelano em Rio Branco (AC).....	168
Foto 02: Ponto de venda de lanches de um imigrante venezuelano <i>criollo</i>	169
Foto 03: Migrantes dialogando com voluntários da Pastoral do Migrante na Escola Edilza Maria Batista, na cidade de Assis Brasil	179
Foto 04: Imigrante haitiano jogando bola com criança imigrante venezuelana Escola Edilza Maria Batista, na cidade de Assis Brasil.....	180
Foto 05: Casa de Passagem Otonoel de Souza na cidade de Assis Brasil/AC.....	196
Foto 06: Primeiro local de residência dos Warao em Rio Branco/AC.....	255
Foto 07: Indígenas Warao abrigados em prédio abandonado em Rio Branco/AC.....	255
Foto 08: Os indígenas Warao na escola Campos Pereira no bairro Cidade do Povo.....	258
Foto 09: Warao na Chácara Aliança, na cidade de Rio Branco (AC), sendo atendidos pela Pastoral do Migrante.....	259
Foto 10: Mulher Warao fazendo sua refeição na Chácara Aliança.....	259
Foto 11: Residência alugada da única família Warao residente em Rio Branco (AC).....	260
Foto 12: Lider indígena Warao mostrando a placa de pedido de ajuda financeira na Chácara Aliança.....	286
Foto 13: Indígena Warao apresentando suas peças de artesanato.....	292
Foto 14: Artesanato produzido por indígena Warao.....	293
Foto 15: Indígena Warao (Primo do Warao 2) escrevendo em seu cartaz de pedido de ajuda financeira no Bairro Base.....	296

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização da presença de venezuelanos refugiados por país na América do Sul.....	97
Mapa 02: Mobilidade dos venezuelanos saindo do Peru para o Sul-andino.....	99
Mapa 03: Rota dos venezuelanos com destino os países da América do Norte.....	102
Mapa 04: Localização dos imigrantes por continente que ingressaram no Acre de 2010 a Abril de 2022.....	146
Mapa 05: Classificação do Estado do Acre como corredor migratório internacional.....	151
Mapa 06: Mobilidades de haitianos e senegaleses para o Brasil, com passagem pelo estado do Acre.....	154
Mapa 07: Rotas dos venezuelanos para chegar ao estado do Acre.....	156
Mapa 08: Quantidade de vínculos empregatícios de imigrantes por município no estado do Acre de 2010 à 2020.....	161
Mapa 09: Localização da Tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru.....	177
Mapa 10: Localização dos abrigos na cidade de Assis Brasil em 2020.....	179
Mapa 11: Últimos endereços e destinos informados pelos venezuelanos em Assis Brasil entre 2020 e 2021.....	189
Mapa 12: Últimos endereços e destinos informados pelos haitianos em Assis Brasil entre 2020 e 2021.....	190
Mapa 13: Localização da Mobilidade interna Warao na Venezuela.....	210
Mapa 14: Localização dos estados com maior presença dos Warao na Venezuela (2011)...	220
Mapa 15: Localização da Amazônia venezuelana.....	223
Mapa 16: Localização dos municípios do Estado de Delta Amacuro (VEN).....	224
Mapa 17: Diáspora Warao da Venezuela para a região nordeste brasileira.....	233
Mapa 18 : Distribuição espacial dos Warao no Brasil.....	234
Mapa 19: Rotas Warao com destino a Região Sudeste e Sul do Brasil.....	239
Mapa 20: Mobilidade espacial dos Warao de Tucupita (VEN) até Rio Branco (BRA).....	241
Mapa 21: Locais de Moradia dos Warao em Rio Branco (AC).....	281
Mapa 22: Fluxo Warao a partir do Estado do Acre.....	292

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Acre

ACNUR – Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AE – Auxílio Emergencial

ALBA – Aliança Bolivariana para as Américas

AM – Amazonas

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BOLPEBRA – Bolívia-Brasil-Peru

BPC – Benefício Prestação Continuada

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CRBV – Constituição da República Bolivariana da Venezuela

CRI – Centro de Referência dos Imigrantes

DPE/AC – Defensoria Pública do estado do Acre

DPU – Defensoria Pública da União

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MPAC – Ministério Público do estado do Acre

MPF/AC – Ministério Público Federal no estado de Roraima

MPF/RR – Ministério Público Federal no estado de Roraima

MVR – Movimento Quinta República

OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OVF – Observatorio Venezolano de Finanzas

PA – Pará

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PBF – Programa Bolsa Família

PDVSA – Petróleo da Venezuela S.A.

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Pastoral do Migrante

R4V – Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RO – Rondônia

RR – Roraima

SEASDHM – Secretaria de estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres

SUS – Sistema Único de Saúde

TSEE – Tarifa Social de Energia Elétrica

UFAC – Universidade Federal do Acre

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VEN – Venezuela

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1: MIGRAÇÃO E MOBILIDADE DO TRABALHO: REFLEXÕES TEÓRICO E CONCEITUAL.....	30
1.1 - Teorias sobre Migração.....	30
1.1.1 - Estudos neoclássicos.....	31
1.1.2 - Perspectiva Histórico-estrutural.....	33
1.1.3 – Neomarxismo.....	34
1.1.3.1 - Mobilidade do trabalho e a plasticidade do trabalho.....	37
1.1.3.2 - O trabalho ontológico: relação metabólica homem-natureza.....	39
1.2 - A historicidade do trabalho para os Warao.....	44
CAPÍTULO 2: DINÂMICA REGIONAL DA VENEZUELA EM CONTEXTO LATINO- AMERICANO E CARIBENHO.....	50
2.1 – A formação territorial da América Latina e Caribe.....	50
2.2 - Venezuela e o processo de resistência ao neoliberalismo.....	53
2.2.1 – Crise do petróleo venezuelano e as reformas estruturantes.....	56
2.2.2 – Hugo Chávez e o socialismo do século XXI.....	60
2.2.3 - Governo de Maduro: O Chavismo sem Chávez.....	65
2.3 – Colapso econômico e social: Do Socialismo do XXI a crise econômica contemporânea.....	69
2.3.1 – A conjuntura econômica da Venezuela durante o governo de Maduro.....	70
2.4 – O petróleo da periferia do capitalismo e as sanções aplicadas a Venezuela.....	77
2.4.1 – Dependência externa e as reservas petrolíferas dos países do Hemisfério Sul.....	77
CAPÍTULO 3: DINÂMICA MIGRATÓRIA DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL.....	87
3.1 - Venezuela e o contexto histórico de suas migrações.....	87
3.2 - Mobilidade venezuelana na América Latina e Caribe.....	96
3.3 – A mobilidade venezuelana para o Brasil.....	104
3.3.1 – Trabalho.....	117
3.3.2 - Acesso aos benefícios sociais.....	128

CAPÍTULO 4: O ESTADO DO ACRE COMO CORREDOR DE MIGRANTES INTERNACIONAIS.....	138
4.1 – O estado do Acre e a questão da migração.....	138
4.2 - Corredores migratórios: o Estado do Acre integrado a região Sul-Americana.....	146
4.3 - A inserção laboral dos imigrantes venezuelanos no Estado do Acre.....	159
4.4 - Barreira “invisível” em tempos de Covid-19: Fechamento da fronteira Brasil-Peru.....	174
 CAPÍTULO 5: OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS WARAO E SUA MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA PARA O BRASIL.....	200
5.1 - O processo de expropriação dos Warao dos territórios originários na Venezuela....	200
5.1.1 – Cronologia dos principais processos de desterritorialização Warao no século XX.....	202
5.1.2 - Mobilidade Warao para os centros urbanos venezuelanos.....	208
5.2 - Questão populacional indígena: os dados do Censo demográfico de 2011.....	214
5.3 - Mobilidade dos indígenas Warao em território brasileiro.....	228
 CAPÍTULO 6: MOBILIDADE WARAO NO ESTADO DO ACRE E AS ESTRATÉGIAS DE (R)EXISTÊNCIA NA CIDADE DE RIO BRANCO (AC).....	242
6.1 - Os direitos dos indígenas Warao no âmbito venezuelano e brasileiro.....	242
6.2 - Os locais de acolhimento na cidade de Rio Branco (AC).....	250
6.3 - Os indígenas Warao na Cidade de Rio Branco.....	267
6.3.1-Educação e Religião.....	271
6.4- Estratégias de (r)existência na cidade de Rio Branco (AC).....	275
6.4.1 - Benefícios sociais governamental	287
6.5 - Mobilidade espacial Warao como estratégia de (r)existência.....	288
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	297
REFERÊNCIAS.....	303

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado aborda a dinâmica migratória internacional de venezuelanos indígenas Warao para o Brasil, tendo como recorte a região da Amazônia Sul-ocidental brasileira, mais especificamente a cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre.

As mobilidades espaciais ao longo da formação humana foram essenciais para a constituição das sociedades, entretanto, essas migrações possuíam dinâmicas sociais diversas em cada período, sendo, desde a procura de recursos naturais para sua subsistência até chegar em período capitalista, no qual o êxodo rural ganhou força a partir da industrialização. Esse fenômeno consolidou as modernizações das cidades e com isso os movimentos populacionais se tornaram essenciais para concretizar tais transformações espaciais.

A partir do século XX, no qual essas transformações espaciais, em nível global, estiveram entrelaçadas com o momento econômico e geopolítico em que os países estavam passando, pois, as guerras trouxeram uma nova organização espacial mundial, sobretudo com a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, onde as nações do Norte Global como Estados Unidos e países do continente europeu conseguiram uma supremacia política, militar, econômica e monetária sobre os demais países do globo.

Com essa conjuntura as mobilidades humanas oriundas do hemisfério Sul estavam se movimentando com destino para esses países do hemisfério Norte, considerados o centro do capitalismo. Entretanto, existiram crises econômicas do século XX e XXI que afetaram essas nações e, conseqüentemente, afetaram os demais países que já estavam em crises de distintas características, desde a econômica, social, política até catástrofes ambientais.

Dessa forma, os países do centro do capitalismo executaram a implementação de duras políticas anti-migratórias para imigrantes oriundos principalmente dos países periféricos, e que, posteriormente, “optaram” em trilhar outros caminhos. Assim, a migração Sul-sul entra em contexto como destino, segundo pesquisas e relatórios das diversas instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e dentre outros.

Portanto, a partir das primeiras décadas do século XXI, países de economia consideradas emergentes ou em crescimento do hemisfério Sul como o Brasil, que era local receptor da migração Norte-Sul, se tornou palco da migração Sul-sul. Como o ocorrido entre os anos de 2010 a 2016 com a mobilidades de haitianos e senegaleses que vieram atraídos por conta do momento econômico que estava vivendo o país com investimentos públicos como o

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e os eventos de cunho internacional, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A região Norte foi e é uma das rotas e entrada para o Brasil dessa migração Sul-Sul desses trabalhadores, como o estado do Acre que se tornou um corredor internacional, a partir de 2010 até 2016, pois os destinos eram as regiões centro-sul, onde estavam acontecendo as obras e eventos esportivos. Após o término desse ciclo, essa mão-de-obra foi usada sobretudo na agricultura, construção civil e na agroindústria alimentícia.

E mesmo com a diminuição do quantitativo de haitianos se deslocando pelo Acre, a região Norte continua como porta de entrada, pois, coincide com a mobilidade de venezuelanos *criollos* e indígenas de diversas etnias, que por causa da grave crise em seu país, realizam movimentos transfronteiriços para o estado de Roraima, que faz fronteira geográfica com a Venezuela e foi foco de refugiados no Brasil.

Assim, simultaneamente, no ano de 2016 o estado do Acre começou a ter presença de migrantes venezuelanos não indígenas nos registros das instituições governamentais e, em 2019, foi registrado a presença de indígena, no caso do povo Warao. E, mesmo não sendo a principal porta de entrada desses imigrantes, o estado continua recebendo a mobilidades dessas pessoas, que ao passar dos anos está tendo um aumento significativo (ACRE, 2022).

Todavia, temos que ressaltar a posição geográfica do estado do Acre para o recebimento da mobilidade venezuelana no geral, pois, tem duas rotas principais: sendo a leste ou nacional, com movimento vindo de Roraima (rota que os Warao e não indígenas utilizam) e a oeste ou Norte-andina, oriundas da rota de Colômbia/Equador/Peru, que é a rota que os não-indígenas utilizam.

E por causa dessa mobilidade, considerada recente para o estado, principalmente a dos indígenas Warao, que chegam no final do segundo semestre de 2019, na cidade de Rio Branco, fazendo o pedido de ajuda financeira nas principais avenidas, fato que me motivou a realizar os seguintes questionamentos de pesquisa monográfica de conclusão de curso: Quem era esse grupo? Escolheram Rio Branco para local de residência temporária ou fixa? Como era a sua organização familiar e de trabalho? Como era a sua cultura? Como ocorreu o processo de imigração até a capital Rio Branco? Quais as rotas e os sujeitos envolvidos neste processo de imigração venezuelana?

Essas dúvidas/questões sucederam durante a graduação, e através do coletivo do grupo PET Geografia (Programa de Educação Tutorial) e da participação no Projeto de Pesquisa Internacional “Quem Está Construindo o Desenvolvimento Sustentável? Transformando Trabalho Exploratório em Corredores Migratórios no Sul”, da Universidade de Sthathclyde da

Escócia – Reino Unido em parceria com o curso de Geografia da Ufac foi que se materializou na monografia intitulada “O estado do Acre como corredor internacional de mobilidade humana: O caso dos Indígenas venezuelanos Warao na idade de Rio Branco”, apresentada em março de 2020, sob a orientação do professor Dr. José Alves.

Foi em março de 2020, mês da defesa de monografia, que a Organização Mundial da Saúde (OMS), decretou que o vírus SARCOVS-2 era o responsável pelo início da Pandemia da Covid-19, que alterou toda a dinâmica migratória dos Waraos, mas também dos (i)migrantes em geral, pois gerou incertezas como a possibilidade de contaminação, se iriam receber algum benefício governamental, como também se ficariam no Acre ou iriam para outros destinos.

Foi nesse contexto que os Warao ficaram sob acolhimento institucional do governo do estado do Acre, que criaram abrigos de forma emergencial, após pressão das instituições governamentais e da sociedade civil. Apesar disso, esses imigrantes continuaram se movendo pelo estado e também para outras unidades da federação brasileira. Além disso, são também os imigrantes que mais ficaram sobre o acolhimento governamental no estado do Acre, comparando com as mobilidades de haitianos e senegaleses de 2010 a 2016 e a partir de 2016, com os não-indígenas e também nos abrigos criados para os migrantes nesse período pandêmico.

Os Warao continuam as mobilidades espaciais pelo estado do Acre, através da cidade de Cruzeiro do Sul e pelos demais estados do território brasileiro, através das rodovias federais, além das estratégias para se manterem na cidade de Rio Branco, onde estavam nas ruas e avenidas pedindo ajuda para sobreviverem com suas famílias. Todo esse movimento era/é realizado através da migração em rede familiar que se comunicam para desenvolver as estratégias se ficam na cidade ou se deslocam para outra cidade/Estado onde encontram os demais familiares ou conhecidos.

Com o trabalho monográfico agregado com a conjuntura de Pandemia de Covid-19, nos permitiu abrir outras perspectivas de investigação sobre a temática, por isso resolvi concorrer a vaga na 2ª turma de mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre, para assim ampliar a discussão sobre a imigração venezuelana e em especial a indígena na Amazônia Sul ocidental.

Nessa perspectiva, a problemática da pesquisa do mestrado partiu do fato que os Waraos chegaram no estado do Acre desde 2019, poucos meses antes da pandemia da Covid-19, e fixados na cidade de Rio Branco receberam apoio de instituições e governamental. Entretanto, com a pandemia da Covid-19, o governo estadual acolhe, após pressão institucional de entidades com a Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado (DPE),

Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) e da sociedade civil como Pastoral do Migrante, Cáritas diocesana e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o que não muda a realidade de algumas famílias, pois mesmo em acolhimento em abrigos provisórios, continuavam a realizar a coleta e mendicância na capital, além de se deslocarem pelo estado do Acre, através de Cruzeiro do Sul e pelos diversos estados do território brasileiro.

E partindo dessa perspectiva, o problema nos encaminhou para as seguintes questões que norteiam a presente investigação, sendo eles: Quais são condições de acolhimento institucional para migrantes internacionais na Amazônia brasileira, e em especial no estado do Acre? Como compreender a dinâmica migratória no contexto da Geografia do Trabalho, de uma população marginalizada e as suas estratégias de (r)existências? Qual o papel do estado do Acre nos fluxos migratórios, sobretudo, a partir de 2010?

Assim, esta pesquisa da dissertação de mestrado tem como objetivo geral analisar a mobilidade espacial de venezuelanos, em especial os indígenas venezuelanos Warao durante a pandemia da Covid-19 para o Estado do Acre, focando na dinâmica migratória na Amazônia Sul-ocidental, especificamente na cidade de Rio Branco. Como objetivos específicos destacam-se: a) Identificar os condicionamentos históricos, econômicos e sociais dos migrantes venezuelanos não-indígenas e Warao quando estavam na Venezuela e após o movimento transfronteiriço para o Brasil; b) mapeamento das rotas dos imigrantes desde a Venezuela até o estado do Acre; c) compreender a dinâmica de trabalho, de vivência, bem como o recebimento de auxílio governamental e da sociedade civil na chegada dos imigrantes venezuelanos indígenas e não-indígenas durante a pandemia; d) Caracterizar o estado do Acre como corredor internacional de migrante; e, e) mapear e analisar as condições de atendimento e abrigo em Rio Branco.

Realizar uma pesquisa em nível de mestrado em Geografia, em tempos de pandemia de Covid-19, gera muitos desafios, pois foi muito difícil realizar a pesquisa de campo, que é instrumento de excelência do geógrafo, executar entrevistas, acompanhar os migrantes, conseguir dados quantitativos e qualitativos, e obviamente não ser contaminado e/ou contaminar o sujeito da pesquisa devido a dispersão do vírus.

Sendo assim, no plano metodológico, a pesquisa se fundamentou na perspectiva crítica da Geografia do Trabalho, na abordagem qualitativa, que “concentra-se na qualidade dos resultados alcançados com a pesquisa, em como os dados foram obtidos, que procedimentos foram adotados para a análise e interpretação de dados, ambiente que os dados foram coletados e o grau de controle das variáveis”. (LAKATOS; MARCONI, 2019, p. 298).

A primeira etapa foi o levantamento bibliográfico, e tivemos destaque para autores que discutem a mobilidade espacial do trabalho no espaço geográfico como Gaudemar (1977), Becker (1997), Singer (1998), Alves (2014), Thomaz Junior (2005/2018), Moreira e Borba (2021), além de leituras de diversos autores que pesquisaram os venezuelanos, e especial os Waraos no Brasil e na Venezuela a partir de dissertações, teses, artigos, *sites*, legislações, entre outros.

A segunda etapa foi o levantamento de dados secundários sobre a presença venezuelana no continente americano, a partir dos relatórios de instituições como Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V) e no Brasil, os dados quantitativos do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) a partir de relatórios demográficos. Tais relatórios foram essenciais para sistematizar o perfil dos venezuelanos nos diversos setores da sociedade como trabalho, assistência social, saúde, questão do refúgio, mobilidade espacial, entre outros.

A terceira etapa foi a realização de campo nos dois abrigos mantidos pelo governo estadual e dos próprios indígenas Warao na cidade de Rio Branco, e dos não-indígenas nas cidades de Assis Brasil, Brasileia e na capital Rio Branco, durante a pandemia nos anos de 2020 a 2022. As atividades de campo contaram com o apoio da Pastoral do Migrante e Cáritas que são organizações não governamentais pertencentes a Diocese de Rio Branco (Igreja Católica) para a realização de observação *in loco*, registros fotográficos e entrevistas e sem o apoio dessas instituições não seria possível a realização dos campos realizados.

A quarta etapa se agregou com a terceira, pois foram feitas entrevistas semiestruturadas, que segundo Lakatos e Marconi (2019) são denominadas de “Despadronizada ou semiestruturada, também chamada de assistemática, antropológica e livre, em que o entrevistador tem a liberdade para desenvolver o tema da interação em qualquer direção que considere adequada” (LAKATOS; MARCONI, 2019, p.321). E, portanto, foram realizadas entrevistas com instituições que apoiaram os indígenas e os não-indígenas venezuelanos de alguma forma como: voluntários das Cáritas, Pastoral do Migrante, CIMI, como representantes das instituições de Direitos Humanos, servidores públicos que trabalham no acolhimento institucional dos indígenas e entrevistas com os próprios imigrantes, e assim, foram 8 entrevistas divididas entre 6 pessoas de instituições públicas e da sociedade civil e dois líderes Warao

A quinta etapa, se fundamentou no mapeamento das rotas dos migrantes venezuelanos, a partir do *Software* livre Qgis, que tem nos permitido realizar a espacializações dos movimentos migratórios para o Brasil e nos estados brasileiros e a análise de banco de dados qualitativos e quantitativos.

Portanto, as informações qualitativas e quantitativas obtidas a partir de leituras e fichamentos foram organizadas em tabelas, gráficos, mapas que serão expostos ao longo desta dissertação que está estruturado em 06 capítulos, além da Introdução, das Considerações Finais e das Referências.

O primeiro capítulo denominado **“Migração e Mobilidade do Trabalho: reflexões teórico e conceitual”**, aborda sobre as questões teóricas sobre mobilidade humana e o conceito de trabalho e sua contribuição para estudo dos Warao em território brasileiro.

O segundo capítulo denominado **“Dinâmica Regional da Venezuela em contexto latino-americano e caribenho”**, aborda as transformações sociais e as interferências políticas realizadas na Venezuela, a partir de regimes de governos que administraram o país até o ápice da crise migratória no século XXI.

No terceiro capítulo, denominado **“Dinâmica Migratória dos Venezuelanos para o Brasil”**, aborda sobre a caracterização das mobilidades espaciais venezuelanas durante as gestões dos pactos de governança antes da crise do século XXI, também o perfil do migrante venezuelano no Brasil, a partir de 2016, através de dados secundários, bem como o perfil laboral desse trabalhador em terras brasileiras.

No quarto capítulo, denominado o **“O Estado do Acre como Corredor de Migrantes Internacionais”**, aborda como o estado do Acre se tornou corredor migratório e as mobilidades dos imigrantes que perpassaram em período de pandemia de Covid-19 com as fronteiras fechadas. Bem como abordar o perfil do trabalhador imigrante inserido no mercado formal acreano no período de 2010 a 2020.

No quinto capítulo, denominado de **“Os processos de intervenção nos territórios indígenas Warao e sua Mobilidade Transfronteiriça para o Brasil”**, aborda os processos históricos de expropriação dos territórios de origem, que geraram as mobilidades pendulares para as cidades venezuelanas, e o perfil sociodemográfico do indígena Warao, além disso, sobre a mobilidade transfronteiriça para o Brasil e pelos estados brasileiros no século XXI.

No sexto capítulo, denominado de **“Mobilidade Warao no estado do Acre e as estratégias de (r)existência na cidade de Rio Branco (AC)”**, aborda o caso dos migrantes venezuelanos Warao no estado do Acre durante a pandemia de Covid-19, na qual analisamos o acolhimento e as redes de apoio em território acreano, o perfil desses imigrantes acolhido pelo

governo estadual, as estratégias de (r)existência em terras acreanas e as mobilidades na Amazônia Sul-ocidental, bem como apresentamos um panorama histórico sobre os direitos indígenas Warao conquistados na Venezuela e em território brasileiro.

Por fim, apresentaremos as considerações finais e as referências.

CAPÍTULO 1: MIGRAÇÃO E MOBILIDADE DO TRABALHO: REFLEXÕES TEÓRICO E CONCEITUAL

O presente capítulo teve como objetivo abordar as teorias migratórias que estudam o homem e suas mobilidades no espaço geográfico, bem como, analisar o conceito de trabalho como componente na história da humanidade e sua dinâmica desenvolvida no espaço geográfico, além disso, abordar a historicidade do trabalho para os indígenas venezuelanos Warao.

1.1 Teorias sobre Migração

Desde os primórdios da História, a migração ou mobilidade humana teve um papel fundamental na formação das sociedades. Para conquistar a sua existência como também para conseguir expansão sobre os domínios de outros povos e territórios, e assim a mobilidade foi uma ação essencial para constituição da humanidade.

Lévy (2000) conceitua a mobilidade espacial como:

Pode-se definir a mobilidade como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares. (LÉVY, 2000, p. 1).

Portanto, em cada escala espacial o homem utiliza da migração ou mobilidade espacial como ferramenta para conquistas territoriais, mas também para fugir de crises socioeconômicas que se acentuou nos moldes capitalistas de produção, sobretudo, a partir do século XX e XXI, onde as crises de caráter humanitário e as catástrofes ambientais ganharam destaques pelo contingente de pessoas que saíram de seus respectivos países.

A partir dessa conjuntura de crises de distintas características, onde milhares de trabalhadores são forçados a realizarem a migração por dominações externas ou conflitos internos, consta-se que as mobilidades são de caráter interno, com os êxodos rurais do campo para a cidade ou de cidades para cidades, ou no espaço global, com as mobilidades transfronteiriças.

A ciência geográfica estuda os movimentos migratórios pelo espaço e analisa as causas e consequências desses processos para esses sujeitos. Assim, abordarmos as concepções e os autores dos estudos no âmbito neoclássico, a perspectiva histórico-estrutural,

neomarxismo, a mobilidade do trabalho e abordar a historicidade do trabalho para os indígenas venezuelanos Warao.

1.1.1 - Estudos Neoclássicos

Os estudos denominados neoclássicos ou tradicionais tem o enfoque de estudo sobre o migrante com visão individualista, isso significa que a mobilidade espacial era analisada como ação individual do migrante que se movia pelo espaço pela sua “decisão própria”, sem levar em conta a conjuntura local, como também a existência de crises socioeconômicas ou outras ordens de fatores para influenciar tal decisão.

Becker (1997) aborda as características desse pensamento:

[...] migração e distância, migração por etapas, fluxos e contrafluxos, diferenças urbano-rurais na propensão de migrar, predominância das mulheres nos deslocamentos de curta distância, tecnologia e migração, domínio do motivo econômico para os deslocamentos. (BECKER, 1997, p.326).

Becker (1997) aborda que os principais pensadores dessa corrente migratória, são Ravenstein (1885), Lee (1966) e Todaro (1969).

Considerado como pioneiro no desenvolvimento dessa análise, o geógrafo britânico Ravenstein, citado por Becker (1997), desenvolveu as “Leis da Migração” no cenário de Revolução Industrial na Inglaterra, evidenciando, principalmente, os fatores de atração para as cidades, além de abordar o protagonismo feminino. Também considerou os deslocamentos pela curta e média distâncias e a motivação do migrante para a obtenção de uma melhor remuneração.

Esse modelo de estudo sobre a mobilidade populacional ficou em evidência até a década de 1970, após esse período perdeu força para outros modelos de análise de mobilidade espacial, pois essa escola não abordava a problemática do desemprego e/ou subemprego nos países considerados emergentes ou subdesenvolvidos. Dessa forma, não investigava a força de trabalho ou população excedente que não era absorvida pelo capital.

Conforme explana Becker (1997):

Até os anos (19)70, o fenômeno migratório era considerado a partir de uma perspectiva neoclássica, dentro de uma visão predominantemente descritiva e dualista. Estudavam-se os movimentos migratórios especialmente através da mensuração dos fluxos demográficos e das características individuais dos migrantes. (BECKER, 1997, p. 323).

Portanto, a perspectiva neoclássica para a mobilidade humana era compreendida como instrumento de estabilidade econômica. Dessa forma, o movimento pelo espaço tinha o viés de regular o crescimento econômico.

Becker (1997) aborda que tendo como referência o trabalho pioneiro de Ravenstein, Lee (1966) apresentou um esquema geral sobre as mobilidades espaciais divididas em hipóteses gerais, segmentada em três grupos principais, sendo eles: I) Volume de Migração, II) Fluxo e refluxo migratórios, e III) Característica dos migrantes.

Mesmo os estudos pioneiros de Ravenstein e Lee sendo importantes para os estudos migratórios que serviram de bases para outros estudos, eles não consideram certas lacunas como “o problema crônico do desemprego urbano e do subemprego nos países subdesenvolvidos, ignorando a proporção da força de trabalho que não absorvida pela chamada economia moderna” (BECKER, 1997, p. 329).

Dando continuidade à análise, Becker (1997) aborda que Todaro (1969) responde essas problemáticas, formulando um estudo sobre os êxodos rurais ou migrações rurais-urbanas, que reconhece o quantitativo expressivo de trabalhadores urbanos desempregados e subempregados, e com essa conjuntura econômica e social, estão mais propícios à realizarem a mobilidade espacial para setores modernos e desenvolvidos da economia, isso após a análise de comparação salarial entre o local de origem e de destino.

Sobre o estudo de Todaro, Becker (1997) ressalta uma importante perspectiva a ser considerada:

Outra questão importante a ser enfatizada era a ocorrência de mudanças estruturais nas economias dos países em desenvolvimento. Isto tornava-se particularmente significativo, uma vez que o conceito de desenvolvimento econômico frequentemente era definido em termos de transferência de elevadas porcentagens de trabalhadores das atividades da agricultura para as industriais. Assim, esse seria um modelo de transferência de mão-de-obra do setor rural ‘tradicional’ para o urbano ‘moderno’. (BECKER, 1997, p. 330).

Em síntese, essas teorias estão relacionadas ao contexto de industrialização que seria o fator determinante para realizar as mobilidades espaciais. Mas, a visão neoclássica tem sido questionada, principalmente a partir da segunda metade do século XX, sendo substituída por outros estudos que abordam elementos mais “modernos” como as crises e ação do capital sobre o território forçando os migrantes para realizar o movimento espacial.

1.1.2 Perspectiva Histórico-estrutural

Segundo Becker (1997), a perspectiva histórico-estrutural ganha destaque em meados de 1970, após os estudos neoclássicos ficarem em menor evidência nos estudos migratórios. Essa perspectiva dentro da ciência geográfica expressa-se através do pensamento crítico.

Paul Singer, no livro “Economia política da urbanização”, afirma que a mobilidade espacial tem um processo transversal e que possui elementos no social, político, histórico e econômico em países considerados subdesenvolvidos e periféricos dos centros capitalistas. Portanto, ele considera que “As migrações (...) são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1998, p. 29). Ele ainda afirma que a modernização da industrialização gerou o movimento migratório interno no Brasil, e que dessa forma gerou as desigualdades sociais no cenário de êxodo rural para o urbano.

Singer (1998) discute as mobilidades espaciais a partir de resultados de processo de fatores de expulsão que seriam decorrentes de mudança e de estagnação em um período capitalista recente. A respeito, o autor destacar que:

Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego. E fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (SINGER, 1998, p. 37-38).

Singer (1998) também analisa os fatores de atração ao qual o migrante se desloca na perspectiva de melhoras condições de vida, a partir da busca de um trabalho com a pretensão de melhores rendimentos salariais.

Portanto, toda essa análise de Singer se baseia no contexto de industrialização em Estado-nações que passaram por processos de industrialização tardia como os países do hemisfério Sul, onde são caracterizados pela desigualdade social e pelo “forçamento”, principalmente através da migração interna como por exemplo o êxodo rural.

1.1.3 - Neomarxismo

Também em meados dos anos 1970, a autora Becker (1997) destaca outra linha de estudos para as migrações denominada de Neomarxista, que discordava da visão de equilíbrio que a escola neoclássica adotava. Dessa forma, houve uma evolução nos estudos migratórios, pois, as regiões “esquecidas” como os países periféricos, em desenvolvimento ou considerados emergentes ganharam interesses de autores que estavam tencionando os seus estudos migratórios externamente ao centro capitalista.

Dessa forma, temos como representante desse enfoque Gaudemar que é considerado um autor importante para essa discussão, e do mesmo modo é um crítico da visão neoclássica, pois ele conceitua como a força de trabalho se condiciona ao capital, que posteriormente, se torna mercadoria, ou seja, a mobilidade passou a ser concebida como uma sucessiva dominação das ações proveniente do capital sobre a força de trabalho e seu uso. Conforme Gaudemar (1977):

A migração é um fenômeno que permite à sociedade atingir o melhor equilíbrio de conjunto possível, correspondendo à maximização da satisfação, pelo menos, da população dos campos. Com um custo mínimo, naturalmente, já que isso evita o de um arranjo harmonioso dos territórios. (GAUDEMAR, 1977, p.18).

Martins (2002) aborda como a migração, em moldes capitalistas, gera exclusão social, pois: “É característico da sociedade capitalista, desde a sua origem, a exclusão, isto é, o desenraizamento. É próprio da sociedade capitalista, a tendência de destruir as relações sociais que não sejam relações capitalistas”. (MARTINS, J, 2002, p. 120).

Outro elemento discutindo nas temáticas migratórias que debate as ações do capital sobre o migrante, é as “crises” ocasionadas para gerar a migração, pois podem ser as catástrofes naturais, políticas e dentre outras e, também pelo quantitativo de trabalhadores migrantes que chegam em um determinado país, que usam o discurso xenofóbico de “invasão estrangeira” em seus territórios, e assim expulsam os migrantes principalmente de origem pobre e negra.

Moreira e Borba (2021), propuseram a discussão sobre uma nova concepção no campo dos estudos migratórios, a partir do conceito denominado “Migrações de Crise”, que é um termo cada vez mais em evidência nos discursos anti-migratórios em modelos políticos e midiáticos, principalmente no século XXI, visto que encontram-se em visibilidade em países que estão na condição de locais receptores de contingentes de imigrantes.

Os Estados-nações são as figuras centrais na dinâmica migratória, pois atuam na limitação ou abertura de seus territórios, dado que a “[...] ‘crise migratória’, comumente [é] utilizada sem a devida problematização por parte de atores estatais, reverberada por atores não estatais e reafirmada pela mídia em escala internacional”. (MOREIRA; BORBA, 2021, p. 2). Com isso, podem recusar distintas nacionalidades ou aceitar imigrantes que não estão fugindo de alguma crise e que possuem um certo poder aquisitivo para realizar investimentos em seu país.

À vista disso, as autoras querem revisar o conceito “Migrações de Crise”, com o intuito de reverter o discurso de culpabilidade dos migrantes, pois os debates estão entorno de que essas pessoas são um problema para os países que são “alvos” migratórios, entretanto, são pessoas que vivenciaram e estão fugindo de crises de diferentes magnitudes.

Tal conceito ajuda a reverter o enfoque de um discurso que trata os imigrantes como um problema e, nesse sentido, intenciona depositar culpa sobre pessoas e grupos que, em realidade, foram acometidos por acontecimentos de extrema violência e violações de direitos em seus países de origem por múltiplos fatores combinados. Nesse sentido, há um impacto sensível quanto às disputas discursivas em torno de migrantes, dos processos migratórios, dos olhares construídos sobre estes por parte de comunidades diversas que deveriam ser – mas nem sempre são – acolhedoras. (MOREIRA; BORBA, 2021, p.16).

Para debater tal conceito, as autoras introduziram três categorias correlatas: eventualidade, a imobilidade (ou enclausuramento) e a não escolha, conforme explicamos no Quadro 01:

Quadro 01: Categorias correlatas do conceito “Migrações de Crise”.

Categoria	Significado
Eventualidade	Considerada a partir da combinação arraigada e bastante complexa de vulnerabilidades que remetem a dimensões ambientais, políticas e econômicas, as quais podem ser desencadeadas por uma crise, mas não são causadas necessariamente por esta.
Imobilidade	Utilizado para designar os impedidos de migrar por razões físicas, etárias, financeiras, familiares, de saúde ou gênero, diante do agravamento das condições de subsistência nestes locais.
Não escolha	Se desenvolve em resposta a um risco perceptível ou uma catástrofe natural que transforma um acaso em uma necessidade urgente. Indubitavelmente, os desastres ambientais são capazes de ocasionar insegurança e perigos de tal maneira que vão minando as condições de vida local, o que traz à tona a urgência da emigração.

Fonte: MOREIRA; BORBA (2021). Org. pelo autor.

O conceito possui a dimensão espaço-temporal a partir das vivências das populações que estão migrando, fugindo de crises, como por exemplo as crises humanitárias e desastres ambientais e o processo de decisão, pois consideram que em outros modelos de estudos migratórios não são tão aprofundadas.

As autoras fazem uma crítica as teorias migratórias que são consolidadas no campo da migração por não vincularem que o processo de decisão de migrar seja tomada em algum nível de plano, seja individual ou coletivo, mas sim, por forças externas, como a mobilidade entorno do capital.

Tais abordagens teóricas, ao privilegiarem as forças externas que operam sobre os processos decisórios pela migração, pecam ao não articularem devidamente a agência no plano individual, familiar ou coletivo. Com isso, perde-se a percepção sobre os elementos volitivos e as margens de escolha – inclusive em termos da decisão por não migrar ou mesmo a decisão por migrar sem que o ato possa ser consumado, como será discutido no bojo das ‘migrações de crise’ [...]. Tampouco são apropriadamente considerados outros aspectos motivadores do deslocamento – como questões ambientais e humanitárias. Por último, é imperativo questionar, ainda, a ideia de estabilidade que marca diversas correntes teóricas tradicionais no campo de estudos migratórios entre os locais de origem e destino dos migrantes. (MOREIRA; BORBA, 2021, p. 7).

Entretanto, mesmo fazendo a crítica aos modelos de estudos migratórios, sobretudo ao estrutural, que se consolidou no final da década de 1970, as autoras concordam que as migrações de crise “são inerentes também aos processos de aprofundamento do capitalismo transnacional, os quais transbordam seus efeitos gerando novos fenômenos ou agravando os já presentes. Encarnando o capitalismo a faceta neoliberal”. (MOREIRA; BORBA, 2021, p. 5). Portanto, entendem, que mesmo a decisão de migrar seja em um plano individual, familiar ou coletivo, mas, a decisão está cada vez mais sucessíveis os efeitos do neoliberalismo.

Portanto, a migração ou mobilidade, principalmente de trabalhadores imigrantes oriundos da periferia do capitalismo são “selecionados” pelos países de centro, pois podem recusar alguma nacionalidade, ou em outros casos, aceitam para que os imigrantes trabalhem em vários setores da economia devido o envelhecimento populacional, por exemplo, todavia, esses trabalhadores podem tem que redefinir a profissão para atuarem em outros tipos de trabalho e assim temos conceitos que abordam a ação do Capital sobre esse imigrante, que no caso são a mobilidade e a plasticidade de trabalho.

1.1.3.1 - Mobilidade do trabalho e a plasticidade do trabalho

Para compreender o conceito de mobilidade do trabalho e sua contribuição para a leitura da Geografia do trabalho, na visão marxista temos que recorrer a dois conceitos que estão cada mais em evidência, que são: A “Mobilidade do Trabalho” de Gaudemar (1977) e a “Plasticidade do Trabalho” de Thomaz Junior (2018).

Esses autores são importantes para compreendermos como o capital utiliza a força de trabalho para assim realizar o processo de acumulação, pois “A unidade do conceito marxista de mobilidade do trabalho provém exatamente desta forma que o conjunto, como forma de existência da mercadoria força de trabalho, contribuem, e até asseguram, a valorização do capital”. (GAUDEMAR, 1977, p. 391).

Alves (2014) comenta o conceito de Mobilidade de Trabalho de Gaudemar (1977):

A mobilidade do trabalho, então, é o conceito que ‘dá ao trabalho o seu valor de uso para o capital’, na capacidade teórica de dar conta das ‘formas de existência do trabalho (ou da força de trabalho) como mercadoria, ou ainda do uso capitalista do trabalho (ou da força de trabalho)’. (ALVES, 2014, p. 299).

Assim, a mobilidade do trabalho realiza a análise da migração na produção do espaço a partir do conceito de trabalho, que epistemologicamente é considerado uma atividade teológica que modifica a natureza da força de trabalho que se torna mercadoria para o capital.

Dessa forma, ocorre a “transformação do trabalho em força de trabalho para uso capitalista” (GAUDEMAR, 1977, p. 388). E é assim que a mobilidade do trabalho se insere no movimento espacial, pois o capital a utiliza de múltiplas formas para a sua própria valorização.

Conforme Gaudemar (1977):

[...] a mobilidade do trabalho tanto conduz às suas formas primitivas [não capitalista] como às suas formas acabadas [assalariada], com outros tantos momentos do processo complexo de produção (e reprodução), de circulação e utilização da força de trabalho, isto é, do seu uso na valorização do capital. (GAUDEMAR, 1977, p. 402).

Thomaz Junior (2018) aborda ontologicamente elementos do controle do capital sobre o trabalho, movimento que os trabalhadores são submetidos para o processo de acumulação e valorização do próprio capital, pois:

Esses novos elementos de controle social e metabólico fazem com que os meios se tornem os fins últimos, de sorte que, por sua vez, os fins ontológicos da humanidade (produção de valores de uso) são transformados em meios

subsumidos aos tais fins reificados. É, pois, encimada pela dinâmica metabólica, suas contradições e (des)construções territorialmente expressas nos desterreamentos, migrações, espoliações e demais formas de consolidação da exploração/dominação/sujeição e de controle social, que o capital impõe. (THOMAZ JUNIOR, 2018, p. 18-19).

E assim, Thomaz Junior (2018) contribui com o conceito Plasticidade do Trabalho que aborda a mobilidade do trabalho ou mobilidade territorial do trabalho, visto que a análise da Plasticidade do Trabalho é elemento importante para a Geografia do trabalho, pois compreende a mobilidade a partir das redefinições ou modificações das profissões desses trabalhadores que se reproduzem como classe trabalhadora. Isso porque podem ser professores, engenheiros ou exercer demais profissões em seu país de origem, entretanto, quando se deslocam, podem modificar a sua profissão para um trabalho que não necessita de formação acadêmica equivalente, ou em outro momento, sendo servente de pedreiro em uma obra e meses depois, se não conseguir um trabalho formal se submeterá ao trabalho informal ou tendo que exercer a mendicância, que a exclusão total das relações de controle do trabalho pelo capital que o conceito de plasticidade do trabalho aborda.

Ou seja, não é afirmando que um trabalho é superior ou inferior a outro trabalho, mas sim, as próprias condições expostas pelo capital, pois, em novo espaço, o migrante que possui uma profissão qualificada ou não, é “forçado” a redefinir o seu trabalho, por esse novo espaço ter os postos de trabalhos saturados, ou também, esse migrante não possui a regularização dos documentos e dentre outros motivos, por causa da intensa reestruturação produtiva do capital, principalmente no século XXI.

E sobre esse conceito desenvolvido por Thomaz Junior, Alves (2014) aborda que:

Plasticidade do trabalho é um conceito que busca compreender o movimento dessas identidades que demarcam a mobilidade do trabalho expressa pelo território. Isso não se dá somente no sentido fixo, restrito ao lugar (somente), mas sempre em movimento, se refaz continuamente, extrapolando os limites do urbano e do rural, da cidade e do campo. Também envolve redefinições constantes de profissões, habilitações e habilidades laborais, especializações, deslocamentos/migrações, pois são redefinidos os espaços de relações e da territorialidade da luta de classes diante da intensa reestruturação produtiva do capital no século XXI. (ALVES, 2014, p. 306).

Thomaz Junior (2018) aborda a plasticidade de trabalho, como segue:

É nesse ambiente de reflexões, no qual nos ocupamos do entendimento do movimento de (des)realização e as novas identidades oriundas das

redefinições fundamentadas nas reinserções laborais/ocupacionais e suas respectivas dinâmicas territoriais, que chegamos ao conceito de plasticidade do trabalho. Alinhavamos ser necessária uma referência epistemológica crítica e transformadora, capaz de captar esses sinais que rompem a ordem espacial dada pelas delimitações das profissões/habilitações, em função dos impactos das novas exigências da acumulação de capital e, também, situar por dentro desse movimento de (des)realização do trabalho os novos chamamentos emancipatórios. (THOMAZ JUNIOR, 2018, p. 39).

Portanto, aos longos dos anos, os estudos sobre a mobilidade espacial humana conceberam suas visões de análises, principalmente associado ao contexto histórico que estavam acontecendo como por exemplo as revoluções industriais no caso da neoclássica e as ações da globalização, em meados da década de 1970, no caso do neomarxista, logo, a visão neoclássica gerou uma ótica dualista e descritiva e o neomarxismo, faz uso de uma perspectiva dialética e contraditória do movimento do capital x trabalho e suas territorialidades espaciais.

Todavia o trabalho não é uma discussão recente, pois, a própria história da humanidade, tem como elemento o trabalho que se desenvolve na relação metabólica homem-natureza e assim temos a seguir a discussão ontológica do trabalho.

1.1.3.2 - O trabalho ontológico: Relação Metabólica homem-natureza

Desde a gênese da humanidade, o trabalho estar intrinsicamente associado a ação do homem com a natureza, onde o espaço geográfico foi modificado metabolicamente, “pois é por meio deste que o homem se diferencia dos animais, se humaniza, estabelece relação de domínio e de transformação com a natureza e com os outros homens”. (ALVES, 2014, p. 97).

Portanto, o espaço geográfico e o trabalho são âmbitos que interligam através das relações sociais ao decorrer da história, onde se estabeleceram uma duplicidade mútua na totalidade social, ou seja, o próprio homem, através de seu trabalho, motivado pelo conjunto de transformações, produz o espaço, que possui a característica de condição de desenvolvimento das próprias relações de trabalho.

Assim sendo, o espaço é meio e situação na realização das próprias relações de trabalho, como também no modo de vida, estabelecendo novos objetivos e reconfigurando aqueles já existentes a cada momento histórico na produção do espaço geográfico.

Dessa forma, nos primórdios, o trabalho estava relacionado na realização das satisfações das necessidades do próprio ser humano e assim assegurar a sua própria existência, mas isso foi se alterando ao passar das épocas e com os conhecimentos adquiridos para utilizar

ferramentas, criar/domesticar animais e outras técnicas para desenvolver o trabalho e tendo como resultado a dominação sobre a natureza.

Quando pensamos em trabalho, sobre a óptica economicista, podemos afirmar que o trabalho é gerador de toda a riqueza, mas “O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. (ANTUNES, 2004, p. 13).

Alves (2014) demonstra ontologicamente o trabalho:

Diante do exposto, evidencia-se que o trabalho, ontologicamente, constitui-se em condição para o processo de humanização do ser humano. Mas essas condições passaram a ser subordinadas aos imperativos da acumulação do capital, ao seu processo de auto-reprodução calcado na extração de trabalho excedente não pago, em mais-valia, e na construção da segunda natureza. (ALVES, 2014, p. 99).

Antunes (2004), aborda a discursão da relação homem-natureza, onde o homem se diferencia dos animais, em função das características físicas/corporais que os separam, como a própria linguagem, o corpo e seus órgãos, sua consciência de si, posteriormente que gerou transformações no espaço geográfico e também o avanço do domínio humano sobre a natureza.

Portanto, para a compreensão da dialética da ontologia do trabalho na relação homem e natureza, Karl Marx denomina de trabalho concreto que é o “intercâmbio metabólico entre homem e natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, condição que se efetiva o trabalho concreto, em sua dimensão qualitativa”. (ALVES, 2014, p. 99).

Marx (2017) aborda que na relação homem-natureza, quando o homem modifica a natureza, modifica a si próprio, por estar inserido materialmente na própria natureza, pois, podemos entender que os elementos dessa relação está na utilização da natureza, sendo transformada pelo trabalho, em meio as estratégias que o permitiu sobreviver ao longo dos tempos.

Portanto, o trabalho na relação homem-natureza se torna e desenvolve uma relação dialética, pois, segundo o autor:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências

que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2017, p. 188).

Esse processo da relação homem-natureza é o enfoque da ciência geográfica, e quando estudamos/investigamos e suas modificações no espaço, pois, em função do trabalho, o homem e a sociedade foram se transformando, pois o homem produziu e/ou transformou novos espaços e, conseqüentemente, construiu territórios e assim modificou de forma significativa a paisagem.

Moreira (2016) demonstra que toda sociedade possui a sua gênese a partir do trabalho, pois o trabalho seria a constituição de um processo de produção, onde a relação homem-natureza se desenvolve a partir da troca entre elementos naturais e energia da força de trabalho para um determinado objetivo. Portanto,

[...] a relação metabólica homem-natureza é o elo que une trabalho e geografia num só elemento, o homem sendo o que a geografia oferece à natureza e a natureza o que oferece ao homem, numa relação orgânica de trabalho que tudo transforma em sociedade espacialmente organizada num ponto predeterminadamente localizado da superfície terrestre. (MOREIRA, 2016, p. 54.).

E ao passar das épocas, o homem foi se inserido em modos de produção, mas é no capitalismo que o trabalho ganha novas dimensões. Marx aborda que o capitalismo tem a gênese a partir da materialização das primeiras trocas de mercadorias, sendo a “Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge. O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital” (MARX, 2017, p. 168).

Nesse sentido, com o avanço do capital, tem uma transformação nos moldes de trabalho, de trabalho concreto para trabalho abstrato que é “uma produção voltada para o mundo das mercadorias e da valorização do capital”, inclusive capital fictício. Portanto, tem-se o trabalho na ordem do capital no qual o processo de trabalho constitui-se em desrealização do ser social que trabalha”. (ALVES, 2014, p. 99-100).

Thomaz Junior (2005) aborda que a leitura geográfica sobre o trabalho possui o enfoque sobre a relação metabólica do homem-natureza na sociedade em moldes capitalistas, seja para a classe trabalhadora, como para a natureza. Portanto:

É nesse processo de autorrealização da humanidade através do trabalho, ao longo dos tempos, que reconhecemos o conteúdo do metabolismo social do capital que faz com que sociedade e natureza e, as mediações que governam essa relação dialética, sejam “lidas” pela Geografia como base fundante da compreensão da polissemia do trabalho no mundo atual ou a polissemização da classe-que-vive-do-trabalho. (THOMAZ JUNIOR, 2005, p. 41).

Alves (2014) demonstra que o capital transforma os processos de trabalho, era o próprio trabalho (concreto) que era o agente transformador e dominador do homem e da natureza, já em moldes capitalistas, é o capital o dominador do homem, onde o trabalhador pertencente a uma classe, no caso a trabalhadora, transformando esse homem e a sociedade em um local de exploração, como também de alienação.

Portanto, a ação do capital transformando os processos de trabalho e seus resultados em valores de troca, submete o trabalho, de elemento humanizador, em elemento de dominação. Em outras palavras, não é o trabalho o agente de dominação, mas as relações sob o capital que o tornam condição de prisão do homem, já que o trabalho também se constitui condição para a emancipação humana. Assim, sob o modo capitalista de produção, contraditoriamente, o trabalho é transformado em algo alheio ao processo de emancipação do homem, exterior a si mesmo. O trabalho estranhado, alienado, separa o ser humano da sua condição de sujeito na relação homem-natureza e homem-homem, o que se materializa historicamente no distanciamento engendrado pelo capital entre o homem e os meios de produção, consubstanciando-se na propriedade privada, bem como na relação de assalariamento pelo processo de dominação entre sujeitos. (ALVES, 2014, p. 98).

Trazendo essa análise para o campo dos estudos migratórios, o capitalismo pode explorar, oprimir, desenraizar o trabalhador migrante, pois está inserido na lógica capitalista, sendo mais uma “possibilidade” de opressão, que nos primórdios, na relação metabólica homem-natureza era utilizado para conquistar territórios, alimentos, já em moldes capitalistas, “A migração é componente do processo de expropriação, desenraizamento e proletarização”. (MARTINS, J, 1997, p. 45).

Martins (1997) traz uma discussão sobre o conceito de “exclusão social” na sociedade em moldes capitalistas, que a partir da lógica do próprio capitalismo realiza o desenraizamento dos trabalhadores nacionais ou (i)migrantes, mas os reinserem de forma precarizada, através do uso de sua força de trabalho. Segundo o autor:

É uma sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo porque tudo deve ser lançado no mercado; para que tudo

e todos sejam submetidos as leis do mercado. A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria. (MARTINS, J, 1997, p. 30).

Dessa forma, segundo Martins, J (1997), a sociedade capitalista desenraiza, exclui, mas essa exclusão não possui uma totalidade, ou seja, os insere novamente na sociedade, mas segundo as suas próprias regras e própria lógica e assim o autor faz uma crítica a essa forma de “inclusão marginal”.

E o autor traz exemplos que no decorrer da sociedade capitalista ficaram em evidência nesse processo de desenraizamento, que no caso, temos as migrações internas, como o próprio êxodo rural, onde o migrante camponês é desenraizado pelo capital para utilizar a terra, mas são “incluídos” nesse mesmo espaço como trabalhador assalariado, operadores, vendedores da força de trabalho, e obedecendo a lógica do próprio capital.

Tanto as migrações internas como as migrações internacionais são processos de desenraizamento, onde o trabalhador é forçado a realizar a mobilidade espacial para outros locais, todavia, podem ser utilizados como força de trabalho, e, além disso, a migração é um elemento social inerente ao homem no espaço geográfico, mas mesmo o capital desenraizando o migrante e o reinserindo no mercado, de forma precarizada, também o coloca como “problema social”.

Seu aspecto politicamente mais problemático fica de lado: a duração social dessas migrações, o tempo em que elas permanecem como elemento constante das relações sociais, pois a migração, sendo temporária para o migrante, pode tornar-se duradora para a sociedade. (MARTINS, J, 1997, p. 45).

Portanto, ao longo da formação do ser humano e da própria sociedade, o trabalho transformou o homem, mas também foi transformado, seja pelo próprio trabalho de forma concreta, em seu viés ontológico, ou no capitalismo que gerou mudanças na reestruturação produtiva. Porém, sem o trabalho, o homem não poderia avançar nos progressos sobre o espaço geográfico, seja pelos conhecimentos ou espaços adquiridos, mas também nas próprias transformações da paisagem.

Além disso, o trabalho é um elemento de transformação nas dinâmicas desenvolvidas nos territórios originários do povo Warao, principalmente, pelas interferências ocasionadas pela colonização da Venezuela, como em moldes capitalistas.

1.2 – A historicidade do trabalho para os Warao

Historicamente na colonização do atual continente americano, os indígenas das diversas etnias que já possuíam o seu formato de organização social definido, foram utilizados como mão-de-obra escrava para exploração dos seus habitats naturais, sendo “catequizados” por missionários ou moradores que estavam residindo nos locais de exploração. Assim, a força de trabalho indígena foi essencial para devastação dos territórios, por interesses externos que buscavam os recursos naturais.

No caso da atual Venezuela, temos os Warao e diversos outros povos, que sofreram o impacto quando a colonização espanhola chegou nos seus territórios, onde se tornaram força de trabalho para os exploradores. Entretanto, no caso dos Warao, tem as especificidades de estarem localizados na costa do país, região onde os navegadores iniciaram a sua exploração, e, assim, sentiram impacto de imediato nos seus territórios.

Rosa e Peixoto (2022) abordam que a força de trabalho indígena nos tempos de colonização na Venezuela se dividiu em três momentos, sendo: o primeiro através da escravidão de caráter legal que possuía a aprovação da coroa espanhola, e somente foi proibida por conta do nível de violência que era gerado, pois, chegou a dizimar algumas áreas do Caribe; o segundo sistema denominado de “encomienda”, que durou até o século XVIII, e nesse modelo os indígenas continuavam sendo explorados, mas com novas regras, onde os indígenas (encomendados) eram entregues para um espanhol denominado “ecomendero” que exercia a relação de dominação; e, o terceiro momento foi o “tributo indígena”, que era o pagamento de taxa anual ao funcionário que servia à coroa espanhola e a quota era pagas por cada família ou um adulto solteiro. Para realizar esse pagamento tinha que exercer a sua força de trabalho como peões nas fazendas próximas aos territórios indígenas, que possuía terras para cultivo de subsistência.

Ainda segundo Rosa e Peixoto (2022), as missões religiosas possuíram um papel importante na dinâmica do trabalho para os Warao, que os “forçaram” a abandonar a cultura do buriti para o cultivo do ocumo chino. Segundo as autoras:

As missões religiosas, por sua vez, em franca expansão entre a segunda metade do século XVII e todo o curso do século XVIII, tinham a agricultura como sua principal base econômica, tanto que, entre os Warao, incentivava-se o cultivo de ocumo chino (*Colocasia esculenta*) a fim de que abandonassem a dinâmica em torno do buriti (*Mauritia flexuosa*) e se fixassem em comunidades permanentes nas margens dos caños (rios). Ainda no século XX,

as gerações de jovens indígenas que estudaram nos internatos religiosos eram inseridas no trabalho agrícola, de modo que, ao regressarem para suas comunidades, comandaram a fase de transição de uma economia de coletores sustentada na *yuruma* (amido retirado do tronco do buriti) para uma economia agrícola, baseada no cultivo de ocumo chino. (ROSA; PEIXOTO, 2022, p. 21).

Além da dominação exercida em tempos de colonialismo, os Warao continuam sobre domínio de outros agentes como empresários e fazendeiros, pois no século XX, tiveram as intervenções no estado de Delta Amacuro, como na década de 1960, com a construção de diques no rio Manamo, que é um afluente do rio Orinoco, e com intuito de expandir a agricultura foram forçados a realizar a migração e assim se tornaram mão-de-obra em fábricas alimentícias. Conforme explicam Rosa e Peixoto (2022):

Com o abandono das incursões sazonais para a coleta de alimentos nos buritizais, as comunidades indígenas passaram a dispor de um exército de reserva de mão de obra para o mercado de trabalho local, que antes dependia de trabalhadores vindo de outros estados. Além disso, com a expansão das áreas não alagáveis e agricultáveis decorrente da construção do sistema de diques no rio Manamo, na década de 1960, pecuaristas e agricultores não indígenas se instalaram na região, expropriando os de suas terras. Os Warao se inseriram como trabalhadores assalariados no cultivo de arroz, na indústria madeireira e em fábricas de palmito. (ROSA; PEIXOTO, 2022, p. 21).

E por causa da migração para as cidades é introduzida o assalariamento para os Warao, conforme explicam Heinen e Gomez (1996):

Por otro lado, el fenómeno del trabajo asalariado por parte de los indígenas, generalizado más tarde en todo el Delta, se dió mucho antes alrededor de los pueblos criollos de Curiapo (Koreabu), capital del Municipio Antonio Díaz, y también en el área de los caños Macareo y el bajo Mánamo alrededor de la población de Pedernales. (HEINEN; GOMEZ, 1996, p. 9).¹

Outro elemento para discussão sobre a laboração dos Warao que migraram de seus territórios originários é questão da “coleta”, que no Brasil ficou associado a mendicância nas

¹ Por outro lado, o fenômeno do trabalho assalariado dos indígenas, posteriormente generalizado em todo o Delta, ocorreu muito antes nas cidades crioulas de Curiapo (Koreabu), capital do município de Antonio Díaz, e também na área dos córregos Macareo e o baixo Mánamo em torno da cidade de Pedernales. (HEINEN; GOMEZ, 1996, p. 9). (Tradução Livre).

principais ruas e avenidas das diversas cidades brasileiras. Entretanto, esta também é uma estratégia de sobrevivência nos núcleos urbanos da Venezuela, que posteriormente foi/é utilizado em território brasileiro. A coleta, entendida como estratégia de ir às ruas das cidades pedir dinheiro e contribuições em alimentos e roupas, tem um significado importante para o trabalho indígena, que seria no mesmo fundamento das coletas de frutas, hortaliças e animais nos territórios originários, mas no contexto relatado é exercida frente a expulsão desses sujeitos de seus territórios originários. Conforme explanam Paredes *et al* (2019).

[...] Um exemplo da tentativa de reinventar a tradição para garantir sua forma de viver Warao nos espaços urbanos, foi a resignificação da tradição da ‘coleta’, baseada na prática da catação de moluscos, ostras, ou mesmo, na ‘coleta’ de frutos, plantas, folhas, raízes e ervas nos biomas típicos de seus habitats que costuma ser realizada por mulheres e crianças no litoral venezuelano. (PAREDES *et al*, 2019, p. 50).

Rosa e Peixoto (2022) fundamentam esse argumento:

A prática de pedir dinheiro nas ruas é, pois, uma das situações em que os indígenas se inserem no sistema produtivo capitalista fazendo uso de lógicas econômicas e culturais próprias de suas sociedades. Isso nos mostra que esses povos não abandonam seus modos de ser e estar no mundo em função do contato interétnico ou da interdependência dos grupos, tendo em vista que, como bem destacam os estudos sobre etnicidade, a manutenção das fronteiras sociais entre os grupos étnicos não depende da ausência de mobilidade ou interação. (ROSA; PEIXOTO, 2022, p. 22).

Para execução dessa estratégia de sobrevivência nos centros urbanos, tanto na Venezuela, quanto no Brasil, é majoritariamente realizados pelas mulheres, sendo acompanhada com filhos ou sozinhas nas coletas não somente de dinheiro, mas de qualquer tipo de doação. As grávidas também fazem a coleta e são elas que articulam todo o planejamento das coletas como também “as datas e o tempo de duração, muito embora não costumem regressar antes de ter arrecado a quantidade de dinheiro que julgam necessária. São elas também que decidem quais familiares as acompanham e quais permanecem na comunidade de origem”. (ROSA, 2020, p. 99).

Para os Waraos ser “pedintes urbanos” é considerado trabalho e muitas das vezes é o único tipo de trabalho que é encontrado nas cidades, visto que, os maridos e irmãos e demais parentes masculinos que não conseguem exercer alguma atividade laboral formal ou informal ficam na posição de “vigilantes” e ajudantes para carregar as doações que forem pesadas.

Lafée-Wilbert e Wilbert (2008) abordam sobre a coleta exercida pelas mulheres seria uma continuação do que já era realizado nos territórios de origem, porém sendo adaptado ao novo local:

Las mujeres asocian el proceso y la habilidad que involucra el 'pedir' dinero con las estrategias de que se valían en los caños del delta bajo para cosechar sus alimentos. Según ellas, la diferencia consiste en que en lugar de adentrarse en el bosque en busca de alimentos silvestres, entran en las ciudades y, en menos tiempo, obtienen el dinero suficiente para cubrir sus necesidades alimenticias. En otras palabras, sus 'correrías' por los centros urbanos del país no parecieran ser otra cosa más que una extensión de esas incursiones recurrentes en busca de recursos económicos, pero en una geografía mental más amplia que aquella que visualizaban sus padres y abuelos. (LAFÉE-WILBERT; WILBERT, 2008, p. 99).²

O Ministério Público de Roraima (2017), através de um parecer técnico, aborda sobre os deslocamentos dos Warao que vivem nos territórios de origem, pois, realizam a migração pendular para as cidades principalmente dos estados de Delta Amacuro e Monagas, por diversos motivos, desde exercer trabalhos temporários, realizar coletas, dentre outros.

Eles narram que alguns vivem em comunidades situadas nas beiradas dos rios, mas praticam um ir-e-vir entre estas e as cidades, em viagens para vendas, trocas, trabalhos temporários, obtenção de dinheiro de doações nas ruas e acesso a serviços públicos de saúde, dentre outros motivos. Muitos dos que já vivem em bairros urbanos das cidades em Delta Amacuro e Monagas, de acordo com o que nos relataram, mantém vínculos sociais com suas comunidades ribeirinhas. Assim, os recursos conseguidos nas cidades, seja quando se deslocam temporariamente ou se nelas vivem, podem ser compartilhados nas comunidades. (BRASIL/ MPF/RR, 2017, p.14).

Quando não conseguem algum trabalho fixo ou temporário, ou então realizar as coletas no meio urbano das cidades venezuelana, os Warao que se encontram nas comunidades indígenas também realizam trabalhos temporários, estão submetidos a uma relação de pagamento, logo, é uma compra e venda de força de trabalho, o que não ocorre para a coleta,

² As mulheres associam o processo e a habilidade de 'pedir' dinheiro com as estratégias que usaram nos córregos do delta inferior para colher seus alimentos. Segundo eles, a diferença é que, em vez de entrar na floresta em busca de alimentos silvestres, entram nas cidades e, em menos tempo, obtêm dinheiro suficiente para cobrir suas necessidades alimentares. Em outras palavras, suas "invasões" pelos centros urbanos do país não parecem ser nada mais do que uma extensão dessas incursões recorrentes em busca de recursos econômicos, mas em uma geografia mental mais ampla do que a imaginada por seus pais e avós. (LAFÉE-WILBERT; WILBERT, 2008, p. 99). (Tradução Livre).

que seriam uma forma de trabalho como forma de valor de uso, e que no caso são de dois tipos, conforme Rosa e Peixoto (2020):

Nas comunidades indígenas, por sua vez, em termos gerais, há incidência de dois tipos de exploração laboral: 1) a contratação de mulheres indígenas para prestar serviços domésticos para famílias, que concordam em manter o contato e depois desaparecem; e 2) o caso das áreas de mineração, onde os indígenas são usados para transportar materiais pesados em troca de um salário baixíssimo. (ROSA; PEIXOTO, 2022, p. 21).

O Ministério Público de Roraima (2017) aborda que nos primeiros anos de governo de Hugo Chávez, os Warao receberam apoio estatal em formato de projetos governamentais, que geraram contratações temporárias em formato de rodízios para contemplar todos os indígenas, entretanto, conforme a situação econômica do país, foram perdendo os benefícios.

Os Warao relataram que no governo de Hugo Chávez havia projetos governamentais que incentivavam a construção de casas, a compra e reforma de barcos, com atividades produtivas definidas com a participação das comunidades e com incentivo para contratação em sistema de rodízio (**garantia de uma semana de trabalho por mês para todos os indígenas**). Relataram também que tais incentivos e benefícios foram reduzidos ou extintos, sem previsão de retomada. Seu principal produto para relações comerciais com as cidades venezuelanas, o pescado, passou a ter baixa procura. Além disso, com a economia hiperinflacionada, os produtos dos quais dependem por meio da compra, estão com o preço muito alto. (BRASIL, MPF/RR, 2017, p. 19, grifo nosso).

Rosa e Peixoto (2022) abordam que no período da década de 1980 até 2014, ano dos primeiros registros de Warao em território brasileiro, os Warao, continuavam excedendo trabalhos informais, sendo totalmente de forma precarizadas e com salários extremamente baixos, como alguns atos ilegais ou trabalho com reciclagem. Segundo as autoras:

No contexto recente, diante da crise que a assola a Venezuela, há registros de famílias Warao inseridas em relações de trabalho completamente precarizadas e até mesmo ilegais, como é o caso do contrabando de gasolina em Cambalache (Bolívar), em que os indígenas seriam o mais baixo escalão de uma rede que envolveria até mesmo setores do governo. De 1985 até 2014, os indígenas daquele local sobreviveram catando produtos recicláveis e alimentos em um lixão, porém, com seu fechamento, muitos deles encontraram no tráfico de gasolina a única maneira de garantirem, ainda de que forma precária, o seu sustento. Esse trabalho renderia em média 35.000 bolívares por semana para as famílias Warao, um valor, contudo, insuficiente para comprarem até mesmo uma dúzia de ovos, que custaria 45.000 bolívares.

Muitas famílias, ainda, para continuarem com as atividades de coleta de alimentos e materiais recicláveis, deslocam-se para a zona industrial de Cañaveral, para onde o lixão foi transferido, em viagens que levam 15 dias ou mais. Nesse local, instalam-se em acampamentos construídos com plásticos e outros materiais, que reúnem desde crianças até idosos. Os objetos coletados são para consumo próprio ou revendidos para as empresas de reciclagem. Muitas delas pagam menos que a metade do valor; ainda assim, os indígenas não podem recusar por não terem outras fontes de renda. (ROSA; PEIXOTO, 2022, p. 21).

Ainda segundo Rosa e Peixoto (2022), já em contexto de pandemia de Covid-19, ainda durante o governo de Nicolas Maduro, os indígenas que ficaram em território venezuelano são enganados e levados para a Guiana para executar trabalho escravo em minas, onde recebem metade do que os trabalhadores nacionais.

Em meados de 2021, houve também a denúncia de indígenas Warao serem submetidos ao trabalho forçado em minas na Guiana. Na ocasião, dois indígenas foram levados de sua comunidade, no município de Antonio Díaz (Delta do Amacuro), com a proposta de trabalharem na colheita de hortaliças; em lugar disso, foram enviados para uma mina, onde permaneceram por três semanas, realizando trabalhos forçados até conseguirem escapar. Além disso, relata-se que, na Guiana, os indígenas Warao recebem 50% menos que os trabalhadores nacionais pela realização do mesmo trabalho. (ROSA; PEIXOTO, 2022, p. 22).

Portanto, o trabalho para os Warao ocorreu após diversas transformações nos seus territórios, que posteriormente alterou o modo de vida dessa população, que precisou se adaptar ao novo meio, nas multiplicidades das vezes, seja executando atividade laborais precarizadas ou exercendo a coleta. Desse modo, que foi gerada a inserção dos indígenas nos moldes capitalista de produção, pois “é resultado de um processo histórico de expropriação e integração subordinada e desigual dos povos indígenas aos mercados de trabalho etnicamente segmentados dos países periféricos”. (ROSA; PEIXOTO, 2022, p. 22).

Já no segundo capítulo, iremos abordar, as dinâmicas no qual a Venezuela se insere em contexto latino-americano e caribenho e as questões recentes nesse país para “forçar” a mobilidade de cidadãos indígenas e não indígenas.

CAPÍTULO 2: DINÂMICA REGIONAL DA VENEZUELA EM CONTEXTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

O presente capítulo tem como objetivo abordar a dinâmica regional ao qual a Venezuela está inserida em contexto latino-americano e caribenho. Como recorte, abordaremos o contexto desde o colonialismo, passando pelo imperialismo e as ações no território, com recorte para o enfoque neoliberal através do Pacto *Punto Fijo* até a mudança anti-imperialista do chavismo e a crise atual instaurada no país.

2.1 – A formação territorial da América Latina e Caribe

Para entendermos a problemática geoeconômica, política e social na Venezuela, e as questões recentes que têm afetado essa migração indígenas para Amazônia e Brasil, temos que entrever primeiramente no espaço macro, onde o país está localizado geograficamente no latino-americano e caribenho, pois tanto o país quanto a região vivenciaram e vivenciam a dominação e influências externas em seus territórios. Em tempos de mundo globalizado, os Estados Unidos da América e países do centro capitalista impõem políticas neoliberais, principalmente no século XX, através das agências financeiras multilaterais, empresas transnacionais ou por decisões dos próprios países imperialistas.

Foi no século XV que se inicia o período de colonialismo no continente americano, com a chegada do explorador Cristóvão Colombo, no ano de 1492, que representava a coroa espanhola. Após esse acontecimento, vieram outros colonizadores para dominar a região que ficou nas “mãos” dos próprios espanhóis, mas também de outros europeus como os portugueses, ingleses, franceses e holandeses que disputaram entre si a supremacia territorial na região conhecida como Américas, principalmente em busca de recursos naturais para a exploração, o que gerou extermínios de povos originários e impactos no ambiente.

Em razão desses conflitos por territórios, gerou no campo geopolítico acordos diplomáticos ou no caso tratados que delimitavam a região, contudo, as disputas e a expansão territorial continuavam pelo continente. No hemisfério Norte, os combates ficavam principalmente entre ingleses e franceses e no cone sul, ficavam sobretudo entre portugueses e espanhóis.

Todavia, mesmo a hegemonia permanecendo entre esses quatro países, possuíram episódios de outros países tentando dominar algum território no continente como, por exemplo,

os holandeses e franceses, buscando dominar a costa brasileira, principalmente no Nordeste ou os holandeses fundando uma colônia na atual Nova Iorque (EUA), que em seguida foi conquistada pela coroa inglesa.

Quando trazemos a discussão para a atual América Latina e Caribe, constata-se que tiveram grandes disputas territoriais, como o atual Brasil, onde os espanhóis e portugueses geraram conflitos e realizaram acordos diplomáticos como o tratado de Tordesilhas em 1594. Entretanto, os espanhóis possuíram o maior império colonial e isso se reflete na quantidade de países falantes da língua espanhola no continente.

Já os franceses, ingleses e holandeses tiveram ganhos territoriais nas centenas de ilhas do Caribe (Antilhas) e alguns países da atual América do Sul, como a Guiana Francesa, Guiana e Suriname, respectivamente, onde possuem influência direta ou indiretamente nos setores da política, cultura, economia, entre outros.

Santos, M (2006) aborda essa dinâmica realizada por agentes externos para a atual América Latina:

De um lado, quando a América Latina se torna europeia produz uma combinação inédita na história mundial. A chegada de homens e árvores e de animais de todos os continentes, produzindo um novo tipo de espaço na superfície da terra é, na realidade, a produção de um mundo em lugar diferente. Lugar que, para os seus novos formadores, seria a ocasião de um estranhamento e, por conseguinte, a possibilidade de criação de algo realmente novo. (SANTOS, M, 2006, p. 19).

Se formos definir a América Latina de forma simplificada, a partir de sua etimologia, seria definida a partir da língua do colonizador europeu, que no caso, seriam os latinos espanhol, português e o francês que dominaram e conquistaram uma grande porção territorial do continente americano.

Conforme explana Andrade (1999):

Na realidade, a América Latina seria a porção do território americano que foi colonizada pelos europeus, a partir do século XVI. Como três povos latinos colonizaram porções da América, concluiríamos que haveria uma América Latina de origem espanhol, uma de origem portuguesa – o Brasil – e outra de origem francesa. Ocorre, porém, que nem sempre uma área foi colonizada por uma nação europeia e permaneceu durante todo o período colonial em poder desta nação. Muitas formas inicialmente colonizadas por um povo e, posteriormente, passaram para o poder de outro, em consequência de tratados feitos na Europa ou do próprio dinamismo da ocupação territorial no continente americano. (ANDRADE, 1999, p. 9).

Dessa forma, a partir da óptica imperialista, a América Latina termina na fronteira do México com os EUA, ou seja, a partir dessa classificação todos os países situados ao sul dessa delimitação seriam o subcontinente latino-americano, principalmente por considerarem a região como “atrasada”, pobre economicamente, dominada pelos países centrais, portanto, é vista como subdesenvolvida e/ou periferia do centro capitalista.

E fazendo parte dos territórios ao sul dessa fronteira imperialista, temos a região do Caribe, que não faz parte da América Latina, pelo contexto de sua colonização, entretanto, sofrem os mesmos problemas sociais e econômicos e possuem dependência externa semelhante a América Latina. E a partir desse histórico, não tem como separar ambas as regiões nos estudos geopolíticos e geoeconômicos.

Portanto: “Em países de grandes disparidades regionais e de renda, como nos países latino-americanos, o processo de criação de fluidez social, política e territorial é seletivo e não-igualitário” (SILVEIRA, 2005; SILVEIRA, 2006, p. 93). Sendo assim, o cenário geopolítico e geoeconômico, não somente na América Latina, mas como também no Caribe, possui características de dominação que os une, seja no período colonial, imperialista ou no período de globalização.

Andrade (1999) comenta sobre esse caso:

Nos deparamos com o problema das Guianas e do Caribe, onde existem numeroso países, muitos ainda não formalmente independentes e sem origem latina, uma vez que foram colonizados pelos ingleses e holandeses. Trata-se de pequenos países que se tornaram independentes, a maioria na segunda metade do século XX, e, como países latino-americanos, apresentam sérios problemas de dependência externa, de exploração de sua economia por grupos transnacionais, de pobreza e de baixa qualidade de vida. Desse modo, torna-se difícil deixá-los à margem, quando se estuda a problemática latino-americana. (ANDRADE, 1999, p. 11-12).

Mesmo as regiões latino-americana e caribenha sendo exploradas desde a sua colonização, como também depois de seu processo de independência de vários territórios, ainda possuem interesses externos, principalmente em países onde possuem recursos com grande valor no mercado, como por exemplo os *commodities* petrolíferos na Venezuela ou a soja, minérios, petróleo e água no Brasil.

Portanto, os países imperialistas definem suas prioridades para seus territórios, principalmente os EUA que age diretamente em seu “quintal”. Entretanto, agem também em toda a região latino-americana e caribenha, principalmente no final do século XX, a partir de

1970 e assim temos a Venezuela, que se tornou um país de resistência ao neoliberalismo, através do chavismo.

2.2- Venezuela e o processo de resistência ao neoliberalismo

A presente seção tem como objetivo abordar o contexto histórico para compreendermos a “origem” da crise contemporânea venezuelana, com o recorte a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI. Para isso, temos os discursos e modelos implantados como Pacto *Punto Fijo* com as reformas estruturantes e a resistência ao neoliberalismo, a partir do chavismo.

Para entendermos os efeitos da crise contemporânea instaurada na Venezuela, temos que recorrer ao contexto histórico da democracia no país no século XX, que foi a partir da destituição da ditadura de Marcos Peres Jiménez, que se encerrou no ano de 1958. As elites venezuelanas criaram o pacto de governabilidade denominado *Punto Fijo*, que definia o sistema democrático de governo, e a disputa política ficava entre três partidos que definiam os rumos econômicos e políticos do país.

Pereira (2013) comenta sobre a elaboração do acordo:

Pacto de Punto Fijo, que começou a ser elaborado em Nova York e contou com a participação das principais lideranças dos mesmos partidos que tiraram o ditador do poder, a Ação Democrática (social-democrata), o Copei [Comitê de Organização Política Eleitoral Independente] (social-cristã) e a União Republicana Democrática. (PEREIRA, 2013, p. 23).

Entretanto, mesmo sendo considerado um processo democrático, muito em função do momento de pós-fim ditatorial, a criação não permitiu que diversos setores da sociedade fossem incluídos no desenvolvimento e na tomada de decisões políticas nacionais, sobretudo, com o argumento de que esses setores estavam alinhados com os países latino-americanos onde tiveram golpes de Estado.

Villa (2005) aborda como diversos setores populares e partidos de esquerda foram excluídos do acordo:

[...] o pacto de governabilidade excluía setores, como o Partido Comunista, considerados como forças desestabilizadoras do nascente sistema democrático. Em relação à política externa, as elites políticas venezuelanas tiveram habilidade de desenvolver uma diplomacia defensiva da institucionalidade democrática interna ao promover a chamada doutrina Betancourt, pela qual a Venezuela não reconhecia nenhum governo no

continente que tivesse por origem um golpe de Estado. (VILLA, 2005, p.153-154).

De modo sumário, o pacto unia o sistema político e econômico a partir dos recursos do petróleo, que de certo modo trouxe estabilidade econômica ao país, pois as receitas estavam em alta por conta da valorização do preço do petróleo no mercado internacional. Os governantes possuíam poder político, mas também financeiro, onde conseguiam aplicar os recursos em prol da sociedade.

Conforme explica Moreira (2018):

Na história venezuelana, os principais acontecimentos políticos também foram influenciados pelo petróleo. A consolidação do Estado nacional, na primeira metade do século XX, foi possível graças à renda petroleira, que permitiu a concentração do poder nas mãos do presidente, que pôde sobrepor o poder central aos interesses dos caudilhos. Durante os anos de glória da democracia representativa de *Punto Fijo*, entre fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1980, a renda petroleira sustentou um sistema político baseado na transferência de benefícios aos grupos de interesse da sociedade, garantindo a estabilidade e a paz social, que contribuíram para a reputação da Venezuela como uma das democracias mais estáveis do mundo em desenvolvimento. (MOREIRA, 2018, p.18).

Portanto, para compreender o plano puntofujista temos que entender o “papel desenvolvido pelo recurso petrolífero, não sendo também possível a compreensão da vida econômica do país sem o entendimento do papel protagonístico do Estado, que, em última instância, apresenta-se como o único proprietário do recurso petrolífero” (VILLA, 1999 *Apud* VILLA, 2005, p. 154).

A Venezuela, no período do pacto, possuiu uma receita praticamente oriundas na totalidade do rentismo petrolífero, mas é uma situação complicada, pois depender do resultado da cotação do preço do mercado internacional que sempre oscila e sem outras fontes de receita de peso, pode afetar drasticamente a forma de governar de qualquer administração e, consequentemente, quem sofre no final é população, principalmente das classes mais baixas.

O lado negativo do rentismo venezuelano é possuir uma abundante reserva petrolífera, mas depender em sua grande totalidade do recurso mineral, pois, “Essa peculiaridade advinda da abundância de petróleo fez com que a Venezuela, diferente de seus vizinhos, detivesse uma fonte natural robusta de dólares, na medida em que o recurso é desde o século passado” (SILVA; PERES, 2020, p. 24). Entretanto, “ao mesmo tempo, também fez com que o país se tornasse mais vulnerável às flutuações cambiais” (SALMERÓN, 2013 *Apud*,

SILVA; PERES, 2020, p. 24). Assim, o país oscilou entre picos positivos e negativos em sua conjuntura econômica.

Hitner (2012) explana como a descoberta do petróleo foi benéfica ao país e que sustentou o pacto até meados dos anos de 1970:

Na Venezuela, desde a descoberta do petróleo e de seu uso comercial nos anos 1920 até os anos 1970, o impacto do produto na economia do país era visto como bastante positivo. Apesar da percepção por parte dos atores políticos da necessidade de ‘semear o petróleo’, a dependência em relação a ele, nesse momento, não era colocada em cheque. (HITNER, 2012, p. 46).

Tanto a dependência dos recursos do petróleo, quanto a manutenção do pacto não havia sido colocada em xeque até meados dos 1970, quando acontece a crise econômica no final da década e nos anos de 1980 afetou o mundo como todo.

No caso da Venezuela, principalmente nos anos de 1980, onde a dívida possuiu um aumento drástico nos encargos somado a queda do preço do petróleo, colocaram o sistema puntofujismo em decadência, pois, a estabilidade do modelo era estritamente conectada ao rentismo do petróleo, sendo que a valorização do preço do petróleo no mercado internacional não é algo estático.

Villa (2005) aborda a crise puntofujismo e o impacto social na Venezuela:

As relações entre o comportamento da economia do petróleo e o sistema político também são importantes para explicar a crise do puntofujismo. O comportamento negativo da economia nos anos de 1980 afetou de forma relevante a base material redistributiva do regime venezuelano, fato que mostrava que a eficácia política do Pacto de *Punto Fijo* estava intrinsecamente atrelada ao comportamento do modelo rentista petrolífero. Com a crise dos anos de 1980, a chamada década perdida, toda a América Latina enfrentou uma derrocada econômica, que acabou por condicionar profundamente as opções neoliberais econômicas feitas pelas elites políticas na região latino-americana. No caso da Venezuela, a situação agravou-se devido à queda dos preços internacionais do petróleo a partir do ano de 1984, e também ao aumento nos encargos da dívida externa. (VILLA, 2005, p. 157).

Moreira (2018) aborda como o sistema chegou ao seu esgotamento e como afetou a população, sobretudo aos mais pobres:

O esgotamento do sistema de representação centrado na hegemonia dos partidos tradicionais; o surgimento de novos atores políticos; e a deterioração econômica após o ‘milagre venezuelano’ dos anos de 1970, que levou ao empobrecimento de amplos setores da população e à gradual frustração das expectativas de melhoria de vida. (MOREIRA, 2018, p. 40).

Portanto, o período que o pacto esteve em execução, a Venezuela possuiu uma certa estabilidade, porém, depender somente do rentismo, com corrupção e outros fatores, levaram o país para crises sociais, a partir dos anos de 1980 e para tentar salvar o modelo, foram criados planos econômicos de viés neoliberal, mas sem muito sucesso. Posteriormente, novos atores políticos nos anos de 1990 como Hugo Chávez ganham acesso popular e decretam o fim do acordo.

2.2.1 – Crise do petróleo venezuelano e as reformas estruturantes

A Venezuela, geograficamente, faz parte do segundo grupo de dimensão territorial da América Latina, conforme Andrade (1999). Além de deter uma grande porção territorial, possui a sua economia atrelada aos recursos das *commodities* petrolíferas e outros recursos naturais, que transformaram o país e sua capital federal modernizada. (ANDRADE, 1999, p.22-23).

Além do petróleo e demais recursos minerais, a economia da Venezuela exporta outras *commodities* “Como a maioria dos países latino-americanos, tem a exportação [principalmente café e cacau] e da agricultura de subsistência”. (BARROS, 2006, p.212).

Pedroso (2022) aborda a localização estratégica da capital Caracas e as cidades mais densamente populosas da Venezuela tiveram forte influência dos Estados Unidos nos diversos setores da economia venezuelana, principalmente em relação aos acordos comerciais sobre o petróleo.

A Capital Caracas, bem como boa parte dos centros urbanos venezuelanos, está inserida na região mais próxima ao Caribe, que historicamente se constituiu como uma zona de influência do poder estadunidense, seja pela proximidade com o território dos Estados Unidos, seja por ser uma rota comercial importante, graças à presença do canal do Panamá no istmo centro-americano. A identificação cultural com essa região também fez com que a política exterior da Venezuela fosse mais voltada para os países caribenhos, em comparação com outros vizinhos sul-americanos, permitindo o estabelecimento de relações estratégicas e a consolidação da chamada ‘diplomacia petroleira’. (PEDROSO, 2022, p. 236).

Andrade (1999) também demonstra como o país venezuelano se estruturou a partir dos recursos do petróleo.

A Venezuela [...] banhada em toda a sua costa pela Caraíbas, ela tem os seus interesses voltados para os problemas geopolíticos do Caribe. Acumulou grandes capitais com a exploração do petróleo, feita por companhias estrangeiras que apoiaram governos ditatoriais com os de Gomez e de Peres Jimenez, mas nos últimos trinta anos vem sendo governada por políticos eleitos pelo povo, que nacionalizaram as minas e procuraram desenvolver atividades agrícolas e pecuárias, livrando o país de uma dependência econômica que acarreta também uma dependência política. (ANDRADE, 1999, p. 25).

Entretanto, a situação de crescimento econômico no país no século XX esteve em ascensão durante os anos 1974-1979, quando ocorreu o “*boom econômico*”, onde a Venezuela recebeu muito dinheiro oriundo das receitas da extração do petróleo e assim sustentou economicamente o pacto *Punto Fijo*, que gerava a estabilidade política e social e sustentava o modelo político. Assim, após esse período da década de 1970, com o preço oscilando para baixo reproduziu uma crise econômica no país, nas décadas posteriores.

Na figura 01, temos os valores do preço internacional do petróleo durante o período do puntofijismo (1958 – 1999).

Figura 01: preços internacionais do barril do petróleo correspondente ao período histórico do puntofijismo (1958 – 1999).



Fonte: SILVA; PERES (2020, p. 25).

Na figura 01, percebemos que o pico do valor do petróleo foi na década de 1970, quando chegou quase a US\$ 130,00 e esse período foi considerado de desenvolvimento na

Venezuela, já na década de 1980 o preço começou a oscilar, batendo recordes negativos quando comparado com a boa fase dos anos de 1970.

Também percebemos, ainda na figura 01, o quanto o preço oscilou durante o período do puntofijismo (1958 – 1999), o que é ruim para um país que detém as receitas nesse recurso em sua quase totalidade, pois afeta todo o planejamento público para investimentos nos setores essenciais.

Desse modo, quando ocorreu a segunda crise petrolífera no final da década de 1970, mais especificamente no ano de 1979 e durante a década de 1980, que propiciou a diminuição do preço do produto, a Venezuela sofreu um forte efeito negativo em sua economia, pois as rendas do petróleo, ocupavam grande parte do orçamento do governo e com esse declínio financeiro gerou o aumento de suas dívidas, diminuição em investimentos nos múltiplos setores importantes como educação, saúde, entre outros.

Com essa conjuntura econômica, os governos durante os anos de 1979 até 1993, realizaram os programas estruturais com apoio dos Estados Unidos, através de agências financeiras e, principalmente, nos anos de 1980 com ações do Consenso de Washington em território venezuelano.

No entanto, a população organizada em diversos setores da sociedade não aceitou o pacote estruturante, dessa maneira não pactuando com as reformas ao longo dos anos, e resolveu ir para as ruas em 1989 reivindicar seus direitos que foram perdidos. Este momento ficou conhecido como um movimento denominado de *caracazo*, que era contra as medidas neoliberais do programa estruturante denominado *la paquete* do governo de Carlos Andrés Pérez (1974 a 1979/1989 a 1993) que no seu segundo mandato presidencial prometia de volta a prosperidade do petróleo que ocorreu no seu primeiro mandato e no Pacto de *Punto Fijo*.

Santos (2007) aborda como as ações dos governos e a resposta da população às reformas estruturantes ocorreram:

Na Venezuela, num contexto de crise da dívida e queda das rendas do petróleo, as resistências de setores do empresariado e dos trabalhadores organizados impediram várias reformas neoliberais durante os governos de Campins (1979-1984) e de Lusichi (1984-1989). Depois o governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), contrariando o que havia prometido nas eleições e sem promover um debate nacional a respeito do assunto, aplicou um tratamento de choque na economia ao implantar um programa de ajustes estrutural pactuado como o FMI e o Banco Mundial. O pacote econômico de Pérez – como ficou conhecido o programa de estabilização adotado em 1989 – continha a velha receita ortodoxa: desvalorização cambial; restrição monetária; alta dos juros; aumento das tarifas públicas; fim dos subsídios estatais, com o aumento da

gasolina e dos transportes públicos no país que é grande produtor de petróleo; liberação de preços e suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida. Essas medidas recessivas exacerbaram o trágico quadro social com o aumento da inflação, da pobreza, do desemprego, gerando uma grande revolta popular, em fevereiro de 1989, denominada de *caracazo*. (SANTOS, 2007, p.113).

O período de 1989 a 1993, foi de muita instabilidade política, pois, em detrimento do movimento organizado *Caracazo*, surgiram novos protagonistas contra as medidas neoliberais de Perez, que posteriormente, continuou sofrendo pressão popular por conta desse pacote estruturante.

Hugo Chávez liderando um grupo de militares de baixa patente tentou o golpe de Estado em fevereiro de 1992, denominado “Operação Zamora” que fracassou e culminou em sua prisão, e, no ano seguinte, em 1993, após muita pressão popular, ocorreu o *impeachment* de Perez. Desse modo, houve a instalação de um governo provisório e assim “elegeu-se de forma indireta Ramón Velásquez, que organizou as eleições do fim do mesmo ano, cujo eleito foi Rafael Caldera Rodrigues, que anistiou Hugo Chávez pela tentativa de golpe contra Pérez em 1992” (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 4). Além de Hugo Chávez, o perdão foi concedido aos demais participantes da operação Zamora.

Em 1994, ainda com o país em crise socioeconômica e com instabilidade política, o presidente eleito Rafael Caldera (1994-1999) possuía a missão de implementar uma “nova” política econômica para restabelecer a péssima situação socioeconômica e política no qual o país estava passando. Entretanto, ele fez foi introduzir um pacote de natureza neoliberal, praticamente seguindo os passos do seu antecessor.

Conforme Santos (2007)

Sem projeto e coragem para adotar programas econômicos alternativos, Caldera anunciou a ‘Agenda Venezuela’, que consistiu num conjunto de reformas amplamente afinadas com o pacote neoliberal iniciado por Pérez. Foi dada sequência ao processo de abertura do setor petrolífero à participação do Capital estrangeiro. (SANTOS, 2007, p. 114-115).

O programa denominado “Agenda Venezuela” não possuiu muito êxito, pois “A crise financeira que assolou a Venezuela em 1994 acarretou na estatização de 18 (dezoito) bancos”. (SCHURSTER; ARAUJO, 2015 *Apud* BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 4), e nos próximos anos o cenário econômico foi piorando, pois no “ano de 1996, a inflação registrada na Venezuela foi de 103% e o PIB decresceu em menos de meio ponto” (SCHURSTER; ARAUJO, 2015 *Apud* BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 4).

Com a economia venezuelana em declínio e a população insatisfeita com a política por conta das reformas, gerou no final do século XX, mais precisamente na eleição presidencial de 1998, com a vitória de Hugo Chávez, o novo momento não somente na Venezuela, como na América Latina, pois a esquerda venceu eleições em vários países latinos com o discurso antineoliberal.

2.2.2 – Hugo Chávez e o socialismo do século XXI

Com a anistia concebida em 1994, Hugo Rafael Chávez Frias foi expulso do exército e demitido da função oficial de Tenente-Coronel, todavia, mesmo perdendo seu posto nas Forças Armadas da Venezuela, por causa da tentativa de golpe de 1992, ganhou notoriedade nacional e com essa popularidade ausentou-se da ideia clássica de um novo golpe de Estado. Assim, se articulou politicamente para a nova eleição, e “incorporou-se à vida político-institucional e apresentou sua candidatura para as eleições presidenciais de 1998 pelo MVR (Movimento Quinta República), sendo eleito com 62,46% dos votos”. (SOUZA, 2013, p. 7).

Klachko e Arkonada (2017) explicam que mesmo representando a esquerda, a população ainda tinha um certo receio pelo motivo de Chávez ser um ex-militar, mas o seu discurso era de um governo de origem popular e que mudaria os rumos da Venezuela, a partir de uma revolução inspirada em Simon Bolívar e o discurso identitário de libertação e assim promover a “Revolução Bolivariana”. Segundo os autores:

[...] apesar da grande desconfiança no ativismo de esquerda em razão de sua origem militar, conta-se com a presença de um governo popular que gravitará, decisivamente na recomposição da iniciativa popular no subcontinente: nos referimos ao governo de Hugo Chávez e à Revolução Bolivariana da Venezuela (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 85).

A Venezuela foi pioneira na “implantação” do modelo antineoliberal na América do Sul do século XXI, com a posse de Hugo Chávez, em 1999, com seu partido recém-criado consegue vencer os candidatos que representava os partidos do pacto de *Punto Fijo*, que além de ganhar o cargo de presidente, também obteve a maioria das cadeiras na Assembleia Nacional. Assim, encerrou um ciclo de um acordo político e econômico que se firmou por 40 anos no país.

Hugo Chávez teve ao seu favor os petrodólares que consolidam materialmente o plano Chavista, conforme explica Moreira (2018):

Hugo Chávez, um outsider na política tradicional, ocupou o vácuo deixado pela implosão do modelo político. E foram os petrodólares do superciclo das *commodities*, entre 2005 e 2010, que contribuíram materialmente para consolidar o projeto chavista de ‘refundação da república’ e financiar uma política externa antissistêmica e antinorte-americana. (MOREIRA, 2018, p.18).

O sucesso de Chávez na Venezuela inspirou outros movimentos que já estavam em percurso na América do Sul como o Brasil que coloca o modelo progressista em ação com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2002; Na Argentina com Nestor Kirchner com a ideologia do Peronismo, em 2003; Lucio Gutiérrez também em 2003 no Equador³; e na Bolívia com Evo Morales a partir do ano de 2006.

Assim sendo, através de instauração de novas constituições federais da repúblicas, países com a Venezuela e a Bolívia refundaram o Estado nacional com a revolução bolivariana e o Estado Plurinacional, respectivamente.

Um maior nível de radicalização dos processos de mudanças, além de ter cristalizado as transformações políticas, sociais e econômicas em novas Constituições, fruto de Assembleias Constituintes, que deram lugar a uma refundação do Estado (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 127).

Temos que ressaltar o protagonismo das pessoas de classes de trabalhadores rurais e urbanas que nas conjunturas de Bolívia e Equador, na qual, a população indígena foi fundamental e protagonista nos processos de resistências e articulação política dos presidentes eleitos, principalmente na Bolívia que elegeu seu primeiro presidente de origem indígena.

Dessa forma, nos governos de esquerda no poder na Venezuela e nos países mais desenvolvidos da América do Sul representou um robusto aumento da atuação do Estado na economia para incentivar as políticas públicas voltadas ao combate da desigualdade social. Para isso, realizaram nacionalização das empresas públicas, retorno de direitos básicos como os trabalhistas, mas esses elementos representaram um risco à política neoliberal do Consenso de Washington.

Conforme abordam Klachko e Arkonada (2017):

³ Entretanto, Lucio Gutiérrez ao longo de sua gestão através do seu plano de governo findou alterando o discurso e sua política econômica e acabou adotando medidas neoliberais, que por pressão da população, renunciou seu cargo em 2005.

Mais tarde, como parte da atual fase capitalista em nossa região, a partir da nova mudança para governos progressistas ou de esquerda, o Estado retomará novamente a iniciativa e avançará sobre esses capitais privados usufrutuários dos bens comuns. Em alguns casos, pura e simplesmente, para resgatar essas empresas da falência e sucateamento a que foram submetidos pelas transnacionais e, em outros, como o eixo de uma nova política soberana de Estado. E em todos os casos como fontes para o aumento das políticas sociais e/ou redistribuição da riqueza. (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 62).

Hugo Chávez conseguiu ganhar liderança no subcontinente, principalmente pelo discurso antineoliberal e nacionalista, todavia, nas suas falas em eventos e fóruns de cunho social de níveis regionais e mundial, adotava uma postura favorável a aliança latino-americana, na qual todos os países deveriam se unir contra as reformas estruturantes imperialistas nos seus respectivos territórios.

Klachko e Arkonada, (2017) continuam mencionando:

O fenômeno do retorno dos militares nacionais e democráticos das sangrentas ditaduras parecia uma realidade, mesmo com a desconfiança que geravam ambos os militares, justamente por estarem nessa condição, em outra porção importante do ativismo e nos Fóruns Sociais Mundiais. Hugo Chávez se encarregou – por meio de seu contato direto, sua presença e discursos, por exemplo, no FSM (Fórum Social Mundial) de Porto Alegre, mas, sobretudo, por suas políticas e posturas em favor da unidade latino-americana e contra o imperialismo e seus personagens – de ir dirimindo essas desconfianças. (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 115-116).

A unidade latino-americana foi dividida em dois grupos principais de cunho progressista, sendo o núcleo bolivariano formado por Venezuela, Bolívia, Equador e além de Cuba que idealizaram a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA). E as características principal era que possuía um maior nível de radicalização por conta das “transformações políticas, sociais e econômicas em novas constituições, fruto de Assembleias Constituintes, que deram lugar a uma refundação de estado” (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p.127).

E o segundo grupo seria formado por Brasil, Argentina, Uruguai, “além de, com nuances, o Chile também seriam parte desse segundo grupo e os novos governos de esquerda da América Central como Nicarágua e El Salvador” (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 127). Portanto, todos esses países possuem “A resistência nessa esfera, em vez de ocorrer por meio das lutas trabalhistas tipicamente desencadeadas pela reprodução expandida, tornou-se mais central no âmbito do movimento anticapitalista e anti-imperialista”. (HARVEY, 2003, p. 62).

Além do prestígio regional, Hugo Chávez dispôs ao seu favor da supervalorização do preço do petróleo no mercado internacional, o que lhe permitiu dispor de recursos para investimentos nos diversos setores da economia e assim fortaleceu o seu plano nacionalista/bolivariano e o discurso de resistência anti-imperialista estadunidense, conforme explicam Malamoud e Núñez (2019 *Apud* PEDROSO, 2022).

A primeira década do chavismo coincidiu com uma bonança petroleira sem precedentes, na qual houve uma super-valorização do barril do petróleo no mercado internacional, garantindo à Venezuela um poder econômico e político que lhe permitiu atuar ativamente como polo de resistência ao poder norte-americano e ainda catapultar coalizões anti-imperialistas em diferentes níveis (MALAMOUD; NÚÑEZ, 2019 *Apud* PEDROSO, 2022, p. 240-241).

Evidentemente, o projeto chavista não agradava os Estados Unidos, que através de apoio político e financeiro aos grupos que eram contrários ao regime bolivariano, efetivaram um golpe de Estado em abril de 2002, mas Hugo Chávez consegue retornar ao cargo após três dias, principalmente por apoio e pressão das organizações da sociedade civil. Portanto o golpe não possuiu êxito, e essas forças anti-chavistas não desistia de retirar Chávez do poder.

Conforme Klachko e Arkonada (2017)

Logo após a derrota do Golpe na Venezuela pela vontade popular, o poder concentrado (federações patronais, oligopólios da comunicação, com apoio da aristocracia dos trabalhadores da Central de Trabalhadores Venezuelanos [CTV], e com importante apoio dos Estados Unidos) tentou outra jogada, desta vez com *lockout* petroleiro que durou quase dois meses (desde finais de 2002), que também não conseguiu derrotar o chavismo e suas bases populares, apesar do intenso boicote à economia nacional que provocou desabastecimento em todas as áreas. O povo se mobilizou todos os dias contra as manifestações dos antichavistas apoiados pelos canais de TV 24 horas por dia que transmitiam ao vivo os protestos, enquanto durante o golpe de abril havia substituído os noticiários por desenhos animados. (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 154).

Mesmo recebendo ataques e tentativas de golpes dos grupos anti-chavistas, Hugo Chávez continuou forte politicamente, por isso, “No final de 2004, a Revolução bolivariana proclamou o seu caráter anti-imperialista e definiu o seu projeto político como Socialismo do século XXI” (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 142). E Chávez desenvolveu uma ideologia anti-capitalista para o país e propõem construir um socialismo de cunho nacionalista ou nesse caso, bolivariano, para assim, formar o Socialismo Bolivariano do Século XXI.

Pereira (2013), assim fundamenta a ideologia chavista:

Tratava-se aqui de uma ideologia embrionária que visava promover uma democracia ‘proativa e participativa’, que aproximaria a tomada de decisão do povo através de comitês localizados e, num objetivo mais ambicioso ainda, que substituiria em devido tempo a economia de mercado, orientada para o lucro, por um sistema de troca de bens e serviços através de ‘equivalências’ calculadas segundo valores de uso acordado. (PEREIRA, 2013, p. 12).

É a partir desse momento, com a materialização dessa ideologia, que os países centrais, principalmente os Estados Unidos encontram-se com duas tensões geopolíticas no subcontinente latino-americano, que seriam um risco para expansão dos planos imperialistas: a Venezuela de Hugo Chávez e o caso mais antigo, que é Cuba de Fidel Castro. Contudo, no caso da Venezuela, tem a especificidade das reservas de petróleo existentes em seu território, no qual, o interesse é nítido por países externos.

Assim, mesmo com diversas tentativas de golpes por parte dos grupos anti-chavistas, Hugo Chávez conseguiu vencer três eleições consecutivas, sendo a última eleição em 2012. Todavia, por conta de problema de saúde, não consegue tomar posse e em 2013, ocorre o seu falecimento. Uma nova eleição foi convocada, na qual Nicolas Maduro, que foi escolhido como vice-presidente por Hugo Chávez, se torna representante do Chavismo e da Revolução Bolivariana após a morte de Chávez; Maduro ganha a eleição com uma margem muito pequena em relação ao seu adversário.

Conforme Souza (2013) explana:

No final de 2012 foram realizadas novas eleições presidenciais e Hugo Chávez foi reeleito para seu terceiro mandato consecutivo, derrotando o empresário Henrique Capriles com 55,8% dos votos. Chávez, no entanto, não pode assumir oficialmente a presidência, por estar em Cuba em tratamento médico. No dia 05 de março de 2013, o vice-presidente Nicolás Maduro (Psuv) anunciou oficialmente a morte de Hugo Chávez aos 58 anos, após anos de luta contra um câncer na região pélvica. Novas eleições foram convocadas e Maduro foi declarado vencedor do pleito com apenas 300 mil votos a mais do que Henrique Capriles, representando uma diferença de apenas 1,8% dos votos válidos. (SOUZA, 2013, p. 12).

Desse jeito, possuindo respaldo da ideologia chavista, Nicolas Maduro se tornou presidente da Venezuela e, a partir de 2013, o país caribenho continuou palco de uma dinâmica geopolítica, econômica e social que afeta, sobretudo, a classe trabalhadora e transforma o país em um território de imigração para emigração, com viés de crise humanitária.

2.2.3 - Governo de Maduro: O Chavismo sem Chávez

Nicolás Maduro Moros era aliado de Chávez desde a tentativa de golpe de Estado, de 1992, contra Carlos Perez, e com a vitória de Chávez na eleição de 1999, na qual, também fazendo parte da base chavista, se elegeu como deputado federal por dois mandatos e chegou a ser presidente da Assembleia Nacional, mas não chegou a concluir o segundo mandato em virtude do convite de Chávez para ser Ministro de Relações Exteriores, no ano de 2006. Ele ficou no cargo até a eleição de 2012, quando concorreu na condição de vice-presidente.

Todavia, ele ficou inteiramente como presidente da Venezuela, de 2012 a 2013, em virtude da doença de Chávez que não chegou a assumir o cargo, subsequentemente, já na eleição de 2013, quando movimentou-se para disputa presidencial continuou o discurso de seu antecessor. Entretanto, não conseguiu mostrar força política na eleição, principalmente pelo percentual conquistado, demonstrando o quanto o chavismo não era uma unanimidade no país.

Conforme Leal (2016 *Apud* Bastos; Obregón, 2018):

O resultado da eleição mostra que o chavismo não é uma unanimidade na Venezuela. [...]. A Venezuela está claramente dividida ao meio e o resultado não dá aos chavistas a legitimidade para aprofundar a consolidação do 'socialismo' no país. [...]. Ou Maduro terá que buscar diálogo com a oposição, ou corre o risco de mergulhar o país na ingovernabilidade. (LEAL, 2016 *Apud* BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 9).

Bastos e Obregón (2018) abordam como a eleição de 2013 foi conturbada e o resultado muito questionado, não sendo reconhecido pelos opositores que realizaram manifestações nos anos seguintes ainda com o discurso de uma eleição fraudulenta e nesses protestos ocorreu confronto físico com as forças policiais.

A vitória de Maduro no cenário mundial foi recebida com controvérsias: enquanto os países com aproximação ideológica à bolivariana reconheceram prontamente as eleições, os outros que adotam uma perspectiva neoliberal evitaram parabenizá-lo. Já a oposição se recusou a aceitar os resultados e Capriles convocou manifestações para os dias 15, 16 e 17 de abril de 2017. Nessas manifestações houve confronto com a Guarda Nacional, onde 8 pessoas morreram, conforme Luísa Ortega Diaz, procuradora-geral da Venezuela à época. (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 9).

Maduro obteve na sua gestão duas derrotas políticas do chavismo nos seus primeiros anos de governo: a primeira foi a própria eleição de 2013, pelo motivo de ter ganhado

a eleição com um pequeno percentual de 1,59% atingindo no pleito comparado com seu adversário, a segunda derrota, foi na eleição parlamentar de 2015 para a Assembleia Nacional, quando a direita consegue eleger a maioria das cadeiras, sendo a primeira vez que oposição consegue derrotar o chavismo no parlamento desde 1999.

Conforme explica Klachko e Arkonada (2017):

Na Venezuela Bolivariana, o eixo de disputa dentro da revolução bolivariana, de seu governo e seus movimentos e partido se deu, de 1999 a 2015, entre posições de centro-esquerda e de esquerda. A vitória da direita nas eleições parlamentares de 6 de dezembro de 2015 mudou a correlação de forças em favor da opositora Mesa da Unidade (MUD) na Assembleia Nacional. (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 141).

Desse modo, com a oposição possuindo a maioria das cadeiras representativas na Assembleia Nacional, acreditava-se que na próxima eleição presidencial, contaria com uma maior possibilidade de retirar Maduro do poder e, conseqüentemente, “remover” a ideologia chavista da Venezuela.

Todavia, isso não aconteceu, e na eleição de 2018 Maduro venceu a eleição, mesmo sobre forte abstenção, com os opositores afirmando que as eleições possuíam fraude e que não tinha veracidade no resultado. Diversos países da comunidade internacional contrários ao chavismo também não apoiavam o resultado, entretanto, Maduro conseguiu permanecer no cargo por mais seis anos.

Entretanto, possuindo a maioria das cadeiras na Assembleia Nacional era o que restava como arma política contra Maduro, dessa forma, o presidente da Assembleia Juan Guaidó, se declarou presidente interino da Venezuela em 2019, e mais uma vez, países contrários ao chavismo ficaram contra Maduro e a favor da oposição, como por exemplo, Brasil, principal potência latino-americana e os EUA.

Pedroso (2022) aborda como essa crise na Venezuela foi vista pela comunidade internacional, conforme citação a seguir:

A internacionalização da crise interna, vale ressaltar, tem sido um dos aspectos mais explícitos da importância geopolítica da Venezuela. A ascensão do opositor Guaidó como uma alternativa de liderança nacional fez com que parte da comunidade internacional ocidental acreditasse que uma mudança política na Venezuela seria viável. A expectativa de Estados Unidos, União Europeia e a maioria dos países sul-americanos, naquele momento, era que Guaidó conseguisse capitanear uma sublevação militar contra Maduro e, assim, colocar fim à Revolução Bolivariana. Do outro lado, contudo, estavam potências críticas ao poder estadunidense, tais como China, Rússia, Turquia e

Irã que, juntamente com Cuba e outros aliados caribenhos, seguiam reconhecendo Nicolás Maduro como presidente legítimo (PEDROSO, 2022, p. 243).

Porém, Juan Guaidó não conseguiu dar um golpe em Nicolás Maduro e assim retirá-lo do poder, e no ano de 2020, já na eleição do legislativo para Assembleia Nacional, a oposição perde o controle do único poder que detinha para base chavista, que consegue a maioria das cadeiras novamente. Dessa forma, aumenta o poder de Nicolas Maduro, que possuía o controle das forças armadas e demais poderes, portanto, o Chavismo volta a possuir a multiplicidade de poderes no país.

Novamente, essa eleição foi contestada pela oposição, que fez boicote, e também foi registrada forte abstenção e sem reconhecimento dos diversos países da comunidade internacional, somente restando aceitação de países de cunho ideológico como Bolívia, Rússia, China e entre outros.

Em todos os processos eleitorais, após o fim do pacto *Punto Fijo*, os opositores possuíram apoio externo, sobretudo, dos EUA, pois de governo em governo estadunidense tentou interferir nos rumos políticos na Venezuela. Conforme Pedroso (2021) *Apud* Pedroso (2022):

Mesmo em uma posição de vantagem comercial, os sucessivos governos estadunidenses (Bill Clinton, George W. Bush, Barack Obama e Donald Trump) demonstraram sua insatisfação com os rumos políticos da Revolução Bolivariana e agiram de forma a minar o poder venezuelano, por meio de sanções econômicas, comerciais e financeiras (PEDROSO, 2021 *Apud* PEDROSO, 2022, p. 214).

Bastos e Obregon (2018) argumentam que desde o primeiro momento que Nicolás Maduro assumiu concretamente o governo da Venezuela ele não conseguiu obter a popularidade de Hugo Chávez, e por isso, sustentou o seu governo a partir do controle dos poderes, fundamentalmente com as forças armadas. Por isso demonstrou ser um autoritário e antidemocrático e que não respeitava os direitos humanos básicos.

Por não apresentar as mesmas qualidades populistas de Chávez, Maduro teve que recorrer à Força Militar para garantir a manutenção do seu poder. Enquanto Chávez detinha o poder através das urnas, Maduro se apoia no Exército, o que, na opinião de muitos estudiosos, se mostra antidemocrático, autoritário e totalitário. (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p.12).

Bastos e Obregon (2018) continuam relacionando as articulações políticas de Maduro, desde 2013, que governou por meio de decretos, dessa forma, partindo de uma linha keynesiana, utilizando o Estado para intervir fortemente na economia com congelamento de preços, abaixando a margem de lucro da iniciativa privada e para continuar exercendo essas e outras ações na economia, teve ao seu favor a proteção das Forças Armadas que o protege em troca de privilegiar a categoria com aumento salarial.

No entanto, as condições materiais do país em 2013 eram de escassez de produtos básicos de subsistência, crise no setor elétrico, inflação alta, desvalorização do câmbio e queda no PIB. Além disso, em novembro de 2013, Maduro adotou medidas demasiadamente intervencionistas ao reduzir preços de mercadorias por ordem presidencial, limitando, dessa maneira, a margem de lucro do setor privado, o que acarretou no fechamento de várias lojas. No mesmo mês, consegue aprovar a ‘Lei Habitante’, usada por Chávez anteriormente, que deu a Maduro poderes especiais para legislar por decreto por um ano. Através do mecanismo jurídico, limitou em 30% o lucro do empresariado venezuelano, estabeleceu um teto máximo para os valores dos aluguéis e fixou os preços dos automóveis, cuja produção passa a ser submetida ao controle do Estado. Não obstante à crise econômica, Maduro concede muitas promoções às Forças Armadas, elevando o salário dos militares em 60% se comparado com o Governo Chávez, a fim de resguardar o apoio do setor. (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 10-11).

E por causa da catastrófica e nefasta administração de Maduro, a Venezuela alcançou uma crise nunca obtida desse a criação do pacto de *Punto Fijo* e a gestão de Chávez, por isso, o *Observatorio Venezolano de Finanzas* (OVF), que é uma entidade que realiza estudos econômicos e serviu de base para divulgação de dados estatísticos sobre a conjuntura da Venezuela para a Assembleia Nacional, principalmente no período de 2015 de 2020, quando a oposição ao governo de Maduro era a maioria dentro do legislativo, pois, servia de base estatística para contrapor os dados oficiais do governo de Maduro.

Além de ser alicerce para a oposição dentro da Assembleia Nacional, os dados do *Observatorio Venezolano de Finanzas*, também servia de base para países que apoiava o bloco de opositores para analisar a situação econômica da Venezuela.

Dessa forma, o OVF *Observatorio Venezolano de Finanzas*, em um dos seus estudos, calculou a média de inflação anual por período de administração pública desde primeiro governo de Romulo Betancourt, de 1959, do início do pacto *Punto Fijo*, ao governo da Maduro até o ano de 2019, conforme vemos na tabela 01:

Tabela 01: Taxas médias anuais de inflação na Venezuela por período de governo

Período	Presidente	Média de Inflação por %
1959-1963	Rómulo Betancourt	1,3
1964-1968	Raúl Leon	1,4
1969-1973	Rafael Caldera	3,0
1974-1978	Carlos A. Pérez	4,0
1979-1983	Luis Herrera C	13,1
1984-1988	Jaime Lusinchi	18,2
1989-1993	Carlos A. Pérez	44,6
1994-1998	Rafael Caldera	60,0
1999-2012	Hugo Chávez	25,6
2013-2019	Nicolás Maduro	1.567,7

Fonte: Observatório Venezuelano de Finanças (2020). Org pelo autor.

Verificamos na tabela 01, que desde a criação do pacto *Punto Fijo*, houve pouca mudança de presidente, tendo destaque para Rafael Caldera e Carlos Perez, que lograram dois mandatos em períodos distintos. Entretanto, temos que ressaltar que a própria dinâmica do acordo gerou essa pouca rotatividade, pois, o poder estava concentrado nas mãos de poucos partidos, mas essa situação de poucos governantes na presidência não mudou com o chavismo, desde 1999 até 2012, com Hugo Chávez e Maduro, de 2013 até o presente momento (2022).

Porém, quando abordamos no lado econômico, os modelos de administração na Venezuela estravam/estão atreladas em função da renda do petróleo, pois é a principal fonte energética do país, se o preço no mercado internacional despencar, impacta fortemente nas receitas venezuelanas, é claro, sem contar o efeito das sanções econômicas.

Foi no governo de Nicolas Maduro que as sanções econômicas impostas pelo países do hemisfério Norte, principalmente os Estados Unidos possuíam um maior peso se for comparado com Chávez, também se agrega a instabilidade política e a administração autoritária e antidemocrática, as quais se concretizaram o resultado dessa conjuntura foi que a Venezuela atingiu um patamar econômico limitado e alcançando recordes negativos jamais visto na história contemporânea. Nem mesmo quando o país passou pelos planos econômicos fracassados de Perez e Caldera, a situação econômica era tão crítica, como a partir de 2013, que se tornou o segundo período do Chavismo.

2.3– Colapso econômico e social: Do Socialismo do XXI a crise econômica contemporânea

A presente seção tem como objetivo abordar em síntese a conjuntura econômica da Venezuela no governo de Nicolás Maduro que tornou o país o mais pobre das Américas, e para

isso iremos analisar os dados quantitativo de diversas instituições governamentais como o Banco Central da Venezuela e de entidades como Observatório Venezuelano de Finanças e o Fundo Monetário Internacional (FMI), pois a questão econômica como em qualquer país que está em crise é fundamental o debate, pois é uma das características de “forçamento” que geram a migração de trabalhadores para outros países.

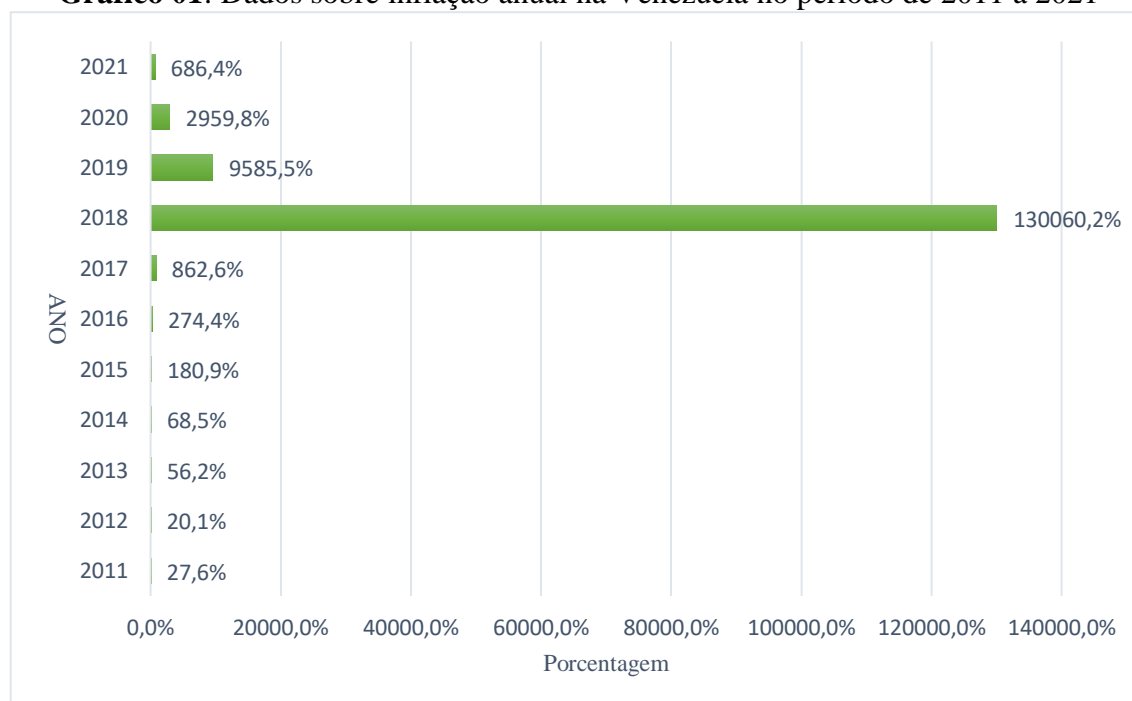
2.3.1 – A conjuntura econômica da Venezuela durante o governo de Maduro

Para fazermos uma síntese da situação econômica da Venezuela, iremos utilizar dados quantitativos de organismos governamentais como o Banco Central da Venezuela e de entidades como *Observatorio Venezolano de Finanzas*, no qual, servia para a oposição na Assembleia Nacional entre 2015 e 2020, como base estatística, também de instituições multilateral como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Iniciamos com um indicador muito importante para análise exploratória que é o índice inflacionário, visto que afeta o poder de compra do trabalhador, pois é medido pelo aumento do valor de bens e serviços.

No gráfico 01, temos o quantitativo da inflação na Venezuela do período de 2011 a 2021, calculado através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Banco Central da Venezuela.

Gráfico 01: Dados sobre inflação anual na Venezuela no período de 2011 a 2021



Fonte: Banco Central da Venezuela, (2021). Org. pelo autor.

Verificamos no gráfico 01, o quantitativo da inflação de 2011 a 2021, sendo que nesse período, tem-se dois anos (2011-2012) ainda sobre a administração de Hugo Chávez, quando a inflação caiu 7,5% em comparação de ano para o outro.

Já na gestão de Nicolas Maduro, desde 2013 a inflação aumentou e chegou no seu nível mais crítico no ano de 2018, quando atingiu 130.060%, e nos anos subsequentes, apresentou uma queda, sobretudo no ano de 2021, quando foi registrado a marca de 686,4%, menor quantitativo desde o pico de 2018. Entretanto, a Venezuela continua sendo o país mais inflacionário do mundo.

E para entendermos a análise da inflação, o Banco Central da Venezuela também divulgou os itens de bens e serviços que fazem parte do cálculo do índice inflacionário, que no caso são 13 unidades de consumo.

Na tabela 02, temos detalhada a inflação para cada setor de bens e serviços entre anos os 2011 e 2021.

Tabela 02: Inflação acumulada por setor de Bens e Serviços entre 2011 e 2021

BENS E SERVIÇOS	ANO/PORCENTAGEM (%)										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Alimentos e Bebidas não alcoólicos	33,6	23,7	73,9	102,2	315,0	381,8	1.062,4	143.786,9	7.981,4	2.906,8	557,2
Bebidas Alcoólicas e Fumo	28,4	34,5	67,9	90,8	273,3	581,4	1.255,2	121.098,5	8.915,0	2.591,5	492,3
Roupas e Calçados	16,5	13,3	54,3	43,0	146,5	116,3	735,9	86.506,7	11.292,6	2.819,3	928,1
Aluguel de Habitação	11,0	10,5	13,8	18,2	27,8	72,5	120,0	486.684,5	10.312,0	1.799,8	446,3
Serviços de Aluguel, exceto telefonia	9,3	5,3	25,7	41,7	22,4	340,9	179,2	315.580,4	22.045,5	1.561,2	1.494,6
Equipamentos domésticos	25,0	9,6	37,0	37,9	111,7	230,1	649,0	57.212,1	10.952,3	3.969,4	1.224,2
Saúde	26,8	19,3	29,1	41,4	110,6	194,8	631,2	167.925,8	17.872,4	3.719,4	942,0
Transportes	30,6	23,3	50,2	59,7	129,8	247,8	592,9	134.238,3	13.032,6	3.300,8	952,6
Comunicação	6,5	3,7	8,0	20,5	49,7	74,7	1.023,9	23.253,3	9.979,8	4.085,2	1.098,5
Entretenimento e cultura	20,2	19,9	50,5	51,9	118,1	262,6	521,5	109.885,7	12.513,6	2.797,5	822,4
Serviços de Educação	25,5	21,4	28,4	60,8	121,3	320,0	512,8	89.130,4	18.861,4	976,8	1.104,7
Restaurantes e Hotéis	30,1	24,7	71,7	81,4	249,1	174,8	918,0	118.381,0	10.780,3	3.052,7	598,7
Bens e Serviços diversos	30,0	9,0	31,0	45,9	100,8	310,2	774,6	176.952,7	11.809,8	3.603,2	582,3

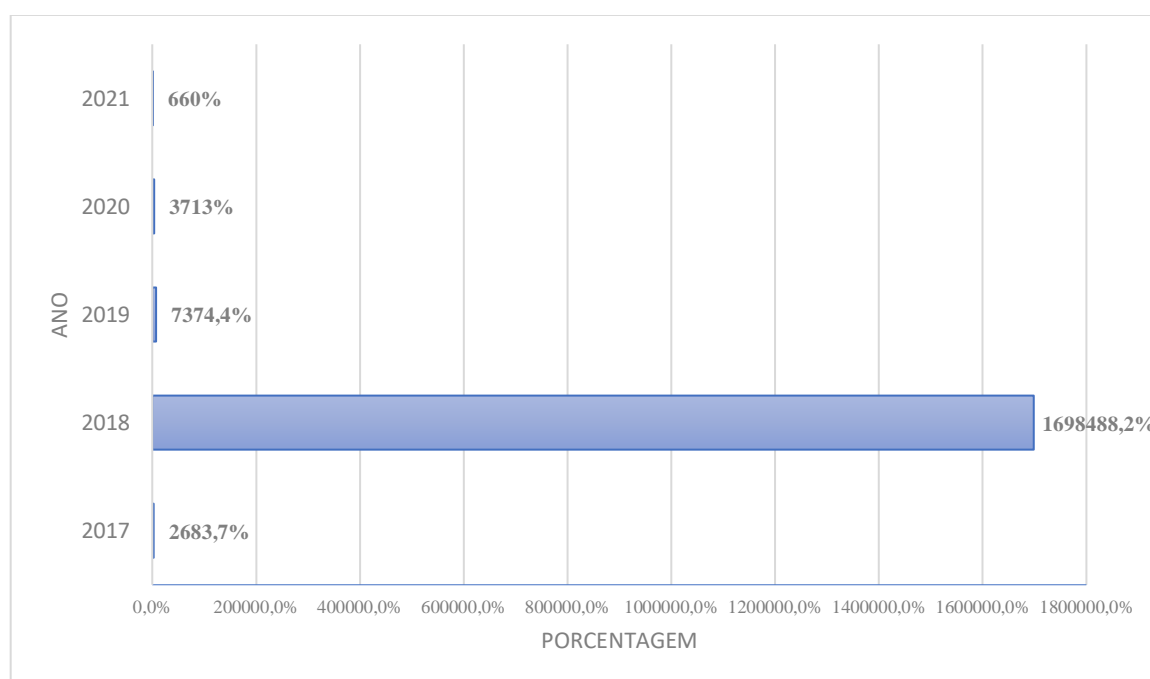
Fonte: Banco Central da Venezuela (2021). Org pelo autor.

Como percebemos na tabela 02, os itens de bens e serviços selecionados para calcular a inflação são de extrema importância para dignidade humana.

Verificamos também como é difícil para os trabalhadores venezuelanos sustentarem suas famílias no governo de Nicolas Maduro, visto que, se pegarmos o exemplo de 2018 que foi o ano que teve o maior percentual inflacionário, pelo fato do PIB do país ter alcançado o menor valor registrado no governo de Maduro. Além disso, se agrega com a diminuição da produção de petróleo e as sanções impostas pelos Estados Unidos, e assim, gerou índices tão elevado na inflação como: o 1º) Aluguel de habitação com 486,684,5%; 2º) serviços de aluguel com 315.580,4%; 3º) bens e serviços diversos com 176,952,7%; 4º) Alimentos e bebidas não alcoólicas com 143.786,9%. Assim, os demais itens e nos anos subsequentes, mesmo possuindo uma queda na inflação, todos os 13 itens estavam acima de 300%.

Ainda abordando sobre o tema inflacionário, no gráfico 02, temos os dados do Observatorio Venezolano de Finanzas, o qual discorre sobre a inflação entre 2017 e 2021.

Gráfico 02: Dados sobre inflação de 2017 a 2021



Fonte: Observatorio Venezolano de Finanzas (2021). Org. pelo autor.

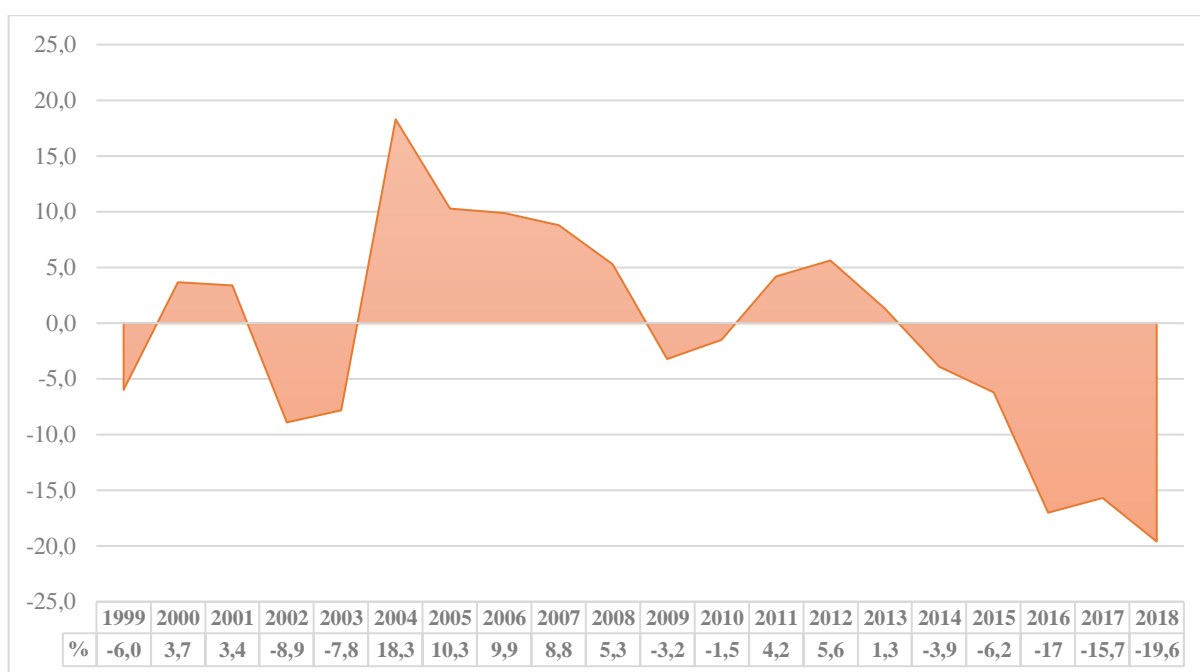
Observamos no gráfico 02, que o quantitativo é distinto do Banco Central, mesmo sendo de período menor, os números são astronômicos, entretanto, tanto o Banco Central, quanto o *Observatorio Venezolano de Finanzas*, mesmo divergindo o quantitativo inflacionário, entram em consenso que no ano de 2018, obteve a maior inflação do período analisado, quando o cálculo chegou a 1.698.488,2%.

Temos que ressaltar que nesse período analisado (2017-2021), o OVF estava sobre a tutela da oposição na Assembleia Nacional, entretanto, no mesmo ano, quando aconteceu a eleição parlamentar, o chavismo volta ao poder, por alcançar a maioria das cadeira, dessa forma, o quantitativo de 2021 é semelhante aos dados do Banco Central.

Para entendermos melhor o pico da crise na Venezuela, o Banco Central daquele país divulgou sobre os dados de seu PIB até o ano de 2018, e assim podemos analisar o crescimento econômico do país dentro do chavismo desde a sua implantação no ano de 1999.

Dessa forma, o gráfico 03 apresenta o quantitativo do PIB venezuelano de 1999 até o ano de 2018.

Gráfico 03: Evolução do Produto Interno Bruto da Venezuela entre 1999 e 2018 (%)



Fonte: Banco Central da Venezuela, (2018). Org pelo autor.

Podemos observar no gráfico 03, que o PIB no governo de Hugo Chávez se iniciou com déficit, e no ano seguinte apresentou uma melhora de 9,7% em comparação ao anterior, e posteriormente, uma queda nos anos de 2002 e 2003, subsequentemente, nos anos de 2004 até 2008, apresentou um *boom* econômico em razão da valorização do preço do petróleo, e posteriormente nos demais anos, tiveram algumas oscilações, que praticamente deixou a economia estável, e, no governo de Maduro, a partir de 2013, se iniciou com queda de 2,4% comparada com o ano de 2012. Entretanto, nos anos subsequentes, somente apresentou déficit,

tendo o ápice em 2018, quando o PIB caiu 19,6%, nunca registrado um valor tão expressivo na história contemporânea venezuelana.

Além dos dados sobre inflação, o *Observatorio Venezolano de Finanzas* ainda divulgou notas técnicas em caráter exploratório sobre a remuneração dos trabalhadores venezuelanos dos anos de 2020 e 2021, pois desde 2013, o Banco Central venezuelano não divulgava tais quantitativos sobre remuneração de seus cidadãos.

Portanto, a nota técnica denominada de '*Índice de Remuneraciones de los Trabajadores de 2020 a 2021*', que utilizou da metodologia de visitas *in loco* nas empresas e/ou telefonemas para os trabalhadores, por conta da pandemia de Covid-19, demonstra o quantitativo da remuneração dos trabalhadores do setor público foram utilizados dados disponíveis do governo. Dessa forma, fizeram o levantamento de 4.683 postos de trabalhos, sendo que desse universo de trabalhadores pesquisados, 73,5% das empresas estavam localizadas no estado de Miranda, 20,5% na capital Caracas e o restante da amostra correspondeu aos demais estados venezuelanos.

Portanto, na figura 02, temos a remuneração média de janeiro de 2020, divididos entre setores de qualificação, econômico e institucional.

Figura 02: Estrutura de setor e remuneração média do trabalho total em janeiro de 2020.

Estructura sectorial y remuneraciones totales promedio en la línea de base de enero 2020. Fuente: UCAB/ENCOVI		
Tipo	Peso	Remuneración total promedio en USD (ene-20)
Por tipo de cargo		
Gerencial	1,4%	61,3
Profesional	12,9%	27,6
No calificados	85,6%	25,7
Por sector económico		
Agricultura y conexos	8,7%	28,3
Comercio y servicios	60,6%	28,7
Construcción	5,4%	25,6
Industria manufacturera	3,0%	40,3
Sector público	22,4%	17,9
Por sector institucional		
Sector privado	77,6%	28,8
Sector público	22,4%	17,9

Fonte: Índice de Remuneraciones de los Trabajadores, OFV (2021).

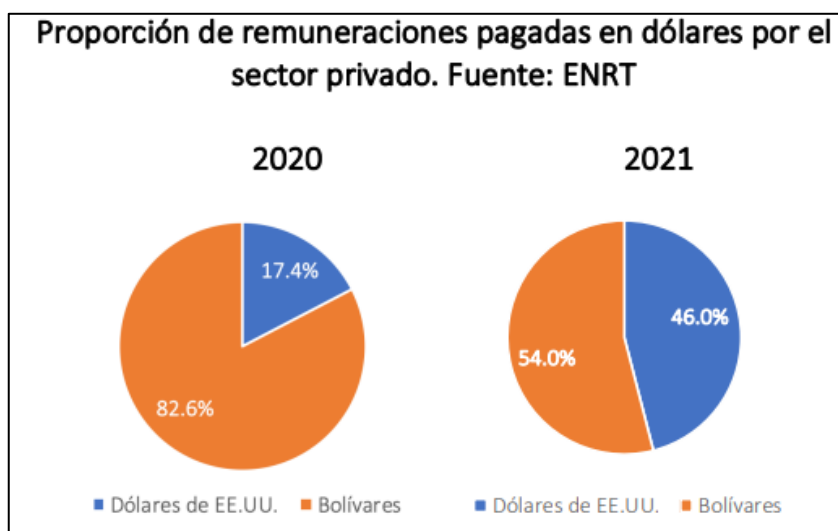
Na figura 02, a classe trabalhadora está dividida em três setores: por tipo de cargo, verificamos que 98,6 % dos trabalhadores somados entre qualificados e não qualificados, ganharam menos de US\$ 1 dólar de por dia no mês de janeiro de 2020; no cargo de gerência ganharam US\$ 2,04 dólares por dia, entretanto, esse tipo de função representou somente 1,4% do público pesquisado.

Por setor econômico, analisamos que o setor de comércio e serviços são as categorias que mais possuem trabalhadores, com 60,6% dos pesquisados, e, o setor de indústria manufatureira, é a categoria que melhor paga, com US\$ 2 dólares por dia, entretanto, representa apenas 3% do total.

O setor institucional está dividida em duas categorias, no geral, os dois ganham menos de US\$ 1 dólar por dia de salário, sendo o setor privado que mais emprega e o setor público que pior remunera, pois paga metade do que o setor privado remunera, chegando a US\$ 0,59 de dólar por dia.

Trazendo essa discussão para o setor privado, onde a pesquisa obteve maiores consultas, aborda a forma de pagamento dos salários, e na figura 03, temos a comparação entre 2020 e 2021, sobre a proporção da remuneração dos trabalhadores.

Figura 03: Proporção de remuneração pagos em dólares no setor privado entre 2020 e 2021



Fonte: Índice de Remuneraciones de los Trabajadores, OFV (2021)

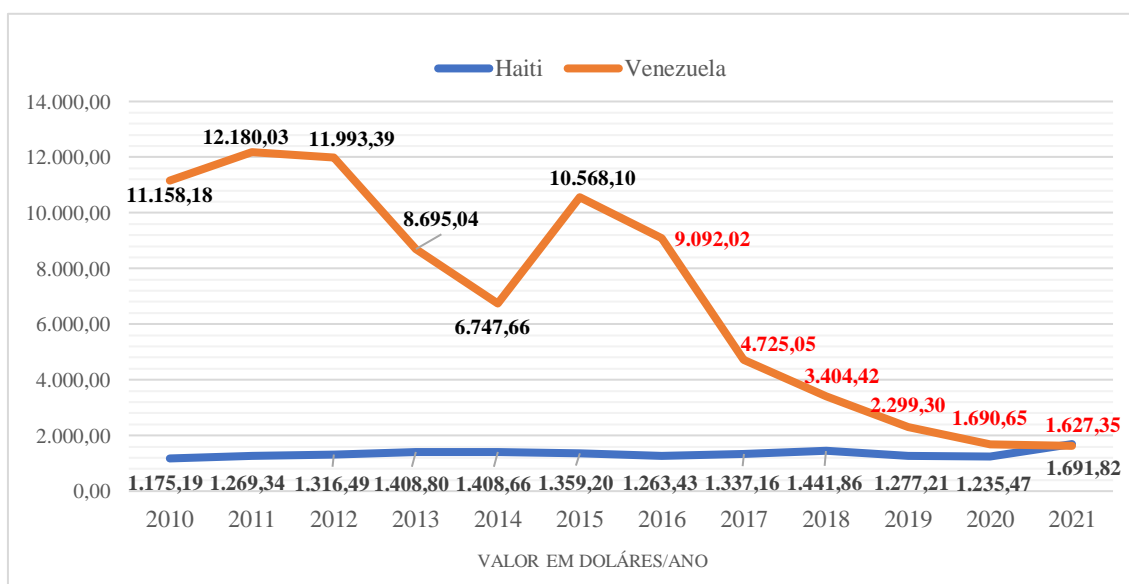
Na figura 03, verificamos que a remuneração dos trabalhadores do setor privado de 2020 para 2021, e nesse período os salários ficaram 28,6% mais “dolarizados”, chegando a manter-se praticamente semelhante a forma de pagamento em bolívares. Isso acontece em

função da moeda venezuelana está desvalorizada e inflacionada, consequentemente, o dólar como moeda padrão internacional, está se tornando a moeda referência para realização dos pagamentos da classe trabalhadora.

Outro dado econômico sobre a classe trabalhadora, é em relação a renda per capita, , em 2021 a Venezuela se tornou o país mais pobre das Américas, pois, ultrapassou o Haiti, que historicamente, sempre ficou na posição de país mais pobre do continente.

Conforme vemos no gráfico 04, temos dados a partir de 2010, pois é quando se registra os primeiros quantitativos de mobilidade de haitianos em terras acreanas:

Gráfico 04: Comparação do valor da renda do PIB per capita entre Haiti e Venezuela entre os anos de 2010 à 2021



Fonte: Fundo Monetario Internacional (2021). Org. pelo autor.

Conforme análise do gráfico 03, percebemos o quão é grave a situação da Venezuela, pois, alcançou a marca de US\$ 1.627,35 de renda per capita contra US\$ 1.691,82 do Haiti, que praticamente tem a sua economia estagnada e sem muita expectativa de crescimento e desenvolvimento econômico, e no caso Venezuela, já possuiu uma economia em crescimento econômico, muito em detrimento da valorização do petróleo.

Todavia, temos que levar em consideração, o contexto histórico de ambos os países, no caso, do Haiti, desde a sua colonização, foi saqueado e seus recursos naturais praticamente esgotados, como também não possui estabilidade política e também é desvatado por catástrofes naturais. Já no caso da Venezuela, que é dos principais detentores de *commodities* petrolíferos mundial e de diversos recursos naturais, entretanto, sem estabilidade política, sofrendo

sanções e outros fatores, conseguiu superar o país haitiano que sempre esteve na condição de país mais pobre das Américas.

2.4 – O petróleo da periferia do capitalismo e as sanções aplicadas a Venezuela

A presente seção tem como objetivo abordar a influência dos países centrais do capitalismo sobre o recurso petrolífero dos países do hemisfério Sul, abordando teorias sobre a dependências dos recursos naturais e na questão geopolítica, discorrer sobre as parcerias comerciais ou sanções aplicadas para a Venezuela, bem como o seu potencial energético, pois é um elemento de interesse que gerou o processo de expropriação nos territórios originários Warao que veremos com mais baseamento no capítulo 5.

2.4.1 – Depedência externa e as reservas petrofileras dos países do Hemisfério Sul

Lima (2011) aborda sobre a “Teoria da Maldição dos Recursos Naturais” em que países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento que detêm vastas reservas de recursos naturais não renováveis como os commodities petrolíferos, ficam sobre o total controle do Estado, sobretudo quando se registra no mercado internacional a valorização do produto. Entretanto, os governos não conseguem fazer uma boa administração dos recursos e como resultado desse processo gera corrupção, autoritarismo, *rent seeking*, alta dependência econômica do recurso, dentre outros fatores.

A Venezuela é um exemplo de conjuntura de dependência desse commodities, pois, as ações políticas e crescimento econômico foram e são entrelaçadas com os resultados dos recursos conquistados.

Todavia, em função de ser uma potência energética, nos anos de 1960, criou juntamente com Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que é uma entidade que tem a função de unir os países produtores, em compromisso das políticas petrolíferas e fazer parcerias comerciais, entre outros acordos.

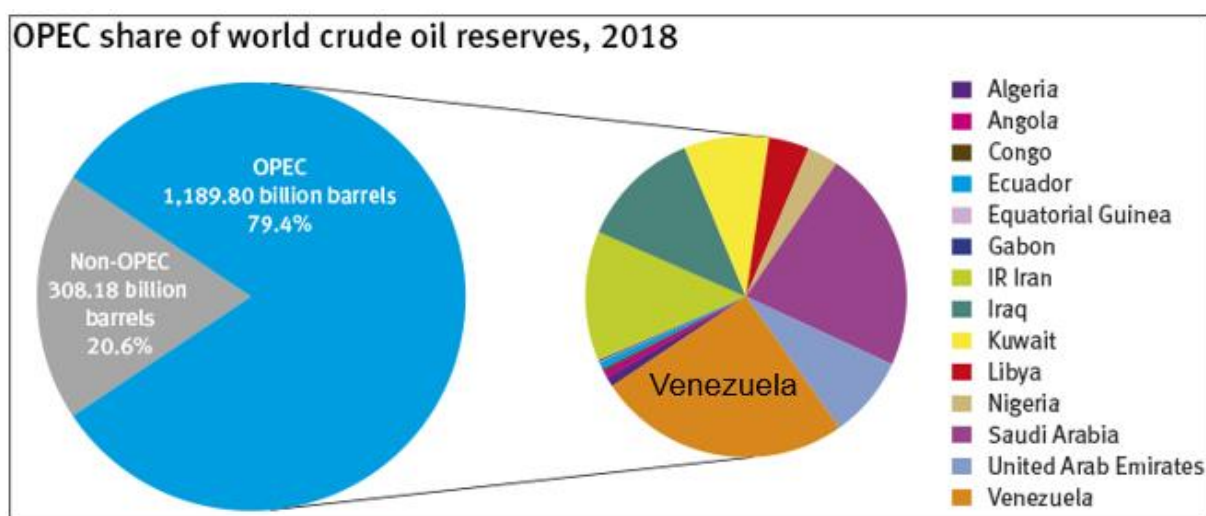
Ao passar dos anos, outros países se tornaram membros, e atualmente, segundo dados da própria Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) são 14 países-membros, no qual, a Venezuela é o país que possui as maiores reservas de petróleo, com 25,5% de todas as reservas da associação, conforme observamos na tabela 03.

Tabela 03: Ranking dos países membros da OPEP por reserva de petróleo

Posição n°	País	Reserva em Bilhões de barris	Porcentagem %
1	Venezuela	302.81	25,5
2	Arabia Saudita	267,03	22,4
3	Irã	155,60	13,1
4	Iraque	145,02	12,2
5	Kuwait	101,50	8,5
6	Emirados Árabes Unidos	97,80	8,2
7	Líbia	48,36	4,1
8	Nigeria	36,97	3,1
9	Algeria	12,20	1,0
10	Equador	8,27	0,7
11	Angola	8,16	0,7
12	Congo	2,98	0,3
13	Gabão	2,00	0,2
14	Guiné Equatorial	1,10	0,1

Fonte: OPEP, 2019 (organizado pelo autor).

Para entendermos melhor o tamanho do potencial energético dos países que compõem a OPEP, na figura 04, temos a representação dos países no quantitativo geral em comparação com outros países que não fazem parte da organização:

Figura 04: Participação das reservas mundiais de petróleo bruto por país integrante da OPEP

Fonte: Adaptado de OPEP, 2019.

Verificamos na figura 04 que as reservas dos países que fazem parte da OPEP são quase 80% das reservas disponíveis no mundo e outra característica importante é que todos esses países são oriundos da periferia do capitalismo, como Oriente Médio, africanos e sul-americanos. Dessa forma há muito interesses geopolíticos e interferências externas nesses territórios, como por exemplo, a própria Venezuela, além da Guerra no Iraque em 2003, onde possuiu forte ação militar dos EUA.

Ou seja, são regiões onde há recursos petroleiros e interesse externo, principalmente possuindo ação direta ou indireta dos países do centro capitalista, pois a Venezuela é um grande exemplo na América Latina, onde os Estados Unidos usufruiu das reservas enquanto o governo era seu aliado e quando teve a mudança política e governamental, reduziu o consumo e dessa forma, serviu com uma das armas geopolíticas contra o Chavismo.

Conforme explana Vitto e Almeida (2020):

[...] a redução da dependência petrolífera americana muda profundamente o tipo de interesse americano sobre o petróleo venezuelano. A questão principal para os EUA deixou de ser o acesso direto ao suprimento venezuelano, mas a contenção da utilização do petróleo venezuelano como arma política na disputa geopolítica regional e internacional. Esta mudança no interesse americano coloca a Venezuela numa situação muito mais frágil que aquela durante o período de elevada dependência petroleira americana. (VITTO; ALMEIDA, 2020, p. 69).

Para retirar a ideologia chavista da Venezuela, os Estados Unidos no início de século XXI, através do governo de George W. Bush impõem as primeiras sanções de forma indireta como arma geopolítica, vejamos que: “A partir de 2002, o país de Bolívar passou a sofrer algumas sanções informais por parte de Washington, como no setor da aviação e de armamentos, em que foram criadas barreiras para a venda de aviões, seus componentes e armas”. (PEDROSO, 2018, p. 194).

Entretanto, a partir de 2015, no governo de Barack Obama, os Estados Unidos com o intuito de retirar Nicolas Maduro do governo da Venezuela e, conseqüentemente, a ideologia chavista/socialista do país utiliza as sanções econômicas de forma direta e muito mais pesadas, pois atinge principalmente o setor petrolífero que “guia” a economia venezuelana. Todavia, foi no governo de Donald Trump que chegaram ao seu ápice, pois no ano de 2018, foram executadas três medidas e, em 2019, os Estados Unidos cortaram na totalidade qualquer tipo de relações com o governo de Maduro.

Montenegro (2021) aborda sobre as sanções pesadas impostas pelos Estados Unidos à Venezuela que teve início no governo de Barack Obama (2009-2017), a partir de 2014, com Lei 113-278 que autorizava o governo estadunidense a aplicar punições a administração de Maduro, e as pessoas que estavam ligadas ou alinhadas com o chavismo.

El 18 de diciembre de 2014, siendo presidente Barack Obama, el Congreso de Estados Unidos aprueba la Ley 113-278, denominada Defensa de los derechos humanos y de la sociedad civil en Venezuela, Acto 2014. Esta Ley se convierte en el marco legal para que el presidente de Estados Unidos pueda imponer sanciones dirigidas a las personas responsables por violaciones de derechos humanos contra los protestantes antigubernamentales. La Ley menciona algunos antecedentes, como la inflación que alcanzó Venezuela en 2013 del 56,3%, siendo la tercera más alta del mundo, el control de divisas por el Banco Central de Venezuela, el desabastecimiento de productos básicos, el aumento de la violencia, la detención de periodistas extranjeros, el cierre de medios de comunicación nacionales y extranjeros, la detención injustificada de alrededor de tres mil personas y el asesinato de cuatro mil personas que han participado en protestas antigubernamentales por parte de las fuerzas de seguridad del Estado. De acuerdo con la Ley, el Gobierno de Venezuela no garantiza los estándares mínimos de seguridad pública para sus ciudadanos y ha dejado que el país se convierta en uno de los más violentos y corruptos del mundo. De acuerdo con estos principios, la Ley otorga al presidente poderes especiales para imponer sanciones de bloqueo de activos y de expulsión de Estados Unidos, así como la no revocación de visas o de otra documentación a cualquier persona que haga parte del régimen venezolano. (MONTENEGRO, 2021, p. 125)⁴.

O início das sanções aplicadas a Venezuela foi na reta final do governo de Barack Obama, que promulgou no ano de 2014 a lei que autorizava as punições e aplicou uma sanção, no ano seguinte. Entretanto, foi no governo de seu sucessor, Donald Trump que assume o governo em 2017 que as sanções tiveram mais quantidades e foram muito pesadas e assim

⁴ Em 18 de dezembro de 2014, sob a presidência de Barack Obama, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Lei 113-278, denominada Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil na Venezuela, Lei 2014. Essa Lei tornou-se o marco legal para que o presidente dos Estados Unidos seja capaz de impor sanções específicas aos responsáveis por violações dos direitos humanos contra manifestantes antigovernamentais. A Lei menciona alguns antecedentes, como a inflação que a Venezuela atingiu em 2013 de 56,3%, sendo a terceira mais alta do mundo, o controle da moeda pelo Banco Central da Venezuela, a escassez de produtos básicos, o aumento da violência, a prisão de jornalistas estrangeiros, o fechamento de meios de comunicação nacionais e estrangeiros, a detenção injustificada de cerca de três mil pessoas e o assassinato de quatro mil pessoas que participaram de protestos antigovernamentais por parte das forças de segurança do Estado. De acordo com a Lei, o Governo da Venezuela não garante os padrões mínimos de segurança pública para seus cidadãos e permitiu que o país se tornasse um dos mais violentos e corruptos do mundo. De acordo com esses princípios, a lei confere ao presidente poderes especiais para impor sanções de bloqueio e expulsão de bens dos Estados Unidos, bem como a não revogação de vistos ou outra documentação a qualquer pessoa que faça parte do regime venezuelano. (MONTENEGRO, 2021, p. 125). (Tradução Livre).

acertou em cheio a economia, quando corta as relações com a estatal petrolífera Petróleo da Venezuela S.A. (PDVSA) e as parceiras comerciais.

Após essa lei de 2014, tiveram sanções pesadas nos anos subsequentes, de 2015 a 2019, conforme veremos no quadro 02.

Quadro 02: Ordem cronológica das Sanções dos Estados Unidos para a Venezuela.

Governo	Ano	Sanção	Punição
Barack Obama	2015	A primeira sanção imposta pelos Estados Unidos à Venezuela no âmbito da referida Lei foi em 8 de março de 2015, Ordem Executiva 13.692, que foi fundada sobre a situação na Venezuela. Essa situação corroeu a garantia dos direitos humanos no país, por meio de ações como a perseguição política de opositores do governo, a falta de garantias de liberdade de imprensa, o uso da violência, as violações dos direitos humanos e a detenção arbitrária de opositores, que constituía uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos.	A ordem bloqueia a propriedade, transferência ou pagamentos aos imóveis, posse ou controle de bens e, até mesmo, as doações que pode receber, e proíbe a entrada nos Estados Unidos de membros do governo em questão, exceto autorização do Secretário de Estado, bem como a qualquer pessoa que tenha agido diretamente ou indiretamente em ações políticas que minam processos democráticos, que incorra em comportamentos que atentem contra os direitos humanos ou que limitem liberdade de expressão.
Donald Trump	2017	Segunda Sanção: Ordem Executiva nº 13.808, de 24 de março de 2017, gerado em razão da criação de uma Assembleia Constituinte considerado ilegítimo	Proíbe as transações financeiras de pessoas ou empresas que estejam nos Estados Unidos com a companhia petrolífera estatal da Venezuela (PDVSA) e a compra de títulos e o pagamento de lucros ou dividendos direta ou indiretamente ao Governo da Venezuela.
	2018	Terceira Sanção: Ordem Executiva nº 13.827, de 19 de março de 2018, que antes da criação da moeda digital pelo Governo da Venezuela e a qualifica como uma tentativa do governo venezuelano para evitar as sanções anteriormente impostas.	Proíbe a promoção, transações e financiamentos com esta moeda digital por pessoas dos EUA ou pessoas localizadas nos Estados Unidos.
			Proíbe operações ou financiamentos relacionados a compra de qualquer

	2018	A quarta Sanção: Ordem Executiva 13.835 do mês, chega dois meses depois, em 1º de maio de 2018	tipo de dívida devida ao Governo da Venezuela, bem como a venda, transferência, cessão ou penhor de garantia ao Governo da Venezuela e qualquer participação em qualquer entidade em que o Governo da Venezuela tenha uma participação de 50% ou mais.
	2018	A quinta Sanção: Ordem Executiva, número 13850 de 1 de novembro de 2018, chega meio ano depois e, através dele, as transações são bloqueadas relacionadas a propriedades nos Estados Unidos e operando no setor de ouro da economia venezuelana.	Também bloqueia as transações relacionadas a práticas enganosas e corrupção, com projetos ou programas administrados pelo governo venezuelano.
	2019	Sexta Sanção: Menos de três meses depois da quinta sanção: Ordem Executiva 13.857, de 25 de janeiro de 2019.	Esclarece que para as ordens emitidas anteriormente, o Governo da Venezuela será entendido ao Estado da Venezuela e qualquer subdivisão política, agência, Banco Central da Venezuela e PDVSA e qualquer pessoa que faça parte ou seja direta ou indiretamente controlada pelo regime de Maduro.
	2019	Setima Sanção: A última Ordem Executiva nº 13884, de 5 de agosto de 2019	Ordena o bloqueio de todas as propriedades e interesses do Governo da Venezuela nos Estados Unidos ou que entrem no futuro nos Estados Unidos e proíbe qualquer tipo de transação com eles.

Fonte: MONTENEGRO (2021). Org. pelo autor.

Assim, foi no ano de 2018 que Donald Trump aplicou mais sanções, que no caso foram três, proibindo transações financeiras e parceiras com o governo de Maduro, e a situação econômica da Venezuela chegou a um nível crítico, pois, foi nesse ano que a inflação acumulada bateu recorde, e o Produto Interno Bruto (PIB) teve a menor arrecadação desde o ano de 1999, quando Hugo Chávez assumiu o governo.

E no ano de 2019 foi quando os Estados Unidos impôs a sanção máxima, pois encerrou qualquer tipo de transação econômica com a Venezuela e bloqueou os bens ligados ao governo venezuelano que estavam em território estadunidense.

E nesse período de “isolamento” regional e com as sanções impostas pelos EUA, a Venezuela surgiu como oportunidade para países como China e Rússia, pois, podem expandir a sua influência na América Latina, a partir de seus interesses geopolíticos e assim adentrar no “quintal” estadunidense.

Malaud e Nuñez (2019) abordam o apoio financeiro da China e Rússia e suas respectivas estratégias para a Venezuela:

Xi Jinping y Vladimir Putin, con formas y estrategias muy diferentes, desafían a EEUU y se han convertido en los dos principales apoyos internacionales del gobierno de Maduro. El petróleo venezolano es clave en la estrategia de desarrollo y expansión mundial china. Para Rusia, por su lado, Venezuela representa una pieza más dentro del juego de Putin frente a EEUU y su objetivo de debilitar la hegemonía estadounidense. Estas dos potencias emergentes tienen importantes intereses económicos, financieros y geopolíticos en Venezuela. Desde 2006, Rusia le prestó cerca de 20.000 millones de dólares. Por su parte, China ha concedido entre 2007 y 2016 más de 60.000 millones de dólares en créditos, conservando un riesgo cercano a los 30.000 millones y unas inversiones por 19.000 millones. (MALAMUD, C; NÚÑEZ, 2019, p. 6)⁵.

Pedroso (2022) argumenta sobre a diferença das estratégias da China e Pequim sobre a Venezuela:

Sem embargo, é preciso ponderar essa diferença entre Moscou e Pequim: enquanto Putin atua no sentido de evitar a decadência e irrelevância mundial de sua nação, Xi Jinping adota uma postura de quem lidera um poder ascendente no xadrez geopolítico mundial, ambos igualmente inseridos em uma competição global com os Estados Unidos e seus aliados ocidentais. (PEDROSO, 2022, p. 245).

Os planos chineses para a região latino-americana são mais ambiciosos, por isso, atuam com cautela e realizando investimentos para que as perspectivas de retornos sejam maiores, conforme explica Teixeira Junior (2019):

Ao passo que aumenta a cautela de Pequim sobre o risco de insolvência do governo da Venezuela, ameaçando os seus investimentos, insere a China no dilema de sustentar não Nicolas Maduro, mas a melhor opção possível que assegure os retornos de seus investimentos no médio e longo prazo. [...] A presença chinesa na Venezuela e região, apesar de ser marcadamente

⁵ Xi Jinping e Vladimir Putin, com formas e estratégias muito diferentes, desafiam os EUA e se tornaram os dois principais apoios internacionais do governo Maduro. O petróleo venezuelano é fundamental na estratégia global de desenvolvimento e expansão da China. Para a Rússia, por sua vez, a Venezuela representa mais uma peça no jogo de Putin contra os EUA e seu objetivo de enfraquecer a hegemonia norte-americana. Essas duas potências emergentes têm importantes interesses econômicos, financeiros e geopolíticos na Venezuela. Desde 2006, a Rússia lhe emprestou quase US\$ 20 bilhões. Por seu lado, a China concedeu entre 2007 e 2016 mais de 60.000 milhões de dólares em créditos, mantendo um risco de cerca de 30.000 milhões e investimentos de 19.000 milhões. (MALAMUD, C; NÚÑEZ, 2019, p. 6)

econômica e comercial, tem um notável componente estratégico caracterizado pela inclusão da América Latina e Caribe em sua Grande Estratégia. (TEIXEIRA JUNIOR, 2019, p. 18-19).

Ainda Teixeira Junior (2019) aborda que, no período de 2006 a 2017, a China além de apoiar financeiramente, também reforçou a Venezuela com arsenais, pois enviou 645 tipos de armamentos, entre eles estão mísseis, radares, aeronaves e carros de combate, entre outros.

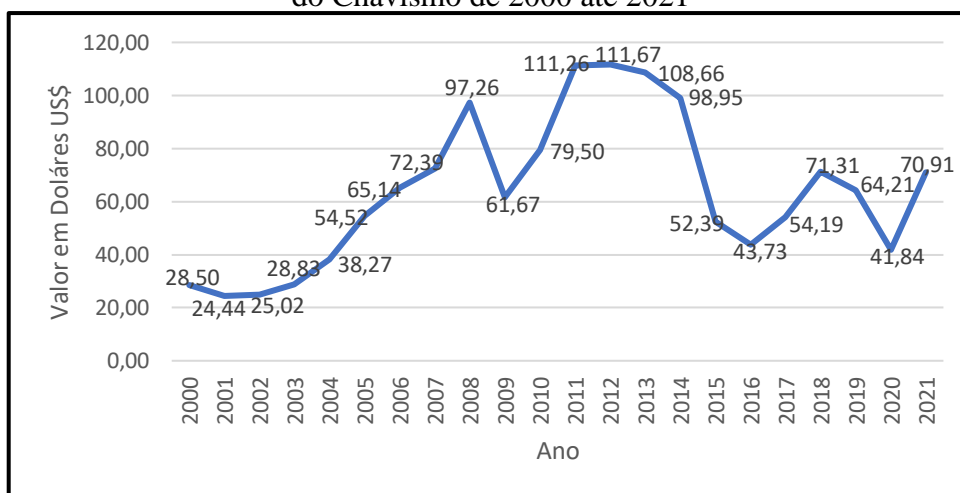
E assim, outros países que não são considerados potências bélicas, preferem ficar “neutro” na questão política venezuelana, para continuar realizando negócios em volta do petróleo, pois “[...] interessada na importação do petróleo, a Índia tem aumentado o fluxo comercial com a Venezuela – o que explica, também, a posição de neutralidade indiana quanto ao reconhecimento de Maduro ou Guaidó”. (PEDROSO, 2021 *Apud* PEDROSO, 2022, p. 244).

Portanto, com essa conjuntura política e econômica, a Venezuela não tem muita possibilidade de escolha para realizar parcerias comerciais, e isso se tornou uma oportunidade para países orientais expandirem suas influências na região que historicamente, tem os Estados Unidos, como principal nação “dominadora”.

Além da questão geopolítica de interesses externos, a Venezuela também fica fragilizada pelo próprio mercado internacional, pois o país é dependente economicamente dessa *commodities* e o preço oscila pela dinâmica do próprio mercado, e assim, as contas governamentais sentem um baque quando o preço tem uma queda brusca.

No gráfico 05 temos o quantitativo do preço do barril de petróleo no século XXI, entre 2000 a 2021.

Gráfico 05: Preços internacionais do barril do petróleo correspondente ao período histórico do Chavismo de 2000 até 2021



Fonte: BRITISH PETROLEUM (2022). Org. pelo autor.

No gráfico 05, verificamos que no período analisado de 2000 a 2012, o preço do petróleo ficou em ascensão, exceto no ano de 2009, que foi o único ano que ficou em queda, posteriormente continuou em ascensão e chegou ao pico no último ano de 2012, com US\$ 111,67 e esse ciclo corresponde a gestão de Hugo Chávez, que economicamente ajudou a financiar seu plano de governo. Já a partir de 2013 até 2021, que é o período de gestão de Nicolás Maduro, inicia-se com uma pequena queda de US\$ 4 dólares em comparação a 2012, todavia, nos anos posteriores, o preço registra queda e algumas oscilações positivas nos anos de 2018 e 2021, mas não tem um cenário estável, em função do próprio dinamismo do mercado.

O cenário econômico entre os dois presidentes é distinto nos períodos. Hugo Chávez teve ao seu favor a bonancia dos petrodólares do ciclo de 2005 até 2010, entretanto, durante esse período foi registrado a crise no ano de 2008 nos Estados Unidos, mas não chega a crítica conjuntura econômica de Nicolás Maduro, pois, com as sanções agregado com o preço em baixa, má gestão e entre outras características.

Alamud e Núñez (2019, não paginado), aborda como está a administração da indústria petrolífera venezuelana sobre a gestão de Maduro:

[...] están los graves problemas que atraviesa la industria petrolera venezolana dada la falta de inversiones y recursos, sin olvidar la politización de la gestión de la PDVSA, convertida en un apéndice del gobierno para financiar sus proyectos. A esto hay que agregar la enorme inversión que supondría la reactivación del sector petrolero venezolano y el tiempo de maduración de muchas de las inversiones que pudieran realizarse. (ALAMUD, C.; NÚÑEZ, R, 2019, *online*).⁶

Portanto, mesmo passando por crise socioeconômica, política e humanitária a Venezuela tem uma importância no jogo das relações internacionais, pois, os seus recursos primários tem grande valor no mercado internacional e dependendo do país, os interesses externos tem as suas particulares, como observamos nos exemplos de EUA, Rússia, China e Índia.

Já no ano de 2022, com a invasão da Rússia em território ucraniano, os EUA, no governo de Joe Biden volta a realizar conversas com o governo de Nicolás Maduro, por causa

⁶ [...] são os graves problemas que a indústria petrolífera venezuelana atravessa devido à falta de investimentos e recursos, sem esquecer a politização da gestão da PDVSA, que se tornou um apêndice do governo para financiar seus projetos. A isso devemos acrescentar o enorme investimento que implicaria a reativação do setor petrolífero venezuelano e o tempo de maturação de muitos dos investimentos que poderiam ser feitos. ALAMUD, C.; NÚÑEZ, R, 2019, *online*.)

da instabilidade gerada no mercado internacional em razão do conflito e também pelas demandas existente dos países.

E com essa conjuntura, o potencial energético de países como a Venezuela volta a ser discutido e também, as sanções impostas voltam a ser discutido sobre a possível flexibilização em troca do aumento da produção para atender a demanda internacional.

Assim, as ações externas executadas seja pelo governo nacional, por empresas transnacionais ou por medidas executadas através do países capitalista, possuem um forte impacto na mobilidade espacial dos venezuelanos indígenas e não indígenas, que assim, foram modificando o perfil do cidadão que emigrava.

Em suma, iremos abordar no capítulo 3, as mobilidades espaciais dos venezuelanos dentro dos modelos geopolíticos e geoeconômicos no qual a Venezuela foi e está inserida, e assim abordar o perfil desse migrante em território brasileiro a partir de dados secundários disponíveis através de diversas instituições.

CAPÍTULO 3: DINÂMICA MIGRATÓRIA DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo abordar a caracterização da mobilidade venezuelana no espaço geográfico, com recorte desde o modelo geopolítico e geoeconômico denominado Pacto de Punto Fijo, de influência neoliberal no qual a Venezuela estava inserida, até o governo de Maduro no qual é registrada uma crise humanitária no século XXI. Além disso, abordar também a presença desse imigrante em território brasileiro, através de dados secundários do OBMIGRA.

3.1. Venezuela e o contexto histórico de suas migrações

Historicamente a Venezuela, como os demais Estado-nações latino-americanos e caribenhos, teve o seu processo de formação sociodemográfica constituído por mobilidades de diversos povos, juntamente com os indígenas que já habitavam tais territórios. Entretanto, as questões migratórias em moldes capitalistas ganharam notoriedade justamente pelas conjunturas política, econômica e social no qual o país foi inserido na estrutura produtiva do capital mundial, pois as migrações possuíram distintas características sendo elas: forçadas, programadas (trabalho ou estudos), entre outras motivações para realizar a mobilidade espacial.

Freitez (2011) *apud* Silva (2017) aborda que a Venezuela foi um país de “atração” de imigrantes e que possuiu dois momentos significativos e com características intrínsecas, sendo: “um de longa duração, entre 1830 até 1963, que focava mais em uma migração para fins de povoamento e, o segundo, entre 1963 e 1992, com migrações motivadas por questões econômicas, políticas, laborais qualificadas, de retorno” (FREITEZ, 2011 *apud* SILVA, 2017, p. 2). Dessa periodização, temos destaque para europeus, estadunidenses, latinos e caribenhos que escolheram o território venezuelano como local de destino, conforme explana Silva (2017):

Dentro desses dois grandes períodos de atração, diversas nacionalidades se estabeleceram na Venezuela, na qual houve uma forte chegada de pessoas oriundas de países da América do Sul e do Caribe, com destaque, principalmente, para colombianos, fugindo dos intensos conflitos e da violência que os afetaram em boa parte do século XX, assim como uma forte presença de argentinos. Porém, não foram só americanos que se dirigiram ao país, pessoas oriundas de outras localidades, como Espanha e Portugal, os quais foram marcados durante o século XX por duas ditaduras que representaram tanto um atraso democrático como econômico, transformando ambas localidades em origem de muitos movimentos migratórios, também

representaram quantitativo bastante significativos na migração em direção a Venezuela, assim como os italianos, que migravam principalmente oriundos da região sul da península itálica, localidade marcada por um menor grau de desenvolvimento econômico em relação ao norte do país, o que se constitui, também, em um fator de expulsão de pessoas. (SILVA, 2017, p. 2-3).

Diante do exposto, evidencia-se que a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI, a caracterização das mobilidades humanas estiveram atreladas sobretudo a eventos políticos como os modelos de governabilidade no qual a Venezuela foi estruturada, dividindo em dois momentos representativos, no qual o primeiro possuiu uma robusta influência imperialista, que foi o pacto de *Punto Fijo* (1958-1998), e na segunda conjuntura, possui caráter anti-imperialista que é o Chavismo (1999 até o presente momento).

Nesse sentido, a conjuntura econômica era essencial para gerar as migrações, pois a estabilidade social é intrinsicamente entrelaçada com potencial energético do país e com a valorização das *commodities* no cenário mundial. Por consequência, as mobilidades mudavam as suas características entre os períodos de bonanças da valorização do petróleo que atraía, e de crises política, econômica e social que geravam a emigração.

A partir desse entendimento, compreende-se que o momento mais propício para atrair imigração para a Venezuela no século XX foi no período do Pacto *Punto Fijo*, principalmente na sua implantação no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, quando o país teve uma estabilidade política, após o fim da ditadura militar, e com a democracia restabelecida, juntando com o período de valorização do petróleo.

Sarmiento (2000) *apud* Rodrigues (2006) aborda as migrações de estrangeiros na Venezuela no período do pacto *Punto Fijo*, e também salienta que mesmo o país possuindo registro de imigrantes do Hemisfério Norte, o que prevaleceu era a presença imigrantes latinos e caribenhos, maiormente da vizinha Colômbia.

A Venezuela alternou esse papel de receptor nas décadas de 1950 e de 1970 a 1990, com uma redução de imigração internacional nos anos 1960. Os estrangeiros em 1950 representavam 4,1% da população total da Venezuela. Em 1971, representavam 5,5%. Em 1980, eram 7,4%. Em 1990, totalizavam 5,7% dos imigrantes e, desses, 70% eram oriundos da América Latina e do Caribe, em especial da Colômbia, representando 51,7% do total de estrangeiros, seguidos de peruanos, equatorianos, bolivianos, dominicanos, guianenses e haitianos (SARMENTO, 2000, *Apud* RODRIGUES, 2006, p. 198).

Nesse sentido, Silva (2017) continua abordando a ligação transfronteiriça da Venezuela com a Colômbia e a respeito afirma que:

Em relação ao cenário fronteiriço, conforme destacado, a fronteira entre a Venezuela e a Colômbia sempre foi a com maior circulação de pessoas, muito em virtude de uma trajetória histórica comum que vem do período da colonização e do próprio movimento de rompimento dos laços coloniais, assim como da violência que marcou a história da Colômbia no século XX, mas também por outros fatores, como o fato dessa região ser, dentro dos três países com os quais a Venezuela possui fronteira seca, a que está mais próxima das regiões com maior densidade demográfica no lado venezuelano e com maiores possibilidades de estabelecimento de vinculações econômicas e sociais. (SILVA, 2017, p. 3).

Ainda com base em Silva (2017), as relações da Venezuela com os demais vizinhos geográficos é bem menos intensa se for comparada com a Colômbia, como no caso da Guiana, pelo contexto histórico e pela disputa geopolítica pelo controle da região Essequiba ou denominado de Zona de Reclamação.

Na fronteira com a República Cooperativa da Guiana, a integração é bem menos intensa, haja visto que a vinculação colonial não existiu, fora o fato de que os dois países disputam o controle sobre a região Essequiba, a qual foi concedida a Inglaterra, por meio de uma arbitragem fraudulenta que favoreceu os interesses territoriais britânicos na América do Sul, tornando-se, a partir da independência da Guiana, território desse país, o que ainda se constitui em fator de tensão entre os vizinhos, impedindo o avanço de processos econômicos e sociais mais relevantes. (SILVA, 2017, p. 4).

Agora as relações fronteiriças com o Brasil, que Silva (2017) afirma que “vale destacar que a população venezuelana concentra-se na região litorânea, bastante afastada, portanto, da região que marca os 2.199 km de fronteira entre os dois países, as quais estão predominantemente em áreas de reservas naturais ou indígena” (SILVA, 2017, p. 4). Por isso, os principais polos políticos, comerciais e industriais da Venezuela estão mais próximos do Caribe e com essa conjuntura não favorecia o cenário das migrações transfronteiriças com o Brasil.

De tal modo, as relações fronteiriças somente tiveram uma alteração no “momento em que brasileiros cruzam as fronteiras e se dirigem para os países vizinhos para tentarem sucesso na empreitada de busca do ouro e de outros produtos de extração mineral” (SILVA, 2017, p. 4).

Entretanto, no final da década de 1970, durante a década de 1980 e nos anos de 1990 houve a modificação de “status” migratório da Venezuela, de país de atração para emigração. Conforme explica Freitez (2011):

Durante los años (19)'80 y (19) '90 Venezuela dio un giro importante en sus pautas migratorias. La severa crisis en la que se sumergió el país no sólo tuvo efectos desalentadores sobre los movimientos migratorios provenientes del exterior, sino que, adicionalmente, contribuyó a desencadenar procesos de retorno de los extranjeros que habitaban entre nosotros y la emigración de venezolanos, quienes también reaccionaron frente a ese contexto de recesión económica, descomposición social y deterioro institucional (FREITEZ, 2011, p. 13)⁷.

Mateo e Ledezma (2006) argumentam que nesse período, ainda no sistema do pacto *Punto Fijo* nos governos de Gomez e Perez, que os venezuelanos não possuíam a característica de serem emigrantes, entretanto, a conjuntura política forçou milhares de cidadãos a buscarem melhores condições de vida em outros lugares e que os principais destinos eram os países do Hemisfério Norte.

Los venezolanos no tenemos tradición cultural de emigrantes. Algunos traslados se han producido, por razones políticas, circunstanciales, con claras intenciones de retorno, sobretudo en el siglo XX, cuando Gómez, Pérez Jiménez y los dos primeros gobiernos democráticos espantaron a muchos intelectuales hacia diferentes destinos en Europa y América. Pero, esos emigrantes por lo general han regresado gracias a los cambios de gobernantes y su salida no era voluntaria, sino forzada. Lo que se ha experimentado en esta transición de siglo es la emigración buscando mejores condiciones de vida. (MATEO; LEDEZMA, 2006, p. 245-246).⁸

Todavía, as características dessa migração no final dos anos de 1980 e 1990 era “Los cambios socioeconómicos y culturales experimentados por Venezuela en las postrimerías del siglo veinte incluyen entre sus múltiples expresiones, la emigración de muchos venezolanos de

⁷ Durante os anos (19)'80 e (19)'90, a Venezuela deu uma guinada importante em seus padrões migratórios. A grave crise em que o país estava submerso não só teve efeitos desencorajadores sobre os movimentos migratórios do exterior, mas também contribuiu para desencadear processos de retorno de estrangeiros que viviam entre nós e a emigração de venezuelanos, que também reagiram a esse contexto de recessão econômica, decomposição social e deterioração institucional. (FREITEZ, 2011, p. 13). (Tradução Livre).

⁸ Nós venezuelanos não temos uma tradição cultural de emigrantes. Algumas transferências ocorreram, por motivos políticos, circunstanciais, com claras intenções de retorno, especialmente no século XX, quando Gómez, Pérez Jiménez e os dois primeiros governos democráticos assustaram muitos intelectuais para diferentes destinos na Europa e na América. Mas, esses emigrantes geralmente retornaram graças a mudanças de governo e sua saída não foi voluntária, mas forçada. O que se vive nessa transição do século é a emigração em busca de melhores condições de vida. (MATEO; LEDEZMA, 2006, p. 245-246). (Tradução Livre).

la clase media” (MATEO; LEDEZMA, 2006, p. 245) e que possuíam alta qualificação profissional e técnica. Conforme Freitez (2011):

Sin embargo, es durante la última década que, al parecer, esta dinámica se acentúa. En su memoria económica, social o política, la sociedad venezolana no tenía la vivencia de la emigración internacional, aquella que implica el abandono del lugar de origen, por un período de tiempo prolongado o indefinido. (FREITEZ, 2011, p. 13).⁹

Para Vega (2003) a emigração venezuelana trouxe impacto também no campo da pesquisa científica, pois ocorreu a “fuga de cérebro” para outros países, principalmente para os Estados Unidos, visto que os pesquisadores emigravam e no passar dos anos, se naturalizaram no país receptor. Então a Venezuela perdia profissionais capacitados para o desenvolvimento de sua ciência.

La década del 90. Debe aclararse que en ese país nadie discute el tema sobre quién realiza actividades de investigación, lo que los diferencian de Venezuela y otros países de la región donde todavía se debate quién tiene o no categoría de científico. La información indica la magnitud del fenómeno y las implicaciones que ello conlleva para el país. [...] que cerca de 9000 venezolanos trabajan en esa nación en diferentes condiciones, más de la mitad cuentan con la nacionalidad norteamericana y cerca de 3000 tienen visa permanente, lo que revela que casi en su totalidad se encuentran radicadas en EUA. Esta cifra duplica al número de científicos que trabajan en Venezuela, pero es necesario considerar los criterios utilizados en cada país para determinar claramente quién realiza actividad de investigación y quién hace otro tipo de trabajos igualmente importantes en este ámbito pero en otros cargos. (VEGA, 2003, p. 264).¹⁰

Todavia, em detrimento da mudança de governo na Venezuela, com a vitória política de Hugo Chávez, as mobilidades humanas se caracterizaram pela emigração, pois, com a estabilidade econômica gerada a partir da bonança do petróleo, geraram a migração de pessoas

⁹ No entanto, é na última década que essa dinâmica parece se acentuar. Em sua memória econômica, social ou política, a sociedade venezuelana não teve a experiência da emigração internacional, aquela que implica o abandono do local de origem, por tempo prolongado ou indefinido (FREITEZ, 2011, p. 13). (Tradução Livre)

¹⁰ A década de 1990. Deve-se esclarecer que naquele país ninguém discute a questão de quem realiza atividades de pesquisa, o que os diferencia da Venezuela e de outros países da região onde ainda há debate sobre quem tem ou não a categoria de cientista. As informações indicam a magnitude do fenômeno e as implicações que isso acarreta para o país. [...] que cerca de 9.000 venezolanos trabalham naquela nação sob diferentes condições, mais da metade têm nacionalidade norte-americana e cerca de 3.000 têm visto permanente, o que revela que quase todos estão sediados nos Estados Unidos. Este número duplica o número de cientistas que trabalham na Venezuela, mas é necessário considerar os critérios utilizados em cada país para determinar claramente quem realiza atividades de pesquisa e quem realiza outros tipos de trabalho igualmente importantes neste campo, mas em outros cargos. (VEGA, 2003, p. 264). (Tradução Livre).

de classes mais elevadas, com poder aquisitivo e que eram contrárias ao chavismo principalmente no período de 2003 a 2008. Conforme Freitez (2011):

Si bien en el curso de la década 2000 el país registra un nuevo período de expansión económica, particularmente entre el 2003 y el 2008, ligada al aumento sostenido del ingreso fiscal, gracias al alza de los precios del petróleo, esta bonanza no ha [...] motivado el ingreso de corrientes migratorias como en el pasado. Ese cambio tampoco ha sido suficiente para reducir los riesgos de emigrar al exterior por cuanto el clima de convivencia en el país se ha visto alterado por la conflictividad política y los problemas relacionados con la falta de seguridad en su sentido más amplio. (FREITEZ, 2011, p. 13-14).¹¹

O autor continua abordando que no período de 2005 a 2010, os destinos dos venezuelanos se dividiam em dois grupos; o primeiro seria onde havia vínculos familiares e o destino era para países do Hemisfério Norte como EUA, países europeus; e, o segundo seria para os países da América Latina.

O autor apresenta dados gerais dessa emigração, que em 2005 era de 463.716 emigrantes, chegando a 521.620 em 2010, ou seja, ocorreu um aumento de 11,1% (FREITEZ, 2011, p. 38). Entretanto, temos que ressaltar que esse quantitativo é muito inferior se for comparado a emigração forçada gerada pela crise socioeconômica, política e humanitária na gestão de Nicolas Maduro (2013 até o presente momento).

Nesse sentido, após a morte de Hugo Chávez (2013) Nicolas Maduro assume oficialmente o governo em 2013, as migrações se tornaram ainda mais forçadas e de caráter humanitário. Todavia, se for comparada com a gestão de seu antecessor e dos governos do pacto *Punto Fijo*, onde que também ocorreu crises econômicas e políticas, o cenário de emigração e as crises nunca alcançou tamanha magnitude como nesse segundo período do Chavismo, tendo em vista que nesse período o País não sofreu embargos econômicos e políticos dos EUA.

O cenário econômico possui um forte impacto nas migrações internacionais de qualquer país e no caso da Venezuela não foi diferente, principalmente em relação ao perfil desse imigrante que se desloca pelo espaço geográfico, pois no período do pacto *Punto Fijo* a representação era de um cidadão de classe social e escolarização mais elevada e os destinos

¹¹ Embora ao longo dos anos 2000 o país tenha registado um novo período de expansão económica, nomeadamente entre 2003 e 2008, ligado ao aumento sustentado das receitas fiscais, graças à subida dos preços do petróleo, esta bonança não [...] motivou a entrada de correntes migratórias como no passado. Essa mudança também não tem sido suficiente para reduzir os riscos de emigrar para o exterior, uma vez que o clima de convivência no país foi alterado por conflitos políticos e problemas relacionados à falta de segurança em seu sentido mais amplo (FREITEZ, 2011, pp. 13- 14). (Tradução Livre).

eram os países do hemisfério Norte e esse perfil continuou até o período do governo de Hugo Chávez.

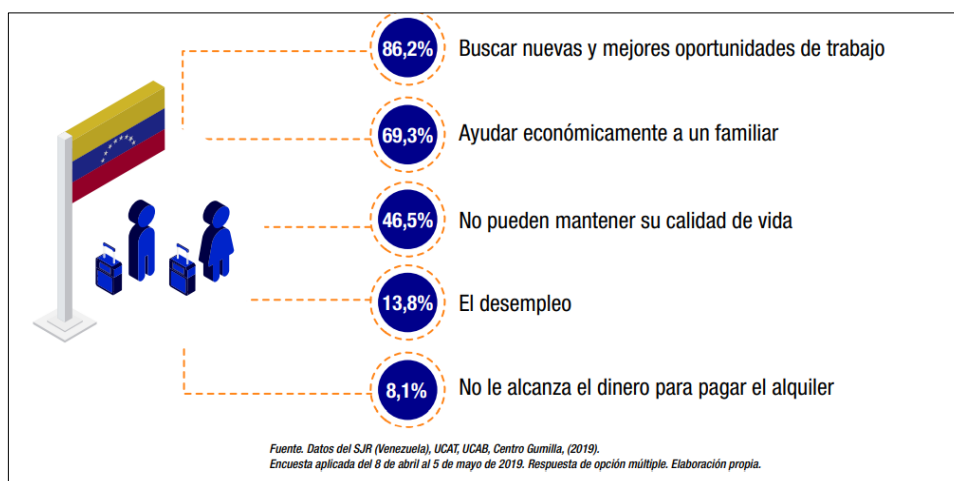
E quando Nicolas Maduro assumiu oficialmente o governo, possuiu vários fatores que motivaram a mobilidade, sobretudo de classes sociais com menor poder aquisitivo, que ficaram mais pobres através da crise econômica encadeada pela diminuição do preço do petróleo que afetou as receitas do governo. Posteriormente essa camada social não consegue realizar investimentos e pagar dívidas, além das ações executadas pelos países do centro capitalista, principalmente dos Estados Unidos, seja impondo sanções econômicas pesadas e/ou inserindo barreiras físicas ou não, que impossibilitam o acesso em seus territórios.

Portanto, as migrações internacionais na Venezuela se converteram de perfil do imigrante e de destino, pois de país de atração, se tornou de emigração, com o foco para o hemisfério Sul, principalmente para América do Sul.

Arias *et al.* (2019) abordam em um estudo exploratório, realizado no ano de 2019, as principais motivações econômicas ou psicosociais para realizar a mobilidade espacial de quantitativo de 13.000 imigrantes venezuelanos.

Na figura 05 temos as principais motivações econômicas que forçaram a mobilidade do universo da pesquisa anteriormente citada.

Figura 05: Principais motivações econômicas para emigração na Venezuela

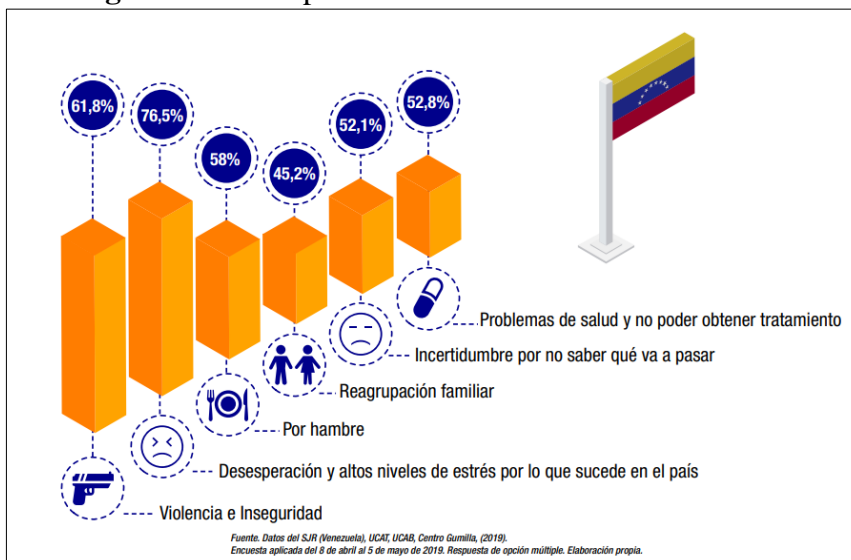


Fonte: Arias *et al.* (2019).

Como visto na figura 05, buscar um trabalho é o principal objetivo dessas pessoas, pois, com o trabalho gera dignidade, como também ajudar seus familiares.

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, temos na figura 06 os fatores psicossociais mais citados pelos entrevistados na investigação empírica.

Figura 06: Principais fatores da saída dos venezuelanos



Fonte: Arias *et al.* (2019).

Com verificamos na figura 06, os fatores psicossociais demonstram, em síntese, como é a realidade de trabalhadores que são oriundos de país em crise, como o exemplo dos (i)migrantes venezuelanos que são forçados a realizar a mobilidade em função da violência e insegurança, do desemprego, insegurança social e alimentar, saúde precarizada e outros fatores que agravam o contexto social.

Seguindo essa linha de raciocínio, abordaremos a questão da (in)segurança que motiva as pessoas a migrarem.

É nesse cenário que usaremos os dados da organização não-governamental mexicana denominado *Seguridad, Justicia y Paz* (2020), que realiza pesquisa mundial sobre as 50 cidades mais violentas do mundo por ano, e, como metodologia, utiliza a contagem do quantitativo de homicídios das cidades divididos por 100 mil habitantes.

Na tabela 04, temos dados sobre as cidades venezuelanas de 2013 até 2020, pois a última publicação foi em 2021 e nenhuma cidade venezuelana foi registrada no top 50 mundial.

Tabela 04: Cidades venezuelanas presentes nos rankings das cidades mais violentas do mundo de 2013 a 2020

ANO DE 2013	ANO DE 2014	ANO DE 2015	ANO DE 2016
-------------	-------------	-------------	-------------

Posi.	Cidade	índice	Posi.	Cidade	índice	Posi.	Cidade	índice	Posi.	Cidade	índice
2	Caracas	134,36	2	Caracas	115,98	1	Caracas	119,87	1	Caracas	130,5
10	Barquisime to	64,72	7	Valencia	71,08	5	Maturín	86,45	6	Maturín	84,21
17	Ciudad. Guayana	54,27	12	Ciudad. Guayana	62,12	7	Valencia	72,31	8	Ciudad Guayana	82,84
42	Maracaibo	35,44	21	Barquisim eto	46,46	11	Ciudad. Guayana	62,33	9	Valencia	72,02
50	Valencia	30,04				20	Barquisim eto	54,96	17	Barquisim eto	59,38
						24	Cumaná	47,77	18	Cumaná	59,31
						34	Gran Barcelona	40,08	30	Gran Barcelona	46,86
						49	Maracaibo	28,85			
ANO DE 2017			ANO DE 2018			ANO DE 2019			ANO DE 2020		
Posi.	Cidade	índice	Posi.	Cidade	índice	Posi.	Cidade	índice	Posi.	Cidade	índice
2	Caracas	111,19	3	Caracas	99,98	6	Caracas	74,65	14	Ciudad Guayana	62,10
9	Guayana	80,28	7	Guayana	78,30	12	Ciudad Guayana	57,80	19	Caracas	52,82
23	Maturín	54,43	10	Ciudad Bolívar	69,09	18	Ciudad Bolívar	51,01	23	Maturin	51,03
27	Valencia	49,74	17	Barquisim eto	56,67	31	Barquisim eto	42,11	41	Barquisim eto	36,71
33	Barquisime to	48,23	28	Maturín	47,24	46	Valencia	35,41	50	Valencia	34,65
			41	Valencia	42,36						

Fonte: ONG Seguridad, Justicia y Paz (2020), org pelo autor.

Ao analisamos a tabela 04, verificamos que a Venezuela teve seis cidades oscilando no ranking de 2013 a 2020, e tendo destaque para a capital Caracas, que esteve presente durante todo o período. Entretanto esteve em maior evidência de 2013 a 2018, pois ficou no top 3 durante seis anos.

A ONG *Seguridad, Justicia y Paz* ainda avalia sobre as dificuldades de quantificar os dados sobre homicídios na Venezuela, principalmente no ano de 2018, quando a crise econômica chegou ao ápice.

Desde años anteriores, pero sobre todo en 2018 nos enfrentamos a un nuevo fenómeno que expresa la muy grave crisis que en todos los órdenes que enfrenta Venezuela: la creciente incapacidad de contar a sus muertos. Desde hace años las autoridades han dejado de publicar estadística criminal y los diarios se dieron a la tarea de realizar recuentos mensuales, a partir de las propias notas periodísticas. Pero ahora hasta estos conteos son escasos o inexistentes. La crisis general ha golpeado duramente a los

medios y su labor de suplir la ausencia de información oficial. (SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2018, *online*).¹²

Além disso houve uma diminuição após o ano de 2018, mas por conta da restrição de informação liberadas do governo venezuelano, não se sabe a motivação dessa diminuição do quantitativo de cidades no ranking da violência.

Outro ponto importante para a reflexão é que a cidade de Rio Branco (AC), localizada na Amazônia Sul Ocidental brasileira, que é considerada corredor migratório internacional de acesso ao Brasil, apareceu no ranking em 2019, na 27ª posição com a taxa de 44,93 homicídios e em 2020, na 33ª posição com a taxa de 41,85 homicídios por 100 mil habitantes.

Portanto, a mobilidade venezuelana apresenta diversas características de sua emigração, principalmente a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI, sendo a partir de crises socioeconômicas, (geo)política e humanitária.

3.2 - Mobilidade venezuelana na América Latina e Caribe

As primeiras décadas do século XXI estão sendo marcadas pelas mobilidade forçadas, principalmente em países da periferia do capitalismo, e essa realidade está seguindo uma tendência de aumento ao passar dos anos, em função das crises. Segundo dados da última versão do relatório *Global Report* (ACNUR, 2021), ao final de 2021, mais de 94,7 milhões de pessoas foram forçadas a realizar a mobilidade espacial e estão divididas em sete categorias, sendo: 5,7 milhões refugiados retornados e deslocados interno (IPDs); 4,2 milhões estão sobre a tutela da ACNUR; 4,3 milhões de apátridas; 4,6 milhões são solicitantes de asilo; 51,3 milhões de deslocados internos (IDPs); 21,3 milhões de refugiados e 4,4 milhões de venezuelanos deslocados no exterior.

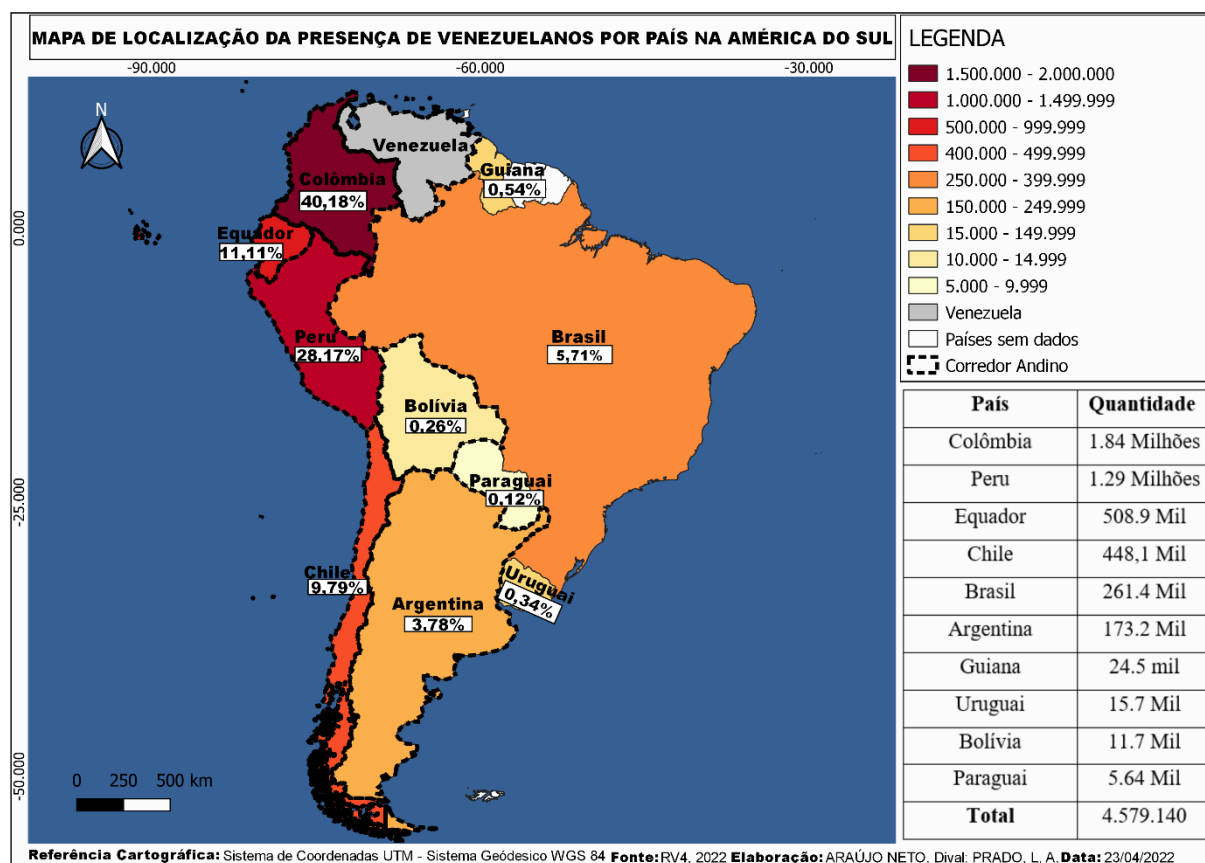
Todavia, a última atualização do número de refugiados venezuelanos, a partir dos dados da Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela

¹² Desde os anos anteriores, mas especialmente em 2018, enfrentamos um novo fenômeno que expressa a gravíssima crise que a Venezuela enfrenta em todas as áreas: a crescente incapacidade de contar seus mortos. Durante anos as autoridades pararam de publicar estatísticas criminais e os jornais assumiram a tarefa de fazer a contagem mensal, com base nas próprias notas jornalísticas. Mas agora mesmo essas contagens são escassas ou inexistentes. A crise geral atingiu duramente a mídia e seu trabalho para suprir a ausência de informações oficiais. (SEGURANÇA, JUSTIÇA E PAZ, 2018, *online*). (Tradução Livre).

ou R4V¹³ (sigla em inglês) da ACNUR, até janeiro de 2022, mais de 6 milhões de pessoas emigraram da Venezuela, sendo que desse quantitativo 4,99 milhões estão na América Latina espalhados por 17 países.

No mapa 01 temos a espacialização dos (i)migrantes venezuelanos refugiados na América do Sul, a partir dos dados do RV4 até março de 2022.

Mapa 01: Localização da presença de venezuelanos refugiados por país na América do Sul



Fonte: R4V (2022), Org. pelo autor.

No mapa 01, percebemos que a liderança está com a Colômbia com 1,84 milhões ou 40% dos imigrantes refugiados na América do Sul, com isso, ganhou o “status” de principal país receptor de venezuelanos, por consequência do momento de crise humanitária do país vizinho, reverteu a situação migratória, pois era país de emigração, sobretudo para a Venezuela até final do século XX e início do século XXI. Entretanto, a partir da segunda década do século

¹³ O R4V é um núcleo ligado a ACNUR e OIM, que possui estruturas de coordenações em nível nacional nos diversos países (principalmente na América do Sul) que têm registros de mobilidade de migrantes e refugiados venezuelanos.

XXI se tornou um dos principais locais de refúgios dos venezuelanos, em função das relações sociais, históricas e geográficas.

Logo atrás da Colômbia, temos os países receptores de refugiados sul-americanos como o Peru com 1,29 milhões, o Equador com 508,9 mil, o Chile 448,1 mil, o Brasil com 261,4 mil refugiados e a Argentina com 173.2 mil venezuelanos.

À vista disso, a Guiana, que faz fronteira geográfica com a Venezuela, entretanto, diferente da Colômbia, não atraiu um quantitativo expressivo de refugiados e isso reflete o contexto histórico, nas relações geopolíticas, econômicas e sociais que ambos os países possuem antes da crise humanitária que não se modificou.

E por fim, temos o Uruguai, a Bolívia e o Paraguai que são países que menos receberam refugiados venezuelanos, e também possuem a característica de ser locais de passagem para os outros países do continente sul-americano.

Outra observação é sobre a Colômbia, Equador e Peru que são os principais países receptores de refugiados venezuelanos, e também todos eles possuíram o quantitativo de mais de 500 mil refugiados e somados os números desses três países, temos o total de 79,89% dos venezuelanos refugiados da América do Sul.

Esses países foram importantes para o processo de mobilidade humana de acesso ao Brasil, por meio da Amazônia Sul-ocidental, mais especificamente pelo estado do Acre, a partir de 2010, principalmente, com a mobilidade de trabalhadores africanos, caribenhos e latinos. Assim, configurando como porta de entrada da migração sul-sul e hoje continua sendo como um dos corredores migratórios de venezuelanos e demais imigrantes que veem o Brasil como destino temporário ou definitivo.

Portanto, como o estado do Acre é um território fronteiriço trinacional, por fazer fronteira com a Bolívia e o Peru, e esse países são corredores internacionais da mobilidade venezuelana, no caso do Peru, tem o Brasil e o Chile como principais destinos; no caso da Bolívia, se tornou território de mobilidade espacial para o Chile.

No mapa 02 temos a representação da mobilidade venezuelana saindo do Peru para chegar ao Chile.

Mapa 02: Mobilidade de venezuelanos saindo do Peru para o Sul-andino.



Fonte: R4V (2022). Org. pelo autor.

No mapa 02 temos a representação das principais rotas da mobilidade venezuelana saindo do Peru para chegar ao Chile e a Argentina, sendo a primeira saindo por Lima, capital do país, seguindo até a cidade fronteiriça de Tacna com destino a cidade de Arica no Chile. A segunda é saindo da cidade de Puno no Peru para Desaguadero na Bolívia, que é uma cidade estratégica, pois os migrantes podem seguir para o Chile, através da cidade de Pisiga com o destino a cidade de Colchane no Chile ou podem seguir o destino para Argentina, através das cidades de La Paz, seguindo por Oruro e até a cidade fronteiriça de Villazon e atravessar por estrada para La Quiaca, primeira cidade argentina nesta linha fronteiriça.

Ainda nesse mapa, podemos analisar como a Bolívia é um país de trânsito com destino a Argentina e o Chile, como também as mobilidades estão focadas ao lado ocidental, principalmente passando por alguns dos principais polos econômicos e políticos do país.

Esses percursos apresentam características geomorfológicas e climáticas que dificultam e deixa a mobilidade mais perigosa, pois, possuem em grande parte altitudes e temperaturas baixas, o que representam um risco para a saúde do imigrante, principalmente no

caso do venezuelano, que migram geralmente com os familiares e dentro desse núcleo possuem crianças, grávidas, idosos, doentes, entre outros.

Entretanto, os venezuelanos que escolhem migrar para o Chile, não somente pela questão humanitária, mas também pela conjuntura econômica, visto que o país possui uma das maiores economias da região e isso se torna atrativo para mobilidade de imigrantes. Com essas e outras características se tornou o 4º país que mais recebe venezuelanos na América do Sul.

E por causa desse quantitativo que chega na fronteira chilena, o governo considerou que a mobilidade venezuelana gerou uma crise migratória e promulgou a nova lei de migração em 2021, denominada de *Ley de Migración y Extranjería*, nº 21.325 que atualiza a legislação migratória que era ainda do governo do ditador Pinochet de 1975. Entretanto, ainda possui um caráter anti-migratório, pois apresenta uma política de deportação que são chamadas de *reconducción* apresentadas nos artigos 99, 115 e 131 que dificulta o acesso e também expulsa os imigrantes que estão na condição de indocumentados e (ou) sendo transportado por agentes de viagem, sendo eles empresas ou pessoas físicas, que também podem ser punidos pela imigração irregular de seus passageiros.

O RV4 através de estudo exploratório denominado *Special Situation Report: Bolivia, Chile & Peru* - Março (2022), aborda como a mobilidade venezuelana, oriundas da Bolívia e Peru estão sendo recebidas pelo Chile e como a legislação facilita a expulsão dos venezuelanos.

In the context of increased onward movements of refugees and migrants in the region, crossing different countries in vulnerable situations and through unofficial border points, in Chile, on 12 February, the country's new Migration Law went into effect with the publication of its by-laws. This led to the application of a procedure known as *reconducción* or 'redirection' of refugees and migrants who enter Chile through irregular crossings. According to information available to R4V partners, pursuant to this procedure, since 12 February at least 70 individuals, the vast majority Venezuelan refugees and migrants, were 'redirected' back from Chile to Bolivia. Out of this group, more than 50 refugees and migrants (including at least 20 children) remained at the border between the two customs offices of Colchane (in Chile) and Pisiga (in Bolivia) for several hours on 13 February, without the possibility of entering Chile and in disagreement not wanting to return to Bolivia. (SPECIAL SITUATION REPORT: BOLIVIA, CHILE & PERU - March, 2022, p.1)¹⁴.

¹⁴ No contexto do aumento da circulação de refugiados e migrantes na região, atravessando diferentes países em situação de vulnerabilidade e por pontos fronteiriços não oficiais, no Chile, em 12 de fevereiro, a nova Lei de Migração do país entrou em vigor com a publicação de seus estatutos. Isso levou à aplicação de um procedimento conhecido como *reconducción* ou "redirecionamento" de refugiados e migrantes que entram no Chile por meio de travessias irregulares. De acordo com informações disponíveis aos parceiros da R4V, de acordo com este procedimento, desde 12 de fevereiro pelo menos 70 indivíduos, a grande maioria refugiados e migrantes

Assim, a migração venezuelana, majoritariamente, está na América do Sul e em cada país existe a sua característica de acolhimento (ou expulsão). Além dos países sul-americanos, temos registros de venezuelanos refugiados em mais oito países da América Latina e Caribe, conforme vemos na tabela 05.

Tabela 05: Quantitativo de venezuelanos refugiados nos demais países latino-americanos e caribenhos

País	Quantidade (mil)	Porcentagem
Panamá	121.6	29,7%
Rep. Dominicana	115.3	28,2%
México	83	20,3%
Costa Rica	29.9	7,3%
Trinidad e Tobago ¹⁵	28.5	7,0%
Aruba	17	4,2%
Curaçao	14.2	3,5%
Total	409.500	100%

Fonte: R4V, jan. (2022), Org pelo autor.

Observamos na tabela 05, que o Panamá está na liderança com 121.6 mil migrantes em seu território, todavia, se comparamos com o número de refugiados que está fixados ou se deslocando pela América do Sul, o quantitativo é pequeno.

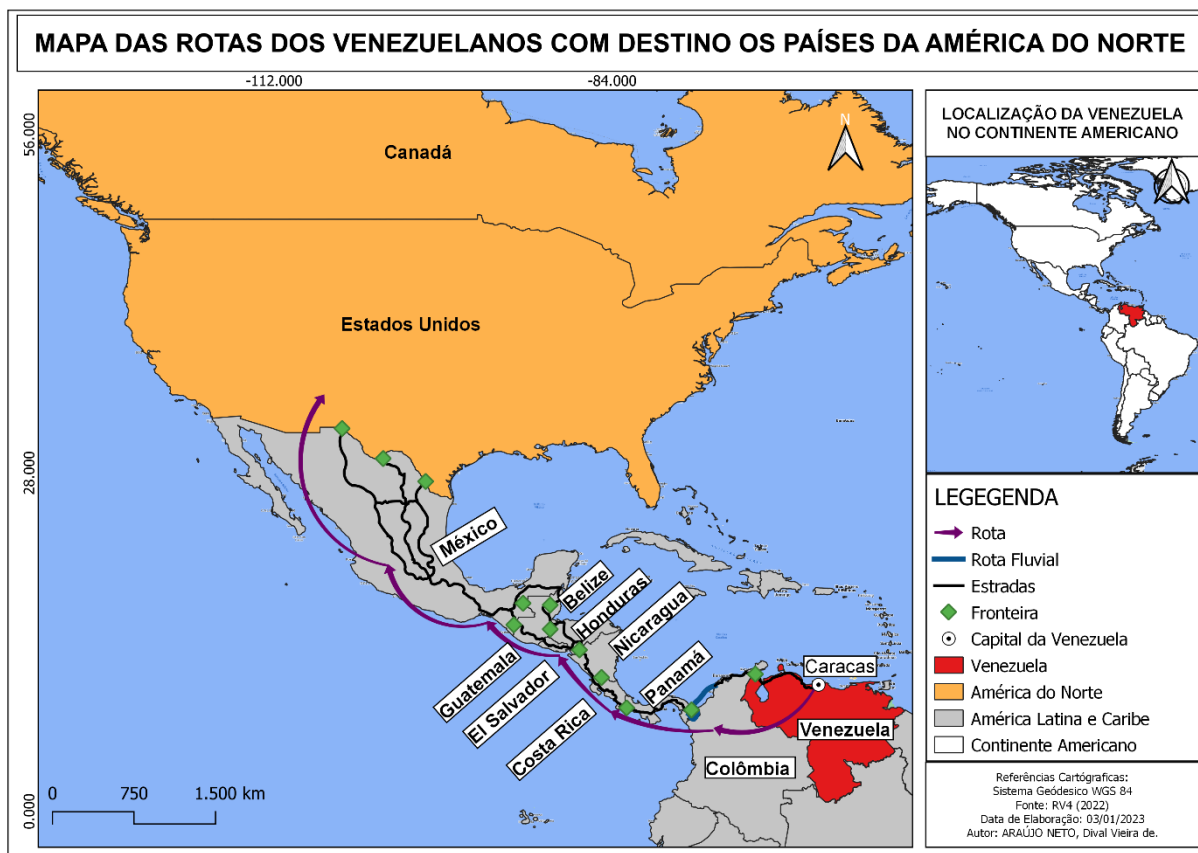
Assim, podemos classificar esses países em dois grupos, sendo o primeiro como os que fazem fronteira geológica com a Venezuela e nesses requisitos então inseridos: Trinidad e Tobago, Aruba e Curaçao, que juntos possuem 59.700, ou 14,7%, imigrantes refugiados; e o segundo grupo, seria considerado o “corredor” para a América do Norte e estão inseridos nessas características: Panamá, República Dominicana, Costa Rica e México, onde estão 349.800 ou 85,3% dos refugiados.

Assim temos na mapa 03 a mobilidade desse segundo grupo, que deseja chegar a América do Norte, principalmente ao Estados Unidos.

venezuelanos, foram “redirecionados” de volta do Chile para a Bolívia. Deste grupo, mais de 50 refugiados e migrantes (incluindo pelo menos 20 crianças) permaneceram na fronteira entre as duas estâncias aduaneiras de Colchane (no Chile) e Pisiga (na Bolívia) durante várias horas no dia 13 de fevereiro, sem possibilidade de entrando no Chile e em desacordo não querendo voltar para a Bolívia. (RELATÓRIO DE SITUAÇÃO ESPECIAL: BOLÍVIA, CHILE E PERU – março, 2022, p.1). (Tradução Livre)

¹⁵ Trinidad e Tobago possui a localização geográfica ao nordeste da costa marítima venezuelana e incorpora a extensão geológica da América do Sul, porém o país caribenho pertence a América Central.

Mapa 03: Rota dos venezuelanos com destino os países da América do Norte



Fonte: R4V (2022). Org. pelo autor

Podemos observar no mapa 03, que a rota é o corredor migratório considerado “clássico” da migração Sul-Norte, pois, imigrantes de países da periferia do capitalismo se arriscam por meio de rotas como essa para chegar aos países desenvolvidos. Entretanto, esse caminho é perigoso e sem nenhuma garantia de acessar esses territórios, como por exemplo, os EUA que tem uma política rígida contra os não documentados e realiza deportações para esse perfil de (i)migrante.

Outra característica dessa rota é o seu ponto de partida, que no caso é a Colômbia, isso confirma o quanto o país é importante para mobilidade venezuelana, por fazer fronteira geográfica, pode direcionar a mobilidade para norte ou sul do continente.

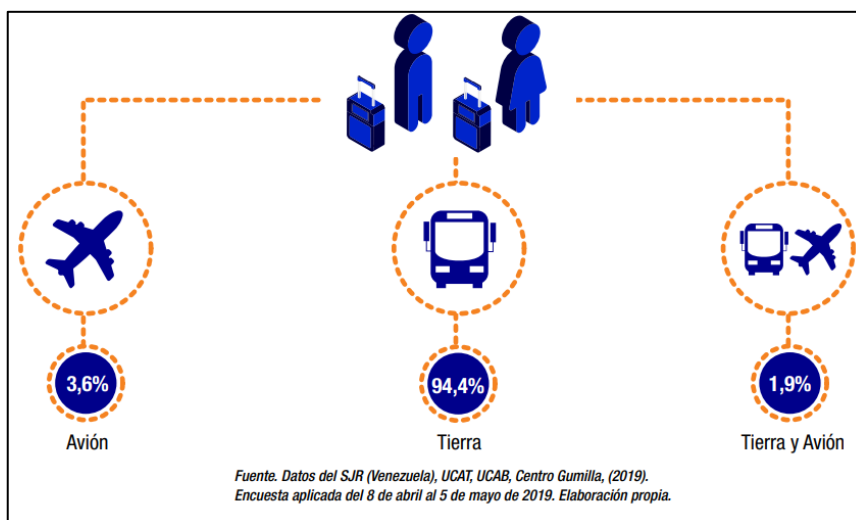
O R4V em um estudo exploratório *Special Situation Report Central America & Mexico (March -2022)* aborda a mobilidade venezuelana na região da América Central e foco para os Estados Unidos como destino.

In the context of increased onward movements of refugees and migrants in the region, crossing multiple countries in vulnerable situations and through

unofficial border points, especially the second half of 2021 witnessed a dramatic increase in the number of refugees and migrants from Venezuela moving northward, via the Darien Gap, with many attempting to reach the United States (U.S.) via its southern land border with Mexico. U.S. Customs and Border Protection (CBP) reported a more than 10,000 per cent increase in the number of ‘encounters’ with Venezuelans attempting to enter the United States from Mexico, up to 24,819 in December 2021 (from 206 in December 2020). In total, there were 106,755 “encounters” with Venezuelans attempting to enter the U.S. from Mexico during 2021. Venezuelans made up just 0.4 per cent of those attempting to cross irregularly into the U.S. in January 2021, but 15 per cent of all nationalities arriving to the U.S. by January 2022. Venezuelans surpassed Hondurans, Haitians and Salvadorans in arrivals at the U.S. southern border in the last two months of 2021 and in January 2022. (*Special Situation Report Central America & Mexico March, 2022*, p.1)¹⁶.

Como analisamos, os venezuelanos escolhem diversas rotas e enfrentam muitos desafios para fugir da crise de seu país. Arias *et al.* (2019) no estudo empírico abordam os meios de transportes que esses imigrantes utilizam para realizar a mobilidade interna e externa.

Figura 07: Meios de transportes utilizados pelos venezuelanos para realizar a migração



Fonte: Arias *et al.* (2019).

¹⁶ No contexto do aumento dos movimentos de refugiados e migrantes na região, atravessando vários países em situações de vulnerabilidade e através de pontos de fronteira não oficiais, especialmente o segundo semestre de 2021 testemunhou um aumento dramático no número de refugiados e migrantes da Venezuela que se deslocam para o norte, via o Darien Gap, com muitos tentando chegar aos Estados Unidos (EUA) através de sua fronteira terrestre sul com o México. A Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (CBP) relatou um aumento de mais de 10.000% no número de 'encontros' com venezuelanos tentando entrar nos Estados Unidos do México, até 24.819 em dezembro de 2021 (de 206 em dezembro de 2020). No total, houve 106.755 “encontros” com venezuelanos tentando entrar nos EUA vindos do México em 2021. Os venezuelanos ultrapassaram hondurenos, haitianos e salvadorenses em chegadas à fronteira sul dos EUA nos últimos dois meses de 2021 e em janeiro de 2022. (Relatório Especial de Situação América Central e México-março, 2022, p.1). (Tradução Livre).

Observamos na figura 07, que a mobilidade venezuelana é realizada por via terrestre, através das rodovias federais ou *carreteras* que foram transformadas em corredores migratórios e evidentemente, as fronteiras terrestres são os “alvos” dos imigrantes, para realizar a mobilidade espacial. Todavia, durante esse percurso podem sofrer xenofobia, violências das distintas características, mas continuam realizando a migração para fugir das crises em seu país de origem e quando chegam no destino, precisam ser acolhidos com dignidade.

E é nessa conjuntura socioeconômica, política, geográfica e humanitária que os venezuelanos não indígenas e indígenas estão migrando por diversas rotas e países fugindo de uma realidade difícil, embora em cada país receptor possui suas peculiaridades e o Brasil por diversos motivos foi e é escolhido como destino temporário ou definitivo.

3.3 – A mobilidade venezuelana para o Brasil

O Brasil tem a sua formação étnica com múltiplas miscigenações com povos locais e com a migração de europeus, africanos, asiáticos, entre outros, que no decorrer dos séculos foi se modificando por questões políticas, sociais e econômicas. Além, é claro, das dinâmicas geradas pelas migrações internas como êxodo rural, que inchou as cidades por conta do processo de industrialização nas principais cidades do centro-sul nacional.

Assim, historicamente, o Brasil possui fortes relações com a (i)migração e quando olhamos para o século XX, até a virada para o século XXI, no âmbito internacional, as migrações estavam atreladas, sobretudo, as mobilidades do trabalho, pois, maiormente os cidadãos eram oriundos dos países do Norte Global e possuíam alta escolaridade como também estavam em cargos de destaque como gerentes, diretores e estavam em território brasileiro para suprir as demandas das empresas transnacionais.

E em menor quantitativo, a migração Sul-Sul para o Brasil estava atrelada as mobilidades transfronteiriças, conforme explica Oliveira (2020) *apud* Oliveira (2021):

Até o final dos anos 2000, a mobilidade espacial, no âmbito internacional, era marcada pelo predomínio das correntes oriundas dos países do Norte Global, em grande medida, por demanda de empresas nacionais e multinacionais por força de trabalho. Em menor escala, de países do Hemisfério Sul, chegavam os vizinhos sul-americanos, estudantes e pessoas através dos processos de reunião familiar. (OLIVEIRA, 2020 *apud* OLIVEIRA, 2021, p. 24).

Por isso, o IBGE, (2010) *apud* Oliveira (2021) aborda que até meados do ano de 2010 os imigrantes que mais entraram para o Brasil eram oriundos do Norte Global. Entretanto, nesse mesmo ano, já começou a parecer nacionalidades do Sul Global, e o levantamento aborda que os principais destinos eram os polos industriais e comerciais do centro sul nacional, como São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com os dados do Censo Demográfico, residiam no Brasil, em 31 de julho de 2010, 592.570 imigrantes, sendo as duas principais nacionalidades portuguesas e japonesas, revelando os traços ainda presentes das migrações históricas que se destinaram ao país a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Outras oito nacionalidades, com origem do Hemisfério Norte, Itália, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, França, Coreia do Sul, Escócia e Polônia, perfilavam entre as vinte mais importantes. Ainda segundo esse mesmo levantamento, nos anos 2000, o perfil da imigração que chegava ao Brasil já dava sinais de mudanças. Entre as que mais se destacava, dez nacionalidades localizadas no Sul Global aportaram no país. No que diz respeito à distribuição espacial dessa imigração, 61,4% se concentravam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (IBGE, 2010 *apud* OLIVEIRA, 2021, p. 53-54).

A partir de 2010, ocorreu a modificação do cenário migratório internacional, pois o Brasil que detinha o *status* de país receptor da migração do Norte global, passa a ser local de recepção, em especial das migrações sul oriundos da periferia do capitalismo, sendo de diversas nacionalidades.

Conforme explicam Mamed e Lima (2015):

Nas últimas três décadas, o ingresso de estrangeiros no Brasil tem sido marcado principalmente por grupos oriundos de contextos periféricos do capitalismo, compostos por latino-americanos, asiáticos, africanos, incluindo refugiados políticos de diferentes nacionalidades, e em diversas circunstâncias. (MAMED; LIMA, 2015, p. 35).

Poderíamos identificar, assim, que foram diversos fatores para propiciar essa atração para o ingresso Sul-Sul em solo brasileiro, como as dificuldades impostas pelas políticas (anti)migratórias dos países do centro capitalista como Estados Unidos e a Europa para os países de origem pobre e negra, sobretudo, nas últimas décadas do século XX.

Cavalcanti (2015) *apud* Cavalcanti (2021) aborda as modificações do cenário migratório internacional, principalmente nas últimas décadas do século XX.

Na história recente do ocidente, as mobilidades humanas internacionais, como já se sabe, se dava basicamente do Norte para o Sul Global seja como movimentos coloniais, êxodo rural ou resultados de crises de pós-guerras. No entanto, nas últimas décadas do século XX este fluxo se inverteu, com a emigração do Sul Global para os espaços urbanos do Norte. Este é o caso, por exemplo, dos mexicanos e centro-americanos para os Estados Unidos; dos equatorianos e bolivianos na Espanha; dos negros caribenhos na Holanda; dos indianos, paquistaneses e bengalis na Inglaterra; dos argelinos, senegaleses e marroquinos na França; dos filipinos no Japão, e tantos outros grupos de imigrantes que estão associados a determinados países receptores de fluxos migratórios. (CAVALCANTI, 2015 *Apud* CAVALCANTI, 2021, p. 8-9).

Essa conjuntura migratória se fortaleceu ainda mais no início do século XXI e com mais densidade a partir de 2010, e o resultado dessa política foi a instalação de barreiras ou muros, sejam elas físicas ou não. Assim, “a primeira década do século XXI ficou marcada pela crise dos grandes modelos de recepção dos imigrantes no Ocidente”. (CAVALCANTI, 2021, p. 9), principalmente oriundo de países em crise como latinos, caribenhos e africanos.

Outro elemento importante para discussão sobre a atração, era o cenário econômico no qual o Brasil estava inserido, e Alves (2014) aborda como o país encontrava-se na estruturação produtiva do capital, pois a partir de 2010 estava em preparação para realização de eventos de renome internacional como a Copa do Mundo de futebol realizado no ano de 2014, as Olimpíadas e Paraolimpíadas, no ano de 2016, além das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que executou milhares de obras pelo Brasil. Portanto, os investimentos estatais estavam em peso e gerou a necessidade de mão de obra operária.

É nesse momento que o conceito de plasticidade do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2018) fundamenta a análise, pois os trabalhadores que são os sujeitos pertencentes a classe trabalhadora, que possuía outro tipo de laboração em seu país de origem, possuindo escolaridade acadêmica ou não, pelas conjunturas, vão trabalhar nas obras da construção civil e quando finalizam as construções, se tiverem oportunidades, podem retornar a sua prática.

Outro componente econômico importante para atração dos imigrantes para o Brasil foi a valorização do real frente ao dólar, pois, “[...] Entre os anos 2011 e 2014 o dólar não superou a barreira dos três reais, com balanços anuais abaixo dos dois reais, como em 2011 (R\$ 1,68) e 2012 (R\$ 1,96)”. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020 *apud* CAVALCANTI, 2021, p.11).

Outra característica dessa dinâmica migratória de transformar o Brasil em destino do Sul-global, foi a forma de ingresso, porque fortaleceu todas as principais formas de trajeto para a fronteira como as rotas aquaviárias, aéreas, terrestres. Entretanto, a terrestre foi a que ganhou mais destaque pelo custo e o quantitativo de fiscalização ser baixo, e os principais

destinos no território nacional era a região Centro-sul, onde está localizada os principais polos industriais, comerciais e políticos.

No campo da jurisprudência, o Brasil avançou com atualização da lei de migração de 2017, que internacionalmente é considerada uma das mais progressistas no mundo, e também com os acordos firmados internacionalmente e no âmbito regional, com o acordo de residência do Mercosul.

Conforme Magalhães (2018):

Na atualidade, as migrações na região mostram um aumento dos movimentos intrarregionais, facilitados pela difusão das tecnologias de comunicação, barateamento dos custos de transporte e, essencialmente, pelas condições políticas vigentes na região, a partir da implementação e funcionamento dos mecanismos de integração regionais (a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos, a União das Nações Sul-americanas, a Comunidade Andina e o Mercado Comum do Sul). Por sua vez, os tradicionais países de destino das migrações desde a América do Sul, particularmente os mais desenvolvidos, levantam crescentes barreiras, impedindo os fluxos de entrada e saída, assim como a residência, nos mesmos [...]. (MAGALHÃES, 2018, p. 368-369).

Os fluxos migratórios até meados de 2010 estavam nas discursões principalmente no acesso e destino do centro-sul nacional, entretanto, a partir de 2010, a forma de ingresso teve uma transformação e que inseriu a região Norte do Brasil, que economicamente está na periferia nacional e distantes desses centros econômicos. Assim, ganhou protagonismo pelos quantitativos de acesso, o perfil do imigrante e as principais mobilidades internacionais da periferia mundial que estão no Brasil acessaram por essa rota, por via terrestre e temos como destaque, principalmente, os haitianos e senegaleses que ficaram em evidência pelo quantitativo expressivo no período de 2010 a 2016, acessando o Brasil através do estado do Acre e, a partir de 2016, os venezuelanos entrando por Roraima, principalmente, e pelo estado do Acre.

Essa combinação de elementos econômicos e geopolíticos se agregam com a questão da geração de crises de diversas circunstâncias nos países da periferia do capitalismo, sobretudo, proveniente das regiões latina, caribenha e africana que transformou o Brasil em um dos principais destinos.

Logo, inserindo as grandes correntes migratórias internacionais do contexto Sul-global, a partir de 2010, no caso dos haitianos que sofreram um terremoto ocorrido naquele mesmo ano, foi o ápice para a realização da mobilidade internacional, com destaque para o Brasil

Mamed e Lima (2015) abordam que, neste contexto histórico, os haitianos foram forçados a constituir uma “cultura” de migração, em função das muitas interferências externas, desde a sua colonização, e, quando conseguiram a sua independência, o cenário não mudou, pois, os países do centro do capitalismo continuaram a explorar seus recursos e mão de obra barata. Com isso, ao longo dos anos, seus principais destinos eram os países do Norte Global e com fechamento das fronteiras e endurecimentos das políticas migratórias dos países do centro capitalista, o Brasil virou destino e são utilizados como força de trabalho.

Além de trabalharem nas grandes obras, os haitianos tiveram o labor nos frigoríficos e na agropecuária, mas as condições de trabalho eram/são insalubres e a remuneração baixa, comparada com o trabalhador nacional, que já estava em condição de precarização.

Um elemento importante sobre a mobilidade haitiana foi que se tornou um negócio (lucrativo) para o mercado internacional de tráfico humano, pois, os coiotes, que assim são denominado os “agentes de viagens” clandestinos, que cobravam preços elevados para transportar até o Brasil e não ofereciam nenhuma garantia de segurança na viagem e esse movimento migratório ficou em evidência de 2010 a 2016.

É nesse contexto que no ano de 2016 a mobilidade de imigrantes venezuelanos ganha destaque no cenário brasileiro, em função do quantitativo expressivo. Todavia, nos anos anteriores, já possuía registros de mobilidade, mas foi a partir desse período que ficam em destaque não somente pelo números de entrada, mas, posteriormente, que gerou uma demanda social também expressiva.

Conforme explica Cavalcanti (2021):

A partir de 2016, o rápido crescimento da imigração venezuelana, que ingressou pela fronteira norte do país, converteu-se em outro grande fluxo migratório. Assim, essas duas nacionalidades consolidaram-se como os principais grupos de imigrantes e refugiados no país em termos numéricos. Não somente os nacionais do Haiti e da Venezuela lideravam os números em relação à inserção laboral e registro no Brasil, mas também em reunião familiar, demandas por inserção social, educacional, política e cultural. (CAVALCANTI, 2021, p.14).

Assim, o haitiano e o venezuelano que estavam sem condições de reprodução social digna na terra de origem em função da crise social, econômica, política e humanitária, como são as maiores mobilidades, tiveram facilitações para ingresso como acolhida humanitária aos haitianos (Resolução Normativa do CNIg nº 97/2012) e venezuelanos

(Resolução Normativa CNIg nº 126/2017), no qual reconhecia como refugiados e que permitiu ao acesso com mais facilidade aos serviços básicos de acolhimento.

Mas temos que ressaltar que mesmo o Brasil, por meio do governo federal, permitiu o ingresso dessas duas nacionalidades em função das crises nos países de origem e pelo expressivo quantitativo que entravam por suas fronteiras a partir de 2010. Todavia, as ações de assistência social mais estruturadas somente foram executadas quando gerou uma crise de acolhimento em função do próprio quantitativo de imigrantes que estavam nos estados da região Norte do Brasil, pois os governos locais que não possuíam recursos técnicos e financeiros suficientes para o acolhimento.

Desse modo, por causas dos eventos migratórios “A década de 2010 (2011-2020) pode ser caracterizada como uma das décadas mais dinâmicas e multifacetadas no contexto migratório do Brasil. Observa-se que essa série histórica trouxe mudanças significativas ao cenário das migrações e refúgio no país”. (CAVALCANTI, 2021, p. 8).

De modo sumário, para analisamos a presença dos venezuelanos em solo brasileiro iremos utilizar dados de pesquisadores do Observatório de migrações (OBMIGRA), o qual realiza estudos sobre a presença de imigrantes em território brasileiro de 2010 a 2021, e assim, gerou um rico acervo de informações.

Portanto, iremos abordar a presença venezuelana a partir de dados sobre trabalho formal, solicitações de refúgio, residência, renda, escolaridade e acesso aos programas sociais de 2010 a 2020, e nesse último ano, temos que enfatizar que foi o início da pandemia de Covid-19 que afetou as migrações como todo.

E para entender a classificação do imigrante em território brasileiro, temos no quadro 03 as tipologias de migrantes, segundo as leis do Estatuto de Refugiado (1997), Lei da Migração (2017) e do relatório Obmigra (2021).

Quadro 03: Tipologias de migrantes

Imigrante	Pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil.
Emigrante	Brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior.
Visitante	Pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional.

Apátrida	Pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.
Refugiado	<ul style="list-style-type: none"> • Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; • Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas anteriormente; • Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.
Fronteiriço	Movimento de estrangeiros residentes em países limítrofes que possuam Cédula de Identidade de Estrangeiros ou documento de identificação, e que vivam em cidade contígua à fronteira.
Residente	Estrangeiros com vistos de residentes no Brasil (indeterminado), asilados, refugiados, solicitantes de refúgio, diplomatas em missão oficial e seus familiares, estrangeiros com vistos ou tramitação de permanência, reunião familiar, e portugueses com igualdades de direitos civis e políticos.
Temporário	São não nacionais que ingressam no país para desenvolver, por prazo determinado, migrantes contemplados pelo Acordo de Residência do Mercosul; atividades profissionais, acadêmicas ou religiosas, como professores, cientistas, jornalistas, artistas, desportistas, Programa Mais Médicos, viajantes a negócios ou com algum contrato de trabalho com entidade pública ou privada; solicitantes de refúgio com pedido denegado; vistos de cortesia a diplomatas e seus familiares; e a nova classificação visita negócios.

Fonte: BRASIL (1997); BRASIL (2017) e OBMIGRA (2021).

A tabela 06 apresenta o quantitativo de imigrantes, por classificação de sexo, entre 2011 e 2020.

Tabela 06. Número de imigrantes por sexo, - Brasil, 2011 - 2020

Classificação	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Residentes	170.929	94.467	265.396
Temporário	444.630	261.726	706.356
Fronteiriços	8.039	7.128	15.167
Total	623.598	363.321	986.919

Fonte: OLIVEIRA, 2021 (Org. pelo autor).

Podemos observar na tabela 06 que a migração para o Brasil é temporária e predominantemente masculina, sendo 63,2% do quantitativo. Esse cenário ficou muito em evidência na mobilidade haitiana, pois, esteve caracterizada na migração do homem, que vinha para o Brasil em busca de trabalho e conseguir recursos suficientes para trazer a sua família.

Já no caso dos venezuelanos, na maioria, a mobilidade é realizada por núcleos familiares, que foi constatado em pesquisa de campo nas cidades de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e na capital Rio Branco.

Na tabela 07, temos as principais nacionalidades solicitantes da condição de residente ou temporário.

Tabela 07. Quantitativo de imigrantes dos principais países solicitantes da condição de residente ou temporários- Brasil, 2011 – 2020.

Nº	PRINCIPAIS PAÍSES	RESIDENTES	TEMPORÁRIOS	TOTAL
1	Venezuela	8.933	163.373	172.306
2	Haiti	99.669	49.416	149.085
3	Bolívia	3.540	52.100	55.640
4	Colômbia	2.727	51.075	53.802
5	Estados Unidos	5.420	32.295	37.715
6	China	19.312	16.278	35.590
7	Argentina	2.212	25.392	27.604
8	Cuba	5.464	20.128	25.592
9	França	6.026	18.593	24.619
10	Peru	2.044	21.484	23.528
11	Portugal	11.406	11.479	22.885
12	Itália	8.901	12.590	21.491
13	Paraguai	3.408	17.237	21.491
14	Espanha	6.123	13.505	19.628
15	Filipinas	372	18.738	19.110
16	Alemanha	3.560	15.460	19.020
17	Uruguai	10.448	7.532	17.980
18	Índia	970	15.648	16.618
19	Japão	4.234	10.088	14.322
20	México	1.667	11.259	12.926
21	Outros Países	58.972	122.728	181.700
	Total	265.408	706.398	971.806

Fonte: OLIVEIRA (2021). Org. pelo autor.

Verificamos na tabela 07, que venezuelanos e haitianos estão na liderança no quadro geral, todavia, se divergem na condição, pois os venezuelanos estão na maioria na situação de temporários, com 94,8% e os haitianos estão na posição de residente. Esse cenário é diferente, pois os haitianos têm a sua mobilidade a partir de 2010 e os venezuelanos a partir de 2016. Entretanto, temos que ressaltar o impacto da crise venezuelana, porque em um tempo-espaço menor, os venezuelanos se tornaram os principais solicitantes.

Ainda na tabela 07, verificamos que os países do Norte Global, que são mais desenvolvidos economicamente estão majoritariamente na condição de residentes.

Na tabela 08, temos o quantitativo das principais nacionalidades divididas por sexo e por razão de sexo de 2011 a 2020.

Tabela 08 - Número de imigrantes por sexo e razão de sexo, segundo principais países de nascimento solicitantes da condição de residente ou temporários no Brasil, 2011 - 2020

Nº	PRINCIPAIS PAÍSES	HOMENS	MULHERES	RAZÃO DE SEXO H/M
1	Venezuela	89.538	82.926	108,0
2	Haiti	94.566	54.499	173,5
3	Bolívia	30.149	25.989	116,0
4	Colômbia	34.580	19.223	179,9
5	Estados Unidos	25.384	12.332	205,8
6	China	22.179	13.412	165,4
7	Uruguai	17.018	12.491	136,2
8	Argentina	15.922	11.834	134,5
9	Cuba	11.199	14.391	77,8
10	França	14.884	9.898	150,4
11	Peru	13.998	9.548	146,6
12	Paraguai	12.401	10.842	114,4
13	Portugal	15.575	7.318	212,8
14	Itália	16.512	4.987	331,1
15	Espanha	13.640	5.991	227,7
16	Filipinas	17.919	1.190	1.505,8
17	Alemanha	12.609	6.411	196,7
18	Índia	14.867	1.751	849,1
19	Japão	10.854	3.480	311,9
20	México	7.359	5.544	132,7
21	Outros Países	132.445	49.264	268,8
Total		623.598	363.321	171,6

Fonte: Oliveira (2021). Org. pelo autor.

Verificamos na tabela 08, que a razão de sexo é vantajoso para as mulheres, pois, no geral, é 171,6 homens para cada 100 mulheres, esse cenário confirma a mobilidade humana é

realizada principalmente pelos homens. Entretanto, somente teve duas nacionalidades que deram resultados fora da média, que no caso foram Cuba, com 77,8 homens para cada 100 mulheres e de Filipinas, muito acima da média com 1.505,8 homens para cada 100 mulheres. Isso acontece por causa da “migração temporária de filipinos para o Brasil, determinada pela forte presença dessa nacionalidade no setor econômico ligado às atividades marítimas” (OLIVEIRA, 2021, p. 62).

Oliveira (2021) aborda que cada condição de refugiado, tem a sua característica, sendo que o residente tem os aspectos da predominância masculina, podendo ser de curta ou longa duração, como também, tem a característica econômica e mobilidade em um curto período. Todavia, já os imigrantes que estão na condição de solicitantes de refugiados, possuem diversas motivações para realizar a mobilidade e tem a característica da migração em famílias, mas também possuem uma razão de sexo favoráveis aos homens.

Na tabela 09 temos os quantitativos das principais nacionalidades de imigrantes que tiveram filhos nascidos vivos no Brasil, segundo a nacionalidade de mãe, no período de 2011 a 2019.

Tabela 09: Brasil: Número de filhos nascidos vivos de imigrantes por ano de nascimento, segundo principais países de nascimento da mãe, 2011 – 2019

Principais Nacionalidades.	ANOS									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Bolívia	2.040	2.128	2.110	3.453	2.683	2.859	2.979	3.159	3.285	24.696
Paraguai	960	1.141	1.156	1.396	1.424	1.572	1.644	1.672	1.712	12.677
Haiti	16	56	162	526	824	1.235	1.557	2.359	3.146	9.881
China	467	993	668	1.163	924	1.138	930	858	768	7.909
Venezuela	43	53	87	141	88	276	535	1.713	3.817	6.753
Peru	229	350	300	455	394	425	452	383	407	3.395
Argentina	296	352	350	372	340	355	402	409	377	3.253
Angola	112	151	130	224	237	471	387	332	305	2.349
Colômbia	103	117	122	210	197	251	270	327	406	2.003
Líbano	179	199	180	233	180	192	178	182	152	1.675
Outros	1.990	2.123	3.274	3.047	4.398	3.970	3.500	3.737	3.946	29.985
TOTAL	6.435	7.663	8.539	11.220	11.689	12.744	12.834	15.131	18.321	104.576

Fonte: Oliveira (2021). Org. pelo autor

Verificamos na tabela 09, que a predominância dos nascimentos são de mães latinas e caribenhas, e, no geral, a relação das mães ficou no cenário transfronteiriço, com as destaque

para a Bolívia e o Paraguai. Fora desse contexto de relação transfronteiriça, temos a presença de mães de origem chinesa e de países africanos.

Temos que ressaltar as haitianas que ficaram em terceiro lugar e as venezuelanas, que mesmo estando em quinto lugar, foram as mulheres que tiveram mais nascimentos nos anos de 2018 e 2019, que são as nacionalidades com maiores quantitativo de presença nos últimos anos no Brasil.

Silva, G (2021) realizou uma análise sobre o quantitativo de refugiados que entraram no Brasil de 2011 a 2020, tendo o enfoque para os países da América Latina, pois essa região ganhou destaque pelo contingente de imigrantes se movendo pelo espaço geográfico, principalmente, haitianos, caribenhos e mais recentemente os venezuelanos, conforme veremos abaixo.

Na tabela 10 temos o quantitativo de refúgios e refugiados de 2010 em comparação a 2020 na América do Sul e seus respectivos quantitativos de solicitações de refúgio.

Tabela 10: Número de solicitantes de refúgio e refugiados por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2010 e 2020

País de Solicitação ou Refúgio	ANO	
	2010	2020
Argentina	4.173	13.221
Bolívia	723	1.313
Brasil	5.198	262.212
Chile	1.884	10.147
Colômbia	363	20.930
Equador	171.096	130.653
Guiana	7	105
Paraguai	103	3.153
Peru	1.386	541.879
Suriname	-	2.012
Uruguai	214	11.350
Venezuela	217.388	68.403

Fonte: SILVA, G (2021). Org. pelo autor

Ao analisar a tabela 10, percebemos que todos os países da América do Sul que possuíram registros de refúgio e refugiados, entre 2010 e 2020, tiveram aumento de solicitações de refúgio, exceto a Venezuela e o Equador. Temos em destaque o Brasil, o Peru e a Colômbia que tiveram salto de solicitações, isso ocorreu em função, principalmente, da mobilidade de venezuelanos, que por causa da crise socioeconômica de país mudou o cenário migratório até

2010, a Venezuela era o principal país receptor de refugiados da região, e, em 2020 passou a ser o país que mais emigra no contexto sul-americano.

Para termos uma noção da região de origem das solicitações de refúgio, na tabela 11, temos a divisão entre latino-americanos e demais países.

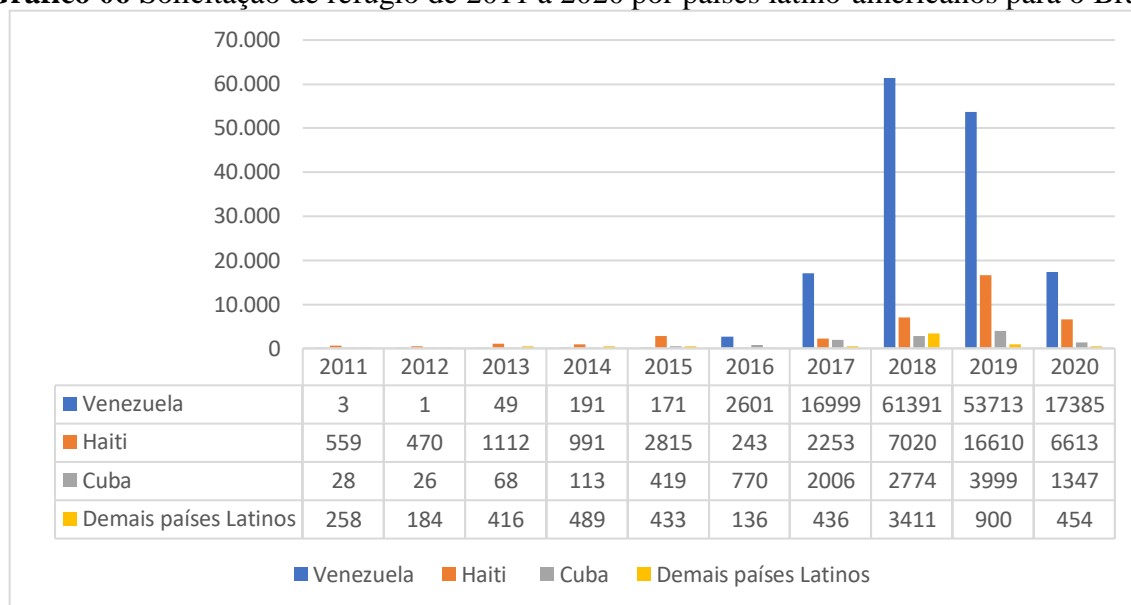
Tabela 11 Número de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos e demais países, por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2010 e 2020

País de Solicitação ou Refúgio	ANO			
	2010		2020	
	Latino-americano	Demais países	Latino-americano	Demais países
Argentina	2.159	2.014	8.403	4.818
Bolívia	702	21	1.206	107
Brasil	1.622	3.576	198.577	63.635
Chile	1.297	587	9.365	782
Colômbia	200	163	20.614	316
Equador	169.360	1.736	129.330	1.323
Guiana	-	7	85	20
Paraguai	83	20	3.007	146
Peru	1.165	221	541.201	678
Suriname	-	-	2.007	5
Uruguai	130	84	10.637	713
Venezuela	217.253	135	68.241	162

Fonte: SILVA, G (2021). Org. pelo autor

Podemos constatar na tabela 11 que as solicitações de refúgio nos países da América do Sul está na migração Sul-Sul, pois todos os países tiveram maior quantitativo de solicitações de refúgio para os países latino-americanos, mesmo Equador e Venezuela, que tiveram uma queda no número de solicitações, também dispuseram da maioria das solicitações de refúgio.

Quando analisamos o Brasil, temos no gráfico 06 as principais nacionalidades latino-americanos que solicitaram refúgio de 2011 a 2020.

Gráfico 06 Solicitação de refúgio de 2011 a 2020 por países latino-americanos para o Brasil

Fonte: SILVA, G (2021). Org. pelo autor.

Ao analisamos o gráfico 06, constata-se que a Venezuela, o Haiti e Cuba são os maiores solicitantes de refúgio, sendo que a Venezuela a partir de 2013 teve somente acréscimo e que chegou ao pico em 2018.

E na tabela 12 podemos analisar o quantitativo de reconhecimento de refugiado por sexo, de 2011 a 2020, ainda verificando as principais nacionalidades que solicitaram ao Brasil o pedido de reconhecimento.

Tabela 12: Brasil: Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, por sexo, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual, 2011-2020

País	Homens	Mulheres	Não informado	Total
Venezuela	83.849	69.143	58	153.050
Haiti	23.784	14.752	150	38.686
Cuba	7.192	4.335	23	11.550
Demais países latino-americanos	2.521	1.727	95	4.343
Total	117.346	89.957	326	207.629

Fonte: SILVA, G (2021). Org. pelo autor

Podemos analisar que as solicitações de refúgio foram caracterizadas em sua maioria como masculina, em função do quantitativo que obteve, no caso, das 207.629 solicitações, 56,5% eram do sexo masculino, e desse universo de 73,7% são de solicitações da Venezuela. Portanto, o quanto a condição de refugiado é importante para esses cidadãos, pois,

a conjuntura socioeconômica em seu país natural, potencializou as solicitações por refúgio e por melhores condições de vida.

Portanto, com a regularização da documentação em território brasileiro, facilita para que esse imigrante possa concorrer a uma vaga no mercado formal brasileiro.

3.3.1 – Trabalho

Outro importante indicador da presença venezuelana em território brasileiro é a inserção desse trabalhador no mercado de trabalho formal, pois gera a oportunidade de reprodução social digna, quando é formal, mas quando não consegue, busca o informal por questão de sobrevivência.

E para tentar fazer parte do mercado formal brasileiro é necessário possuir a Carteira de Trabalho. Silva, G (2021) aborda que as Carteiras de Trabalho que foram emitidas no Brasil, teve uma predominância para pessoas oriundas de países latino-americanos, pois “foram emitidas 87.570 carteiras de trabalho para pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas. Essas carteiras representaram 76,0% do total de carteiras de trabalho emitidas para o universo geral de refugiados e solicitantes, no Brasil, entre 2011 e 2019”. (SILVA, G, 2021, p. 98).

Ainda segundo Silva, G (2021), que realizou uma análise sobre os trabalhadores imigrantes com carteira assinada em território brasileiro no período de 2011 a 2019, tendo o enfoque para os trabalhadores latino-americanos, pois, possuíram os maiores registros.

Na tabela 13 podemos analisar as carteiras de trabalho emitidas por nacionalidade oriundos da região latino-americana e por sexo no período de 2011 a 2019

Tabela 13: Número de carteiras de trabalho emitidas para solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por sexo, segundo principais países, Brasil, 2011-2019

Principais países	2011-2019		Total
	Homens	Mulheres	
Venezuela	34.912	22.190	57.102
Haiti	12.747	8.182	20.929
Cuba	4.618	2.532	7.150
Rep. Dominicana	540	589	1.129
Colômbia	526	277	803
Peru	74	26	100

Bolívia	50	30	80
Paraguai	42	20	62
Argentina	31	12	43
El Salvador	24	11	35
Uruguai	15	12	27
Equador	14	11	25
Nicarágua	11	14	25
México	16	6	22
Chile	9	4	13
Honduras	9	3	12
Costa Rica	4	2	6
Guatemala	5	1	6
Panamá	1	0	1
Total	53.648	33.922	87.570

Fonte: SILVA, G (2021). Org. pelo autor.

Dessa forma, conforme a tabela 13, os trabalhadores com CT em sua maioria é masculina, com 61,3%, e em relação a nacionalidade, a Venezuela fica em primeiro lugar, com 65,2% de todas as carteiras emitidas e, desse percentual, 61,1% foram emitidas para o sexo masculino. Na tabela 14 temos os quantitativos de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos por condição de ocupação laboral.

Tabela 14: Número de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por condição de ocupação e ano, segundo principais países, Brasil, 2011 e 2019

Principais países	ANO			
	2011		2019	
	Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados
Venezuela	1	3	8.333	45.940
Haiti	0	0	7.657	12.223
Cuba	3	23	1.161	5.656
Rep. Dominicana	0	1	175	826
Colômbia	16	144	83	746
Outros países latino-americanos	7	55	74	388
Total	27	226	17.483	65.779

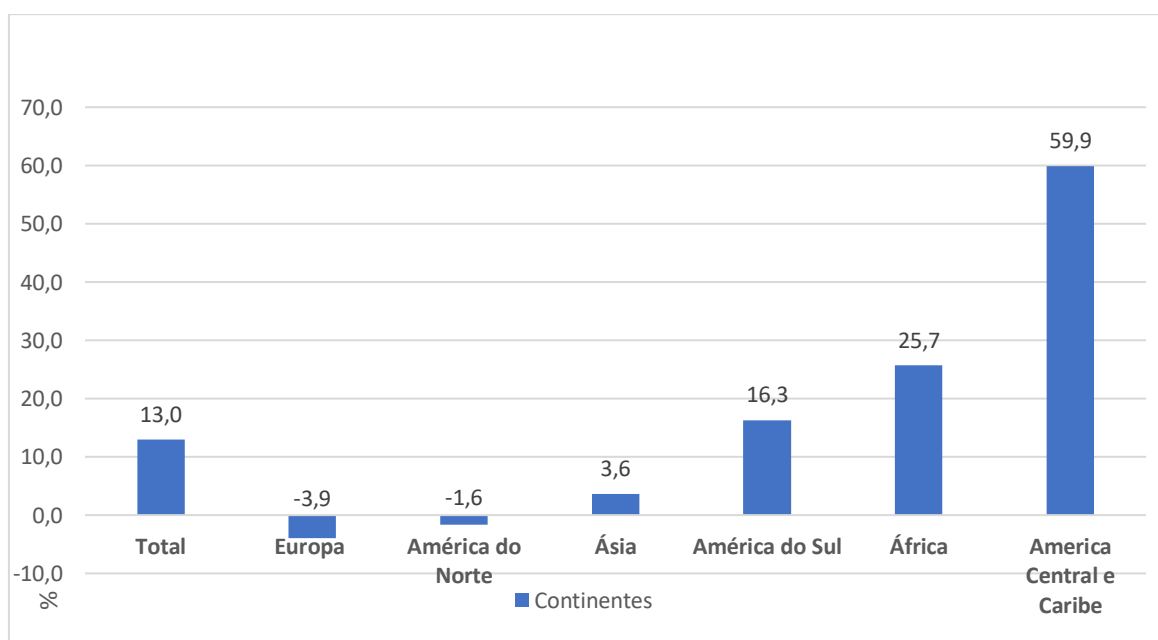
Fonte: SILVA, G (2021). Org. pelo autor

Observamos na tabela 14, que assim como na emissão de carteiras de trabalho, Venezuela, Haiti, Cuba e Rep. Dominicana são as nacionalidades que mais tiveram presença no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, na comparação de 2011 a 2019, a taxa de ocupação aumentou 99,8%, tendo destaque para venezuelanos e haitianos que alcançaram 91,5% da taxa de ocupação.

Entretanto, mesmo com esse acréscimo da taxa de ocupação, o que realmente pesou na caracterização do perfil do trabalhador latino, na comparação de 2011 a 2019, foi o desemprego, pois todas as nacionalidades estão em *déficit* de trabalho, principalmente o venezuelano, que lidera o ranking com 69,8% dos “não ocupados”.

E sobre esse domínio de países latino-americanos, temos no gráfico 07 a representação das médias anuais das taxas de crescimento da presença de imigrantes no mercado formal brasileiro.

Gráfico 07. Taxas médias anuais de crescimento do número de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro por continentes – 2011 a 2021.



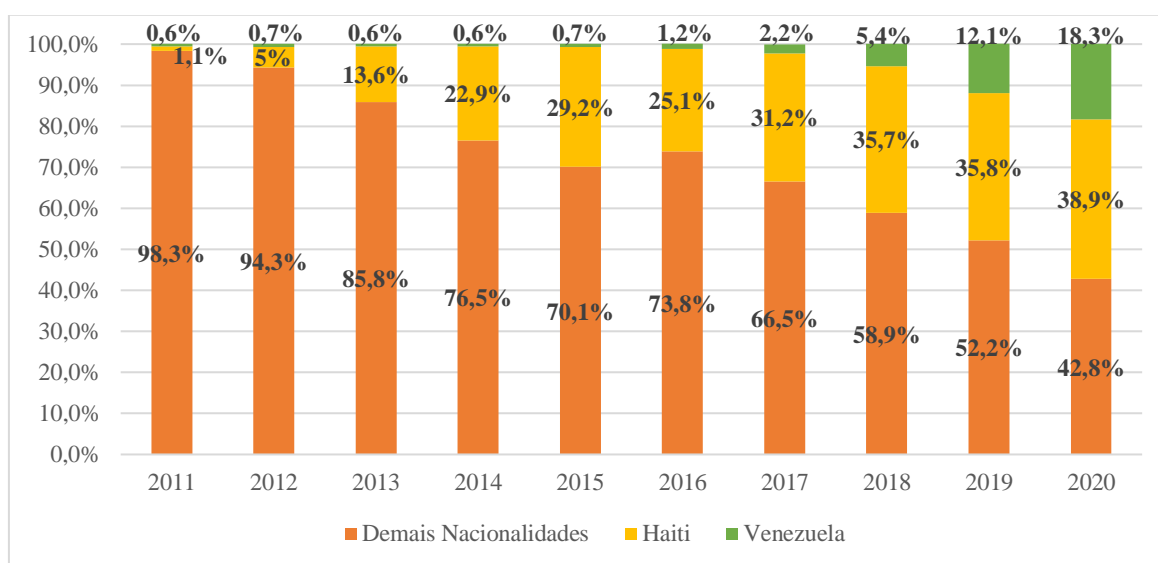
Fonte: SIMÕES; HALLAK NETO (2022) Org. pelo autor.

Observamos no gráfico 07 que a presença do imigrante no mercado formal brasileiro de 2011 a 2020 teve um acréscimo de 13% nesse período. Entretanto, esse aumento foi puxado, principalmente, por latinos, caribenhos e africanos, e os países do Norte Global tiveram queda, como a Europa e a América do Norte.

Esse cenário demonstra como mudou o perfil do trabalhador formal, a partir da década de 2010, anterior a essa data, toda a dinâmica estava ligada aos países do Norte Global, sobretudo, aos países europeus e da América do Norte e, em 2021, temos o trabalhador migrante predominantemente do Sul Global.

E sobre esse trabalhador do Sul Global, temos no gráfico 08 as principais nacionalidades que tiveram presença no mercado formal brasileiro de 2011 a 2020.

Gráfico 08: Distribuição percentual dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, entre haitianos, venezuelanos e demais nacionalidade entre 2011 e 2020.

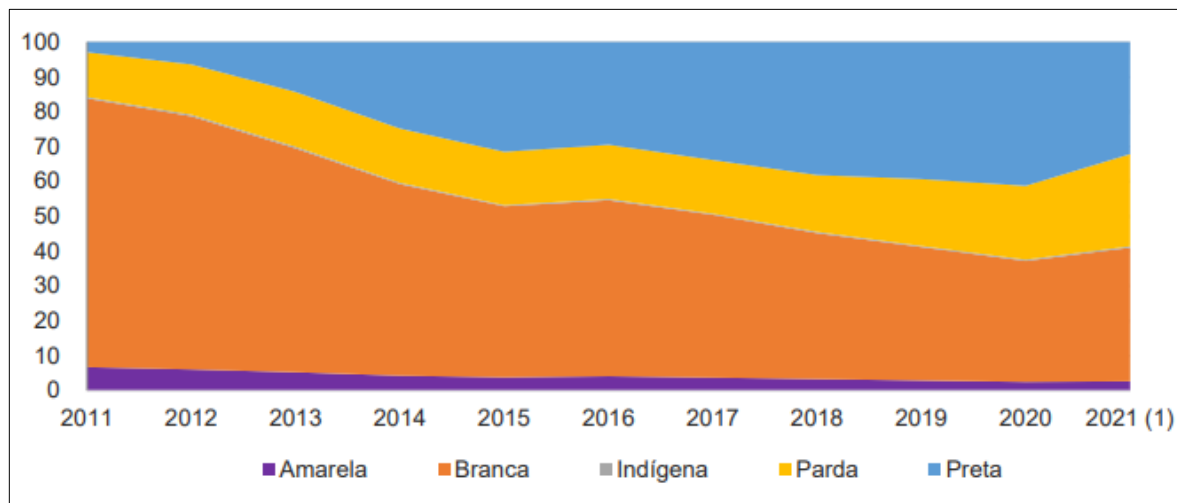


Fonte: SIMÕES; HALLAK NETO (2021) Org. pelo autor.

No gráfico 08 constata-se que haitianos e venezuelanos foram as nacionalidades que dominaram o mercado formal, sendo que em 2020, em contexto de pandemia de Covid-19, foi o ano que 57,2% das vagas eram ocupadas por esses imigrantes.

Ainda na questão Simões e Hallak Neto (2021) abordam a porcentagem de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro de 2011 a 2021.

Figura 08: Distribuição percentual de imigrantes no mercado formal de trabalho por cor ou raça - 2011 a 2021



Fonte: SIMÕES; HALLAK NETO (2021); SIMÕES; HALLAK NETO (2022).

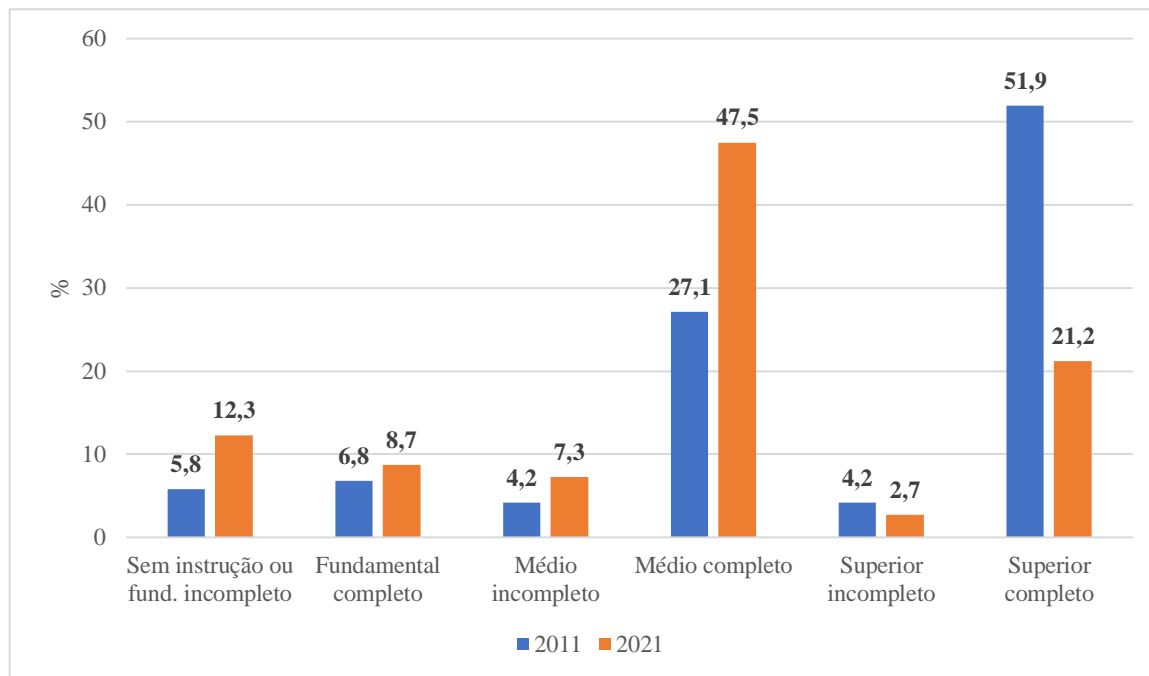
Podemos observar na figura 08, como modificou o cenário do trabalhador imigrante em relação a cor de pele, em 2011 a predominância era da cor branca, e com o passar dos anos se tornou preta ou parda em função da mobilidade de haitianos e venezuelanos

Simões e Hallak Neto (2022) abordam essa dinâmica racial da seguinte forma:

Em 2011, ambas [parda e preta] somadas representavam 13,9% dos trabalhadores migrantes, chegando a 62,4% em 2020, e recuando para 58,6% no ano seguinte. A intensificação das imigrações oriundas de países africanos e, especialmente, do Haiti, trouxe o aumento da categoria de cor ou raça preta; enquanto o aumento mais intenso de trabalhadores de cor parda ocorreu em virtude do crescimento da imigração venezuelana, a partir de 2019. Por outro lado, os trabalhadores brancos reduziram sua participação de, respectivamente, 79,8% para 38,3%, tendência também observada para aqueles de cor amarela. (SIMÕES; HALLAK NETO, 2022, p.131).

Outro importante elemento para abordar a temática do trabalho dos imigrantes no mercado brasileiro é a questão da escolaridade, pois ilustra o tipo de função mais ocupadas por esses cidadãos, e no gráfico 09, temos a distribuição por porcentagem de comparação entre os anos de 2011 e 2021.

Gráfico 09: Distribuição percentual dos imigrantes no mercado formal de trabalho por nível de instrução – Brasil 2011 e 2021



Fonte: SIMÕES; HALLAK NETO (2022) Org. pelo autor.

Observamos no gráfico 09 que na comparação dos anos de 2011 a 2021, teve a mudança do nível de instrução do trabalhador imigrante; em 2011, a predominância era de quem dispunha de alta escolaridade, pois, somando quem possuía ensino médio completo, superior incompleto e ensino superior, chegou à 83%. Entretanto, com destaque para quem possuía o superior completo, com 51,9%. Já em 2021, o cenário mudou, pois o perfil escolar do trabalhador era de possuir menor escolaridade, visto que somando os níveis de sem instrução/fundamental incompleto até ensino médio completo, representava 75,8% do quantitativo de imigrantes no mercado formal, com destaque para o ensino médio completo que registrou 47,5% .

É nesse sentido de escolaridade, que temos na tabela 15 as principais nacionalidades que portaram os maiores registros nos trabalhos formais no Brasil, com destaque para venezuelanos e haitianos, pois foram as nacionalidades que possuíram os maiores registros de mobilidade e também de trabalhos imigrante no país a partir de 2010.

Além disso, temos destaque para o ano de 2020, pois foi o início da pandemia de Covid-19, e, que muda toda a dinâmica de trabalho, e assim alguns setores necessitam de mão de obra para trabalhar nas indústrias alimentícias e agropecuária.

Tabela 15: Variação absoluta do emprego formal imigrante no grupo trabalhadores na produção de bens e serviços industriais e respectiva distribuição percentual, por total, haitianos e venezuelanos, segundo subgrupos ocupacionais e subsetores de atividades – Brasil 2019 e 2020

Subgrupos ocupacionais e subsetores de atividade	Haitianos		Venezuelanos		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Subgrupos ocupacionais Total	14.968	100	8.724	100	24.921	100
Trabalhadores artesanais na agroindústria	4.002	26,7	2.839	32,5	7.346	29,5
Embaladores e alimentadores de produção	5.595	37,4	2.089	23,9	8.070	32,4
Trabalhadores da construção civil	502	3,4	578	6,6	1.169	4,7
Ajudantes de obras	1.204	8,0	641	7,3	1.888	7,6
Demais subgrupos	3.665	24,5	2.577	29,5	6.448	25,9
Subsetores e atividade Total	14.968	100	8.724	100	24.921	100
Fabricação de produtos alimentícios	7.500	50,1	3.540	40,6	11.404	45,8
Construção de edifícios	871	5,8	817	9,4	1.225	4,9
Obras de infraestrutura	259	1,7	182	2,1	1.165	4,7
Demais atividades	6.338	42,3	4.185	48,0	11.127	44,6

Fonte: SIMÕES; HALLAK NETO (2021) Org. pelo autor.

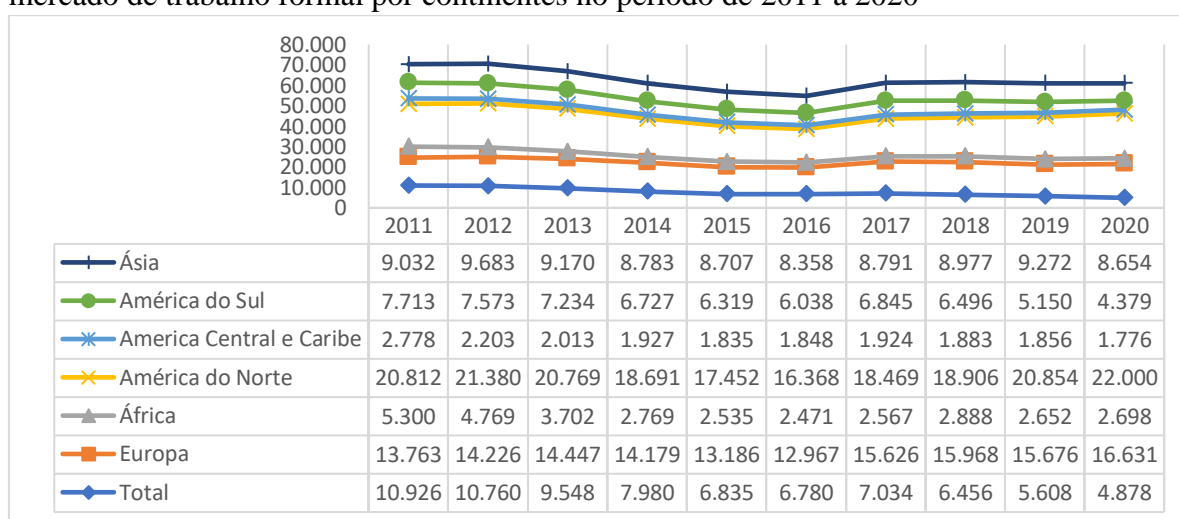
Analisando a tabela 15 percebemos que todos os setores abordados que estão empregados, haitianos e venezuelanos não necessitam de graduação, somente treinamento para execução do trabalho. Obviamente, esse cenário reflete os dados do gráfico 07, onde profissionais com menor escolaridade estão ocupando os principais postos de trabalho, maiormente nos setores da agropecuária, construção civil e na indústria alimentícia.

E nesse período de 2019 e 2020 temos o acréscimo da Covid-19 que se espalhou pelo mundo, no qual as pessoas ficaram mais em casa e assim consumindo mais alimentos.

Assim, criou-se uma maior demanda de trabalho no setor alimentício e os imigrantes venezuelanos e haitianos foram os que ocuparam a grande maioria dessas vagas, que ficaram 45,8% na fabricação de alimentos no subgrupo de atividades e 61,9% nos subsetores ocupacionais.

Outro elemento para discussão sobre os trabalhadores no Brasil é a questão salarial, por isso temos no gráfico 10 os rendimentos dos imigrantes divididos por continentes, no período de 2011 a 2020.

Gráfico 10 – Brasil: Rendimento médio mensal expresso em reais (R\$) dos imigrantes no mercado de trabalho formal por continentes no período de 2011 a 2020



Fonte: SIMÕES; HALLAK NETO (2021) Org. pelo autor.

Podemos analisar, no gráfico 10, a disparidade salarial entre os imigrantes europeus e norte-americanos que possuem as melhores remunerações, mesmo tendo algumas oscilações, o rendimento não foi muito afetado mesmo com a pandemia no ano de 2020.

No caso dos asiáticos, estes não estão no mesmo patamar de norte-americanos e europeus, todavia, não tiveram oscilações expressivas, por isso são o terceiro grupo que obtêm as melhores remunerações.

O cenário mais crítico é para os sul-americanos, africanos, latinos e caribenhos que receberam as piores remunerações, e tendo destaque em período da Covid-19, em 2020, receberam a menor remuneração de todo o período analisado. A situação desses imigrantes fica mais difícil para enfrentar uma pandemia, com remunerações baixíssimas, e não estamos nem colocando a situação de quem não possuía trabalho formal e obviamente estava em pior situação.

E quando olharmos para o ano de 2020, temos, na tabela 16, as renumerações divididas por classes de salários-mínimos em reais, o que confirma a discrepância salarial entre os continentes.

Tabela 16: Número absoluto e relativo de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho, por continentes, segundo classes de salários-mínimos em reais -Brasil, 2020.

Classes de Salário-Mínimo	África		América do Norte		Am. Central e Caribe		América do sul		Ásia		Europa		Total	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Até 1SM	1.123	12,0	239	11,0	7.074	9,6	9.303	13,6	1.467	16,5	1.886	13,2	21.441	11,8
+ de 1 até 2 SM	5.120	54,5	327	15,1	50.834	69,2	37.036	54,2	2.892	32,4	2.324	16,3	99.319	54,8
+ de 2 até 3 SM	1.936	20,6	158	7,3	13.372	18,2	8.946	13,1	1.104	12,4	1.378	9,6	27.166	15,0
+ de 3 até 5 SM	667	7,1	186	8,6	1.604	2,2	4.006	5,9	780	8,7	1.418	9,9	8.976	4,9
+ 5 SM	546	5,8	1.257	58,0	555	0,8	9.022	13,2	2.674	30,0	7.287	51,0	24.483	13,5
Total	9.392	100	2.167	100	73.439	100	68.313	100	8.917	100	14.293	100	181.385	100

Fonte: SIMÕES; HALLAK NETO (2021) Org. pelo autor

Observamos na tabela 16 que o ano de 2020, os africanos, sul-americanos e centro-americanos foram os que receberam as menores remunerações, pois, todos eles receberam no máximo até 2 salários, isso significa o percentual de no mínimo 50% de todas as remunerações, com destaque para América Central e Caribe, onde alcançaram o percentual de 69,2% dessa classe salarial.

Agora, no outro extremo, temos europeus e norte-americanos que recebem mais 5 salários-mínimos, e isso representa o percentual acima de 50% das remunerações recebidas em 2020.

Na tabela 17, podemos verificar os rendimentos por nacionalidades que tiveram trabalho formais no Brasil e estão divididas pelos seus continentes, no período de 2011 a 2020.

Tabela 17. Rendimento médio (em Real) dos migrantes com vínculo formal de trabalho, segundo principais nacionalidades, Brasil, 2011 – 2020

Nacionalidade	ANO									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	10.926	10.760	9.548	7.980	6.835	6.780	7.034	6.456	5.608	4.878

ÁFRICA	5.300	4.769	3.702	2.769	2.535	2.471	2.567	2.888	2.652	2.698
Angolano	5.455	5.199	5.321	4.955	4.285	2.915	2.719	3.067	2.802	2.936
Congolês	3.917	2.788	2.185	1.906	1.813	1.795	1.885	1.845	1.897	1.862
Ganês	1.994	5.655	2.514	1.913	1.946	2.058	2.028	2.019	2.053	2.566
Senegalês	2.433	2.176	1.947	2.000	1.859	1.992	2.088	2.162	2.045	2.082
Sul-Africano	7.150	7.995	9.952	6.323	5.247	5.278	6.122	13.267	4.809	5.556
Outros africanos	5.522	4.489	3.344	2.867	2.608	2.626	2.759	2.820	2.988	2.853
AMÉRICA DO NORTE	20.812	21.380	20.769	18.691	17.452	16.368	18.469	18.906	20.854	22.000
Canadense	19.252	19.983	19.076	15.729	15.678	15.155	16.425	16.434	19.664	22.098
Norte-Americana	20.986	21.217	20.983	19.039	17.699	16.561	19.100	19.311	21.245	22.425
Mexicano	21.468	24.851	20.985	19.345	19.345	16.175	16.323	18.773	19.548	19.295
AMÉRICA CENTRAL E CARIBE	2.778	2.203	2.013	1.927	1.835	1.848	1.924	1.883	1.856	1.776
Haitiano	1.521	1.711	1.824	1.822	1.759	1.756	1.811	1.788	1.750	1.696
Cubano	5.562	4.922	6.666	5.064	4.351	4.042	4.025	3.696	3.077	3.234
Dominicano	3.835	4.632	3.298	2.998	2.363	2.529	2.587	2.719	3.753	3.425
Outras Centro-americanas e Caribenhas	16.304	16.626	15.453	13.755	13.064	10.930	17.102	12.842	11.118	9.331
AMÉRICA DO SUL	7.713	7.573	7.234	6.727	6.319	6.038	6.845	6.496	5.150	4.379
Argentina	12.924	12.638	12.735	11.271	10.413	10.192	12.350	13.634	11.366	11.697
Boliviana	5.038	4.774	4.238	4.198	4.323	4.428	4.973	5.279	5.109	4.932
Chilena	7.861	8.365	8.491	8.295	7.644	7.210	7.905	7.576	7.138	7.837
Colombiano	14.541	13.023	11.829	9.677	8.932	9.134	11.621	10.508	10.100	9.977
Equatoriano	13.097	13.566	11.764	10.945	10.079	8.722	13.321	12.686	12.953	10.446
Paraguaia	2.551	2.558	2.415	2.340	2.213	2.230	2.431	2.564	2.415	2.265
Peruano	7.678	6.707	6.459	6.462	6.350	6.159	6.569	6.635	6.448	6.608
Uruguiaia	5.429	5.490	5.406	5.225	4.791	4.669	5.024	4.868	5.257	4.912
Venezuelano	18.823	21.500	19.900	17.374	13.550	8.207	6.602	3.425	2.314	1.946
Outras Sul-americanas	7.964	4.228	2.827	4.237	4.531	6.443	6.351	5.099	4.939	4.828
AMÉRICA NÃO ESPECIFICADO	14.915	15.106	15.760	16.236	15.328	15.473	17.152	18.087	15.410	14.140
Americanas não especificadas	14.915	15.106	15.760	16.236	15.328	15.473	17.152	18.087	15.410	14.140
ÁSIA	9.032	9.683	9.170	8.783	8.707	8.358	8.791	8.977	9.272	8.654
Bengalês	1.744	1.876	1.786	5.942	5.166	4.762	2.214	2.175	2.430	2.043
Chinesa	4.563	5.300	6.190	5.862	6.239	6.503	7.600	8.516	10.666	8.466
Coreana	12.167	14.005	13.338	12.633	14.984	14.326	13.515	12.791	13.970	14.995
Indiano	16.316	18.070	16.413	16.847	15.358	15.445	16.049	15.467	14.505	18.611
Japonesa	15.226	14.291	13.743	13.014	13.014	12.817	11.674	11.256	10.173	9.695
Paquistanês	2.891	3.806	3.728	2.371	2.553	2.233	3.527	3.952	2.995	3.077
Outras Asiáticas	9.794	9.775	9.222	7.572	6.181	6.079	5.873	6.052	5.277	5.912
EUROPA	13.763	14.226	14.447	14.179	13.186	12.967	15.626	15.968	15.676	15.676
Alemã	21.494	21.978	22.118	22.883	22.564	21.671	25.544	26.377	23.945	26.648
Belga	17.880	18.001	18.224	19.831	17.528	16.072	18.049	22.876	21.374	23.827
Britânica	20.026	19.369	18.907	19.173	17.923	17.612	21.445	19.877	21.766	23.883
Espanhola	13.449	13.968	15.328	14.989	13.839	13.120	18.152	18.419	17.246	20.828
Francesa	23.692	23.951	24.297	23.748	21.710	21.531	23.353	25.052	24.703	26.701

Italiana	12.331	13.042	12.845	12.334	11.800	11.815	13.050	13.490	12.682	14.629
Portuguesa	8.773	9.080	9.399	9.003	8.597	8.575	9.680	9.232	9.574	8.738
Russo	8.738	14.352	12.268	13.642	12.017	14.173	19.270	14.633	10.841	13.096
Suíça	17.561	18.196	17.614	16.057	15.237	17.580	36.466	45.568	41.192	50.960
Outros Europeus	19.081	21.407	20.166	20.432	16.773	15.825	20.617	21.690	22.043	21.229
OCEANIA	24.844	24.500	24.486	26.651	22.072	23.515	23.544	29.735	20.456	18.482
Austrália	23.916	26.540	30.049	30.905	29.010	27.361	24.893	32.631	19.546	18.587
Outros Oceânicos	28.369	18.889	12.934	16.613	8.709	13.517	19.497	19.440	22.731	18.233
NÃO ESPECIFICADO	11.322	14.785	13.107	10.946	9.302	8.948	9.017	8.693	13.077	13.359

Fonte: SIMÕES; HALLAK NETO (2021) Org. pelo autor

Percebemos na tabela 17 que, em relação a África, todos os países recebem menos de R\$ 3.000,00, exceto a África do Sul que é o único que recebeu acima desse valor. Já os congoleses receberam a pior remuneração, entretanto, todos eles tiveram queda no rendimento e um dos piores rendimento foi no ano de 2020 em decorrência da pandemia da Covid-19.

Todavia, a liderança das melhores remunerações ficam com os países europeus e norte-americanos, pois todos eles obtiveram as melhores remunerações durante todo o período analisado. Em 2020 os rendimentos estiveram acima de R\$ 14.000,00, exceto Portugal, que registrou R\$ 8.738 e o recorde, ficou no caso dos suíços, que alcançaram o quantitativo de R\$ 50.000,00.

Agora quando olharmos para a América Central, o Caribe é a região onde houve as menores remunerações, sendo os haitianos os que possuem os piores números durante todo o período. Esse cenário reflete o quanto esse trabalhador faz parte do processo de precarização, oriundos de um país de crise desde a fundação do país e em solo brasileiro não mudou.

Na América do Sul, argentinos, equatorianos e colombianos são os que possuem as melhores remunerações, e por outro lado, temos os venezuelanos como a menor remuneração da região. Nesse caso, como a crise afetou o perfil desse trabalhador, pois, em 2011, o país possuía a melhor remuneração da região, e, em 2020 se tornou a menor em termos regionais e, no âmbito global, ficou em 2º lugar, atrás do Haiti.

Na Ásia temos países desenvolvidos com as melhores remunerações para os chineses, japoneses e sul-coreanos e as menores para os bengaleses e paquistaneses.

E no caso da Oceania, as remunerações estão altas, porém, a presença desse grupo é muito pequena comparada com outros grupos e dessa forma, o alto salário, sobretudo, é em função dos cargos em empresas multinacionais.

Em síntese, de 2011 a 2020, de um lado, os europeus e nortes americanos foram os que tiveram as melhores remunerações e, por outro lado, latinos, caribenhos e asiáticos da parte

oriental foram os que possuíam os piores salários, tendo destaque principalmente para haitianos e venezuelanos indígenas e não indígenas.

Assim, o perfil de imigrante que se consolidou a partir de 2010 foi de um refugiado, negro, com baixa escolaridade e oriundo da periferia do capitalismo. O Brasil por também está passando por crises políticas, sociais não conseguiu avançar no melhoramento das condições trabalhistas, em função que o trabalhador nacional já se encontra em situação de precarização.

Assim, como os brasileiros que estão como em situação de vulnerabilidade social, milhares de migrantes que estão nessa condição, foram inseridos nos programas de transferência de rendas, conforme veremos no próximo tópico.

3.3.2 - Acesso aos benefícios sociais

Ao longo da discussão sobre o perfil dos imigrantes venezuelanos que estão no território brasileiro, percebemos que essa mobilidade possui múltiplas características, desde que estão fugindo de uma crise em seu país de origem, que percorreram uma grande distância para chegar ao Brasil e quando fixam em uma cidade, a maioria ainda está desempregada, dentre outras dificuldades que enfrentam.

E em função do grande contingente de imigrantes gerou uma imensa demanda de políticas públicas e, conseqüentemente, constituiu um desafio para o Estado brasileiro, pois esse cidadão estrangeiro se agrega com o cidadão brasileiro que já estava em situação de vulnerabilidade social e pobreza.

O cenário é agravado a partir do ano de 2016 quando os registros de venezuelanos aumentaram de forma atenuante e ao passar dos anos aumentou o número de solicitações de atendimentos. Dessa forma, foi preciso inseri-los nos programas de proteção social do governo federal, entretanto, em 2020, o desafio foi ainda maior por causa da pandemia da Covid-19, que gerou um aumento da pobreza, desemprego e afetou a renda de quem estava trabalhando formalmente e informalmente, ocasionando forte impacto na desigualdade social.

Para entendermos como os imigrantes, a partir de 2010, tiveram presença nos programas de transferência de renda, iremos utilizar os dados apresentados e debatidos por Noronha (2021), que realizou uma pesquisa sobre os quantitativo de imigrantes beneficiados nos programas sociais do CadÚnico, pois esta “[...] é a principal fonte de informação utilizada pelas três esferas do governo brasileiro – federal, estadual e municipal - para focalização, monitoramento e avaliação dos programas sociais”. (NORONHA, 2021, p. 204).

Com isso, Noronha (2021) pesquisou os dados dos quatro programas sociais do CadÚnico, sendo eles: 1) Programa Bolsa Família (PBF); 2) Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE); 3) Benefício Prestação Continuada (BPC); e, 4) Auxílio Emergencial (AE), sendo esse último, implementado em 2020, em função da pandemia de Covid-19, conforme veremos no quadro 04.

Quadro 04: Programas sociais do governo federal brasileiro e seus objetivos

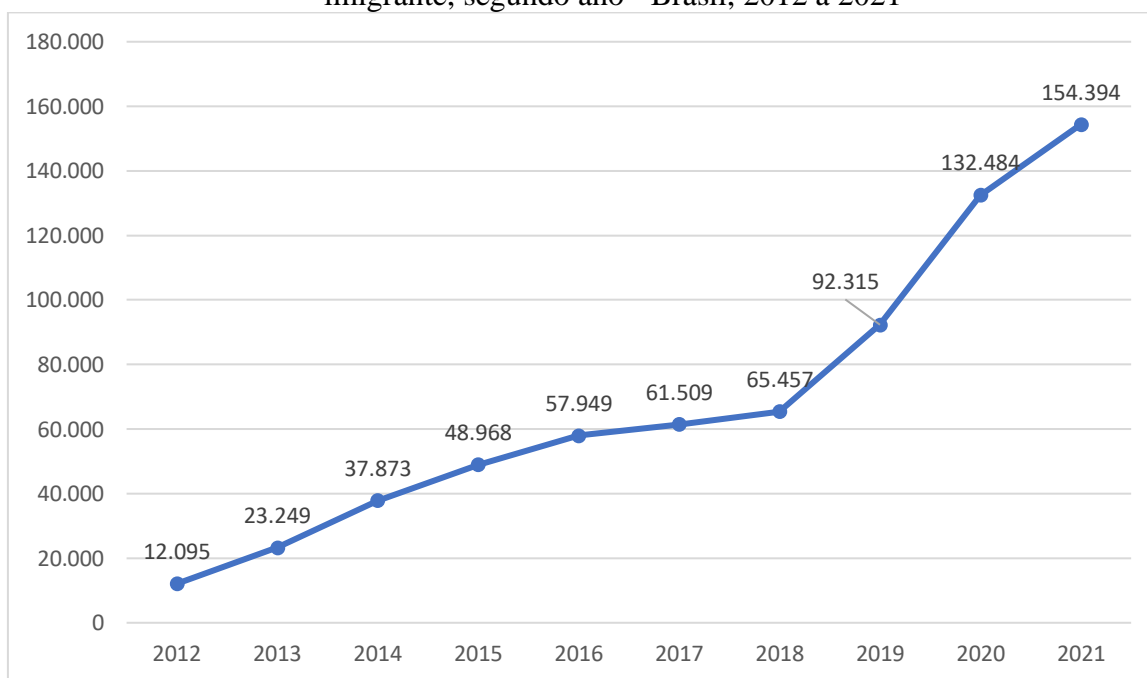
Programa	Objetivo e público-alvo	Características
Programa Bolsa Família	Atende as famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza	<ul style="list-style-type: none"> • Atende a famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. • Programa substituído pelo Auxílio Brasil de novembro de 2021 a dezembro de 2022.
Tarifa Social de Energia Elétrica	É um desconto na conta de luz, fornecido pelo Governo Federal às famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único ou que tenham entre seus membros alguém que seja beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC).	O desconto é dado de acordo com o consumo mensal de cada família, que varia de 10% a 65%, até o limite de consumo de 220 kWh
Benefício Prestação Continuada	Previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> • O BPC não é aposentadoria. Para ter direito a ele, não é preciso ter contribuído para o INSS. Diferente dos benefícios previdenciários, o BPC não paga 13º salário e não deixa pensão por morte. • Para ter direito ao BPC, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo. • Além da renda de acordo com o requisito estabelecido, as pessoas com deficiência também passam por avaliação médica e social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). • O beneficiário do BPC, assim como sua família, deve estar inscrito no Cadastro Único. Isso deve ser feito antes mesmo de o benefício ser solicitado. Sem isso, ele não pode ter acesso ao BPC.
Auxílio Emergencial	Benefício financeiro criado pelo Governo Federal, por meio da Lei Nº 13.982 de 2 de abril de 2020, com o objetivo de assegurar uma renda mínima aos brasileiros em	É um benefício financeiro destinado a trabalhadores(as) informais, Microempreendedores Individuais(MEI), autônomos(as) e desempregados(as) e tem por

	situação mais vulnerável durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19).	objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus.
--	--	--

Fonte: Brasil/ Ministério da Cidadania (2022). Org. pelo autor.

No gráfico 11, temos o quantitativo de famílias que obtiveram registros com pelo menos um membro imigrante no CadÚnico de 2012 a 2021.

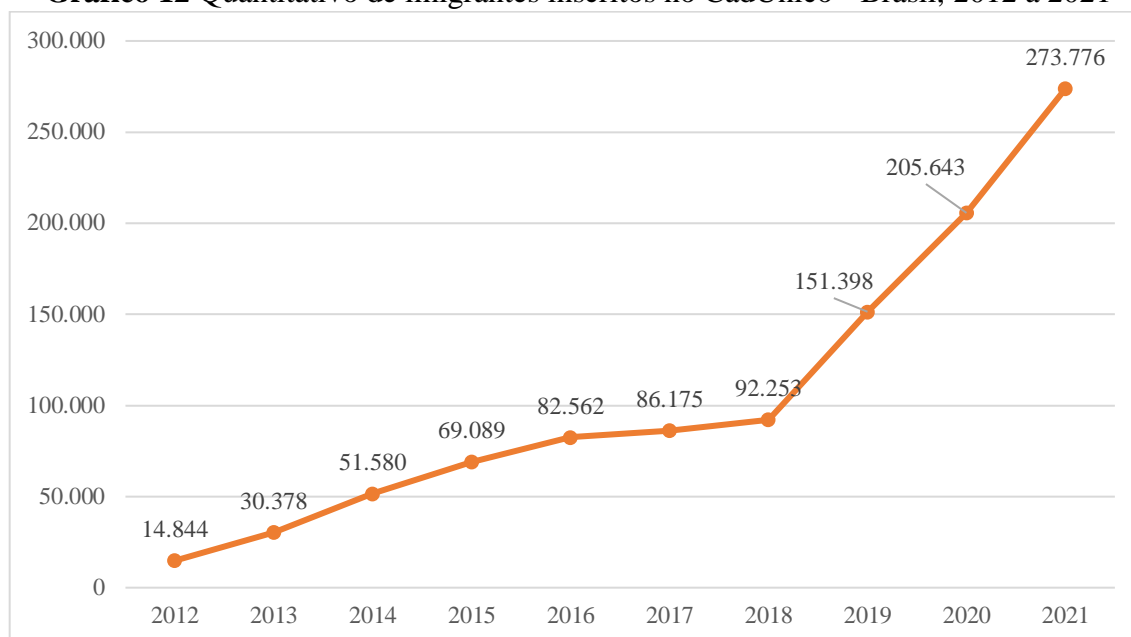
Gráfico 11. Número de famílias inscritas no CadÚnico com pelo menos um membro imigrante, segundo ano - Brasil, 2012 a 2021



Fonte: NORONHA (2021); NORONHA (2022). Org. pelo autor.

No gráfico 11 percebemos que de 2012 até 2021 o número de famílias inscritas no CadÚnico, com pelo menos um membro, somente aumentou, chegando ao seu pico nos últimos anos em função da pandemia de Covid-19.

O quantitativo fica ainda mais expressivo quando verificamos o quantitativo de todos os imigrantes cadastrados no CadÚnico de 2012 a 2021, conforme no gráfico 12.

Gráfico 12 Quantitativo de imigrantes inscritos no CadÚnico - Brasil, 2012 a 2021

Fonte: NORONHA (2021); NORONHA (2022). Org. pelo autor.

No gráfico 12, verificamos o cenário das inscrições de imigrantes no CadÚnico, que a partir de 2012, chegando ao seu pico nos últimos anos em função da pandemia de Covid-19.

Para entendermos quem é o migrante que esteve inscrito no CadÚnico, veremos na tabela 18 o quantitativo por nacionalidade de 2012 a 2021.

Tabela 18: Número de imigrantes inscritos no CadÚnico, segundo principais países de nacionalidade - Brasil, 2012 a 2021.

País	Ano									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Venezuela	102	109	221	422	598	1.771	9.080	49.673	80.985	115.380
Haiti	2	222	2.514	6.535	11.678	17.188	20.082	27.114	36.194	45.438
Paraguai	3.775	4.653	8.669	10.831	11.851	12.358	11.471	12.778	14.923	18.672
Bolívia	1.504	2.214	5.952	9.382	11.041	12.350	12.110	13.985	17.386	21.762
Portugal	1.936	2.451	5.186	7.001	7.862	8.013	7.138	8.151	8.777	10.775
Japão	1.234	1.397	2.802	3.635	3.970	4.074	3.696	4.407	4.881	5.723
Argentina	1.169	1.291	2.041	2.349	2.621	2.819	2.700	3.448	4.349	5.953
Peru	502	622	1.585	2.240	2.642	2.834	2.710	3.222	3.787	4.822
Uruguai	1.198	1.336	2.026	2.154	2.237	2.350	2.214	2.789	3.409	4.739
Angola	137	155	468	1.170	2.757	3.371	3.430	3.667	3.816	5.378
Outros	3.285	15.928	20.116	23.370	25.305	19.047	17.622	22.164	27.136	35.134
Total	14.844	30.378	51.580	69.089	82.562	86.175	92.253	151.398	205.643	273.776

Fonte: NORONHA (2021); NORONHA (2022). Org. pelo autor.

Analizamos na tabela 18 que as inscrições no CadÚnico tem relação, principalmente, com os países fronteiriços, pois, no início do período, em 2012, o maior quantitativo de inscrições de imigrantes eram de paraguaios, no qual, o Brasil possui fortes dinâmicas transfronteiriças. Todavia, ao passar dos anos, aumentou o número de inscritos, muito em função das crises dos países Haiti e Venezuela, sendo que de 2019 para 2020 quase dobrou o quantitativo de venezuelanos, pois alcançou 39,4% das inscrições, e assim ficaram em primeiro lugar, disparado.

E em 2021, no segundo ano de pandemia, todos os países registrados tiveram aumento, com destaque para venezuelanos e haitianos, novamente. Esse cenário se deu em função do quantitativo de imigrantes que estão no país e também por causa da pandemia de Covid-19, que gerou uma demanda muito superior que necessitavam ser inseridos em programas sociais.

Noronha (2021) aborda os fatores que podem ter influenciado o aumento do quantitativo de imigrantes cadastrados, conforme segue:

Um primeiro ponto se deve ao aprofundamento da pobreza e vulnerabilidade decorrentes das medidas de isolamento social necessárias para conter a disseminação da pandemia. Os impactos econômicos da crise sanitária colocaram o desafio ao Estado brasileiro de prover proteção social a pessoas impactadas pela retração econômica, incluindo os imigrantes. Outro aspecto refere-se ao CadÚnico ter sido adotado, em 2020, como uma das fontes de obtenção do Auxílio Emergencial. Esse fator pode ter contribuído para a dinamização e interesse de imigrantes quanto ao cadastramento. Além disso, um terceiro ponto pode ser a intensa chegada de imigrantes pobres no Brasil a partir de 2018, momento no qual se observa um fluxo de entrada predominante de venezuelanos no país. (NORONHA, 2021, p. 209).

Na tabela 19 temos a distribuição geográfica por principais estados que receberam o maior quantitativo de cadastros de imigrantes no CadÚnico em 2020.

Tabela 19: Distribuição de imigrantes nos 5 estados com maior quantidade de cadastros no CadÚnico – Brasil, 2020

País de Nascimento	Estado				
	Roraima	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do sul
Venezuela	32.073	6.631	7.428	4.509	4.678
Haiti	197	9.413	8.188	7.291	5.017
Bolívia	3	14.023	185	55	36
Paraguai	3	1.412	8.145	581	311
Portugal	16	3.193	670	131	67
Japão	6	2.828	885	61	45
Argentina	1	778	741	772	886

Angola	2	2.739	179	74	25
Peru	66	1.545	318	124	107
Chile	13	1.047	164	154	91
Outros	383	9.303	3.044	1.462	3.408
Total	32.763	52.912	27.247	15.214	14.671

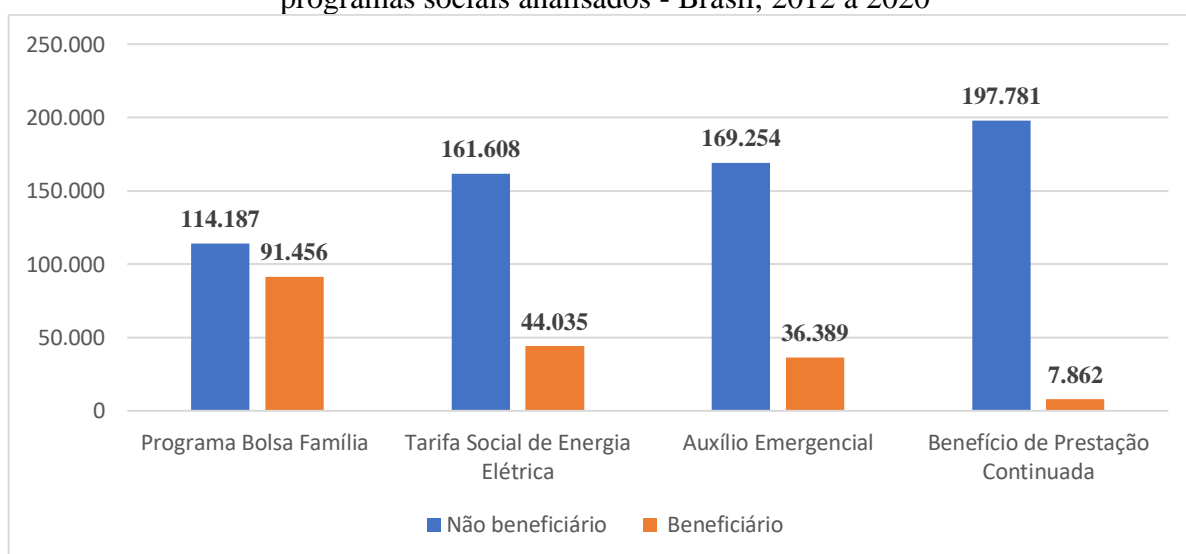
Fonte: NORONHA (2021). Org. pelo autor.

Analizamos na tabela 19, no ano de 2020, a predominância de inscrições dos estados das regiões Sudeste e Sul. Esse cenário é gerado por conta de que a localização dos principais centros comerciais e industriais estão instalados nesses estados e, assim, possuem registros de diferentes nacionalidades. Deste modo, São Paulo fica na liderança e fora desse contexto econômico do centro-sul nacional, temos a presença do estado de Roraima, que distante desses centros, é periferia nacional. Entretanto aparece nesse quantitativo em função da mobilidade de venezuelanos que são 97,9% das inscrições no estado, e sendo o local que mais recebeu inscrições dessa nacionalidade.

Temos que ressaltar que o quantitativo de cadastros no CadÚnico, no estado de Roraima, que geograficamente faz fronteira territorial com a Venezuela, e assim, o estado se tornou ponto e corredor para acessar demais estados brasileiros, principalmente do centro-sul.

Para verificarmos os principais beneficiados dos programas do CadÚnico de 2012 até 2020, que é o início da pandemia de Covid-19, temos o gráfico 13, que demonstra o quantitativo de imigrantes nos quatros principais programas.

Gráfico 13: Distribuição dos imigrantes inscritos no CadÚnico, segundo a situação nos programas sociais analisados - Brasil, 2012 a 2020



Fonte: NORONHA (2021). Org. pelo autor

Analizamos o gráfico 13, e percebemos que o Bolsa Família é o programa que mais transfere renda do CadÚnico, e é considerada permanente. Já os outros programas têm as suas particularidades, como o Tarifa Social pode ser agregado com o Bolsa Família e/com Benefício de Prestação Continuada e o Auxílio Emergencial foi incrementando por causa da pandemia de Covid-19.

Noronha (2021) argumenta que “O Auxílio Emergencial e o Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, são programas que não exigem para sua concessão que o beneficiário esteja necessariamente cadastrado no CadÚnico” (NORONHA, 2021, p. 214). Entretanto, com a somatória desses benefícios podemos minimamente ter uma noção do tamanho da assistência prestada pelo poder público.

Noronha (2021), segue argumentando que os números de registros no CadÚnico é muito inferior se comparado com o quantitativo de imigrantes que estão fora dos registros, mas os números demonstraram que os registros seguiu uma tendência de crescimento conforme as entradas em território brasileiro e mesmo em 2020, que é o início de pandemia, onde houve uma restrição de entrada ou saída de imigrantes, mas a pobreza e vulnerabilidade social recorrente a anos anteriores a Covid-19, gerou um maior quantitativo de imigrantes necessitando amparo socioassistencial.

A autora ainda segue argumentando que existem lacunas como não existe registros sobre os imigrantes que optaram pela nacionalidade brasileira.

Dessa forma, temos na tabela 20, o quantitativo de imigrantes cadastrados nos quatro programas de transferência de renda que mais obtiveram cadastros no ano de 2020.

Tabela 20: Brasil: Distribuição de imigrantes em quatro em programas de transferência de renda efetivados no CadÚnico no ano de 2020

Programa	Número de famílias beneficiárias	Percentual em relação ao total de famílias
Auxílio Emergencial	50.731	38%
Programa Bolsa Família	47.344	36%
Tarifa Social de Energia Elétrica	29.554	22%
Benefício de Prestação Continuada	13.456	10%

Fonte: NORONHA (2021). Org. pelo autor.

Ao observamos na tabela 20 que o Auxílio Emergencial foi o programa que mais teve adeptos no ano de 2020, a obtenção desse resultado foi em função da dinâmica do próprio

programa, pois, o Bolsa Família é somente um integrante que representa o núcleo familiar e o Auxílio liberava até dois integrantes desse mesmo círculo.

E sobre as nacionalidades que tiveram mais cadastros no ano de 2020, temos na tabela 21 o quantitativo de beneficiários dos principais programas do CadÚnico.

Tabela 21: Imigrantes beneficiários dos principais programas do CadÚnico no ano de 2020

beneficiários do Bolsa Família		beneficiários do Auxílio Emergencial		Tarifa Social de Energia Elétrica		Benefício de Prestação Continuada	
País de nascimento	Quantidade de beneficiários	País de nascimento	Quantidade de beneficiários	País de nascimento	Quantidade de beneficiários	País de nascimento	Quantidade de beneficiários
Venezuela	48.292	Venezuela	10.723	Venezuela	10.935	Portugal	1.590
Haiti	11.470	Haiti	6.973	Haiti	6.456	Paraguai	1.084
Bolívia	8.054	Bolívia	4.163	Bolívia	5.928	Japão	662
Paraguai	5.236	Paraguai	3.299	Paraguai	4.302	Venezuela	559
Portugal	2.124	Argentina	1.152	Portugal	2.710	Uruguai	514
Angola	2.001	Portugal	1.047	Japão	1.615	Coréia do sul	466
Peru	1.589	Peru	974	Peru	1.149	Bolívia	411
Argentina	1.341	Uruguai	857	Argentina	1.074	Argentina	371
Uruguai	1.016	Japão	814	Uruguai	1.020	Chile	309
Japão	980	Angola	752	Angola	967	Peru	252
Outros	9.353	Outros	5.635	Outros	7.879	Outros	1.644
Total	91.456	Total	36.389	Total	44.035	Total	7.862

Fonte: NORONHA (2021). Org. pelo autor

Analizamos a tabela 21 e verificamos que a Venezuela lidera o acesso três dos quatros programas no ano de 2020, sendo o Bolsa Família, Auxílio Emergencial e Tarifa Social de Energia Elétrica, sendo com o percentual de 52,8%, 29,5%, 24,8%, respectivamente, e no benefício de Prestação Continuada ficou em 4º lugar. Isso representa o tamanho da vulnerabilidade social no qual estão esses imigrantes, que praticamente se inscreveram nos principais programas e a perspectiva para os próximos anos é somente aumentar o número de solicitantes e inscritos nesses benefícios.

Outro dado importante é a inserção de imigrantes indígenas no CadÚnico, que ao passar dos anos, teve um aumento significativo em território brasileiro e dessa forma, temos na tabela 22, o quantitativo de indígenas registrados no período de 2012 a 2021;

Tabela 22: Quantitativo de imigrantes indígenas inscritos no CadÚnico por nacionalidade de 2012 a 2021

País de nascimento	Ano									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Venezuela	1	2	7	12	12	10	74	718	1.501	2.227
Bolívia	90	129	269	392	508	651	664	706	825	981
Peru	19	29	53	73	89	102	101	117	131	170
Paraguai	16	16	22	27	29	33	28	40	54	76
Colômbia	7	11	23	30	29	25	25	22	29	44
Argentina	2	1	9	6	5	8	11	14	23	40
Equador	1	3	4	10	10	8	6	15	22	40
Guiana	1	1	3	5	5	6	4	6	8	17
Chile	6	6	6	8	7	5	5	10	12	14
França	4	3	6	6	6	3	6	8	8	12
Outros	8	102	96	81	82	27	24	33	37	57
Total	155	303	498	650	782	878	948	1.689	2.650	3.678

Fonte: NORONHA (2022). Org. pelo autor

Ao analisamos a tabela 22, percebemos que no período de 2012 a 2021, os cadastros estão vinculados principalmente aos países que fazem fronteira com o Brasil, exceto o Equador e a França. Além disso, temos a Bolívia liderando os quantitativos de 2012 a 2018, já a partir de 2019, a Venezuela lidera e nos anos de 2020 e 2021, os seus quantitativos possui uma elevada expressiva, isso ocorre pela própria crise que “forçou” os não indígenas e com o agravamento das crises ao longo dos anos, forçam os indígenas a migrarem para o Brasil e também pela própria pandemia de Covid-19, que necessitou de apoio governamental para essas pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade social.

Todavia, adicionando diversos elementos, como os entraves impostos pelas políticas dos países centrais do capitalismo com os Estados Unidos e Europa, corrobora com as crises dos países do Hemisfério Sul foi crucial para o aumento da entrada de imigrantes em território brasileiro. Além disso, a posição do Brasil na economia mundial, a partir de 2010, que

esteve com algumas estabilidades de investimentos principalmente do setor público, se agrega com as ações geopolíticas que consolidou o país como destino das imigração Sul-Sul.

Portanto, a mobilidade venezuelana se insere nesse contexto, e traz muito desafios para o governo federal, mas também para os estados, pois a região Centro-sul tem a posição de destino principal destes migrantes, já a região Norte se destaca como porta de entrada e local de resolvimento da burocracia migratória. Todavia, esses estados são da periferia e distantes desses centros nacionais e por conta do contingente de imigrantes é complicado para estados como Roraima e Acre realizarem o acolhimento mínimo se não tiver apoio federal. Com isso, mesmo fixando território ou continuando a mobilidade, a cada ano, dependendo do agravamento da crise no país de origem, a tendência é de aumento da estrutura de acolhimento.

No capítulo 4 abordaremos o enfoque para o estado do Acre, que partir da primeira década do século XXI, se tornou corredor internacional da migração.

CAPÍTULO 4: O ESTADO DO ACRE COMO CORREDOR DE MIGRANTES INTERNACIONAIS

O presente capítulo tem como objetivo abordar o estado do Acre como corredor internacional da mobilidade humana. Serão analisados dados primários através de entrevistas e trabalho de campo nas capital Rio Branco e nas cidades de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia e secundários de instituições públicas e da sociedade civil, em especial, na questão de trabalho, através dos dados do RAIS e o acolhimento antes e durante a pandemia da Covid-19.

4.1 – O estado do Acre e a questão da migração

O estado do Acre, localizado geograficamente na posição mais ocidental do Brasil, faz fronteira nacional com os estados do Amazonas e Rondônia, e internacional com o Peru e a Bolívia, constituiu-se de distintas dinâmicas migratórias até se consolidar como território brasileiro. Assim, tendo o enfoque para as migrações oriundas do Nordeste para o trabalho na coleta do látex antes do processo de incorporação do estado ao território brasileiro, e na incorporação, quando o látex perdeu valor no mercado internacional, vieram os "paulistas", oriundos do Centro sul, na frente agropecuária nas décadas de 1970 e 1980, além disso, contando com as mobilidades já existentes dos indígenas.

O debate sobre a Amazônia, a partir das contribuições de Gonçalves (2001) que destaca a formação histórica geográfica da região a contar com dois padrões para organização do espaço geográfico: O padrão rio-várzea-floresta versus o padrão rodovia-terra firme–subsolo. O primeiro padrão, a organização amazônica está estritamente ligada em torno dos rios, com a economia destinada à exploração da floresta, principalmente, no ápice da economia da borracha. O segundo padrão tem como marco as ações dos governos militares e nesse período (1964-1985), as rodovias têm um papel fundamental na ocupação da região, onde a agropecuária na terra firme e as atividades de exploração de minérios no subsolo são foco da utilização econômica dos recursos naturais amazônicos.

Com isso, o processo de formação histórico-geográfica da Amazônia esteve atrelado aos interesses econômicos da exploração dos recursos naturais disponíveis na região, seja no período de colonização, em contexto geopolítico no qual os europeus estavam disputando a hegemonia sobre a região, ou em período de globalização, no qual as potências

econômicas do centro capitalista continuam com interesses na região, por conta das riquezas naturais.

E quando trazemos a discussão sobre a dinâmica migratória para a Amazônia brasileira, por conta do imenso território e que era/é ocupado por povos indígenas, mas para o colonizador ou em período dos governos militares era um “espaço vazio” e precisava ser ocupado.

Segundo Tavares (2011) as principais correntes migratórias com ocupação na Amazônia brasileira, a partir do século XV e XVI, sobre o domínio da coroa portuguesa eram orientadas de leste a oeste, onde hoje é formado principalmente pelos estados do Amazonas e Pará.

Segundo Ponte (2017), o avanço do “povoamento” em território amazônico ocorreu com mais densidade a partir do século XVIII, com o Marquês de Pombal, em função da política mercantilista de Portugal, pois:

A ocupação e a inserção do espaço amazônico à economia-mundo remontam ao período da colonização, com a invasão portuguesa nessa região. Porém, o aprofundamento desta política mercantilista de integração da Amazônia só ocorreu no início do século XVIII, com a criação da Companhia do Grão-Pará e do Maranhão pelo Marquês de Pombal. (PONTE, 2017, p. 94).

Dando continuidade, Ponte (2017) aborda sobre os movimentos migratórios que nos governos da consolidada república, sendo principalmente na administração dos militares, a ocupação externa de migrantes internos foi avançando pela Amazônia brasileira e chega ao considerado último oeste brasileiro, o atual estado do Acre.

Moraes *et al.* (2020) abordam que o espaço geográfico do atual estado do Acre definiu a sua fronteira política e também social a partir da exploração do látex da borracha, como atividade econômica que orientou a dinâmica da formação da fronteira política, no momento que o produto primário possuía grande valor comercial no mercado internacional.

Entretanto, a extração do látex perdurou até a década de 1960, e com o fim do ciclo da borracha a dinâmica migratória e ocupacional na Amazônia tem uma nova etapa, em particular com os governos militares que têm um olhar definido para região, bem como articulou-se conjunturas para atrair investimentos e assim explorar os recursos madeireiros, minerais, por exemplo.

Conforme Gonçalves (2001):

Até a década de 1960 foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocam para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar o espaço amazônico ao resto do país, protagonizado pelos gestores territoriais civis e militares. O regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica. (GONÇALVES, 2001, p.79).

Tavares (2011) aborda que nos governos militares foram elaborados planos de desenvolvimento para Amazônia, conforme exposto na citação a seguir:

A partir do governo militar, são implantados planos nacionais de desenvolvimento. No período de 1967 – 1971 é estabelecido o Primeiro Plano Quinquenal de desenvolvimento que define os rumos da estratégia do governo baseado no binômio ‘segurança e colonização’, que a coloca a necessidade de preencher o ‘vazio demográfico’ para desenvolver e evitar a possibilidade da entrada de um movimento guerrilheiro na região. (TAVARES, 2011, p. 116).

É nesse período que a expansão da frente econômica, com o avanço da pecuária agronegócio entra no jogo, em função da abertura das estradas, após a construção de Brasília, ligando o Centro-sul ao Norte do Brasil, e com o avanço das rodovias, a frente agropecuária avançava juntamente, e os migrantes sulistas de foi o perfil para “colonizar” a Amazônia sul ocidental.

Desse modo, o projeto de um país grande economicamente, que possuía influências com os militares, continuou após o processo de redemocratização, pois o Brasil buscou aumentar a sua influência geopolítica no contexto na América do Sul, e a partir do século XXI, não é mais a questão de povoamento, mas sim, de articulação para promover a integração dos países da América do Sul.

E assim que entra em jogo a “Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana” (IIRSA) para realiza-se uma nova dinâmica no contexto regional com investimentos na infraestrutura nos países inseridos nesse acordo. Conforme explana Paula (2013):

Falta, todavia, aclarar um ponto ainda um tanto ‘nebuloso’ no que diz respeito ao papel do Brasil na região. A emergência do Brasil no cenário internacional como ‘potência econômica emergente’, aliada ao seu destacado papel na implementação da IIRSA – notadamente via BNDES e grandes empresas sediadas no país –, tem gerado inúmeras interpretações a respeito do seu lugar no ordenamento geopolítico mundial. (PAULA, 2013, p. 108).

Com isso, várias grandes obras foram executadas com o intuito de integrar a região para o desenvolvimento econômico e a Amazônia possui um grande papel nos interesses e nas ações executadas nesses projetos. Assim, Alves (2014) aborda que a região possui diversos projetos de integração sul-americana, como obras de infraestrutura, como estradas, hidrelétricas, entre outros, fazendo uma “nova fronteira hidroenergética nacional” (ALVES, 2014, p. 206).

No caso específico do estado do Acre o projeto que mais impactou foi a construção e pavimentação da BR 317, considerada a ligação para o Pacífico entre Brasil e Peru, buscando fortalecer as relações entre os dois países, além de permitir a exportação para o exterior com o foco no mercado da Ásia. Conforme Cavalcante (2015):

A iniciativa da construção da Rodovia Interoceânica entre o Brasil e o Peru teve como principal justificativa a integração e a dinamização do comércio intra e extrarregional das referidas nações, além de facilitar a admissão dos produtos peruanos ao Oceano Atlântico e o acesso dos produtos brasileiros ao Oceano Pacífico. (CAVALCANTE, 2015, p.18).

Essa rodovia foi iniciada em 2005 no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo concluída em 2011, mas já no final de 2010 começam a chegar ao estado do Acre os primeiros fluxos de imigrantes haitianos. Com o passar dos anos a mobilidade haitiana foi intensificando, pois conforme Cavalcante (2015) destaca que há um fluxo migratório na rodovia. Assim:

[...] foi possível observar nas cidades de Assis Brasil e Epitaciolândia, Estado do Acre, intenso fluxo migratório, principalmente de haitianos e africanos (em sua maioria, senegaleses e ganeses), em decorrência da construção da Rodovia Interoceânica. (CAVALCANTE, 2015, p.106).

Os haitianos “inauguram” o corredor migratório internacional do estado do Acre através da rodovia interoceânica no ano de 2010. Essa estrada foi essencial para o desenvolvimento do fluxo, pois ligava o Acre aos demais estados do Brasil, como também serve de rota não só para a entrada de imigrantes por essa região, mas também de saída do país. Esses fatores foram fundamentais para a logística desses imigrantes e o foco principal de destino de tais imigrantes era o Centro-sul do Brasil, portanto, foi a partir desse contexto que o estado se integra às migrações Sul-sul, como uma das portas de entrada.

Mesmo a rota do Acre sendo a principal porta de entrada dos haitianos no Brasil, esses imigrantes tentaram acessar o território brasileiro por outras rotas, como pelo estado do Amazonas, através de Tabatinga, que é uma cidade da tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru, mas por conta da questão geográfica, pela distância da capital Manaus e por falta de equipamentos de assistência social, fizeram com que esse corredor migratório não se consolidasse.

Moraes *et al* (2020) abordam os objetivos da mobilidade desses imigrantes para o Brasil, conforme segue:

Os haitianos, os primeiros a migrarem pela rota da rodovia interoceânica, saíram de um Haiti em crise estrutural e abalado pelo terremoto de janeiro de 2010. Estes justificam a sua vinda para o Brasil, pela presença brasileira no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), pelo crescimento da economia brasileira no início do século XXI e, pelas oportunidades de trabalho abertas pela Copa do Mundo de 2014, e, pelas Olimpíadas do Rio de Janeiro, de 2016 e, posteriormente, pela possibilidade de aquisição do visto humanitário, fatores estes que contribuíram para que o Brasil se transformasse em um novo destino desse fluxo. (MORAIS *et al.*, 2020, p. 1.277).

Por causa do contingente de haitianos, a microrregião de Brasileia, formada pelos municípios de Assis Brasil, Brasileia e Eritaciolândia, teve um forte impacto na assistência social, em função do quantitativo expressivo de imigrantes, e, portanto, esses municípios fronteiriços tiveram funções importantes nesse fluxo haitiano.

A cidade de Assis Brasil esteve com o papel de porta de entrada e que direcionava para os municípios vizinhos, no caso, as cidades gêmeas de Brasileia e Eritaciolândia, onde foram criados três abrigos e por conta da lotação, foram criados mais dois na capital Rio Branco. Posteriormente, esse fluxo de migrantes era direcionada à região Centro-sul do Brasil, e essa dinâmica esteve presente no período de 2010 a 2016.

Mamed e Lima (2015) argumentam que a mobilidade de trabalhadores haitianos, que foram aliciados por coites para chegar ao Brasil por meio dessa “rota acreana”, foi utilizada nos eventos de magnitude mundial e obras estruturantes como do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas também essa mão-de-obra foi utilizada, sobretudo, no agronegócio e na indústria alimentícia.

[...] o movimento internacional de trabalhadores haitianos, oriundos da periferia do capitalismo mundial, que em circunstâncias de clandestinidade, aliciados por redes de tráfico de pessoas, aportam na região da Amazônia Sul-Occidental, e posteriormente são recrutados para integrar a linha de produção

das empresas capitalistas do Centro Sul do país. (MAMED; LIMA, 2015, p. 35).

Após o “êxodo haitiano” para o Brasil, até 2016, observa-se a mobilidade de venezuelanos *criollos* que utilizaram a rodovia interoceânica para fugir da crise socioeconômica de seu país, e de modo geral, o estado do Acre continuou sendo um corredor migratório, agora com novos sujeitos.

Moraes *et al* (2020) destacam essa situação:

[...] o fato de a estrada encontrar-se aberta o ano todo, devido à conclusão da pavimentação asfáltica, tem permitido imediatamente a mobilidade humana com a imigração internacional de haitianos, dominicanos, senegaleses e, mais recentemente, de venezuelanos. (MORAIS *et al*, 2020, p. 1.277).

Foi após 2016 que a mobilidade venezuelana possuiu um acréscimo no estado do Acre, conforme os dados de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil, todavia, apesar do quantitativo ainda ser inferior comparada aos haitianos, porém, ao passar dos anos, está aumentando de forma expressiva.

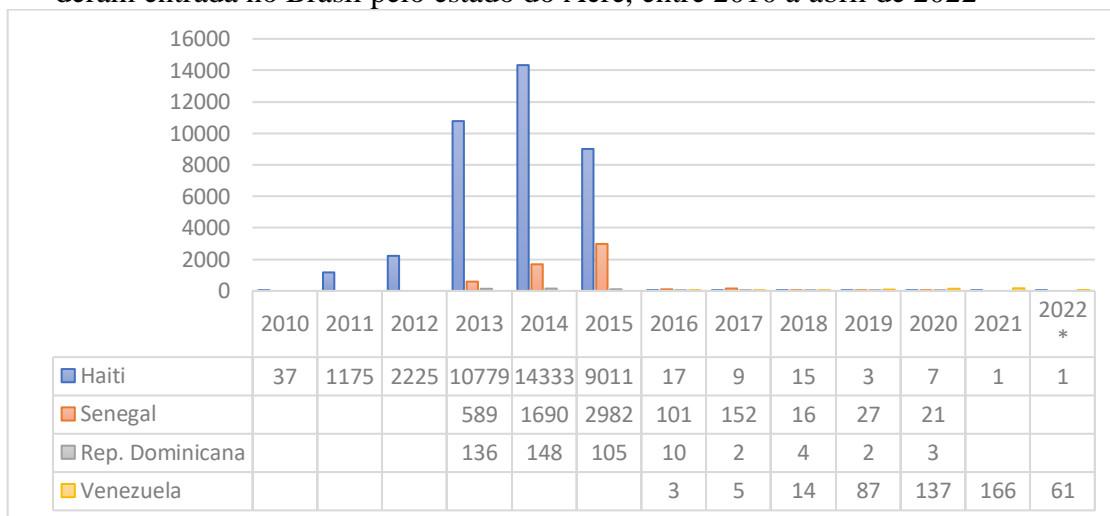
E para abordar a mobilidade espacial venezuelana na Amazônia Sul Ocidental, no caso mais específico o estado do Acre, temos que separar os (i)migrantes venezuelanos em dois grupos: 1) os não indígenas (*criollos*)¹⁷ e, 2) os indígenas do povo Warao. Logo, os dados oficiais disponíveis da entrada dos não indígenas em solo acreano é a partir do ano de 2016, já os indígenas Warao chegaram no final do segundo semestre do ano de 2019, a poucos meses da pandemia do Novo Coronavírus se espalhar pelo mundo.

Essa separação metodológica ocorre principalmente pelas especificidades de cada grupo e da forma de acolhimento institucional das três esferas governamentais, e o apoio das instituições organizadas da sociedade civil, realizou a partir da chegada desses migrantes em terras acreanas.

Portanto, a partir de dados oficiais dos atendimentos do governo do estado do Acre, temos no gráfico 14 o quantitativo das quatro principais nacionalidades que ingressaram no estado no período de 2010 a abril de 2022.

¹⁷ “Na Venezuela, *criollo* é toda pessoa que não seja indígena”. (ROSA, 2020, p. 27).

Gráfico 14. Migrantes haitianos, senegaleses, dominicanos e venezuelanos que deram entrada no Brasil pelo estado do Acre, entre 2010 a abril de 2022



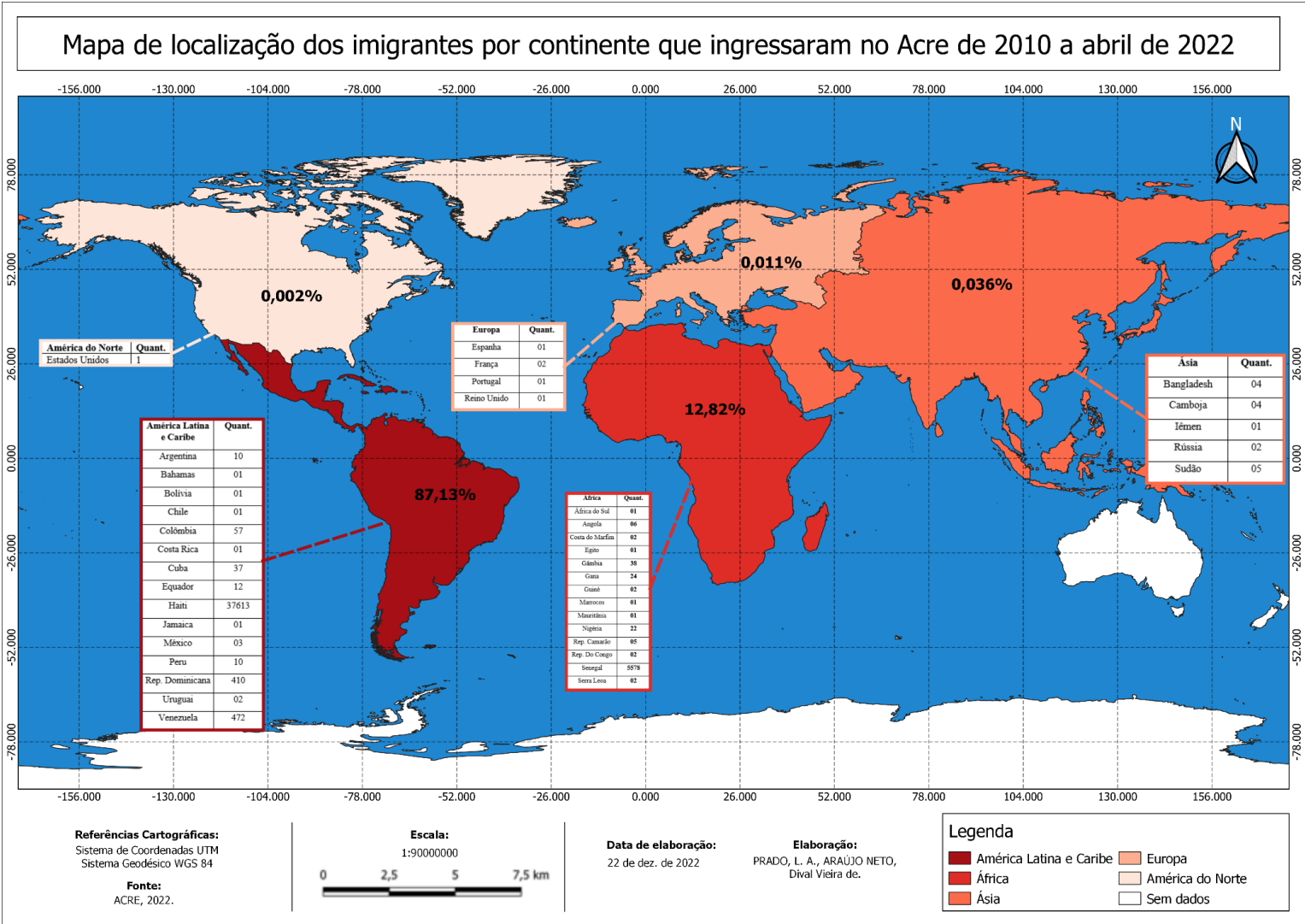
Fonte: Dados de ACRE, abril de 2022. Org. pelo autor.

No gráfico 14, percebemos que o Haiti obteve 37.613 atendimentos realizados pelo governo do Estado do Acre, seguindo por Senegal com 5.578 e República Dominicana com 410, são as três nacionalidades que mais possuíram registros oficiais de atendimento até 2016. Já a partir daquele ano (2016) até abril de 2022, temos os registros dos venezuelanos com o total de 472 ingressos, e, assim tornou a terceira nacionalidade com mais atendimento e a primeira colocada após 2016.

Essa conjuntura refletiu a discussão sobre os destinos de haitianos que migraram em busca de trabalho para o Centro-sul do Brasil, até 2016. Portanto, mesmo o Acre não sendo a principal porta de entrada dos venezuelanos, semelhante ao que foi para haitianos, os números demonstram uma perspectiva de crescimento dessa nacionalidade entrando no País por essa rota, sendo que foram registrados presença de venezuelanos não indígenas a partir de 2016 e de venezuelanos indígenas, no caso, da etnia Warao, a partir do segundo semestre de 2019, há poucos meses da pandemia da covid-19.

Além disso a mobilidade venezuelana para o Estado do Acre está gerando desafios para o acolhimento desses homens, mulheres e crianças, mesmo o número sendo pequeno se for comparado com o estado de Roraima, principal porta de entrada dessa imigração. Entretanto, com o agravamento da crise no país natal e a instabilidade de outros países da América do Sul por conta da crise quantitativo de refugiados, como o vizinho Peru, o estado do Acre possui desse 2016 a dinâmica da mobilidade venezuelana e que ao passar dos anos o número está se acentuando e no mapa 04, temos a espacialização dos imigrantes que ingressaram no Acre de 2010 a abril de 2022, segregados por continente.

Mapa 04: Localização dos imigrantes que ingressaram no Acre de 2010 a abril de 2022



Fonte: ACRE (2022)

No mapa 04, temos a espacialização do quantitativo de imigrantes que foram atendidos pelo governo do Estado do Acre e no período de 2010 a abril de 2022, podemos observar que a característica dos imigrantes que ingressaram o Brasil através do estado do Acre, é que são oriundos da migração Sul-Sul, principalmente de latinos, caribenhos e africanos dando destaque para haitianos, senegaleses, dominicanos e venezuelanos que representa 98,3% dos registros.

Ainda sobre os dados do governo do Estado do Acre, da Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres (SEASDHM), através do Relatório da Coordenação da Divisão de Apoio e Atendimento aos Imigrantes e Refugiados-DAAIR, demonstram que passaram pelo estado do Acre um quantitativo de 44.341 imigrantes divididos em 39 nacionalidades, tendo destaque para haitianos, senegaleses, dominicanos e venezuelanos.

Portanto, o estado do Acre é um corredor migratório de diversas nacionalidades, oriundas dos diversos continentes, mas com destaque para os países da periferia do capitalismo que utilizam o estado para entrar ou sair do Brasil.

4.2 - Corredores migratórios: o Estado do Acre integrado a região Sul-Americana

Ao longo da presente dissertação, discutimos as rotas dos migrantes venezuelanos, principalmente dos indígenas venezuelanos Warao que estão se deslocando pelos demais estados brasileiros e que utilizaram/utilizam o estado do Acre como destino temporário ou final.

E assim temos que olhar para o estado do Acre como local de mobilidades humanas, que a partir da primeira década do século XXI, se tornou corredor migratório internacional de diversas nacionalidades, sobretudo da periferia do capitalismo, seja de entrada ou saída do território brasileiro e essa conjuntura, acontecem em muitas das vezes pela falta de recursos financeiros para chegar ao centro-sul nacional e/ou também pela condição de indocumentados.

Além das rotas dos imigrantes, as próprias rodovias e aeroportos ajudaram a estruturar esse corredor migratório no estado do Acre onde acontecem os movimentos migratórios.

Assim sendo, como base metodológica do capítulo para o inserir o Acre no corredor migratório internacional da região Sul-Americana utilizamos a 1) Localização geográfica do Estado do Acre; 2) As relações transfronteiriças com estados da Tríplice-fronteira Brasil/Bolívia/Peru; 3) As rotas das principais nacionalidades que se moveram/movem pelo estado; 4) As rodovias e os aeroportos como via de circulação de pessoas e bens; e, 5) os limites

políticos internacional com Bolívia e Peru e os demais países que possuem em seus territórios a cordilheira dos Andes..

Por isso temos uma proposta de regionalização no qual o estado do Acre é caracterizado como corredor migratório internacional e está dividido em quatro níveis, que se conecta com mais ou menos densidade, dependendo da rota e local de destino temporário ou final dos imigrantes. Isso porque o imigrante, com suas estratégias, escolheu movimentar-se pelo espaço geográfico e a partir desse entendimento, podemos analisar as rotas venezuelanas e demais nacionalidades na Amazônia Sul-ocidental brasileira.

No quadro 05 temos a classificação do Acre no corredor internacional Sul-americano.

Quadro 05: Classificação do estado do Acre interligado como corredor migratório internacional

Estado do Acre interligado ao Espaço regional	Divisão	Subdivisão	Deslocamento
Macro	Corredor Andino	<ul style="list-style-type: none"> •Norte: Venezuela, Colômbia, Equador e Peru. •Sul: Argentina, Bolívia e Chile 	Por vias terrestres, as denominadas Br's ou <i>carreteras</i> e/ou por vias aéreas.
Intermediário	Região MAP	Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia)	
Micro	Conurbações Transfronteiriças	<ul style="list-style-type: none"> •Trinacional: Assis Brasil (BRA), Iñapari (PER) e Bolpebra (BOL) •Binacional: Epitaciolândia e Brasileia/Acre (BRA) e Cobija/Pando (BOL). 	
Nacional	A capital Rio Branco como destino temporário ou final	Várias rotas oriundas dos diversos estados brasileiros.	

Fonte: Org. pelo autor (2023).

No espaço macro, utilizamos como referência os países que possuem a cordilheira dos Andes em seu território e assim dividimos essas sete Estado-nações em duas partes: Norte e Sul. Essa subdivisão, tem como orientação geográfica os países que fazem fronteira com o Acre, que no caso é o Peru e todos os países que partir deste formam a região Norte-andina, já a partir da Bolívia e os demais países formam o Sul-andino.

Essa divisão está focada principalmente nas rotas que o Acre está interligado na região sul-americana, seja do Norte-andino com as mobilidades para ingressar ou para sair do Brasil e assim (ou tentar) ingressar, principalmente, nos países do hemisfério Norte, e no Sul-andino, as rotas têm como destino os demais países da América do Sul. E assim o estado do Acre se conecta com um local de passagem, no qual o imigrante com suas estratégias e objetivos, segue (ou tenta) chegar no seu destino temporário ou final.

No caso do espaço Intermediário, que é no caso a região MAP, formada pelo departamento de Madre de Dios (Peru), Estado do Acre (Brasil) e o departamento de Pando (Bolívia)¹⁸, essa faixa territorial tem relações históricas pela própria formação da fronteira política e social. Além disso as próprias mobilidades do trabalho no estado do Acre têm como as principais nacionalidades os trabalhadores oriundos dessa faixa de fronteira.

No espaço Micro, tem ligação com o Intermediário e com o Macro e, assim sendo a “porta” de entrada da imigração para a Amazônia Sul-ocidental acreana. Porém, aqui podemos dividir em movimentos pendulares, realizados pelos cidadãos que circulam nessa faixa de fronteira e também para os migrantes fora da delimitação BRA/BOL/PER que desejam sair ou entrar do Brasil, através do estado do Acre. Aqui nesse nível, é muito importante, principalmente pelo perfil de imigrante que chegam ao estado do Acre, pois na fronteira muitos cidadãos migrantes chegaram/chegam em condição de indocumentados e que necessitam de acolhimento humanitário.

Já no campo nacional, geralmente são imigrantes entraram no Brasil por outros estados e/ou que já regularizaram a sua condição migratória, como os venezuelanos indígenas e não indígenas que saíram do estado de Roraima e tem o Acre como destino temporário ou final. Como também podem ser imigrantes que acessaram o estado do Acre para ingressar ao Brasil e que em anos anteriores e estavam residindo no centro-sul nacional e por causa das condições financeiras usaram essa rota para sair do Brasil. Temos como exemplo haitianos e africanos que estavam nessa condição migratória, ou seja, usaram o Acre como rota de entrada

¹⁸ Segundo Paula (2013), essa faixa territorial foi “desenvolvida” com objetivo ambiental articulados por ONG’S que atuam nessa região, e foram financiados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID).

no Brasil em momento de maior crescimento econômico e no contexto da crise, após o ano de 2016, realizaram o caminho de saída, com destino para os EUA como um dos destinos.

A capital Rio Branco é o local que os imigrantes escolhem quando desejam ficar no estado e/ou é o lugar para regularizar a questão migratória, por possuir as principais instituições públicas e da sociedade civil para conseguir apoio financeiro e/ou regularizar documentação.

Temos que ressaltar que essas divisões formam o corredor “acreano” que está interligado através das rodovias federais ou *carreteras*, que dependendo da rota e destino escolhido, possuem maiores ou menores densidades de mobilidades. Por isso temos destaque para a *carretera interoceânica* em território peruano e em território acreano, a continuação dessa carretera, que é a BR-317, também conhecida como estrada do Pacífico, e a BR-364, que conecta o Acre com demais estados da federação brasileira.

E outro elemento para realizar a mobilidade é o deslocamento aéreo, por isso destacamos os aeroportos do Estado do Acre (Rio Branco e Cruzeiro do Sul) e as conexões diretas em território nacional, que no caso são os aeroportos de São Paulo (Congonhas e Guarulhos) e da capital federal Brasília. Já tem território boliviano, focamos no aeroporto de Cobija (Pando) e em território peruano, os aeroportos que estão localizados em cidades que perpassam a *carretera interoceânica* e que interliga ao estado do Acre, que são os aeroportos de Cusco e Puerto Maldonado, que posteriormente podem conectar aos demais aeroportos da região Sul-Americana.

Ademais, leva-se em consideração, além das próprias condições das rodovias, o acolhimento dos países receptores que podem facilitar ou não a entrada dos migrantes em seus territórios, bem como os recursos financeiros, para realizar o deslocamento somente por via terrestre e/ou por vias aéreas.

Portanto, temos no mapa 05 a espacialização do estado do Acre interligado como corredor de migração internacional sul-americana.

Mapa 05: Classificação do Estado do Acre como corredor migratório internacional



Fonte: Org. pelo autor

Como podemos analisar no mapa 06, no espaço macro, os países que compõem o “corredor Andino” detêm uma grande porção territorial no continente sul-americano, que segundo Andrade (1999), os setes países juntos possuem a superfície de 7.120.373 km², e, desta forma, une todos os países da costa oeste do subcontinente.

Já sobre as rotas que são elementos importantes na discussão do Estado do Acre como corredor internacional, que no período de 2010 a 2016 as mobilidades espaciais estavam ligadas, principalmente as nacionalidades caribenha haitiana e africana senegalesa.

Mamed (2016) aborda sobre a rota dos haitianos:

O deslocamento de imigrantes normalmente inclui viagens de barco ou avião do Haiti para o Panamá e Equador, para depois se dirigirem de carro ou ônibus até o Peru, país de acesso aos estados brasileiros do Amazonas e do Acre. Como já foi dito anteriormente, até 2013 foram consolidadas duas principais rotas de entrada de haitianos no Brasil, sendo uma pela cidade de Tabatinga, no Amazonas, e outra por Assis Brasil, no Acre, mas ao passo que a primeira foi sendo desestruturada, a segunda foi sendo reforçada. [...] De acordo com o que a maioria dos entrevistados da pesquisa relata, os imigrantes saem, em sua maioria, da capital haitiana, Porto Príncipe, e seguem de ônibus até Santo Domingo, capital da República Dominicana, que fica na mesma ilha, as duas maiores cidades equatorianas. Ao desembarcarem no Equador nesse local compram passagem de avião ou barco e seguem até o Panamá, de onde prosseguem de avião ou de ônibus para Quito ou Quayaquil, passam pelo serviço de fiscalização do aeroporto como turistas, se reorganizam durante alguns dias e seguem em viagem para Lima, em ônibus ou veículo fretado, inclusive, segundo alguns relatos, com trechos percorridos a pé, incluindo caminhadas pela mata e o cruzamento de rios. Nesse percurso eles evitam o serviço policial de migração localizado na cidade peruana de Tumbes, na fronteira entre Equador e Peru. Para tanto, os coitotes conduzem os grupos por rotas alternativas até o ingresso em território peruano. [...] Após isso, já em território peruano, passam pelas cidades de Mâncora, Talara, Piura, Chiclayo, Trujillo, Chimbote, Huaraz, até chegarem a Lima, uma viagem terrestre com duração, em média, de 25 a 30 horas. Em Lima também há uma reorganização da viagem durante alguns dias, mas ela segue por via terrestre, pela Rodovia Interoceânica. Partindo de Lima, passam por Cusco e chegam a Puerto Maldonado, após 25 horas de viagem, aproximadamente. Nessa cidade, os coitotes definem o prosseguimento em táxi ou em carros alugados, que levam os imigrantes, por mais 4 horas, até Iñapari, cidade que faz fronteira com Assis Brasil, a primeira em território brasileiro. (MAMED, 2016, p. 9-10).

Já sobre a rota dos senegaleses, após saírem do continente africano, perpassarem pela Europa e assim chegam no Equador e por estrada continuam sua rota

pelos demais países que formam o corredor Norte-Andino, *Morais et al* (2020) aborda que:

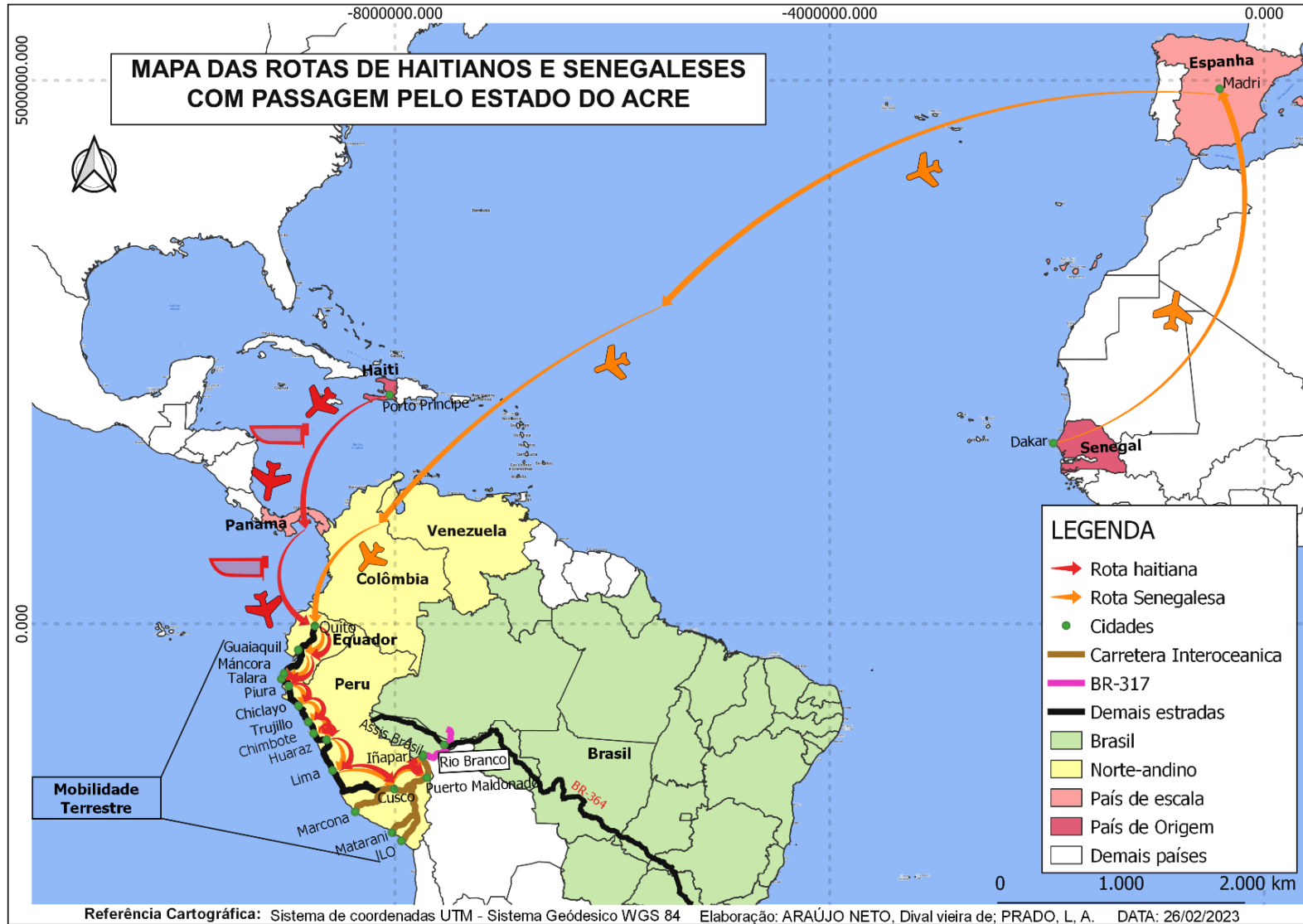
A rota percorrida por esses imigrantes, inicia-se de avião, em Dakar, capital senegalesa, com escala em Madri, na Espanha, e prossegue para o Equador. Por sua vez, as cidades de Quito e Guayaquil funcionam/funcionaram como importantes portas de entrada, por estarem conectadas com voos internacionais provenientes do Caribe e da América Central. Ao chegarem a Quito, ‘eles passam então a seguir a mesma rota dos haitianos até o Acre’, via Interoceânica. (*MORAIS et al*, 2020, p. 1279).

Portanto, mesmo sendo de continente distintos, haitianos e senegaleses, quando chegam na região sul-americana, utilizam a mesma rota, que no caso são dos países Equador e Peru e assim chega no estado do Acre, através da tríplice-fronteira BRA/BOL/PER pela cidade de Assis Brasil, e segue até a capital Rio Branco e posteriormente segue para o Centro-sul nacional e também quando desejam sair do Brasil, utilizam essa rota como retorno.

Além disso, Equador e Peru são países estratégicos, seja para entrar no Brasil, ou para os demais países do continente sul-americano ou para os países do Hemisfério Norte. Já quando trazemos essa discussão para o estado do Acre e o vizinho Peru, é a rodovia interoceânica que liga o Brasil e Peru, e assim dá base a rota desses imigrantes.

No mapa 06, temos a espacialização das mobilidades de haitianos e senegaleses para o Brasil, com passagem pelo estado do Acre.

Mapa 06: Rotas de haitianos e senegaleses com passagem pelo Estado do Acre



Fonte: Org. pelo autor

Após o ano de 2016, a mobilidade de cidadãos venezuelanos no estado do Acre ganhou destaque, inicialmente com os não indígenas e, no segundo semestre de 2019, com os indígenas venezuelanos do povo Warao.

Dessa forma, podemos analisar a rota dos venezuelanos, para chegarem ao Estado do Acre, em duas principais, sendo que a não indígena “*criolla*” utiliza essas duas, sendo a primeira vindo pela Colômbia, país que faz fronteira com a região oeste venezuelana, seguindo por Equador, depois se deslocam para o Peru e assim chegam na cidade de Assis Brasil, primeira cidade brasileira, através da rodovia interoceânica. Essa rota tem grande facilidade de tráfego de mercadorias e pessoas por causa da infraestrutura rodoviária e o encadeamento por cidades gêmeas.

Barbieri *et al* (2020) realizou uma pesquisa, no qual analisam as mobilidades dos venezuelanos e as políticas migratórias sobre países que compõem o Norte-andino para o “recebimento” desse migrante, durante o período de 2015 a 2019. Já sobre as rotas, os autores utilizaram dados dos postos de controle migratório dos respectivos países e assim, os imigrantes venezuelanos podem utilizar as rotas fluviais/marítimas, aéreas e terrestres.

Assim, segundo os autores, as rotas terrestres que estão em maior destaque, são principalmente pelas cidades Guarero (VEN) e Parafuachón (COL), Puerto Santander (VEN) e Cúcuta (COL) e El Peronil (VEN) e Arauca (COL), e em território colombiano, segue para cidades como a capital Bogotá e/ou Medellín e segue para o sul do país, até a cidade de Ipiales que faz fronteira com Tulcán (EQU), e em território equatoriano, seguem para capital Quito, logo em seguida, Guayaquil e posteriormente até a cidade Huaquillas, que faz a fronteira com o Peru, e segue até a cidade de Tumbes, em território peruano e aqui segue a mesma rota de haitianos e venezuelanos para chegar ao estado do Acre.

A segunda rota é a Amazônica (contrapor com a Norte-Andina) pelo estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela, e utilizando as rodovias federais os imigrantes venezuelanos não indígenas seguem para as capitais do Amazonas e Rondônia, depois se deslocando pela BR-364 chegam à capital acreana, Rio Branco.

Dessa forma, através de entrevistas com os imigrantes, e com base em Moraes *et al* (2020), Barbieri *et al* (2020) e Araújo Neto e Alves (2022), temos no mapa 07 a espacialização da rota dos dois grupos venezuelanos, para chegar ao estado do Acre.

Mapa 07: Rotas dos venezuelanos para chegar ao Estado do Acre



Fonte: Org. pelo autor

Tendo como enfoque os indígenas venezuelanos Warao que seguiram essa segunda rota por causa (VEN-RR-AM-RO), principalmente, da localização geográfica, que facilita a mobilidade por via terrestre. Entretanto, pelos diversos motivos estão saindo de Roraima e se deslocando para outros estados do Brasil. Rosa (2020) explana algumas motivações dos Warao para continuarem essa mobilidade:

Dentre as razões alegadas para deixarem Boa Vista, destacam-se: 1) a propagação de discursos, inclusive pelos administradores do CRI, que desestimulavam as doações de dinheiro aos indígenas; 2) as condições de abrigo no CRI (Centro de Referência dos Imigrantes), sobretudo em virtude dos conflitos com venezuelanos não indígenas – os criollos – e da alimentação considerada insuficiente e pouco diversificada; 3) dificuldade em conseguir trabalho, e 4) concorrência para a venda de artesanato decorrente do alto número de indígenas na cidade. (ROSA, 2020, p. 27).

Ainda na análise do mapa 08, podemos verificar que por causa da mobilidade dos imigrantes venezuelanos não indígenas o corredor Norte-andino se conecta por completo, pois, na mobilidade haitiana e senegalesa o corredor estava somente no Equador e Peru para acessar o estado do Acre e na mobilidade venezuelana os quatro países se integralizam nesse corredor migratório, através da própria Venezuela, como país “emissor de mobilidades humanas”, e assim conecta a vizinha Colômbia, onde pode ser também corredor para a América do Norte, mas e esses estão seguindo corredor consolidado Equador-Peru para assim chegar ao estado do Acre.

Conforme vimos no capítulo 3, fora do corredor andino, os venezuelanos estão em quatro países na América do Sul: Brasil, Guiana, Uruguai e Paraguai. E esses países detêm menores quantitativo de venezuelanos, Pois, fora o Brasil, os restantes dos países não possuem 1% da presença de venezuelanos em seus territórios.

Além disso, diferente dos haitianos e senegaleses, que possuem o enfoque para o Norte-andino, os venezuelanos também estão no Sul-andino, com rota para o Chile e a Argentina com destino, além da Bolívia como país de trânsito.

Assim, para abordar sobre as mobilidades de venezuelanos que podem utilizar o estado do Acre como corredor migratório para acessar o Sul-Andino, através da ligação com o departamento de Pando (Bolívia), realizamos uma entrevista com o coordenador da Pastoral Social Cáritas da Igreja Católica do Vicariato de Pando, que desde 2010 é coordenador da instituição, além disso, a Cáritas na cidade de Cobija é a única instituição que acolhe imigrantes em território pandino. Ele aborda que o trabalho de acolhimento e atendimento aos imigrantes

da instituição iniciou em 2014 e com venezuelanos a partir de 2018, mas foi somente os venezuelanos não-indígenas, e que raramente acolhe os vizinhos peruanos e brasileiros, pois, “É muito pouco, a maioria é venezuelanos ou migrantes internos, [oriundos] das comunidades, de outras cidades da Bolívia, como La Paz, Oruro, como os camponeses, agora indígenas bolivianos muito raro e nunca acolhemos indígenas venezuelanos”. (Coordenador da Cáritas Pando, Informação Verbal)¹⁹.

Quando é perguntando sobre a existência de uma rota utilizada pelos venezuelanos através do departamento de Pando para ingressar ao Brasil, por meio do estado do Acre, o coordenador afirma que:

Não, na verdade tem uma rota, é mais para sair do Brasil, entrar na Bolívia e chegar até o Chile ou Argentina. Mas para entrar no Brasil não, mas sim, sair. As vezes a gente ajudou várias famílias venezuelanas que queriam encontrar os parentes deles que moravam na Argentina e Chile, então eles pegaram um ônibus de Cobija até quase Riberalta, onde chega ao triângulo, vira à direita para ir a La Paz, e é quase três dias de viagem, e depois de La Paz, pega outro ônibus para chegar em Oruro e de Oruro, atravessa a fronteira para o Chile ou Argentina. A estrada que eles usam aqui em Bolívia é só para sair, por isso que falam que Bolívia é um país de trânsito e não um país onde que eles ficam para morar, para trabalhar, também não. (Coordenador da Cáritas Pando, Informação Verbal).

Todavia, os casos de mobilidade humanas realizadas através do departamento de Pando, que é um território distante dos centros econômicos da Bolívia e não possui infraestruturas rodoviárias que é necessário para efetivar a mobilidade de imigrantes que estão em vulnerabilidade social. Por isso temos a hipótese de que Pando não está integrada ao “corredor boliviano” e sendo assim, a Bolívia como país de trânsito com destino os demais países do Sul-andino (Argentina ou Chile), mas esses deslocamento acontecem ao oeste do território boliviano e como isso o estado do Acre não estar ligado efetivamente a esse corredor sul-andino através da mobilidade venezuelana.

Dessa forma, o coordenador comenta os motivos da rota pandina-amazônica não ser consolidada. Pois:

É uma rota muito difícil, porque para chegar ao Chile, são seis ou sete dias, pelo menos de ônibus, com boa sorte, né. E o problema que essas pessoas que atravessam, não tem documentação, são tipos irregulares, então eles não conseguiriam comprar um bilhete de avião, é um pouco mais caro, mas chega

¹⁹ Entrevista realizado *online*, através do *meet* no dia 05 de outubro de 2022.

rapidinho, pois saindo de Cobija [capital de Pando] para chegar em Oruro ou Tarija é duas horas de viagem de avião, mas eles não conseguem, porque não tem documentação para apresentar, por isso que eles tem que usar a rota via ônibus, que é mais difícil, mais caro, mais longe. E antes da pandemia, era para fazer a entrega da obra dessa rodovia em 2019, aí veio a pandemia e outros negócios, corrupção, tudo isso, e olha, a obra tem oito anos e ainda não terminou a estrada e por isso não foi entregue. Por isso que não utilizam muito essa rota para acessar o Chile ou Argentina. (Coordenador da Cáritas Pando, Informação Verbal).

O coordenador da Cáritas Pando, ainda aborda sobre a forma de (não) acolhimento da Bolívia, que se tornou país de mobilidade temporária e não de destino, mesmo a constituição de Estado Plurinacional instituir os direitos dos migrantes, mas na realidade, é a sociedade civil que fica com o acolhimento humanitário.

É meio estranho, porque nós falamos na constituição do Estado boliviano que o migrante tem o direito de receber ajuda, refúgio, asilo, documentação, trabalho, tudo né?!, porque é um direito migrar e é uma obrigação do Estado boliviano acolher essa pessoa, mas na verdade o governo não faz nada para ajudar o migrante, principalmente para o povo venezuelano, que não autoriza o visto de refúgio ou asilo, por questão política, porque o governo de Maduro e o governo de Arce tem a mesma linha política, né. Então é assim muito difícil para o migrante, principalmente venezuelano, porque eles não vão conseguir os direitos deles aqui na Bolívia, por isso que eu sempre falo, é só a igreja católica que acolhe, porque se for só depender do governo mesmo, essas pessoas estão ferradas mesmo. (Coordenador da Cáritas Pando, Informação Verbal).

Portanto, a mobilidade espacial de venezuelanos seja indígenas ou não, trouxe uma nova dinâmica espacial para Amazônia Sul-ocidental, que interligou o estado do Acre na totalidade ao corredor migratório internacional, sobretudo ao sub corredor Norte-andino e as rotas oriundas dos estados brasileiros amazônicos e, no caso específico da mobilidade, se semelha ao haitianos e senegaleses em relação a necessidade de acolhimento institucional, porém, temos os indígenas Warao, que são o grupo com maior tempo de acolhimento.

Além disso, os venezuelanos mesmo possuindo um menor quantitativo comparado as essas nacionalidades, são os cidadãos que mais ficaram em evidência em Rio Branco, capital do Acre, pois estão nas ruas pedindo trabalho, vendendo produtos e fazendo a mendicância ou coleta, , pois temos casos de famílias que prefere ficar no Estado, porém, os principais destinos da grande “massa” são os estados do centro-sul nacional.

Temos que destacar também a diferença de conceitos nessa proposta de regionalização que coloca o estado do Acre como corredor migratório internacional na região da América do Sul, sendo assim, apresentamos dois conceitos: Corredor migratório e Rota migratória.

O “Corredor Migratório” é uma regionalização que une elementos geográficos, políticos e de legislação dos países entorno das rodovias/*carreteras*, onde perpassam totalmente ou em maior parte as rotas migratórias. Assim destacamos os 1) Limites políticos fronteiriços (cidades, Estados e Países); 2) Divisão regional Macro/Intermediário/Micro/Nacional; 3) Infraestrutura disponível, como as condições das próprias rodovias e/ou utilizar em certo ponto, rotas alternativas como por vias aéreas e/ou fluviais; 4) Legislação e políticas migratórias nos países de trânsito e destino para permitir ou dificultar a entrada dos imigrantes em seus respectivos territórios; e o 5) Acolhimento governamental e da sociedade civil nos países de trânsito e principalmente no país de destino.

Já a “Rota” é um percurso executado (parcial ou total) dentro de um país e/ou ultrapassar as fronteiras políticas internacionais, e pode envolver o deslocamento por meios terrestres, aéreos e/ou aquaviários para assim chegar (ou tentar) em um destino escolhido, e na qual, podem ficar por um determinado período ou definitivamente. E o êxito da rota vai depender dos recursos financeiros disponíveis e das estratégias organizadas pelo (i)migrante.

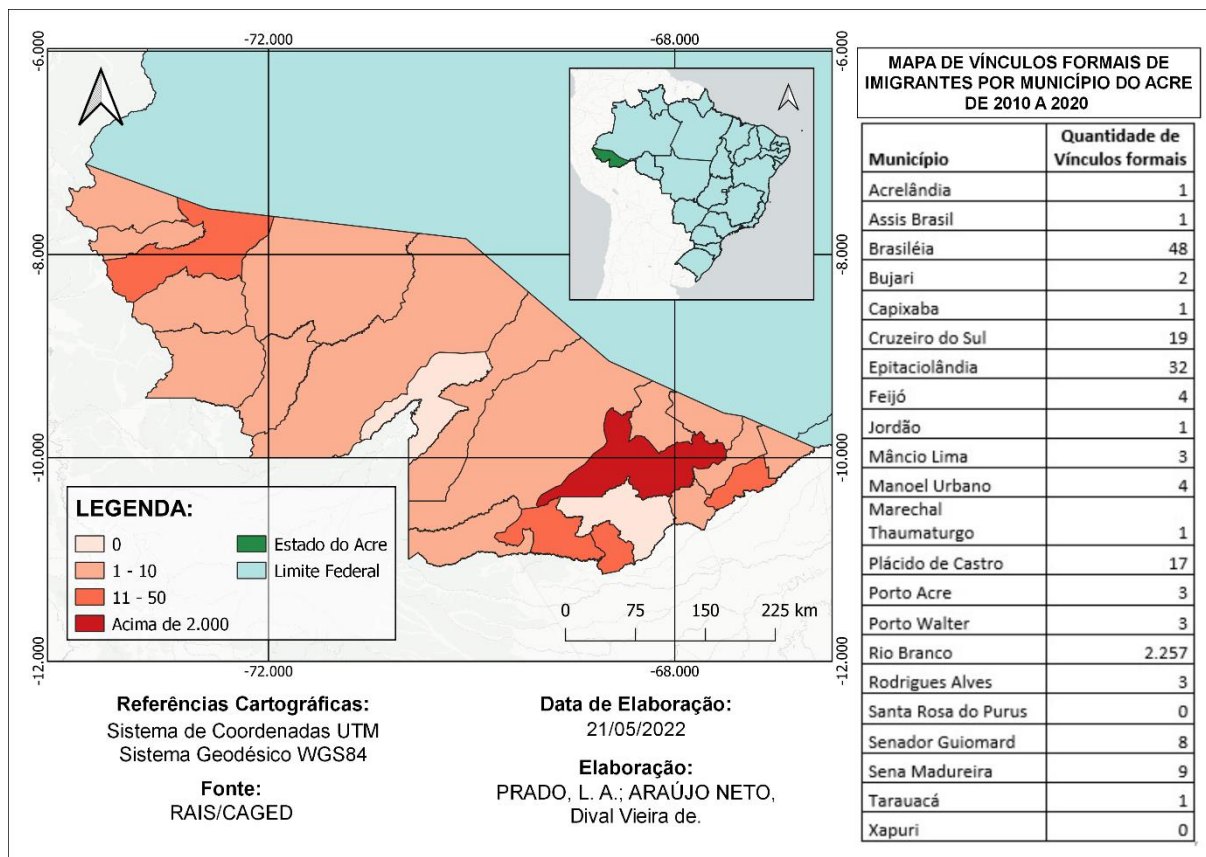
4.3 - A inserção laboral dos imigrantes venezuelanos no Estado do Acre

Outro elemento importante para entendemos a presença do imigrante venezuelano no estado do Acre é a inserção desse cidadão no mercado de trabalho formal. E a partir desse contexto, utilizamos os dados disponíveis da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho de 2010 a 2020 por subsetor do IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística), sendo assim os dados foram subtraídos dos principais setores: Primário (extrativismo mineral e vegetal, agropecuária, caça e pesca); Secundário (Indústrias de transformação), terciário (Comércio, serviços, serviços industriais de utilidade pública, construção civil) e administração pública.

Diante do exposto, sobre os vínculos formais de trabalho de imigrantes no estado do Acre de 2010 a 2020, foram registrados 2.148 vínculos, segregados em 07 setores, não teve nenhum registro de trabalho formal de imigrante no setor de extração mineral.

No mapa 08 temos a quantidade de vínculos empregatícios de imigrantes divididos por município no estado do Acre no período de 2010 a 2020.

Mapa 08: Quantidade de vínculos empregatícios de imigrantes por município no estado do Acre de 2010 a 2020

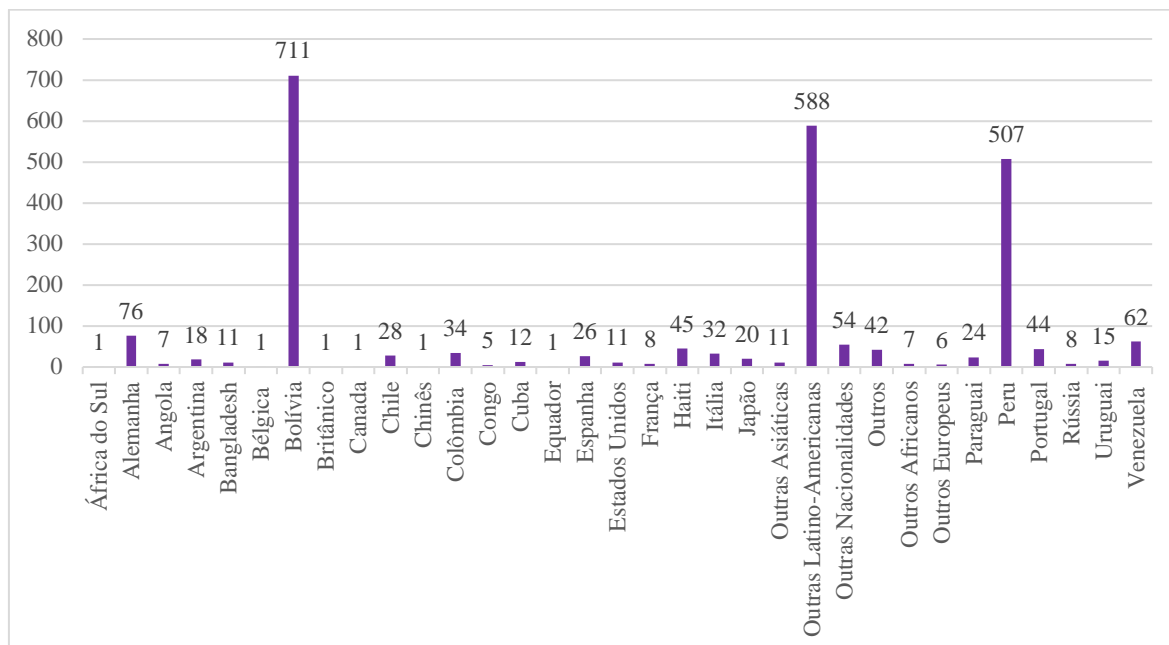


Fonte: RAIS/CAGEB e IBGE (2020), org. pelo autor.

Verificamos no mapa 08 que no período de 2010 a 2020 tiveram registros de emprego migrante em 20 dos 22 municípios acreanos: Santa Rosa do Purus e Xapuri não tiveram nenhum registro no período. Posteriormente, ainda na análise do mapa, destaca-se a capital Rio Branco com 93% das vagas, seguido por Brasiléia com 2%, Epitaciolândia com 1,3%, e os demais municípios não chegou a 1%. Com isso Rio Branco, por ter a maior representatividade econômica, política, social, populacional, entre outros motivos, polarizou os vínculos.

Diante disso, temos no gráfico 15 o quantitativo dos 2.418 vínculos de empregos divididos por nacionalidade.

Gráfico 15: Quantidade de vínculo empregatício por nacionalidade no Estado do Acre de 2010 a 2020



Fonte: RAIS/CAGEB e IBGE (2020), org. pelo autor.

Verificamos que no gráfico 15 há registros de 33 nacionalidades, sendo que bolivianos, peruanos e outras nacionalidades latino-americanos não especificadas estão com maior quantitativo, juntas representam 74,7% dos registros. Ainda aparecem nacionalidades de vários continentes, entretanto, sul-americanos, dominaram os vínculos de empregos formais no estado do Acre no período de 2010 a 2020.

Esses dados confirmam que o estado do Acre não é muito atrativo para a fixação do trabalhador imigrante, em função da própria estrutura econômica do Estado ser periférico e dependente de recursos federais e governamentais, e se unifica com o cenário de crise nacional.

O próprio quantitativo confirma essa circunstância, pois, em função de um período analisado de 10 anos, é muito pequeno, se comparamos com as contratações em nível nacional no mesmo período, a maioria dos vínculos no mercado formal acreano estão com os vizinhos bolivianos e peruanos que possuem relações históricas da própria formação da fronteira política e cultural.

Outro elemento importante é a comparação da presença das principais mobilidades que mais ingressaram no estado, como haitianos, dominicanos e senegaleses, entretanto, verificamos que os haitianos tiveram apenas 45 vínculos formais. Já os senegaleses e dominicanos não somaram nenhum registro, isso confirma que o Estado funcionou como um corredor migratório para essas nacionalidades.

Já sobre os trabalhos formais dos venezuelanos que tiveram registros entre os anos de 2016 e 2020, ficaram na quinta posição do “*ranking*” do trabalhos formais no estado do Acre, com o quantitativo de 62 vínculos. Esse dado demonstra que diferente de haitianos, senegaleses e dominicanos, os venezuelanos conseguiram mais oportunidades de trabalhos, entretanto, o quantitativo é pequeno comparado com o cenário nacional da mobilidade destes migrantes.

Dessa forma, temos na tabela 23, os 62 vínculos formais de venezuelanos separados por setor da economia no estado do Acre.

Tabela 23: Vínculos formais de imigrantes venezuelanos por setores da economia do estado do Acre no período de 2016 a 2020

SETOR	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Serviços	1	2	2	4	7	16
Indústrias de transformação			2	11	10	23
Comércio				2	16	18
Construção Civil				2	3	5
TOTAL GERAL						62

Fonte: RAIS/CAGEB e IBGE (2020), org. pelo autor.

Analisamos a tabela 23 e percebemos que os 62 vínculos estão separados em quatro setores, e que 2019 e 2020 foram os anos que mais conseguiram trabalho formais, entretanto, todos esses setores não necessitam de formação acadêmica, somente treinamento para execução das atividades.

Na tabela 24, temos a especialização dos trabalhos formais de venezuelanos divididos por cidade no estado do Acre.

Tabela 24: Quantitativo de vínculos formais de venezuelanos por cidade no estado do Acre no período de 2010 a 2020

Cidade	Quantidade
Rio Branco	55
Brasileia	5
Capixaba	1
Epitaciolândia	1

Fonte: RAIS/CAGEB e IBGE (2020), org. pelo autor.

Dessa forma, temos na tabela 24 a predominância da capital Rio Branco, pois os principais setores da economia do estado do Acre estão nessa cidade, além disso, os venezuelanos conseguiram trabalhos formais nas cidades que são consideradas corredores migratórios por estarem conectadas através da rodovia interoceânica.

Os venezuelanos têm uma presença nos vínculos empregatícios no estado do Acre superior do que haitianos e senegaleses, mas temos que levar em questão que esses migrantes caribenhos e africanos também são de países que possuem histórico de crises políticas e socioeconômicas, tiveram a sua mobilidade direcionada para as grandes cidades em um momento mais “prospero” economicamente no centro-sul do Brasil. Isso pelo fato de que tais regiões possuíam grandes obras em execução, dessa forma necessitava de mão-de-obra principalmente no período de 2010 a 2016, como por exemplo a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016, além das obras do PAC.

E no caso dos venezuelanos que ingressaram em momento de crise política e econômica, que foi avançando ao longo dos anos, mesmo com número de contratações no mercado tendo uma alta, mas o desemprego bateu recordes para todas as nacionalidades, principalmente para o Sul global. E no estado do Acre, o desemprego é ainda mais forte, pois vemos no cotidiano, sobretudo na capital Rio Branco, imigrantes, principalmente venezuelanos fazendo a mendicância, como também vendendo seus produtos e até mesmo pedido um emprego nas principais ruas e avenidas da cidade.

Esse imigrante trabalhador divide o espaço com o acreano desempregado e com a pandemia de Covid-19 o cenário pirou, pois, a renda diminuiu, a inflação e o desemprego aumentaram. Portanto, as dificuldades para esse imigrante somente aumentaram em solo brasileiro e também acreano.

Em solo acreano, temos exemplos de venezuelanos não indígenas e também dos indígenas do povo Warao, que estão tentando ocupar um espaço no mercado formal brasileiro, e, quando não consegue vão para o informal, e desse modo, entender de forma exploratória esse trabalhador no estado do Acre.

Fizemos duas entrevistas com trabalhadores venezuelanos não indígenas que moram na capital do Estado do Acre: Sendo um informal um vendedor lanches que trabalha em uma das principais avenidas da cidade, abordando as pessoas que estão a pé ou nos veículos; e uma copeira que trabalha de carteira assinada em um hospital particular também na cidade de Rio Branco.

E assim, vamos denominar os entrevistados de “trabalhador venezuelano informal” e “trabalhadora venezuelana formal”, para assim, desenvolver as entrevistas qualitativas sobre

a questão do trabalho no estado do Acre, mais precisamente sobre o trabalho venezuelano dos não-indígenas na capital Rio Branco.

Desse modo, iremos iniciar com o trabalhador venezuelano informal, este é oriundo do município de *Ciudad Guayana*, do estado de Bolívar, que é estado fronteiriço com o Brasil e ele chegou no Acre a poucos meses da pandemia de Covid. Este imigrante veio com seus dois filhos e a rota foi pelas capitais dos estados da Amazônia Ocidental (RR/AM/RO) e o seu destino foi a capital Rio Branco porque já havia parentes de sua esposa morando na cidade, todavia, a sua esposa continuava na Venezuela.

Eu saí no dia 10 de setembro de 2019, e a rota foi Pacaraima, Boa Vista, Manaus, Porto Velho e cheguei aqui em Rio Branco e viemos direto para cá. E eu cheguei aqui na casa de família de minha esposa e naquele momento estava morando em uma chácara de um juiz de contas aqui do estado, que emprestou a chácara dele de coração para a família de minha mulher, e ficamos morando mais ou menos dois meses. Naquele momento conseguimos comprar as coisas, eu, minha filha e meu filho, trabalhamos muito forte desde o primeiro dia que chegamos para a gente se estabilizar e se encaixar na sociedade brasileira. Não foi fácil, porque não falamos a língua e chegamos em uma terra nova e graças a Deus a portas se abriu e a gente conseguiu muita ajuda, por isso eu gosto do estado do Acre, porque tem muita gente honesta, muita gente trabalhadora e fundação Cáritas através do departamento de ajuda e me ajudou muito para que a gente pudesse se estabilizar. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal).²⁰

O trabalhador informal aborda de como era sua vida na Venezuela, desde a sua formação acadêmica, o local de trabalho e também como a crise do país afetou a empresa onde trabalhava que, conseqüentemente, gerou a sua demissão e de milhares colegas trabalhadores:

Possuo Técnico superior em engenharia e segurança de trabalho industrial, e meu trabalho técnico de controle de indústria emergencial, era tipo bombeiro, paramédico, segurança do trabalho e sanitário e trabalhava no setor de controle de acidente. Eu trabalhei por 29 anos em uma empresa grande, redutora de alumínio, que fazia alumínio bruto e a gente importava muito. Ai quando chegou o chavismo, deixaram de importar e falaram que o alumínio deveria ser consumido pela pátria. E essa empresa era mista, 51% venezuelana e 49% estrangeiro e quando chegou o chavismo, tiraram os estrangeiros e [a empresa] ficou 100% venezuelana e isso foi quando chegou o governo em 1999/2000 e assim foram 13 anos de destruição da empresa, pois roubaram a empresa e não fizeram investimentos. E também eu tinha uma empresa de comida na Venezuela, juntamente com meu filho, porque ele fez o curso de cozinheiro profissional, e eu montei para ele uma empresa de marmita em casa, e toda a

²⁰ Entrevista realizada na cidade de Rio Branco (AC), no dia 10 de outubro de 2022.

nossa família estava inclusa nessa empresa. Meu filho, minha mulher e cunhado e também trabalhava com vendas. E assim, tínhamos uma boa vida, eu viajava para o Panamá, e a gente eram ricos e não sabia, porque tinha trabalho e salário. E foi em 2013, a crise chegou em nível absurdo, e o governo não aguentou e tristemente chegou uma explosão social, explosão econômica, e nosso salário se desvalorizou e o nosso dinheiro não valia nada. E aí, os venezuelanos abriram o olho para o comunismo, e viram, que tristemente, que esse sistema comunista/socialista, é um sistema ditatorial, e que a gente não tem direitos, direitos de assistência social, a assistência jurídica e não tem nada, somente comer o que eles falam, comprar o que eles querem. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal).

Para entender melhor de como era a sua estabilidade financeira, o trabalhador comenta sobre o valor de seu antigo salário:

Para você ver, o meu salário era de US\$ 3.500,00 dólares por mês, e por causa da minha formação de nível superior e dos cursos que eu tinha, de paramédico, bombeiro, ganhava adicional por esses cursos na área de segurança industrial e de trabalho. E a empresa tinha mais de seis mil funcionários. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal).

Dessa forma, com a crise de diversas naturezas como econômica, política, social e humanitária que afetou a Venezuela e, conseqüentemente, o trabalhador venezuelano gerou a mobilidade transfronteiriça para o Brasil, em busca de novas oportunidades de trabalho, seja na formalidade ou na informalidade, para conseguir ao mínimo garantir a sua subsistência.

E no caso desse trabalhador não foi diferente, ele chegou no Brasil desempregado e por causa do apoio de brasileiros, após um mês em solo acreano, conseguiu um emprego no qual ficou seis meses, sendo que três meses foram de carteira assinada em uma pizzaria da capital Rio Branco, porém, por conta da pandemia a referida loja foi fechada e ele juntamente com os filhos foram demitidos. Segundo ele:

Sim [trabalhei de carteira assinada], quando a gente chegou aqui [em Rio Branco], graças a Deus, conseguirmos com a ajuda com alguns amigos de minha mulher, a gente foi encaminhado para trabalhar [na pizzaria] Maria Farinha, onde fui contratado e comecei a trabalhar a partir de outubro de 2019, eu, meu filho e minha filha e ficamos muito agradecidos por essa oportunidade e trabalhamos seis meses, sendo três de teste e três de carteira assinada, e eles pagaram tudo certo nesses seis meses. E a gente aprendeu muito, trabalhamos no setor de pizzaria, e a gente não sabia de nada, a gente assistia vídeo no *youtube* para aprender em casa e aprendemos a fazer todo tipo de pizzas, e ficamos surpresos pela variedade de pizza que tem o Brasil e na Venezuela, só fazíamos aquela caseira simples. A gente foi demitido, porque chegou à pandemia, a empresa fechou e foi demitindo o pessoal. E antes da Pandemia, eram de 200 a 300 pizzas por dia. Lá tinha o setor de cozinha, balcão, boliche,

sorveteria e de pizzaria, onde estava eu e meus dois filhos e quando fomos demitidos, falei para meu filho – estamos sem trabalho, mas estamos vivo e com saúde. Deus provera e vamos fazer o que sabemos fazer, vamos fazer comida - e a gente começou a fazer comida, abrimos um café da manhã lá no [bairro] Raimundo Melo. Minha filha fazia bolo, brownie e começamos a fazer comida brasileira e venezuelana, ou os dois misturados para encaixar no mercado aqui do Brasil. E isso foi dando bem e conhecemos uma pessoa que nos ofereceu para meu filho trabalhar vendendo pão em uma panificadora e falei —Amigo, estamos trabalhando, o trabalho edifica o homem, e eu não tenho vergonha de trabalhar e o **dinheiro está na rua**—. E meu filho foi trabalhar nessa panificadora e foi, onde ele conheceu a Aurinete e o trabalho da Cáritas e somos gratos até hoje pelas ajudas da fundação Cáritas. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal, grifo nosso).

E nesse trabalho na pizzaria não necessitava de formação acadêmica, mas sim, treinamento, pois “A gente aprendeu no dia a dia, no rodízio, um dia estavam no balcão, outro dia estava armazenamento de trigo e passei por todos os setores, louça, forno, balcão, enfim, todos os setores”. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal).

E após a demissão no início da pandemia, e com o dinheiro da rescisão, para as ruas de Rio Branco vender seus produtos, e nesse mesmo período, coincidiu com o carnaval, que ainda ocorreu em 2020, porque em março foi quando tivemos notícias dos primeiros casos do coronavírus e ainda o mundo não possuía muitas informações sobre o vírus.

Segundo o entrevistado, foi com a ajuda de brasileiros pode fazer um dinheiro durante o período carnavalesco e pode aprender um pouco mais sobre a culinária acreana:

Em março [de 2020] quando fomos demitidos, pegamos o dinheiro e compramos panelas, comidas, compramos estoque e fomos vender nas ruas. Trabalhamos também no carnaval, ainda o carnaval estava aberto, a gente fez uma grana aí, conhecemos um amigo brasileiro que falou assim — Amigo, aqui no carnaval, fazemos muito dinheiro—. E ele nos emprestou mesa, cadeira, caixa térmica, nos deu carona para ir nos supermercados e vendemos sucos, refrigerantes, bombons, chocolate e trabalhamos durante todo o carnaval e assim podemos conhecer mais sobre a cultura brasileira, como o copo sujo. Fomos comprar uma cerveja e descobrimos isso, além disso, a caipirinha e outras bebidas, e no outro dia, vendemos o copo sujo²¹ para os brasileiros. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal).

Esse imigrante é um exemplo como diversos venezuelanos que estão no Acre ou em outros estados brasileiros, caso tenham parentes em outros estados, pedem para que fiquem juntos, pois segundo esse trabalhador, prefere ficar em Rio Branco, pois, “Meus filhos pedem todos os dias que eu vá morar em Curitiba, dizem que lá é bom e eu falo que aqui é bom também,

²¹ *Drink* feito com cerveja, sal e limão.

e aqui já tenho os meus clientes, que considero como família também, por isso que quero ficar no Acre”. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal).

E sobre o trabalho no Brasil, ele aborda que “Quando tem uma visão de comparar com Argentina, Venezuela, Nicaragua e o Brasil está melhor que esses países”. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal). E sobre documentação jurídica, argumenta que a única dificuldade foi a língua:

O Brasil oferece a melhor estrutura jurídica para o venezuelano como nenhum outro país na América Latina. Eu tenho família em Chile, Peru, Colômbia, Panamá, Argentina e Uruguai e nesses países não dão facilidade para nada, todo é um processo. E aqui no Brasil, já te encaixa no sistema jurídico e para tirar seus documentos e assim tentar uma vida aqui no Brasil e eu tirei todos os documentos aqui no Acre, e a dificuldade foi a tradução, mas com aplicativo, conseguir fazer. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal).

E após seus dois filhos partirem para Curitiba, esse trabalhador continua em Rio Branco vendendo lanches para sobreviver e trazer demais familiares da Venezuela para o Brasil, porém, além do desemprego, esse cidadão juntamente com os brasileiros, sofrem com a inflação, onde a perda do poder de compra do trabalhador é crucial. Segundo ele:

Atualmente estou trabalhando só, e eu tento fazer por mês um salário-mínimo e meio, por isso, tento vender de 60 a 80 reais por dia, como meta, isso sendo ‘livre’. O meu sanduiche começou a ser vendido a R\$ 5,00 reais e hoje tenho que vender esse mesmo sanduiche a R\$ 8,00 reais, porque o pão de forma que a gente comprava de R\$ 4,00 a R\$ 5,00 reais, agora ta de R\$ 7,00 a R\$ 8,00 reais dependendo do local onde eu compre. Nós usamos muitas variedades de pães integrais para agradar o paladar do cliente e esses tipos de pães ta caro, antigamente estava de R\$ 7,00 a R\$ 8,00 e agora ta em R\$ 12,00 à R\$ 14,00 reais, o queijo de R\$ 25,00 a R\$ 26,00 reais, hoje compramos a quase R\$ 50,00 reais, praticamente o dobro, o presunto que comprávamos de R\$ 13,00 à R\$ 14,00, hoje compro de R\$ 25 à R\$ 32,00 reais. Já o alface, que era R\$ 1,30, hoje está R\$ 3,00 ou R\$ 4,00, dependendo da marca, e assim todos os preços subiram, mas a qualidade continua, mas por conta dos preços dos produtos tive que aumentar o valor do sanduiche e você pode comprar meus produtos à vista, em espécie, cartão de débito e crédito, PIX e transferência. E eu trabalho de segunda a sexta, já os sábados e domingos, fazemos por reservas com entrega de graça aqui no Bosque e fora do Bosque, é com a taxa do entregador. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal).

Mesmo com os preços mais elevados dos ingredientes, que obviamente altera o preço do produto final, e mesmo com essa situação desfavorável, o trabalhador comenta que as vendas aumentaram. Segundo ele,

As vendas aumentaram, graças a Deus, mas tenho algumas dividas, porque parte da família chegou [aqui no Acre], sem roupa, sem nada, porque foram roubados na viagem, perdemos um dinheiro que eles trazia, porque vendemos um carro lá e a família trazia esse dinheiro e foram roubado em uma estrada lá na Venezuela, o coite que estavam guiando eles, foram entregue para outro coite e foi que os roubaram e quando chegaram aqui, tive que comprar roupa, sapato, comida, não foi fácil, eu fiquei trabalhando dois meses e graças a Cáritas e Pastoral do Migrante que me ajudaram com o aluguel, até que eles conseguissem um trabalho. (Trabalhador venezuelano informal, Informação Verbal).

Um ponto fundamental que esse trabalhador abordou é o apoio de instituições da sociedade civil como a Cáritas e Pastoral do Migrante que ajudam ele e demais imigrante, como também o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) com indígenas migrantes; esse trabalhador se sente muito agradecido pelo apoio institucional ou afetivo.

Essa gratidão é demonstrada nos cartazes de divulgação de venda dos seus lanches, e, podemos observar nas fotos 01 e 02 todos os significados, como as bandeiras de Brasil e Venezuela; a praia caribenha e os alimentos que aprendeu nessa estadia no estado do Acre.

Foto 01: Placa de anúncio de vendas de lanches de um imigrante venezuelano em Rio Branco (AC)



Fonte: Trabalho de campo, abril, 2020.

Foto 02: Ponto de venda de lanches de um imigrante venezuelano *criollo*



Fonte: Trabalho de campo, abril, 2020.

Agora sobre a “trabalhadora venezuelana formal”, que atualmente trabalha como copeira em hospital particular na cidade de Rio Branco, ela é oriunda da capital Caracas e saiu de seu país no ano de 2017 por conta da crise socioeconômica e humanitária juntamente com seu esposo, sua mãe e seu padrasto. Eles utilizaram a rota pelo corredor norte-andino (VEN-COL/QUE/PER) para acessar o Brasil, mas morou quase dois meses na vizinha Colômbia, depois seis meses no Peru e posteriormente se deslocam para o estado do Acre, em outubro de 2019, e foi contratada em dezembro de 2019. Segundo ela, saiu da Venezuela pelo

Motivo economicamente a gente estava ruim, aí teve a oportunidade para sair, a gente saiu, mas ainda tem muita gente que fica lá [na Venezuela], por causa que não conseguem o dinheiro para sair do país. E a maioria da minha família continua lá. E sobre a rota, eu saí por Colômbia, de Colômbia para Equador e de Equador fui para o Peru, e no Peru morei por 5 meses, e vir por Puerto Maldonado e cheguei aqui no Acre. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação Verbal).²²

Ela aborda sobre a sua formação acadêmica e os tipos de trabalhos que exercia na Venezuela:

²² Entrevista realizada na cidade de Rio Branco (AC), no dia 04 de outubro de 2022.

Eu tenho o ensino médio completo, mas ainda estou validando aqui, para depois tentar técnico de enfermagem e se Deus quiser, logo após fazer a medicina. [...] E eu era estudante lá e ajudava a minha mãe como comerciante independente, faxineira e com atendimento ao público. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação verbal).

E ela juntamente com sua família, que possuem um histórico de trabalho relacionado ao comércio, tentaram empreender no Peru, que foi o último país antes de ingressarem no estado do Acre, mas conta da xenofobia dos peruanos, o estabelecimento teve que ser fechado e assim ela e sua família se deslocam para o Brasil, com prejuízos financeiros e com poucos recursos restantes.

A gente empreendeu lá, abriu um restaurante na cidade de Casma, que é depois de Trujillo, e fizemos toda divulgação, legalização, fizemos tudo lá. E a gente abriu o restaurante e os peruanos não entrava por causa que a gente era venezuelano e quando eles entravam, diziam vamos embora porque aqui é um restaurante de venezuelano. Ai não aceitava a nossa gastronomia, fazíamos comida peruana, mas como a gente não tinha o mesmo tempero e não o mesmo jeito de fazer a comida, eles não aceitavam. Aí foi muito difícil para gente nesse aspecto e tivemos que fechar e o restaurante durou somente cinco meses. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação verbal).

Um aspecto importante, abordado pela entrevistada é sobre a xenofobia sofrida no Peru, tanto por ela, como outros imigrantes também comentam a forma que o Peru não acolhe os venezuelanos, e assim “forçam” esses cidadãos a migrar para os outros destinos como o Brasil, por exemplo.

E assim ela e sua família decidiram vir para o Brasil, com poucos recursos, ficam hospedados em hotel de preço popular na região central de Rio Branco e com ajuda de amigos brasileiros conseguiram um trabalho informal em outro bairro da cidade, e mesmo com esse trabalho, continua em busca de conseguir um trabalho de carteira assinada e foi no Hospital Santa Juliana, que conseguiu e onde está até os dias de hoje, e posteriormente, sua mãe e padrasto vão embora para outro estado brasileiro e ela decide ficar com seu esposo no Acre. Segundo ela:

Porque foi assim no primeiro mês, a gente tinha só 50 reais no bolso e fomos nos virando, ficamos em um hotel no [bairro] cidade nova, que ficamos devendo, porque a dona foi deixando e depois a gente alugou uma casa no [bairro] Cidade Nova, aí depois desse trajeto, compramos comida, conseguimos pagar um pouco da dívida que tínhamos no hotel e a gente foi andando. Ai nesse tempo o noivo da minha mãe, conseguiu um emprego, aí

ele era motorista de caminhão, aí ele foi viajar. Ai esses dois meses foram apertados, foi muito apertado, aí depois que a gente morou na cidade nova, a gente mudou para [o bairro] Canaã, porque prometeram para gente cuidar de uma chácara, só que lá é perigoso, era muito longe e quando começou o processo [seletivo] para entrar no [hospital] Santa Juliana. Eu não tinha nada, não tinha conta em banco e andava desde lá para o hospital, chega criou borbulhas no meu pé. Ai quando fui contratada ganhei o cartão de ônibus e isso foi a salvação, porque eu ia e voltava andando do Canaã e por isso eu conheço quase tudo ali na Chico Mendes. Ai a gente não ficou muito tempo no Canaã, por causa do meu horário do trabalho era as 9h da manhã até as 9 da noite e ainda tinha que andar um pouco a pé. Aí voltamos para [o bairro] Cidade Nova na casa que estávamos, e por isso que o meu primeiro salário foi para pagar o aluguel dessa casa. E os vizinhos foram nos ajudando, a dona do hotel nos deu o fogão, que até hoje está lá em casa e ela é muita nossa amiga. O nosso plano era ir para Porto Alegre, pelas praias, pelo clima, né, diferente, mas o dinheiro só de ficar até aqui e a gente ficou. Aí minha mãe foi para Santa Catarina, e conseguiu trabalho e meu irmão com seu filho e esposa está no Rio de Janeiro, mas meu irmão veio antes por Roraima. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação verbal).

Além de procurar trabalho, ela já foi em busca de regularizar sua situação migratória, pois, “Foi muito fácil, porque a gente (eu e meu esposo) já fomos atras e fizemos tudo aqui em Rio Branco. Então sempre perguntamos para as pessoas onde que faz a documentação, pois quando entramos em um lugar que você vai residir, tem que fazer a documentação”. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação verbal).

E com a documentação regularizada, continuava a procurar trabalho até conseguir no Hospital onde é seu primeiro e único trabalho de carteira assinada no Brasil. Ela comenta que só conseguiu por causa da ajuda do Bispo diocesano Dom Joaquim, que levou seu currículo para concorrer ao processo seletivo do cargo de copeira no referido hospital, e que também ajudava com na impressão dos currículos.

Tenho já três anos de carteira assinada. É uma história até bem longa... Porque quando chegamos aqui [em Rio Branco], a gente não tinha condições econômicas, a gente deixava currículo em todo o canto, em todo o campo que a gente tinha oportunidade a gente deixava, também a gente ia na catedral [católica] lá no centro para pedir pra eles imprimirem os currículos, aí na última vez que eu fui pedir lá, o bispo pegou o meu currículo e levou para o Hospital Santa Juliana e até hoje estou lá. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação Verbal).

Diferente de muitos imigrantes venezuelanos que estão nas ruas de Rio Branco, com placas de pedidos de emprego ou pedindo dinheiro no semáforo, a estratégia dela foi diferente, com ajuda de tradução de *software online*, utilizou folhas para pedir ajuda

diretamente aos líderes religiosos de várias denominações que tinham oportunidade para tentar conseguir trabalho, mas somente conseguiu ajuda do bispo católico.

A gente conseguiu uma folha, então a primeira coisa foi traduzir, porque o mais difícil era a tradução, então fizemos a tradução em um aplicativo. Aí botamos assim: ‘Oi, somos uma família de venezuelanos. A gente tá procurando emprego. No momento, a gente tá fazendo a legalização dos documentos e estamos hospedados em um hotel. Se puderem ajudar com uma doação, com algum alimento, a gente agradece’. A gente pedia pra folha ser imprimida na catedral do centro e deixava em todo lugar. A gente passava [com a folha] em toda igreja, que a gente tinha oportunidade de entrar, a gente deixava uma folha. Em vez de ficamos no semáforo, a gente optou pela folha, porque achamos que era melhor visto e era um pouco mais tranquilo, a gente andava muito, sim, mas isso fez a gente conhecer [a cidade], né. A gente se perdia muito, pra mim achar o hospital era uma luta, aí andando foi como eu conheci as ruas, as brechinhas, os atalhos. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação verbal).

E quando é contratada, a trabalhadora aborda que a principal dificuldade foi o idioma:

A minha principal dificuldade em relação ao trabalho foi o idioma. Eu só tinha dois meses de Brasil, quando entrei no trabalho [no hospital] e não falava nada de português, aí a exigência do emprego, obviamente, me pedia [para falar o português], por isso foi muito difícil, foi muito complicado, mas graças a Deus com a ajuda dos meus colegas e a leitura me ajudou muito para aprender. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação Verbal).

E para atuar como copeira o Hospital oferece treinamento para ela atuar na função, pois, “Eles oferecem cursos para mim, porque tem que ter o curso de manipulação de alimentos, né. E outros cursos, principalmente para atendimento ao paciente”. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação Verbal).

Sendo assim, sobre essa experiência de trabalhadora no Brasil, ela considera sendo positivo, porque comparado com outros países, foi em território brasileiro onde conseguiu mais êxito no trabalho.

Em relação, aos países que passei, em relação a trabalho, foi onde conseguir mais sucesso. No Peru, existe muita xenofobia com o venezuelano, aí fica difícil para gente encontrar um emprego, porque as pessoas não querem venezuelanos trabalhando, porque dizem que a gente está roubando o seu emprego. Lá na Colômbia, é difícil, mas você consegue, ainda tem um pouco mais de facilidade. Aqui no Brasil, o povo é mais acolhedor, mais amigável, mas como todo lugar tem pessoas boas e ruins. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação Verbal).

Sobre a remuneração salarial, ela aborda que ganha um salário-mínimo, e que comparado ao salário de seu país de origem, onde a moeda esta desvalorizada, consegue se manter, mas somente em função de sua família em Rio Branco ser formada apenas por ela e seu esposo, e nesse momento apertou o orçamento, por causa que ele está desempregado.

Ganho 1 salário-mínimo, se for para uma família muito grande não dar, mas se é uma família pequena como a minha, acho que está tranquilo. Lá na Venezuela o salário-mínimo não dar para nada, por exemplo com um salário-mínimo você compra um quilo de arroz e aqui consigo comprar comida e o restante pagar as contas. Agora ficou um pouco mais difícil, porque meu marido está desempregado, ele trabalhava no [restaurante] Afa Bistro, de carteira assinada como cozinheiro e agora ele está parado, atras de emprego. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação Verbal).

Já sobre a sua visão sobre o trabalho formal no estado do Acre, ela comenta é difícil e trazendo para a visão do quantitativo de imigrantes em seu local de trabalho, afirma que: “No hospital, de trabalhadores venezuelanos, só tem eu e mais outro, e para a contratação de pessoas é difícil, porque quando abre uma vaga já é ocupada muito rápido e lá [no hospital] já tem muitos currículos para os diversos setores”. (Trabalhadora venezuelana formal, Informação Verbal).

E nesses três anos de residência em Rio Branco e de carteira assinada, a trabalhadora já conseguiu comprar alguns bens e foi por esse motivo que não deseja ir para outros estados brasileiros, conforme seus parentes.

Eu prefiro continuar no Acre, por uma razão, porque a maioria das pessoas falam que querem ir embora. Só que eu já conseguir compra a minha casa, tenho os meus animais e já estou mais estabelecida e para vender a minha casa, vender todas as minhas coisas, depois de tanto esforço e carinho que já fiz naquele lugar e por isso não quero ir embora. (Trabalhadora venezuelana formal, informação verbal).

Portanto, nesses dois casos, podemos afirmar que é nas ruas que esses trabalhadores venezuelanos conseguem seus trabalhos, seja pedindo doações, empregos, fazendo a coleta, no caso dos indígenas Warao, então, trazemos a discussão para os corredores migratórios, temos as rodovias que se tornaram lugar de movimento espacial e quando se territorializam na cidade de Rio Branco (AC) é nas ruas que buscam seus recursos econômicos.

4.4 - Barreira “invisível” em tempos de Covid-19: Fechamento da fronteira Brasil-Peru

Em março do ano de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou uma nova pandemia decorrente do vírus SARS-CoV-2, que surgiu na cidade de Wuhan na China. Esse acontecimento alterou toda a dinâmica mundial e as migrações também entraram nesse contexto, pois, os (i)migrantes que já estavam em situação de vulnerabilidade social, sofreram impacto ainda mais forte como desemprego, fim de benefícios, entre outros.

À vista disso, os diversos países pelo mundo, seguindo as recomendações da OMS, criaram políticas restritivas para a entrada ou saída de migrantes, enquanto, os pesquisadores trabalhavam para desenvolver uma vacina para imunizar a população global.

As medidas mais comuns que os países adotaram era o isolamento social ou a denominada “quarentena”, encerramento total ou parcial de vários setores da economia e o fechamento das fronteiras para circulação de pessoas, principalmente as que não eram residentes e essa última restrição foi a que mais afetou a mobilidade transfronteiriça.

Conforme aborda Cavalcanti (2021):

As fronteiras (aquaviárias, aéreas, terrestres) se converteram em barreiras sanitárias de forma a evitar a ‘importação do vírus’. A mobilidade internacional se viu reduzida de forma significativa. Os projetos migratórios de famílias e indivíduos foram [...] afetados. (CAVALCANTI, 2021, p. 18).

A partir desse entendimento, Nunes (2020) realizou um levantamento das datas dos fechamentos das fronteiras dos países da América do Sul, que são amazônicos, a partir dos decretos dos respectivos estado-nações. Portanto, temos no quadro 06 a ordem cronológica das datas.

Quadro 06: Data de fechamento das fronteiras e regramento para circulação nos países amazônicos fronteiriços

PAÍSES	DATA DE FECHAMENTO (2020)
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • 18 de março: fechamento da fronteira terrestre com a Venezuela. • 19 de março: fechamento das fronteiras terrestres com Argentina, Peru, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai e Suriname. • 22 de março: fechamento da fronteira terrestre com Uruguai. • 27 de março: fechamento da fronteira aérea para estrangeiros.

Bolívia	<ul style="list-style-type: none"> • 14 de março: suspensão temporária (14 a 31/3) de voos diretos da Europa. • 18 de março: proibição da entrada de passageiros oriundos do espaço Schengen, Reino Unido, Irlanda, Irã, China e Coreia do Sul. • 20 de março: fechamento de todas as fronteiras; estabelecimento de restrição à circulação da população por meio da imposição de quarentena, suspensão de transportes rodoviários públicos e interurbanos.
Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> • 15 de março: restrição à entrada de estrangeiros não residentes. • 17 de março: fechamento de todas as fronteiras (cidadãos nacionais e estrangeiros).
Guiana	<ul style="list-style-type: none"> • 31 de março: fechamento total das fronteiras.
Guiana Francesa	<ul style="list-style-type: none"> • 17 de março: fechamento da fronteira Schengen. • 15 de março: fechamento da fronteira com Suriname e Brasil.
Peru	<ul style="list-style-type: none"> • 16 de março: fechamento total das fronteiras; suspensão de meios de transporte internacional de passageiros e restrição à entrada de estrangeiros não residentes.
Suriname	<ul style="list-style-type: none"> • 14 de março: fechamento de fronteiras à entrada de estrangeiros. • 15 de março: fechamento completo das fronteiras internacionais.
Venezuela	<ul style="list-style-type: none"> • 12 de março: suspensão de voos da Colômbia e da Europa e fechamento das fronteiras marítimas e terrestres. • 17 de março: decreto de quarentena social.

Fonte: NUNES (2020). Org pelo autor.

Como percebemos no quadro 06, no mês de março de 2020, após a recomendações da OMS os países executaram as medidas de fechamento das suas fronteiras, todavia, de modo significativo foi na fronteira terrestre que alterou a dinâmica para os imigrantes, sobretudo de origem da migração sul-sul que desejavam entrar ou sair, mas também para os residentes das respectivas cidades fronteiriças.

Nessa conjuntura, entre os países que possuem em seu território o bioma amazônico, o Brasil foi o país que mais demorou para executar as restrições, pois, conduziu-se de forma segregada, sendo de país por país, considerando seu tamanho continental.

Nunes (2020) comenta as dificuldades dos imigrantes que desejavam realizar a mobilidade transfronteiriça ou circulação nas fronteiras brasileiras.

Na fronteira brasileira, logo no início do evento pandêmico, foram registradas várias ocorrências de imigrantes dos países vizinhos sul-americanos que ficaram retidos na linha de fronteira internacional por não conseguirem permissão para entrarem em seus países pátrios, e que, ao realizarem os procedimentos de saída do Brasil, não podiam mais retornar porque a fronteira

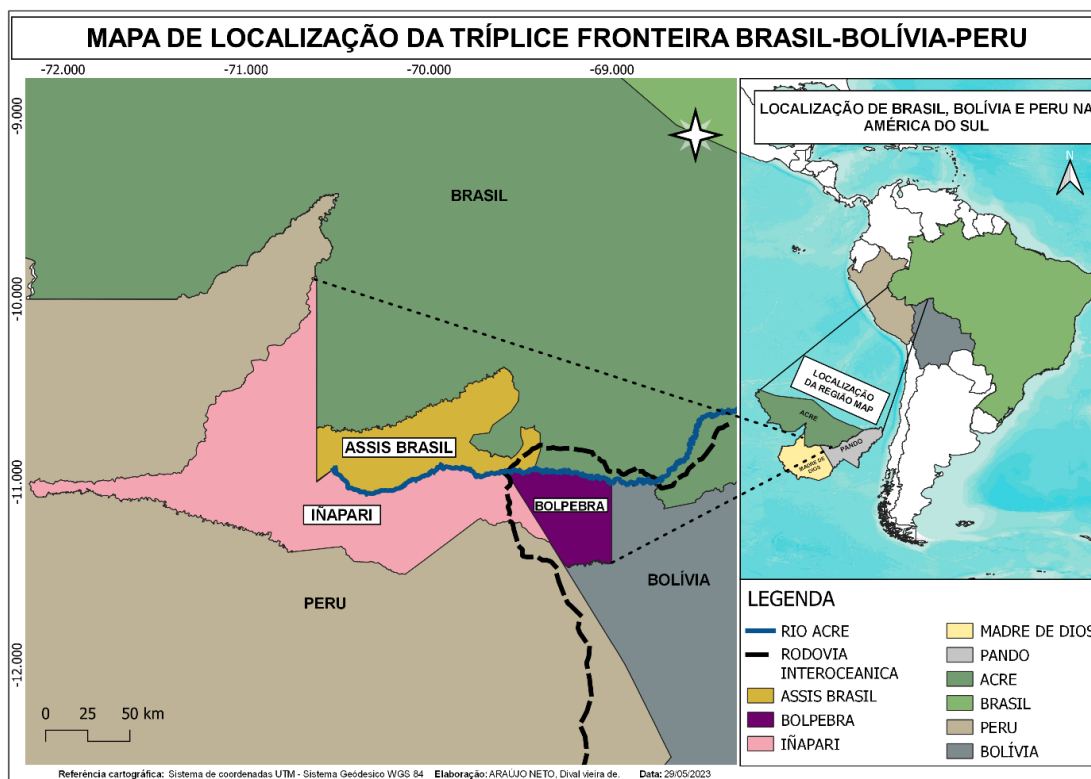
encontrava-se fechada à entrada de estrangeiros não residentes. Tal medida resultou na retenção de diversos grupos de sul-americanos em vários pontos do limite internacional: no recorte sul, foram retidos argentinos e paraguaios. Já no recorte central, ficaram retidos diversos grupos de bolivianos ao longo dos primeiros meses de pandemia (NUNES, 2020, p. 42).

E no caso da região Norte, os destaques foram para os fechamentos que formaram crises humanitária como o estado de Roraima, através das cidades de Pacaraima (BR)/Santa Elena (VEN), que recebia o fluxo de venezuelanos, e o estado do Acre com a cidade de Assis Brasil, que possui a fronteira trinacional com a Bolívia e o Peru, que é um corredor de diversas nacionalidades.

Entretanto, a cidade de Assis Brasil possui relações mais articuladas com o Peru, através da cidade de Iñapari, pois estão mais próximos geograficamente, culturalmente e na circulação de bens e serviços do que com a cidade boliviana de Bolpebra. Deste modo a crise humanitária esteve no foco da relação entre essas cidades e obviamente com os dois países.

No mapa 09, temos a espacialização da tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru.

Mapa 09: Localização da Tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru



Fonte: Org. pelo autor.

Contudo a Bolívia também foi muito rigorosa em relação a fiscalização de suas fronteiras, conforme explana Nunes (2020):

Os contingentes de pessoas migrantes que chegam em situação de vulnerabilidade, mas em razão da fiscalização mais rigorosa nas fronteiras bolivianas, a entrada de fluxos migratórios internacionais por essa conurbação – Eptaciolândia-Brasília/Brasil-Cobija/Bolívia, via departamento de Pando, na Bolívia – é inexistente, porém, em razão de ofertar serviços migratórios, Brasília recebe pessoas em situação de mobilidade transnacional. (NUNES, 2020, p. 40).

Como a restrição do Peru foi vigorosa logo de imediato, criou-se um “muro invisível” para a mobilidade transfronteiriça no dia 16 de março e no dia seguinte, iniciou a crise humanitária na ponte que liga os dois países. Com o passar dos dias o quantitativo que era impedido pela barreira sanitária, estava aumentando em níveis alarmantes.

Com essa conjuntura, forçou o prefeito municipal de Assis Brasil a promulgar calamidade pública em decorrência da situação do contingente de imigrantes, através do Decreto nº 044, de 31 de março de 2020, conforme se constata:

Considerando, ainda, atual situação vivida no município de Assis Brasil, que desde a data do dia 17 de março de 2020, passou a enfrentar de forma inesperada com o isolamento de 244 (duzentos e quarenta e quatro) estrangeiros, oriundos, sobretudo, de região de alto risco do vírus em comento, que, impedidos de ingressarem no Peru, por conta do fechamento da fronteira daquele país por ordem de sua autoridade maior, e sem terem para onde ir, resolveram permanecer na circunscrição do município. (ACRE, 2020, p. 41).

Com o fechamento da fronteira terrestre com o Peru gerou uma nova dinâmica migratória e de acolhimento para Assis Brasil, pois, na mobilidade de haitianos e africanos no período de 2010 a 2016, a cidade ficou na posição de rota de passagem para os municípios vizinhos, Brasileia e Eptaciolândia que realizaram o acolhimento institucional inicial a partir de abrigos públicos. Já no contexto da pandemia, a partir de 2020, o município se tornou local do atendimento humanitário preliminar e de caráter emergencial e, assim, teve que ser criado abrigos públicos.

Isso foi um desafio para os governos das três instâncias, mais principalmente para a municipal, pois, a gestão havia assumido a poucos meses e a administração ainda estava se estruturando, recebeu esse desafio de acolher imigrantes em tempos de pandemia de Covid-19.

Em 2020 tivemos seis pontos de abrigamento para imigrantes na cidade de Assis Brasil, sendo a Ponte Binacional (local do estopim da crise humanitária e que posteriormente teve que se criar emergencialmente os demais abrigos, por causa da quantidade de pessoas queriam passar para o país peruano, conforme especializado no Mapa 10.

Mapa 10: Localização dos abrigos na cidade de Assis Brasil em 2020



Fonte: Org. pelo autor.

Essa estrutura de acolhimento gerou um custo muito alto para um município que possui um orçamento modesto, dessa forma teve que acionar os governos do estado e federal para amparar economicamente o município, mas o suporte veio por conta da calamidade e por meio de pressões de instituições como Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e além de entidades da sociedade civil como Cáritas e Pastoral do Migrante ligadas a Igreja Católica.

E o suporte das entidades da sociedade civil como a Cáritas e Pastoral do Migrante foi fundamental no acolhimento desses imigrantes, pois, ofereceram apoio humano, alimentos, mantimentos e espaços que serviram de abrigos temporários, como os espaços oferecidos pela igreja Católica

E como a fronteira continuou fechada, teve que ser criado um programa emergencial de interiorização, dessa forma, foram criados abrigos nas cidades de Brasileia e Epitaciolândia, subsequente para a capital Rio Branco foram criados abrigos temporários para acolher esse contingente.

Por causa desse programa de interiorização o quantitativo que estava em Assis Brasil deu uma diminuída e o abrigamento ficou somente na escola Edilsa Maria Batista. Em uma visita realizada por meio da Pastoral do Migrante na referida escola, no dia 17 de agosto de 2020, foi observada a situação dos migrantes que estavam acolhidos naquele momento onde havia cerca de 70 migrantes na escola, divididos entre venezuelanos e haitianos, conforme observamos na foto 03.

Foto 03: Migrantes dialogando com voluntários da Pastoral do Migrante na Escola Edilsa Maria Batista na cidade de Assis Brasil



Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2020.

A foto 04 registra um imigrante haitiano brincando com uma criança venezuelana, simboliza as duas principais nacionalidades que estavam sendo acolhidas na cidade de Assis Brasil, mas também, são as principais mobilidades que vieram para o Brasil, fugindo de crises oriundos de seus países. Após fixados em território brasileiro, passaram por diversos processos de precarização do trabalho e na pandemia de Covid-19 a vulnerabilidade social somente agravou e assim utilizam a mobilidade espacial como ferramenta de (r)existência social.

Foto 04: Imigrante haitiano jogando bola com criança imigrante venezuelana



Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2020.

Sobre o acolhimento humanitário na cidade de Assis Brasil, após o fechamento da fronteira Brasil-Peru, realizamos uma entrevista com a coordenadora da Cáritas da paróquia Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, e, que por ser moradora da cidade e voluntária da pastoral social atua com a temática migratória desde 2010, quando da entrada dos haitianos. Ela é uma liderança juntamente com seu esposo e demais voluntários no acolhimento de imigrantes das diversas nacionalidades que perpassam pelo município e necessitam de acolhimento emergencial.

Ela comenta que o trabalho com migrantes foi a partir do voluntariado que exerce na igreja católica desde 2010, e que a partir de 2018 se tornou institucional, quando se tornou coordenadora da pastoral social Cáritas de sua paróquia.

Por morar próximo a Paróquia Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, ela e seu esposo se tornaram referência de acolhimento humanitário em função dos imigrantes que já foram acolhidos comentarem para demais parentes e amigos que posteriormente os procuram quando chegam no município.

É nesse contexto que a mobilidade espacial de diversas nacionalidades que transitaram/transitam pelo município se tornou uma das principais ações da pastoral Cáritas, por conta do grande quantitativo de pessoas que os procuraram/procuram, e, mesmo com essa demanda ainda atendem outras áreas de atuação pastoral, seja desde o trabalho com juventude, economia popular solidária, meio ambiente, dentre outros.

Tal conjuntura é abordada pela entrevistada sobre o caso dos primeiros haitianos que necessitaram de acolhimento humanitário, no que é considerado o “início” do corredor internacional de acesso ao Brasil através do estado do Acre. Segundo a coordenadora:

Em 2010, os haitianos foram para o Peru e a gente teve que acolher esse migrantes lá [em território peruano], porque na época os peruanos não os acolheram e eles estavam passando fome e todas as necessidades, e um grupo da igreja [católica], cerca de dez casais formos atender eles e a gente levava café, pão de manhã, almoço e janta, mesmo sendo que nem todo mundo trabalhava, mas a gente deu conta desse papel por muito tempo e a saída deles foi com um culto ecumênico, dança e festa, foi muito bonito e o [secretário] Nilson Mourão estava na secretaria [de Justiça e Direitos Humanos], nos ajudou bastante na época. Esse atendimento eram em Iñapari, onde que estavam os migrantes e a gente dava de comer, porque até água, os peruanos vendia para eles, então colocamos uma caixa d'água para eles. (Coordenadora da Cáritas de Assis Brasil, informação verbal)²³.

Na fala da coordenadora demonstra dois tópicos importantes, sendo o primeiro a questão financeira que por serem voluntários, os recursos são de doações, seja de fiéis da igreja, como também de amigos ou sendo do próprio bolso, pois o apoio do Estado aos migrantes maiormente aos haitianos e africanos, no período de 2010 a 2016, realizou-se nas cidades de Brasileia, Epitaciolândia e a capital Rio Branco, pois Assis Brasil era mais o local de passagem e apoio o “êxodo haitiano”, o Estado não instalou nenhuma política para migração, e somente foi agir no período da pandemia com a fronteira Brasil-Peru fechada.

No segundo tópico, demonstra muito o que ocorreu no fechamento da ponte binacional Brasil-Peru, a forma que o Peru (não) acolhe os imigrantes, sobretudo os imigrantes que estão em condição de vulnerabilidade social. No contexto da pandemia de Covid-19 o país

²³ Entrevista realizada no dia 26 de setembro de 2022, na cidade de Assis Brasil/AC.

foi ainda mais rigoroso na “recepção” desse perfil de (i)migrante, pois fortaleceu o discurso anti-migratório com a possibilidade de contaminação ser “transportada” pelos cidadãos que almejavam ingressar em seu território, seja para trânsito ou destino final.

Após o ano de 2016, período de intensa mobilidade haitiana que seguiu para os destinos do centro-sul nacional, a coordenadora comenta que depois desse movimento, o foco dos acolhimentos da pastoral Cáritas esteve para os venezuelanos não indígenas que era o grupo de imigrantes que mais ingressou no Acre, através de Assis Brasil e, portanto, sendo os que mais foram acolhidos.

Entretanto, ela ainda argumenta que a pastoral trabalha com doações e não possuía apoio do poder público, além disso atuava com acolhimento, alimentação, orientações e alojamentos nos espaços da igreja, e que esses alojamentos continuaram sendo utilizados no momento do fechamento da fronteira Brasil-Peru. E que só assim, por conta do quantitativo expressivo de imigrantes, o poder público começou a agir em caráter emergencial. Segundo a coordenadora:

E o segundo momento foi quando chegou todo mundo de uma vez e teve que ir um bocado para o acolhimento da prefeitura, mas nós [Cáritas] já estamos há dois anos atendendo bastantes venezuelanos aqui na igreja [Paroquia Nossa Senhora da Glória] e o momento difícil porque tivemos que colocar na igreja e nós não tínhamos recursos para comprar alimentação, então, o que a gente fazia, porque a igreja em si, a comunidade trabalhou por muito tempo, que nada do governo interferisse, seja estadual ou municipal, nesses dois anos, aí quando a ponte fechou, o poder público só abraçou a causa, por causa da quantidade de haitianos, venezuelanos, africanos e de outros países, porque nesse momento nós não teríamos condições de abrigar tanta gente. Mas antes desse acontecimento, nós já estavam atendendo venezuelanos na igreja [salão paroquial], sala de catequese e no centro de formação Paz e Bem e fazíamos de tudo para que eles se sentissem bem. Então nesses dois anos do fechamento da ponte, nós não tínhamos dinheiro, nós tinha nada e nem apoio dos governos municipal, estadual e federal, era a igreja, era nós mesmos que fazia atendimento aos migrantes. Amanhecia o dia e a gente não sabia como seria o café da manhã, mas Deus sempre abençoou que acontecia, porque um dava o pão, um dava o leite, outro dava alguma coisa e assim tínhamos o café, e depois a gente providenciar o almoço pelo WhatsApp [com amigos e vizinhos], ‘você pode fazer 5kg de arroz, você pode fazer a carne’, a gente buscava [as doações] e a igreja dentro das possibilidades dela tirava o dinheiro e nos ajudava, eu saía pedindo e assim foi, a gente deu conta nesse tempo todo. (Coordenadora da Cáritas de Assis Brasil. Informação Verbal).

E por conta do grande quantitativo de imigrantes após o fechamento da fronteira e pelo próprio medo da contaminação em massa, a população da cidade ficou receosa pela conjuntura humanitária que estava acontecendo com o fechamento da fronteira, e tanto os

voluntários da Cáritas, quanto a equipe da assistência social do município, tentou através de diálogos com os munícipes amenizar a situação.

Todavia, teve casos que alguns moradores realizaram denúncias por conta que os migrantes estavam circulando pela cidade, conforme ela explica:

Olhar...foi um pouco difícil, né, porque a comunidade tinha até medo dos imigrantes pelo fato deles estavam vindo de outros países, ocorreu a discriminação em si, porque eles [população] achavam no começo que seriam eles [imigrantes] que iriam trazer a pandemia aqui para o município. Então nós que estamos aqui na frente [acolhimento], tivemos que ter muita sabedoria e pedir até a Deus que não partir-se de nenhum deles [imigrantes] e graças a Deus, a pandemia não partiu dos migrantes, alguns pegaram, mas foi muito pouco, a comunidade [população] aqui pegou e teve até muito, mas em relação aos migrantes, não. E teve até vizinho que chamava a polícia, porque nós [Cáritas] colocava na igreja e na sala de catequese, mas os padres e as irmãs estavam sabendo, né. Muitas vezes, colocamos os imigrantes na igreja, eu mais o Júnior e também colocava os migrantes na sala de catequese e a gente comunicava ao padre e as irmãs e eles sempre davam o ok e a nossa vizinhança estavam com medo e a comunidade [população] ficaram apavorados, achando que seriam os haitianos, africanos, venezuelanos e muitos outros países que esteve aqui...iriam ‘acabar’ com o município em termo de pandemia. Então teve essa discriminação, e eles [imigrantes], chegavam no mercado, as pessoas se afastavam, ficavam de longe, e eles sentiam isso, né, mas a gente ia conversando [com os comerciantes], a prefeitura trabalhando, nós trabalhando com eles, e graças a Deus, por que não aconteceu o que as pessoas [munícipes assis-brasilienses] pensavam, começou a gente da comunidade pegar a Covid e não eles [imigrantes], pois utilizavam um processo de muito chá e acho que foi isso que ajudou, tomavam umas ervas ou se foi a mão de Deus...Não foi fácil, porque tinha momentos que eles [imigrantes] estavam no pátio da igreja jogando alguma coisa e a polícia chegava e eu tive que várias vezes mais o Júnior explicar o porquê que eles estavam no pátio da igreja, porque estavam na igreja, na sala de catequese...teve momento que meu filho gritar e me chamar: ‘mãe a polícia chegou’, e aí, eu ia lá e conversava com os policiais e assim eles [imigrantes] foram discriminados nessa época. (Coordenadora da Cáritas de Assis Brasil. Informação Verbal).

Sobre as nacionalidades que estavam “barradas” na cidade de Assis Brasil, a coordenadora afirma que possuiu três grupos principais, em função do expressivo quantitativo: os africanos, venezuelanos e haitianos, com destaque para os dois últimos grupos, sendo que os venezuelanos estavam querendo ingressar em território brasileiro e que sofreram bastante xenofobia durante todo trajeto para chegar ao Brasil, mas foi no Peru que o preconceito foi mais acentuado.

Já o haitianos, desejavam sair do país em função da conjuntura econômica que o Brasil estava passando, pois chegaram em 2010, com uma economia em ascensão e na pandemia agravou as crises, principalmente econômica e política que já estavam advindo de anos anteriores. Deste modo gerou desemprego e percas de benefícios e assim decidem tentar

outros destinos em busca de empregos, principalmente para os países do hemisfério Norte. Segundo a coordenadora:

Os Venezuelanos estavam vindo da Venezuela buscando entrar no Brasil. Agora os haitianos e africanos estavam tentando ir para outros países, porque eles gostam de trabalhar mais com dólar e eles acharam que o país nosso não estavam dando mais resultado. Os haitianos que estavam vindo [para a cidade de Assis Brasil], era do tempo de 2010, e aí, eles estavam retornando, porque o Brasil não estavam fornecendo para eles trabalho, a economia estava fraca e assim eles estavam voltando, e os estados que estavam vindo eram de São Paulo, muitos de São Paulo, também de Santa Catarina, Cuiabá, Curitiba, Recife, mas a maioria que eu conversei estavam vindo de São Paulo. Agora os venezuelanos estavam vindo da Venezuela e querendo ir [entrar] para o Brasil, e não tinha venezuelano querendo voltar para o seu país. Estavam vindo pelo Peru, para entrar no Brasil, e muitos sofreram muita humilhação, muitas coisas no Peru, eles falavam muito mal do Peru, porque sofreram muita discriminação, tinha sido jogado na rua. Teve uma senhora que disse que colocou seu filho para estudar e a criança chegava triste e não queria ir para a escola, aí ela chegou lá [na escola] e foi ver lá um dia. Todos os peruanos podia se alimentar, menos a filha dela, porque na hora do recreio tinha que ficar sentada, porque era venezuelana. Tinha situação deles serem expulsos das casas que eles estavam morando alugados, principalmente na pandemia, que eles [peruanos] achavam que os venezuelanos não iriam conseguir pagar, porque não tinham como ficar na rua, então lá no Peru foi muito forte esse negócio de não poder estar na rua, então eles expulsavam mesmo, e assim o caminho que os venezuelanos encontraram foi o Brasil. E foi muito pouco venezuelanos que estavam no Brasil e queriam sair, foi um ou outro, praticamente, quase 100% que queriam entrar no Brasil. (Coordenadora da Cáritas de Assis Brasil. Informação Verbal).

Quando é perguntando se foi acolhido algum indígena venezuelano, a coordenadora responde que:

Indígena não. [...] boliviano muito raro, peruano não é tanto, acolhemos mais africanos, haitianos, venezuelanos não indígenas e muitos outros países. Aqui no município [de Assis Brasil], por nós das Cáritas não e também pelo que eu conversei com as coordenadoras da casa de passagem, não foi nenhum acolhido. (Coordenadora da Cáritas de Assis Brasil. Informação Verbal).

Portanto, a questão indígena venezuelana no estado do Acre possuiu o foco na capital Rio Branco, onde o povo Warao ficaram acolhidos mais tempo, e na cidade de Cruzeiro do Sul, que teve uma breve presença desses indígenas migrantes que posteriormente seguiram em sua maioria para outros estados brasileiros.

E nessa fala a coordenadora sustenta a hipótese da rota utilizada pelos venezuelanos não indígenas para chegar no estado do Acre se dando pelo corredor Norte-andino através de Venezuela, Colômbia, Equador e Peru.

Em relação ao quantitativo de imigrantes que foram atendidos pelo poder público no município de Assis Brasil durante a crise humanitária gerada a partir do fechamento da fronteira com o Peru, foi feito diálogo com a prefeitura, através de uma visita de campo realizada em setembro de 2022, na qual a atual administração nos informou que foram perdidos a maioria dos dados e que restou somente alguns relatórios. Essa perda se deu em função da troca de gestão, e de não possuir um servidor ou uma equipe técnica que atue na sistematização do fluxo estatístico da migração no município.

Com essa perspectiva de déficit de dados quantitativos dificulta a esquematização mais aprofundado do perfil do migrante que transita pelo município e dentre outras características que possam fundamentar os estudos técnicos e assim oferecer suporte para as políticas públicas com o enfoque migratório, principalmente o município sendo corredor migratório de diversas nacionalidades e que tem destaque a partir de 2010, com o “início” da mobilidade haitiana pela “rota acreana” e na pandemia foi centro de uma crise humanitária.

Por conseguinte, o que sustenta para gerar o perfil do migrante são as informações qualitativas obtidas através de entrevistas. Foram disponibilizados pela prefeitura municipal apenas seis relatórios, sendo: um do mês de dezembro de 2020, três do mês de novembro de 2020 e dois do mês de abril de 2021.

Apesar dos poucos relatórios concedidos, podemos verificar em modo exploratório as rotas/mobilidades e os quantitativos acolhidos em no período entre 2020 e 2021 pelo poder municipal da cidade de Assis Brasil.

Temos que ressaltar que mesmo com os poucos dados, a própria catalogação era difícil. A Defensoria Pública da União/DPU explana alguns motivos da dificuldade da quantificação dos migrantes no município. Segundo o relatório da DPU:

A única contagem obtida foi a da Prefeitura, já mencionada, de 670 pessoas com distinção entre homens, mulheres e crianças, e após isso apenas projeções visuais. Além da falta de recursos humanos, percebeu-se que não havia por parte dos grupos [de imigrantes] o ânimo de fornecer quaisquer informações pessoais (nome, nacionalidade, idade, composição familiar etc.), e tampouco capacidade para a gestão dos espaços como abrigos. Além disso, durante todo o período foi evidente a circulação entre pessoas acampadas na Ponte e abrigadas nas escolas, sendo bastante comum reencontrar as mesmas pessoas em dois ou até mesmo três locais no mesmo dia de visitas. (BRASIL/DPU, 2021, p. 19).

Desse modo iremos focar sobre o quantitativo de migrantes a respeito das mobilidades através dos dados: “último endereço” e “destinos” informados pelos imigrantes através dos atendimentos realizados pela Secretaria de Assistência Social do município.

Todavia, além dos poucos dados disponíveis, houve situação que o imigrante somente informava um desses dados.

Como metodologia de levantamento de dados por meio dos atendimentos aos migrantes, a assistência social recolhia os seguintes dados: nome, nacionalidade, data de nascimento, documentação, último endereço de residência, local de destino e de eventuais observações, que posteriormente se tornavam relatórios semanais.

Portanto, temos no quadro 07, os quantitativos obtidos nos relatórios disponibilizados.

Quadro 07: Quantitativo de entrada de imigrantes acolhidos nos abrigos de Assis Brasil

Data	Nacionalidade	Total	Observação sobre as rotas de entrada e saída do Brasil
06/10/2020	142 venezuelanos	147 migrantes	Apenas um haitiano que não informou o último endereço, mas indicou o destino e os demais informaram os dois dados.
	4 haitianos		
	1 colombiano		
04/11/2020	142 Venezuelanos	150 migrantes	<ul style="list-style-type: none"> • Um haitiano não informou o último endereço. • 3 venezuelanos não informaram o destino. • 8 venezuelanos não informaram o destino. • 1 nigeriano não informou o destino.
	2 Nigerianos		
	3 Argentinos		
	2 Colombianos		
	1 Haitiano		
18/11/2020	40 venezuelanos	47 migrantes	Um haitiano não informou o último endereço.
	5 africanos (não especificou a nacionalidade).		
	1 haitiano		
	1 europeu (não especificou nacionalidade)		
25/11/2020	54 venezuelanos	65 migrantes	Todos informaram os dados sobre o último endereço e os destinos.
	9 Árabes (não especificou nacionalidade)		
	1 haitiano		
	1 Colombiano		
08/04/2021	12 cubanos	30 migrantes	<ul style="list-style-type: none"> • Todos informaram os últimos endereços, • Sobre o destino: nenhum cubano informou o destino final, seguido por
	11 senegaleses		
	7 haitianos		

			6 senegaleses e 1 haitiano.
12/04/2021	34 cubanos	53 migrantes	•Todos os migrantes informaram os últimos endereços. •16 cubanos não informaram o destino •1 camaronês não informou o destino • 5 haitianos não informaram o destino .
	17 haitianos		
	2 camaroneses		
Total geral	492 imigrantes		

Fonte: ASSIS BRASIL (2020/2021), org. pelo autor.

No quadro 07 podemos verificar que nos registros apresentados, há a predominância de venezuelanos, seguido por cubanos, mas temos que ressaltar a presença de outras nacionalidades, como camaroneses, árabes, senegaleses e latino-americanos e caribenhos como haitianos, argentinos, colombianos. Podemos observar que todos são oriundos de países da periferia do capitalismo.

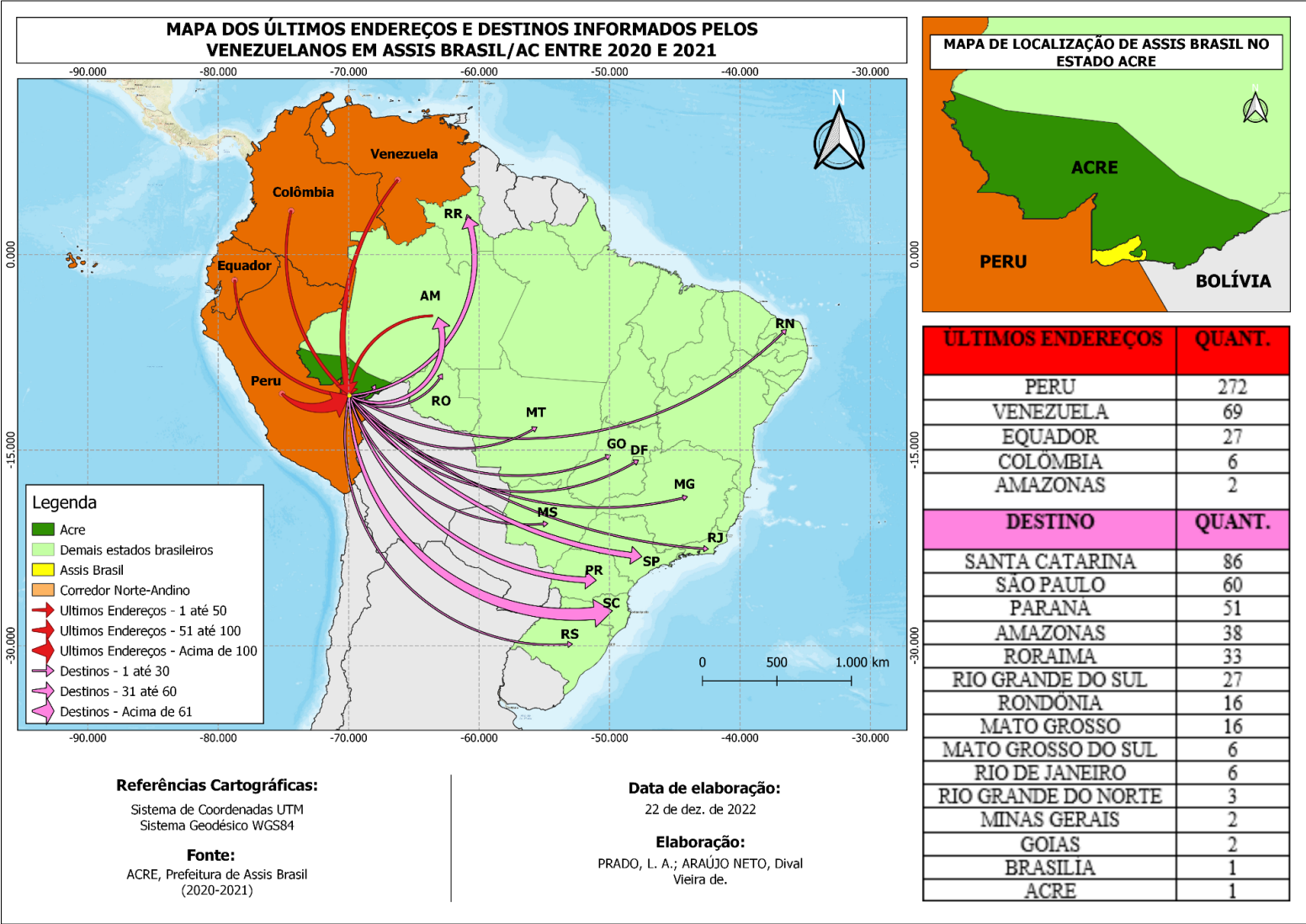
Deste cenário apresentado, podemos observar que os dados apontam uma lacuna em referência da periodização, pois não podemos afirmar qual foi a semana ou mês que expressou o maior quantitativo de migrantes e suas respectivas nacionalidades durante o fechamento da fronteira Brasil/Peru e nem a totalidade dos registros.

Já sobre as mobilidades espaciais, a partir dos dados disponibilizados, iremos espacializar/mapear os últimos endereços e destinos das respectivas nacionalidades. Assim, iremos somar os quantitativos e dividir em três grupos principais, sendo eles: venezuelanos, haitianos e demais nacionalidades. Essa divisão metodológica é por causa do quantitativo superior de venezuelanos e haitianos comparada com as demais nacionalidades registradas em Assis Brasil.

Portanto temos nos mapas (11) e (12) os quantitativos dos haitianos e venezuelanos que confirma a fala da coordenadora da Cáritas que atua no acolhimento de imigrante na cidade de Assis Brasil, ou seja, os venezuelanos não indígenas são oriundos dos países que foram corredor norte-andino e desejam entrar no território brasileiro através do Acre e seguir para o centro-sul nacional.

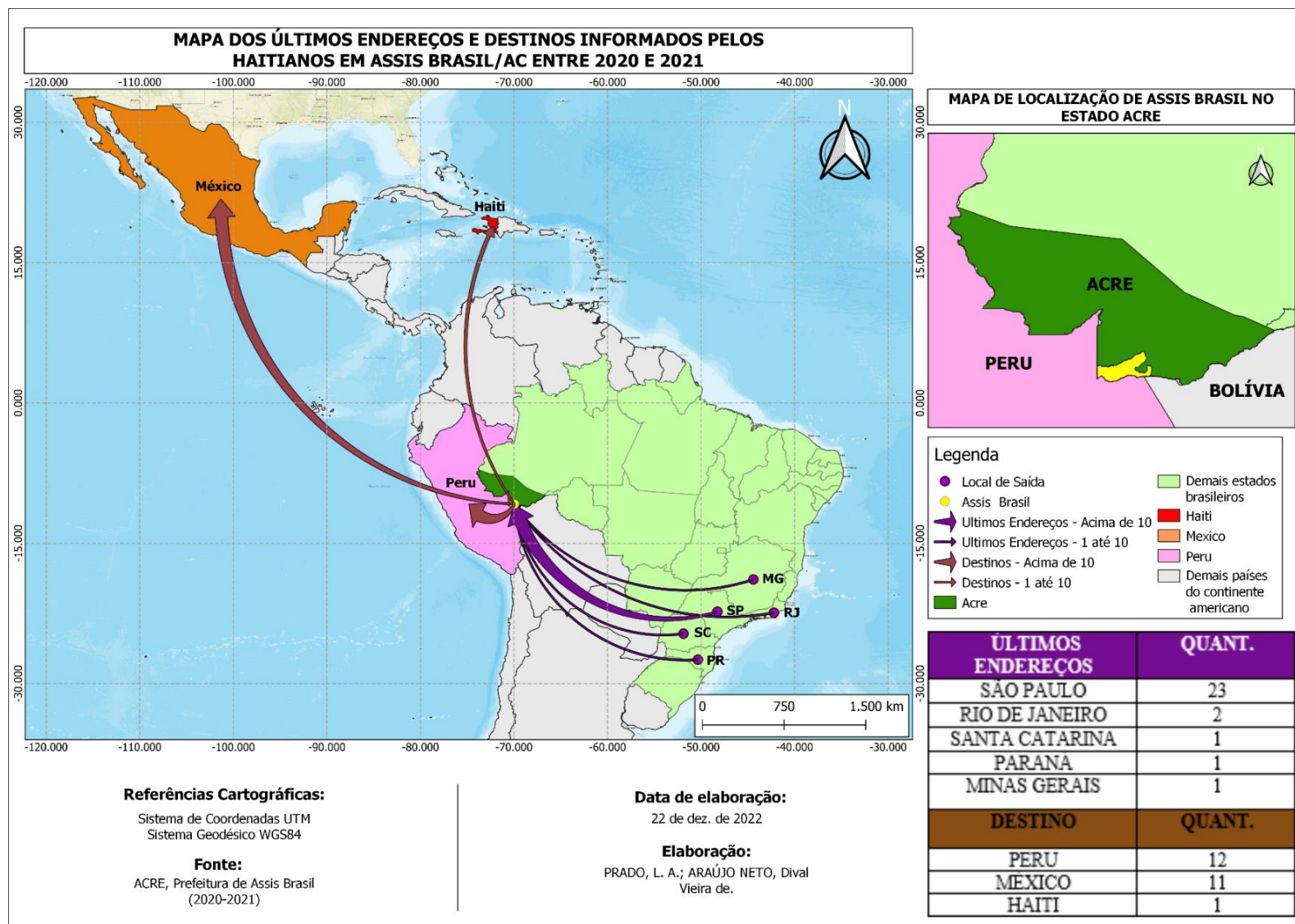
Já os haitianos, pelo motivo das diversas crises que o Brasil está passando, além disso a própria moeda desvalorizada em relação ao dólar, juntamente com a pandemia foram tópicos cruciais para essa mobilidade de retorno.

Mapa 11: Últimos endereços e destinos informados pelos venezuelanos em Assis Brasil/AC entre 2020 e 2021



Fonte: ACRE (2021)

Mapa 12: Últimos endereços e destinos informados pelos haitianos em Assis Brasil/AC entre 2020 e 2021



Fonte: ACRE (2021)

Já sobre as demais nacionalidades, temos no quadro 08 as nacionalidades e suas respectivas respostas sobre último endereço e destino.

Quadro 08: Demais nacionalidades e suas respectivas respostas sobre último endereço e destinos

Nacionalidades	Último Endereço/quant.	Destino/quant.	Total
Africanos	• São Paulo 5	• Peru 5	5
Árabes	• Peru 9	• São Paulo 9	9
Argentinos	• Equador 2 • Peru 1	• Rondônia 1 • Mato Grosso do sul 1 • São Paulo 1	3
Camaroneses	• São Paulo 2	• Peru 1	2
Colombianos	• Rio Branco 1 • Peru 1	• Rio Branco 1 • Rio Grande do Sul 1	2
Cubanos	• Paraná 12 • Brasília 9 • São Paulo 5 • Guiana 4 • Uruguai 4 • Rio Grande do Sul 4 • Santa Catarina 3 • Rio de Janeiro 2 • Paraguai 2 • Mato Grosso 1	• Estados Unidos 18	46
Nigerianos	• Peru 2	• São Paulo 1	2
Senegaleses	• São Paulo 4 • Goiás 3 • Rio Grande do Sul 3 • Paraná 1	• Peru 5	11
Total Geral			80

Fonte: ACRE/Prefeitura de Assis Brasil (2020/2021) org. pelo autor.

Podemos analisar no quadro 08 sobre as “demais nacionalidades” que todas são provenientes do hemisfério sul, principalmente, localizados na periferia do capitalismo. Além disso, se aprofundamos o diagnóstico, podemos verificar que os imigrantes oriundos do continente africano estão no mesmo corredor migratório que os haitianos, pois, estavam residindo principalmente no centro-sul brasileiro e que após perderem seus trabalhos e benefícios sociais, informaram para assistência social do município de Assis Brasil que desejavam ir para o Peru, e, que possivelmente, seguiriam o caminho para o hemisfério Norte.

Já os árabes e os argentinos que estavam residindo em países da América do Sul, informaram que desejavam chegar aos estados do centro-sul nacional.

Sobre os cubanos, são oriundos de diversos estados brasileiros e de países da América do Sul e que queriam chegar aos Estados Unidos. Essa conjuntura demonstra que o estado do Acre é rota, tanto para acessar o Brasil, mas também para outros destinos.

Além da questão dos atendimentos humanitários aos imigrantes, ocorreu em Assis Brasil tensões entre os migrantes e a força policial peruana por conta de protestos realizados pelos cidadãos que almejavam ingressar no Peru, mas o país continuava na posição firme de não abrir a sua fronteira, conforme explica a Defensoria Pública da União:

O Peru mostra-se inflexível quanto à abertura da ponte que liga os dois países, e tem investido pesados esforços para evitar a passagem através de rotas clandestinas. Como forma de protesto, os migrantes acamparam na Ponte da Amizade, impedindo o fluxo de caminhões entre os dois países (que está legalmente liberado, apesar do fechamento das fronteiras). Há cerca de 500 migrantes no local (número que aumenta a cada dia) e aproximadamente 40% são mulheres e crianças, acampados na linha de frente como forma de conter eventual ataque da força policial peruana (BRASIL/DPU, 2021, p. 07).

A DPU (2021) ainda aborda que mesmo recebendo apoio do governo brasileiro, as condições na ponte eram insalubres, pois, esses imigrantes estavam sob chuva ou sol, em barrancas improvisadas, fazendo suas refeições e higiene pessoal no local sob condições morbíficas.

Inicialmente, os protestos eram pacíficos, mas foi no mês de fevereiro de 2021 que as tensões entre os imigrantes que manifestavam e a força policial peruana ficaram mais forte, por conta de *fakes News* que informavam que a ponte binacional Brasil/Peru estavam liberada e assim gerou uma mobilidade expressiva de migrantes para Assis Brasil. Conforme explica a DPU (2021).

Além disso, relatam que desde o dia 14 de fevereiro [de 2021] há informações sucessivas de que o Peru iria abrir a fronteira, e que essa notícia, que circulou nas redes sociais da comunidade haitiana e de outros países, motivou um fluxo intenso de pessoas migrantes nessa data, gerando-se a retenção e seus desdobramentos. (BRASIL/DPU, 2021, p.12).

Além disso o governo federal brasileiro entrou na justiça solicitando a reintegração de posse da ponte binacional e os imigrantes não queriam sair da ponte, a não ser se o ingresso no Peru fosse permitido. Sendo assim, os protestos que estavam pacíficos, mas foi nesse 14 de fevereiro de 2021, que os imigrantes de maioria de origem haitiana, de forma desesperada,

resolveram enfrentar as forças policiais peruanas para acessar o Peru, que respondeu de forma violenta e expulsaram de volta para Assis Brasil.

Em resposta aos protestos dos imigrantes que avançaram para o Peru, a polícia peruana expulsou os migrantes para a ponte e prendeu várias pessoas, pois em “poucas horas após essa ação, houve devolução imediata de parte do grupo à ponte, sendo o outro levado a um ginásio. Não há informação sobre o estado das pessoas, mas é possível que tenha ocorrido separação de grupos familiares”. (BRASIL/DPU, 2021, p. 6). E essa ação de entrada forçada foi transmitida ao vivo pela página do facebook emissora local Radio Madre de Dios.

E por conta desse conflito, a igreja católica do departamento de Madre de Dios lançou um comunicado, no dia 15 de fevereiro de 2021, através do Vicariato apostólico de Puerto Maldonado, denominado de: “*Ante la llegada de cientos de migrantes a la frontera Brasil-Perú, exhortamos a una solución inmediata y evitar que se desencadene un grave conflicto social*”²⁴, que no qual, solicita as autoridades peruanas uma solução imediata para essa questão humanitária.

Segundo a nota, afirma que “[...] *En los últimos dos días, escenario de emergencia social y humanitaria tras la llegada de más de trescientos migrantes de diferentes nacionalidades, la mayor parte naturales de Haití*”²⁵. (VICARIATO APOSTÓLICO DE PUERTO MALDONALDO, 2021, p. 1). E nesse momento que os imigrantes era de maioria haitiana, o racismo que era forte, pois houve “muito racismo e xenofobia do Estado peruano dirigido contra pessoas haitianas e nacionais de países da África Subsaariana, que seriam devolvidas ou deportadas em maior número que imigrantes de outras nacionalidades, como sul-americanos e cubanos” (BRASIL/DPU, 2021, p. 10).

O comunicado do Vicariato de Puerto Maldonado aborda a situação da fronteira e os migrantes que estavam na ponte e desejavam ingressar no Peru, principalmente para seguir para outros destinos, ou seja, o Peru era apenas o país de trânsito. Segundo o comunicado:

Nuestros agentes de pastoral en la frontera Brasil-Perú reportan que en este momento hay unos 380 migrantes, en su mayoría haitianos, pero también de Senegal, Burkina Faso, Pakistán, Bangladesh e India, que necesitan ingresar a Perú para viajar hasta la región Tumbes, en la frontera con Ecuador, y desde allí llegar a sus respectivos destinos [...]. Entre los migrantes hay mujeres embarazadas, menores de edad y mujeres lactantes con sus criaturas. De hecho, ayer domingo desde el municipio brasileño de Assis se envió a un equipo médico que constató en la frontera el estado de salud de los más

²⁴ “Dada a chegada de centenas de migrantes na fronteira Brasil-Peru, pedimos uma solução imediata e evite o desencadeamento de um grave conflito social”. (Tradução Livre)

²⁵ “Nos últimos dois dias, palco de uma emergência social e humanitária após a chegada de mais de trezentos migrantes de diferentes nacionalidades, a maioria do Haiti”. (Tradução Livre).

vulnerables y atendió los casos que lo precisaban.²⁶ (VICARIATO APOSTÓLICO DE PUERTO MALDONALDO, 2021, p. 1).

O comunicado continua abordando sobre a manifestação dos migrantes que estavam na ponte, e informam que os migrantes, mesmo em situação de vulnerabilidade social, somente queriam acessar o Peru para chegar a outros destinos e que pagariam se fosse oferecido ajuda nesse sentido de poder acessar o país.

Los y las migrantes no demandan, de nuestro país, asistencia social. Por el contrario, cuando se les ofrece ayuda la vienen rechazando, pues se muestran enfadados con el Perú por el cierre de fronteras. Manifiestan que solo quieren tener permiso para transitar por nuestro país, rumbo a Tumbes y continuar hacia sus destinos. Indican, incluso que, si el Gobierno Peruano les facilita el tránsito y los medios de transporte, ellos mismos pagarán por este servicio²⁷. (VICARIATO APOSTÓLICO DE PUERTO MALDONALDO, 2021, p. 1).

E no dia de 16 de fevereiro de 2021, por conta da tensão ocasionada na ponte a Defensoria Pública da União criou *cards* em português e creolo e divulgou nas redes sociais e em grupos de *WhatsApp* da comunidade haitiana sobre a situação de Assis Brasil, para os migrantes que tivesse interesse em sair do Brasil através do estado do Acre, informando de como estava a conjuntura naquele momento, conforme na figura 09.

²⁶ Nossos agentes pastorais na fronteira Brasil-Peru informam que neste momento existem cerca de 380 migrantes, a maioria haitianos, mas também do Senegal, Burkina Faso, Paquistão, Bangladesh e Índia, que precisam entrar no Peru para viajar para a região de Tumbes, na fronteira com o Equador, e de lá chegarem aos seus respectivos destinos [...]. Entre os migrantes estão grávidas, menores de idade e lactantes com seus filhos. De fato, ontem domingo, do município brasileiro de Assis, uma equipe médica foi enviada para verificar o estado de saúde dos mais vulneráveis na fronteira e atender os casos que o exigiam. (Tradução Livre).

²⁷ Os migrantes não exigem assistência social do nosso país. Pelo contrário, quando lhes oferecem ajuda, eles a rejeitam, porque estão zangados com o Peru pelo fechamento das fronteiras. Afirmam que querem apenas ter autorização para transitar pelo nosso país, com destino a Tumbes e seguir para os seus destinos. Inclusive indicam que se o governo peruano lhes fornecer o trânsito e os meios de transporte, eles mesmos pagarão por esse serviço.

Figura 09: Cards de Comunicação da DPU em fevereiro de 2021.²⁸



Fonte: Adaptado de BRASIL/DPU (2021).

Além de tentar entrar no Peru por manifestações, os imigrantes poderiam pagar para os agentes de viagens ou “contrabandistas de migrantes (doravante chamados de ‘coiotes’).”

²⁸ **Tradução do Creolo para o Português:**

(1) Atenção: migrantes na fronteira Brasil-Peru: Há migrantes retidos no Estado do Acre (Brasil) que não conseguem cruzar para o Peru. Em razão de normas do Peru, a entrada de migrantes está proibida e não há previsão de reabertura da fronteira. Outros países da região, como Bolívia, Chile e Equador, adotaram medidas parecidas. Mesmo para solicitantes de refúgio não há garantia de ingresso regular.

(2) Atenção: migrantes na fronteira Brasil-Peru: No Brasil, os migrantes têm direito a segurança, saúde e assistência social, mesmo que em situação irregular. No entanto, a Defensoria Pública da União não pode atuar contra o governo do Peru e nem obrigar o país a abrir as fronteiras.

(3) Atenção: migrantes na fronteira Brasil-Peru: A Defensoria Pública da União não aconselha a utilização de passagens não autorizadas ou com contrabandistas de migrantes, os chamados “coiotes”. Além da possibilidade de deportação e de não haver garantia de sucesso, pode haver risco à vida e serem vítimas de tráfico de pessoas ou outros crimes graves. Preserve sua vida e sua saúde, evite riscos e fique atento a falsas informações (fake news) e falsas ofertas de aproveitadores.

(4) Atenção: migrantes na fronteira Brasil-Peru: Os migrantes do lado brasileiro da fronteira podem buscar apoio na rede de assistência social dos municípios. Em caso de violação de direitos, busque ajuda! Contatos úteis: Disque 100 (violação de direitos humanos), Disque 180 (violência contra a mulher), Disque 191 (Polícia Rodoviária Federal), Disque 190 (Polícia Civil). (BRASIL/DPU).

BRASIL/DPU, 2021, p. 10), que cobravam preços exorbitantes para acessar o Peru, porém sem nenhuma garantia de segurança e/ou sucesso para transitar e sair daquele País. Conforme explica a DPU (2021):

A sociedade civil identificou o aumento de preços cobrados pelos coiotos para a travessia do rio e, mais além, a discriminação com cobrança de preços mais elevados para migrantes haitianos. Seriam exigidos R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cubanos ou venezuelanos, e U\$ 40,00 (quarenta dólares) para haitianos. No caso de chegada a Puerto Maldonado o valor oscilaria entre U\$ 150,00 (cento e cinquenta) a 400,00 (quatrocentos dólares). (BRASIL/DPU, 2021, p. 14).

Neste contexto, o prefeito de Assis Brasil promulgou um novo Decreto de Nº 0073, 15 de fevereiro de 2021, abordando a calamidade pública em função da crise migratória:

[...] atual situação vivida no município de Assis Brasil, que desde o início do mês de fevereiro corrente, passou a enfrentar de forma inesperada a chegada em massa de estrangeiros, oriundos, sobretudo, de região de alto risco, que impedidos de ingressarem no Peru, por conta do fechamento da fronteira, por ordem de sua autoridade maior, e sem terem para onde ir, obrigatoriamente permanecer na circunscrição do município, com aproximadamente 400 pessoas sobre a ponte binacional que liga a Cidade de Assis Brasil/Brasil a Cidade de Inãpari/Peru. (ASSIS BRASIL, 2021, p.18).

Além da crise migratória de Assis Brasil e a pandemia de Covid-19, o estado do Acre sofreu ao mesmo tempo outras crises como epidemia de dengue, enchentes em vários municípios que pressionaram o governo do estado a promulgar através do Decreto nº 8.028, de 16 de fevereiro de 2021, como calamidade pública e instalou um gabinete de crise.

Aos quatro meses do aumento de imigrantes na fronteira com o Peru e, por causa da crise migratória, o acolhimento estava sendo feito em escolas, igreja e em outros locais que estavam fechado para público em função da Covid-19. Entretanto, com o cenário de crise pandêmica, evidenciou que a cidade é local de passagem, mas se tornou também de acolhimento. Portanto, precisou institucionalizar esse acolhimento e por isso a prefeitura inaugurou em junho de 2021 a Casa de Passagem Otoniel de Souza Martins Oliveira (foto 05).

Como parte das comemorações, a prefeitura [de Assis Brasil] fez a entrega da Casa de Passagem Otoniel de Souza Martins Oliveira. O funcionamento do espaço contará com o apoio do governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Direitos Humanos e Políticas para Mulheres (SEASDHM). O nome dado à casa de passagem é do ex-secretário municipal de Assistência Social de Assis Brasil. Em abril deste ano, após ser contaminado pela segunda vez, Otoniel Oliveira não resistiu às complicações

causadas pela Covid-19 e faleceu. Em sinal de respeito, familiares foram homenageados durante o evento. (AGÊNCIA AC, 10 de junho de 2021).

Foto 05: Casa de Passagem Otonoel de Souza em Assis Brasil/AC



Fonte: trabalho de campo, set. de 2022.

Já com o avanço da vacinação pelo país e pelo mundo as restrições foram sendo reduzidas e, deste modo, o Peru reabriu as suas fronteiras no dia 14 de fevereiro de 2022. O Prefeito de Assis Brasil revogou os decretos de calamidade pública em função das crises migratórias, a partir do Decreto Nº 089/2022/, 18 de março de 2022.

Ainda em relação a abertura da fronteira e com a casa de passagem, a coordenadora da Cáritas, aborda que:

Após a abertura da ponte ficou melhor, porque aí surgiu a casa de passagem, né, aí eles já vão direto pra lá, a gente[Cáritas], ficou até mais tranquilo, vem 20, 22 [imigrantes] de outros países, mas a maioria é venezuelanos, teve alguns atritos na casa de passagem, teve, casais do mesmo país, casais de países diferentes, também já teve interferência da polícia, mas no momento tá tranquilo, tá recebendo de 12, 15 [imigrantes], mas como tá aberto [a fronteira Brasil/Peru] tanto para um lado, quanto para outro, as meninas [servidoras do abrigo] fazem a documentação, a assistência social é uma das que fazem e aí já vai direito para a polícia federal, as vezes dar uma demorada para sair do município, uns quatro, cinco, seis dias, as vezes até mais, porque eles [servidores] esperarem que os migrantes façam uma viagem só[para atingir

um número de migrantes para fazer o deslocamento para demais cidades [Brasileia, Epitaciolândia e Rio Branco], e agora, acredito que irá melhorar muito mais com a casa de passagem de Brasileia, espero né, que a gente possa mandar para lá e eles vão atendendo e Rio Branco possa atender. E assim a gente fazer esse intercâmbio e essa linha de passagem para eles. Porque de primeiro, a gente mandava direto para Rio Branco, e os abrigos estavam super carregados [lotados], então, o que acontecendo é que eles já chegam [em Assis Brasil] e já procuram a casa de passagem, pois já sabem que existe. A gente ajuda da forma que é possível e as meninas que estão lá, as coordenadoras dão conta, só mesmo se não conseguir alguma coisa, é que elas nos buscam. Tem dificuldade? Tem! A casa de passagem não é o melhor lugar, porque é quente, a gente conseguiu pela igreja ventiladores, porque na casa tinha muitos poucos, e aí gente conseguiu até uma demanda de ventiladores até meio grande, aí já não está funcionando todos. Os colchões, pra mim trocava tudo, porque são desde as primeiras turmas que chegaram aqui, são uns colchões muitos rodados, foi trocado alguns colchões, os mais piores. Na época que foi criado o abrigo, só tinha um fogão de quatro bocas e a igreja doou um fogão industrial. A OIM doou geladeira, impressora, notebook, as camas, teve até algumas coisas que não me recordo, mas a OIM que doou junto com a ACNUR. Ainda precisa melhorar, estão tentando melhorar, já fizeram um balcão que não tinha, porque nas fiscalizações tanto da Cáritas, como da Pastoral do Migrante, do Ministério Público. Ainda ta faltando espaços para as crianças, para os adolescentes, mas estão tentando melhorar o local. Os migrantes chegam lá [no abrigo] e procura a equipe, e eu acho que a equipe precisa fazer alguns cursos de relações humanas para cada dia saber tratar eles, para tratar da melhor forma possível, e eu não estou dizendo que eles distratam os migrantes, mas você tem que ta se reciclando, procurando entender o ser humano a cada dia mais. (Coordenadora da Cáritas de Assis Brasil, Informação Verbal).

Portanto, com a crise migratória em Assis Brasil, o Acre entra novamente em cena, como local de crise humanitária em decorrência de mobilidades oriundos da migração sul-sul. Assim sendo, mais um período recente que tornou corredor internacional da mobilidade humana, conforme indicado no quadro 09.

Quadro 09: Periodização da Mobilidade humana internacional no estado do Acre de 2010 a 2022

Período	Países	Perfil dos migrantes	Característica do deslocamento	Origem
(Primeiro período) 2010-2016	Haitianos/Senegaleses/Dominicanos	<ul style="list-style-type: none"> Grande contingente de homens que buscava trabalho e fugidos de crises em seus países. 	Destino: os principais centros industriais e comerciais do Brasil, em função do momento econômico que o	Periferia do capitalista e que

			Brasil estava passando.	percorreram enormes distâncias, sendo principalmente por vias terrestres.
(Segundo período) 2016	Venezuelanos “criollos”	<ul style="list-style-type: none"> • Migrantes na condição de indocumentados fugidos da crise socioeconômica de seu país e que geralmente se deslocam com suas famílias. 	Duas Rotas: a “Norte-Andina” e pela fronteira com o Brasil.	
(Terceiro período) 2019	Venezuelanos indígenas Warao	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias indígenas que sofreram processo de expropriação de seus territórios e que emigraram para o Brasil, em decorrência da crise socioeconômica de seu país. • Ficaram mais de um ano sobre o acolhimento do governo estadual. 	Saindo da costa venezuelana e ingressam no Brasil através do estado de Roraima.	
(Quarto período) 2020	Pandemia de Covid-19: o ‘encontro’ das principais mobilidades que migraram e/ou migram para o Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias que perderam seus empregos e benefícios sociais e querem sair ou ingressar no Brasil, e estão divididos em dois grandes grupos: Haitianos/africanos e venezuelanos não indígenas. 	Haitianos e africanos Desejavam chegar aos destinos do norte global e venezuelanos utilizando a rota “Norte-andina” para acessar o Brasil.	

Fonte: Elaboração do autor. (2022).

Para realizar essa periodização das principais mobilidades para o Estado, foi levado em consideração os quantitativos de nacionalidades que passaram/passam pelo Acre e, também, foi nesses períodos que necessitou da ação dos governos das três instâncias, que foram forçados a acolher por conta da vulnerabilidade social e/ou por pressão da sociedade civil que executava as políticas de acolhimento de modo emergencial.

Outro elemento foram as rotas que foram e são utilizadas, e assim, tendo como foco as “mobilidades terrestres”, pois as rodovias são os corredores de acesso ou saída do território brasileiro.

Além disso, temos nessa periodização o fator econômico que foi e é crucial para entrar ou sair do Brasil, através do estado do Acre, pois, de 2010 a 2016 o Brasil atraiu os trabalhadores migrantes, no caso, maiormente: haitianos, africanos e caribenhos que se direcionam ao polos centro-sul do país. Após 2016, com o agravamento da crise da Venezuela, as mobilidades e acolhimentos ficam mais entorno dos venezuelanos, com os não indígenas e os indígenas Warao, que é o grupo que ficou por mais tempo em acolhimento governamental.

Portanto, as mobilidades venezuelanas, sendo internas ou em nível internacional estiveram conectadas aos modelos geopolíticos e geoeconômicos que administrava o país e assim moldava o perfil do imigrante que era atraído para a Venezuela e o perfil do venezuelano que emigrava.

E por fim, a pandemia de Covid-19, a partir do ano de 2020, que alterou toda a dinâmica migratória e que criou ou fortaleceu barreiras para o ingresso ou trânsito das pessoas e que necessitou de os governos acolher novamente. Portanto, em função do aprofundamento das diversas crises na segunda década de XXI, chegamos a um perfil do imigrante que realiza a mobilidade pelo estado do Acre, é um trabalhador proveniente das camadas mais pobres, e oriundo da migração Sul-sul, com destaque para os países latino-americanos e caribenhos, além de africanos.

Posteriormente iremos abordar, no capítulo 5, os processos de expropriação dos indígenas Warao que os forçaram inicialmente para os centros urbanos da Venezuela, a partir da segunda metade do século XX e, com a crise do início do século XXI, forçaram a mobilidade transfronteiriça até chegarem ao Estado do Acre.

CAPÍTULO 5: OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS WARAO E SUA MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA PARA O BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo compreender os processos de expropriação dos indígenas Warao dos seus territórios originários que gerou sua mobilidade espacial para as cidades venezuelanas, o perfil sociodemográfico dos Warao, através do último Censo demográfico oficial, bem como, a espacialização da mobilidade transfronteiriça para o Brasil e o movimento pelos estados brasileiros.

5.1 - O processo de expropriação dos Warao dos territórios originários na Venezuela

Os indígenas Warao são considerados o povo mais antigo da Venezuela, dessa forma, as intervenções externas no seu território partem desde a colonização europeia, e chegando ao século XX e XXI, com os governos e seus modelos de “desenvolvimento” que foram e são agentes transformadores dos territórios indígenas.

García-Castro (2006) aborda a origem do povo Warao, o significado e a sua relação histórica com seu habitat. Segundo o autor:

Los Warao forman el grupo humano más antiguo de Venezuela, estimándose su presencia en su hábitat ancestral, el Delta del Orinoco, desde hace unos 8.000 o 9.000 años. Su cultura y su existencia, como pescadores y recolectores, habitantes de marismas y humedales originan su nombre (Waha = ‘Marisma’ y Arao = ‘Habitante’) y están ligadas permanentemente a este gran río, hasta en el nombre: pues Orinoco se deriva de Wirinoko: Wiri = ‘Donde remamos’ y Noko = ‘Lugar’. (GARCÍA-CASTRO, 2006, p. 43).²⁹

Frías (2013) aborda que os Warao se autodenominam “povo da canoa” e suas atividades econômicas estão relacionadas a trabalhos de origem primária como a agricultura, pesca e a retiradas de matérias primas como a madeira e buriti.

²⁹ Os Warao formam o grupo humano mais antigo da Venezuela, estimando sua presença em seu habitat ancestral, o Delta do Orinoco, de cerca de 8.000 ou 9.000 anos atrás. A sua cultura e a sua existência, como pescadores e coletores, habitantes de pântanos e zonas húmidas originam o seu nome (Waha = ‘Marisma’ e Arao = ‘Habitante’) e estão permanentemente ligados a este grande rio, mesmo no nome: uma vez que o Orinoco deriva do Wirinoko: Wiri = ‘Onde remamos’ e Noko = ‘Lugar’. (GARCIA-CASTRO, 2006, p. 43). (Tradução Livre).

El etnónimo warao con que se autodenomina este pueblo significa ‘gente de la canoa’ o ‘gente de los bajíos’. A la llegada de los españoles a América este pueblo se encontraba aún en la fase de economía de apropiación, aunque existen evidencias de una incipiente agricultura. Su economía estaba basada principalmente en la pesca y la recolección especializada. (FRIAS, 2013, p. 12).³⁰

O Ministério Público de Roraima (2017), aborda sobre o contato dos colonizadores com os Warao:

Quando da chegada dos espanhóis à região caribenha, os Warao já ocupavam todo o território do delta do Rio Orinoco e áreas insulares do Caribe, com economia baseada na caça, pesca e coleta. Eles também já praticavam uma agricultura incipiente e possuíam conhecimentos avançados e sofisticados sobre embarcações. De fato, tudo indica que as canoas se tornaram uma espécie de referência da etnia. Uma das primeiras referências históricas de contato com os Warao é do próprio navegador Cristóvão Colombo, sendo que ele descreve esse encontro com os Warao em uma canoa muito bem construída, em 1498. (BRASIL/MPF, 2017, p. 8).

A própria localização geográfica dos territórios dos Warao, que atualmente fazem fronteira geológica com Trinidad e Tobago e abrange os estados de Delta Amacuro, Sucre, Monagas e Bolívar, gerou interesse nos tempos de exploração, pois exceto o estado de Bolívar, todos os estados citados estão no litoral venezuelano que é por onde se iniciou a colonização.

E em moldes capitalistas os interesses continuam sobre a região por conta das *commodities* petrolíferas, onde no século XX aconteceram processo geopolíticos e geoeconômicos que afetaram o país e, consequentemente, os Warao. Já no século XXI destaca-se a crise geopolítica, humanitária e econômica, que gerou o processo de desterritorialização para a mobilidade transfronteiriça.

Parede *et al* (2019) argumentam o jogo geopolítico internacional executado pelo Estados Unidos para a Venezuela, que afeta a população como o todo e os Warao sentem os efeitos das sanções dos países do centro capitalista.

O território dos Warao, no entanto, vem sofrendo com as políticas sociais e econômicas promovidas pelo Estado venezuelano e principalmente pelos

³⁰ O etnônimo Warao com o qual esta cidade se autodenomina significa 'gente da canoa' ou 'gente do baixo'. Quando os espanhóis chegaram à América, esta cidade ainda estava em fase de apropriação econômica, embora haja indícios de uma agricultura incipiente. Sua economia baseava-se principalmente na pesca e na coleta especializada. (FRIAS, 2013, p. 12). (Tradução Livre)

efeitos das sanções econômicas impostas ao país pelos Estados–Nações aliados aos Estados Unidos. De forma resumida, a crise de abastecimento de produtos básicos como bens de consumo não-duráveis que desestabilizou a vida de milhões de venezuelanos, foi gerada pelas pressões norte americanas ao tentarem baratear o preço do petróleo com a introdução do xisto betuminoso no mercado mundial de combustíveis fósseis. Por meio desta estratégia, os Estados Unidos pretendiam reposicionar as suas influências no mercado econômico da América do Sul, uma vez que este país é o maior importador do petróleo venezuelano. (PAREDES *et al*, 2019, p. 54).

Portanto, a mobilidade espacial dos indígenas venezuelanos Warao tem associação com os processos históricos, nos quais estavam havendo interferências externas que ocasionou a mobilidades e as estratégias de sobrevivência nos diversos locais, sejam internamente na Venezuela ou em outro país, como o Brasil.

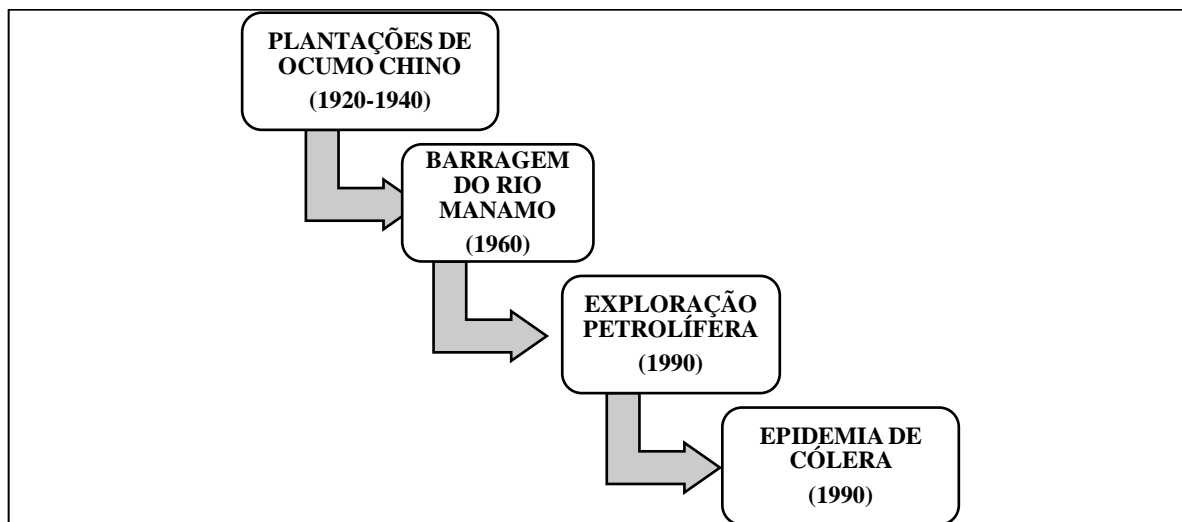
5.1.1 – Cronologia dos principais processos de desterritorialização Warao no século XX

O recorte espacial para o século XX é muito importante para discutir o(s) processo(s) de expropriação gerado para os Warao, onde seus territórios originários foram alterados, que propiciou mudanças no seu modo de vida, desde laboral, como também as próprias mobilidades espaciais, que foram se transformando conforme as dificuldades financeiras encontradas. Temos quatro momentos históricos que são considerados por muitos estudiosos como impactantes na vida dessas pessoas, pois gerou a migração considerada forçada.

Temos destaque para os seguintes pontos: 1) plantações Ocumo Chino; 2) Barragem no rio Manano (Afluente do rio Orinoco); 3) e a exploração petrolífera, que esses dois últimos são considerados projetos governamentais para gerar “desenvolvimento” no período, principalmente do pacto *Punto Fijo* (1958-1998). Já no chavismo, a partir de 1999, continua, principalmente, com a exploração petrolífera; outro momento foi a 4) Epidemia de Cólera no início dos anos de 1990, que levou a morte de muitos Warao.

Portanto, na figura 10, temos a periodização desse processo de expropriação que gerou, a mobilidades para outros estados venezuelanos.

Figura 10: Periodização do processo de expropriação dos Warao em seu território de origem no século XX



Org. pelo autor. (2022).

O primeiro “evento” foi o cultivo de Ocumo chino “(*Colocasia esculenta*) que é uma variedade de tubérculo, que passou a compor a dieta do grupo a partir da década de 1920 por influência dos missionários católicos, substituindo parcialmente o consumo de *yuruma*, a fécula do buriti” (ROSA, 2020, p. 24). E para os Warao foi muito prejudicial essa substituição de cultivo, pois os locais foram tomados pelos não-indígenas, e assim gerou uma escassez de alimentos nos territórios originários e, deste modo, iniciou o êxodo para outras regiões do delta e/ou para os núcleos urbanos da Venezuela.

Heinen e Gomez (1996) abordam que o Buriti (*Mauritia flexuosa*) é abundante no Delta e é essencial para cultura dos Warao, pois é utilizado de muitas maneiras, desde matéria-prima para vários tipos de alimentos, como por exemplo a farinha, além de fornecer material para o artesanato, que é outra estratégia de obtenção de seu “ganha-pão”.

Todavia, foi a partir dessa situação de substituição dos buritizais que uma parcela da população Warao ingressou no trabalho assalariado, onde tiveram que sair de seus territórios originários e servir de mão-de-obra em indústrias alimentícia. Entretanto, algumas fábricas fecharam e a mobilidade continuava para outros locais devido à escassez de alimentos que encontram. Conforme explana o MPF (2017):

Quando já não contam com farta disposição de alimentos provenientes das florestas dos buritizais (mel, caranguejo, frutas, palmitos e outros), houve também o fechamento de fábricas de palmito, onde havia empregos, o que fez com que mais segmentos das populações locais migrassem, desta vez, especialmente para o município de Antônio Díaz e para ilhas do delta, onde

também encontraram problemas com a escassez de alimentos. (BRASIL/MPF, 2017, p. 9).

No caso da construção do dique/barragem no rio Manamo, na década de 1960, era parte do projeto de desenvolvimento nacional, no qual, o governo venezuelano tinha o objetivo de fomentar a agricultura do estado de Delta Amacuro para se tornar “el principal abastecedor de agroalimentos para la Guayana venezolana, entonces en franco proceso de crecimiento industrial y demográfico”(GARCIA-CASTRO; HEINEN, 1999, p. 3)³¹. Além disso, previa ligar a capital Tucupita (capital do Estado de Delta Amacuro) e o projeto foi executado pela Corporación Venezolana de Guayana (CVG), conforme continua argumentando o MPF (2017):

O Rio Manamo foi barrado por um dique/estrada em 1965 pela Corporación Venezolana de Guayana (CVG) com a finalidade de aumentar as terras aptas às atividades agropecuárias, afetando áreas situadas no estado delta Amacuro e Monagas, e para dar acesso por terra à capital Tucupita. O Manamo constitui-se em um braço ou afluente do Rio Orinoco. Está situado a oeste do delta e seu nome, que é derivado de uma palavra Warao, significa ‘dois’ pois se trata de rio que bifurca. (BRASIL/MPF de Roraima, 2017, p. 10).

Gassón e Heinen (2012) abordam que a construção da barragem (figura 11) afetou os trabalhos dos Warao, pois as plantações foram afetadas, já que alterou toda a dinâmica do rio Manamo, onde gerou danos ao solo e assim as plantações foram extintas. Isso afetou os Warao que trabalhavam com a pesca, pois tiveram que migrar para outros locais ou mudar seu estilo tradicional e trabalhar com a pecuária e outras atividades que não eram comum para eles.

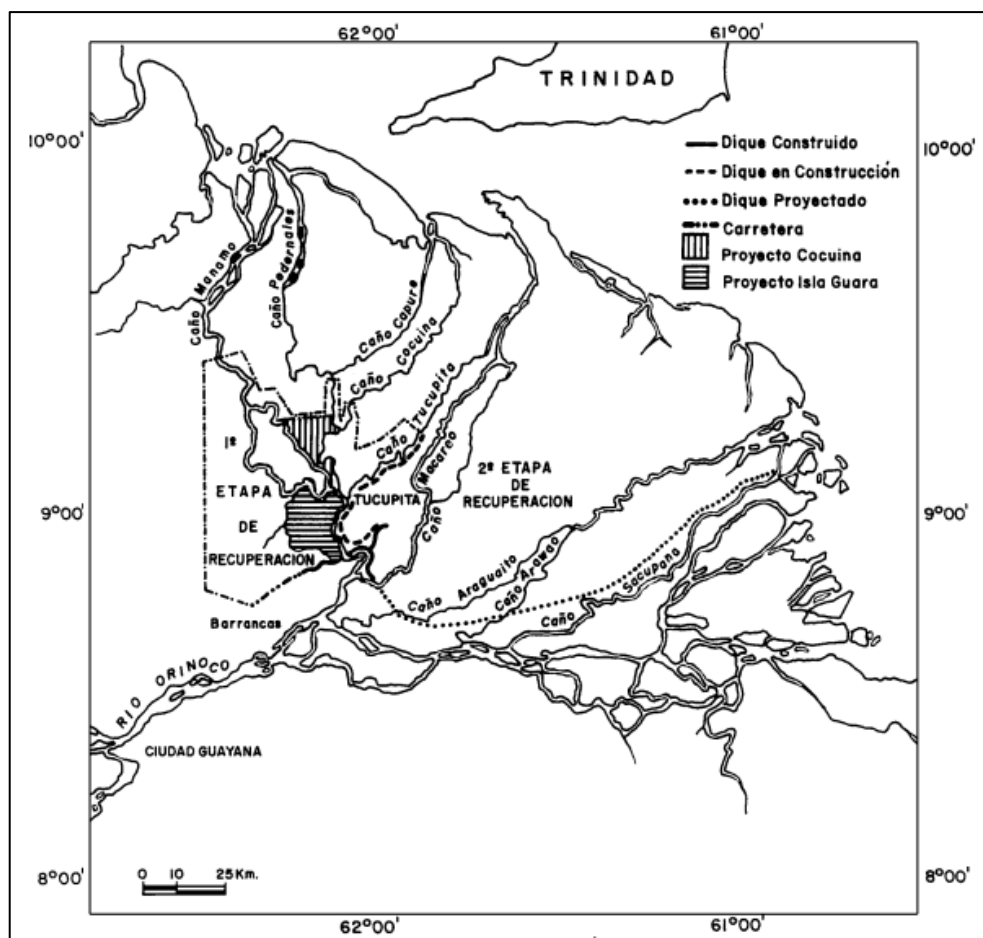
Garcia-Castro e Heinen (1999), enfatizam os danos aos Warao:

En general, fueron los indígenas los mayores perjudicados; las comunidades Warao a lo largo de los Caños Manamo y Pedernales están ahora sufriendo de diversas enfermedades y un aumento de la mortalidad infantil, producidas por el uso de las aguas contaminadas. Además, al disminuir la pesca, la caza y deteriorarse los suelos, comenzó el éxodo de la población indígena ya mencionado, que llenó primero las calles de los centros poblados locales como Tucupita, Pedernales y La Horqueta con desarraigados y luego, en busca de mejores condiciones de vida y salubridad, hacia otras ciudades, extendiéndose posteriormente a Barrancas, San Félix y Caracas. Lo que entonces se inició como una solución coyuntural se convertiría posteriormente en verdadera estrategia de supervivencia. Los Warao pasaron de recolectores y pescadores a peones y mendigos. (GARCIA-CASTRO; HEINEN, 1999, p. 26).³²

³¹ o principal fornecedor de agroalimentar para a Guayana venezolana, então em claro processo de crescimento industrial e demográfico. (GARCIA-CASTRO; HEINEN, 1999, p. 3). (Tradução nossa).

³² Em geral, os indígenas foram os mais afetados; as comunidades Warao ao longo dos Caños Manamo e Pedernales estão agora sofrendo de várias doenças e um aumento da mortalidade infantil, produzido pelo uso de águas poluídas. Além disso, quando a pesca e a caça diminuíram e o solo se deteriorou, iniciou-se o já mencionado êxodo da população indígena, que primeiro encheu as ruas de centros populacionais locais como Tucupita,

Figura 11: Mapa dos projetos na Bacia do Delta Orinoco



Fonte: Garcia-Castro; Heinen (1999, p. 81)

Garcia e Heinen (1999) abordam que esses projetos sobre o rio Manamo tiveram de positivo a ligação por terra, com a construção do dique-estrada e assim conectou a capital Tucupita no estado de Delta Amacuro as cidades de Barrancas e Maturín do estado de Monagas.

Já no acontecimento da exploração petrolífera, temos que ressaltar que o país é líder mundial quando o assunto é reservas de petróleo e a partir da lógica capitalista, a exploração é uma consequência, pois a Venezuela é muito dependente dessa *commodities*. Assim, na década de 1990 foram implantados novos empreendimentos na região, que posteriormente, contribuiria para a geração de novas migrações indígenas.

Pedernales e La Horqueta de pessoas desenraizadas e depois, em busca de melhores condições de vida condições e saúde, para outras cidades, estendendo-se posteriormente a Barrancas, San Félix e Caracas. O que então começou como uma solução temporária, mais tarde se tornaria uma verdadeira estratégia de sobrevivência. Os Warao passaram de coletores e pescadores a trabalhadores e mendigos. (GARCIA-CASTRO; HEINEN, 1999, p. 26). (Tradução Livre)

Rosa (2020) aborda que a cidade de Pedernales, no estado de Delta Amacuro, foi o local dos empreendimentos.

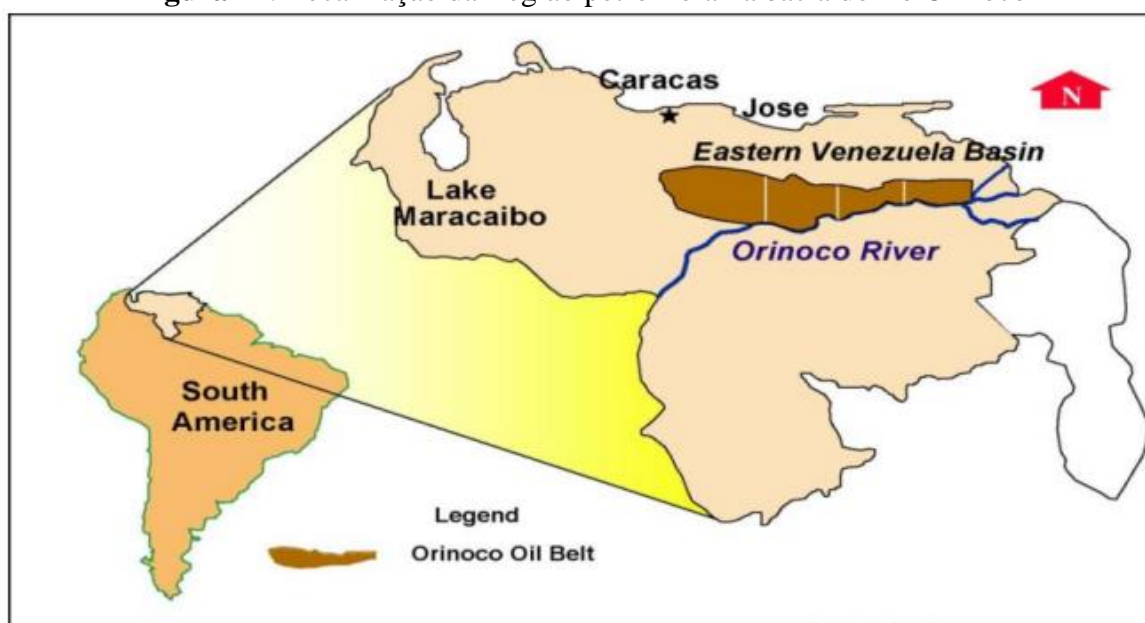
No estado de Delta Amacuro, atualmente, a atividade petrolífera se concentra no município de Pedernales, local cuja maioria da população é composta por indígenas Warao. A exploração de petróleo na região teve início em 1994 por meio do acordo operacional firmado entre a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) e a multinacional British Petroleum. (ROSA, 2020, p. 83).

Segundo Pocaterra Paz (2004) *Apud* Rosa (2020, p. 83), “Pedernales com pouco mais de três mil habitantes na época, sentiu de imediato os impactos da atividade petrolífera, pois a inflação subiu 100% para os produtos de primeira necessidade”. E levando em consideração que Pedernales é a segunda maior cidade de Delta Amacuro com densidade de população Warao, conseqüentemente, sentiram os efeitos da exploração petrolífera.

Segundo Ayuba (2019), a região da bacia do rio Orinoco possui um potencial energético com “[...] a existência de óleo superpesado é registrada em 21 países com 162 depósitos. Aproximadamente 90% do óleo superpesado foi descoberto na região de Orinoco na Venezuela, onde há aproximadamente 1,9 trilhões de barris”. (AYUBA, 2019, p. 6-7).

Na figura 12 temos a localização da região petrolífera na bacia do rio Orinoco, segundo Ayuba (2019).

Figura 12: Localização da Região petrolífera na bacia do rio Orinoco



Fonte: AYUBA (2019, p. 7).

Paredes *et al* argumentam o jogo geopolítico para a região do Orinoco no século XXI, onde os governos no regime chavista avançavam com os empreendimentos petrolíferos para os territórios de origem Warao e os países do centro capitalista, sobretudo os EUA, para retirar a ideologia chavista do país impõem embargos econômicos e quem sofre são sempre os mais pobres. No caso os Warao são forçados a realizar a migração como estratégia de (r)existência.

Enquanto o governo chavista e madurista, também avançava sobre os territórios das populações tradicionais com seus grandes empreendimentos da cadeia produtiva do petróleo, com perfurações ou contaminando o solo e os rios com resíduos sólidos e líquidos industriais, os aliados dos Estados Unidos tratavam de endurecer os embargos econômicos contra o governo venezuelano, acionando os bancos a não liberarem a conta do país para a compra de bens de consumo, ou mesmo, para honrar o pagamento de suas dívidas com os credores. **Essa guerra silenciosa colocou a população venezuelana mais carente na linha de frente, pois foram os primeiros a sentirem o processo de precarização de suas vidas, forçando, em particular, o povo Warao a sair de seus territórios e de seu país em busca de novas oportunidades de sobrevivência.** (PAREDES *et al*, 2019, p.54, grifo nosso).

Além da abundância em reservas de petróleo, a região do Orinoco é rica em outros minerais e evidentemente há um interesse externo nessa região tão rica em recursos naturais. Ely (2017) comenta sobre essa conjuntura:

Ao sul do rio Orinoco, em uma área maior do que o território da Bulgária, Libéria ou Cuba, estão as maiores riquezas minerais da Venezuela. Minérios como ouro e diamante descansam nas entranhas do Maciço de Guayanés por milhões de anos. É lá que fica o cinturão de Orinoco, na fronteira da Venezuela com o Brasil, local onde vivem os Yanomami e que representa o maior território indígena coberto por floresta em todo o mundo. (ELY, 2017, [s. n] grifo nosso).

Sobre a epidemia Cólera dos anos 1990, mais precisamente entre 1991 e 1992, “[...] una epidemia de cólera en Venezuela dejó un saldo de alrededor de 500 muertos entre la población Warao” (LAFÉE-WILBERT; WILBERT, 2008, p. 89)³³, sendo que várias áreas foram praticamente dizimadas. “Não havia clínicas, missões ou escolas, nem escritórios de governo, nem comércios quando a epidemia começou. Tampouco haviam médicos disponíveis para tratar os pacientes ou para explicar o que estava acontecendo” (BRIGGS; MANTINI-BRIGGS, 2004 *Apud* ROSA, 2020, p. 86).

³³ "Entre 1991 e 1992, uma epidemia de cólera na Venezuela deixou um saldo de cerca de 500 mortes entre a população Warao" (LAFÉE-WILBERT; WILBERT, 2008, p. 89). (Tradução Livre).

Rosa (2020) argumenta que a prática de coleta nos núcleos urbanos, tem associação com a tragédia da epidemia, pois:

A prática de pedir dinheiro nas ruas – talvez o principal sinal diacrítico da cultura Warao no meio urbano – ocorre de forma sistemática desde o início da década de 1990, quando, em virtude de uma epidemia de cólera que acometeu cerca de 500 Warao, um grupo de indígenas se organizou para ir até San Félix solicitar assistência governamental. (ROSA, 2020, p. 97).

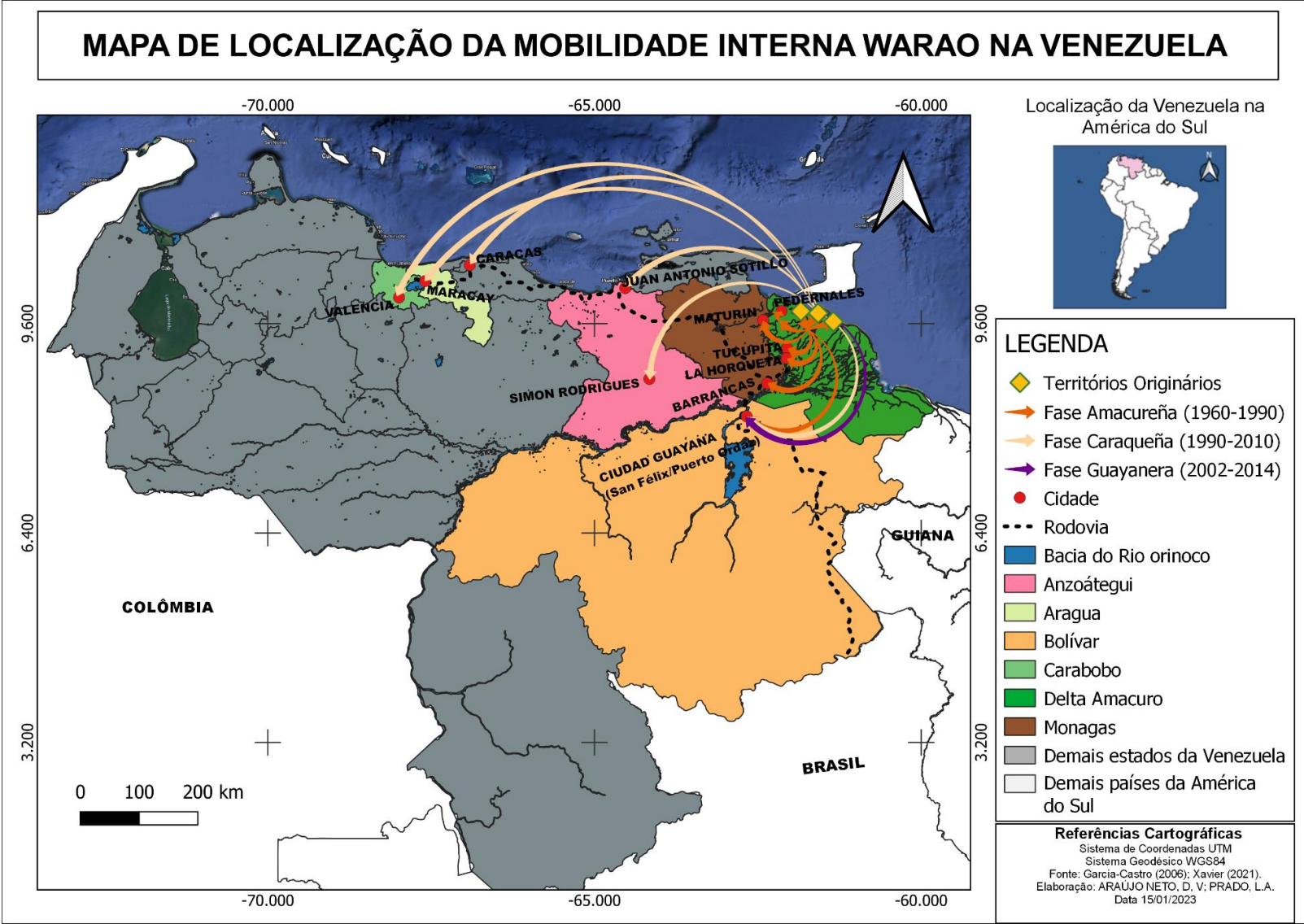
Portanto, todos esses processos geraram a mobilidade espacial para os núcleos urbanos venezuelanos, onde os Warao tiveram que se adaptar as novas realidades, pois, a cada ciclo do processo de expropriação e estratégias foram se modificando. Mesmo com as estratégias, os impactos sociais eram inevitáveis, desde as doenças como a epidemia de cólera, como trabalhos que não executavam anteriormente.

5.1.2 - Mobilidade Warao para os centros urbanos venezuelanos

A mobilidade espacial dos indígenas Warao para as cidades, segundo autores como Garcia-Castro (2000), Rosa (2020) e Xavier (2021), esteve estritamente relacionada com o encadeamento de expropriação, citado anteriormente nessa dissertação, pois ocorreu o processo de desterritorialização onde os Warao tiveram que mudar o seu modo de vida e inserir no modelo de sociedade não indígena “*criolla*”.

Segundo Garcia-Castro (2000) e Xavier (2021), a mobilidade Warao na Venezuela teve três grandes fluxos, iniciando as mobilidades espaciais, saindo dos territórios originários com destino para as cidades do Delta Amacuro e estados vizinhos como Bolívar e Monagas, e essas cidades estão localizadas ao longo da bacia do rio Orinoco. O segundo momento, que é considerado o mais longínquo, saindo das cidades de Delta Amacuro com destino a capital do país, Caracas. Assim, tendo como exemplo a saída da capital Tucupita (Delta Amacuro) até o Distrito Federal, possui a distância de 720 km. Já o terceiro momento é o deslocamento do estado de Delta Amacuro para o estado de Bolívar, mais precisamente para a cidade de Guayana, que está localizada na bacia do rio Orinoco, sendo que o estado de Bolívar possui fronteira com o Brasil e se tornou o local da mobilidade transfronteiriça dos Warao no século XXI. Assim, temos no mapa 13 a espacialização da mobilidade interna na Venezuela até 2014, ano do primeiro registro oficial de presença Warao em território brasileiro,

Mapa 13: Localização da Mobilidade Interna Warao na Venezuela



Fonte: GARCIA-CASTRO (2006); XAVIER (2021)

Xavier (2021) realizou a caracterização da mobilidade Warao na Venezuela, conforme veremos no quadro 10:

Quadro 10: Fases do Êxodo dos Warao na Venezuela

FASE	PERÍODO	DESTINO	CARACTERÍSTICAS
Amacureña (Estado de Delta Amacuro)	Fins dos anos 1960-1990	Cidades urbanizadas em Delta Amacuro	- Desterritorialização temporária. -Deslocamento interno de curta distância (a pé). - Readaptação de práticas de subsistência.
Caraqueña (Caracas – Capital Federal)	1990-2010	Caracas, Puerto Ordaz e outras cidades do Ocidente e do Centro-Sul da Venezuela	- Desterritorialização temporária. -Deslocamento interno de média/ longa distância (a pé). -Ressignificação da atividade coletora (mendicância).
Guayanera (Ciudad Guayana – Estado de Bolívar)	2002-2014	Ciudad Guayana (principalmente Puerto Ordaz), no estado Bolívar	- Desterritorialização temporária. - Deslocamento interno de longa distância (a pé). - Consolidação da mendicância e do nomadismo.

Fonte: Xavier (2021). Org. pelo autor.

Conforme analisamos no quadro 10, as mobilidades internas realizadas pelos Warao possuíram características semelhantes, como a desterritorialização temporária, como também sendo a pé e a readaptação da forma de subsistência nas cidades. Entretanto, na fase amacureñas, anos de 1960, estavam se adaptando aos “novos” tipos de trabalho *criollos*, e quando chegam em Caracas, a coleta já estava sendo realizada; e na fase guayanera, já estavam consolidada e assim chegam ao Brasil, tendo a mendicância como uma das principais estratégias de sobrevivências nas cidades.

Garcia-Castro (2006) aborda que a migração Warao para os centros urbanos de Delta Amacuro ocorreu por conta das barragens do rio Manamo nos anos de 1960, e que os indígenas estavam vivendo nas periferias das cidades de Delta Amacuro. Segundo o autor:

A partir de la década de 1960, un desastre ecológico de inmensas proporciones, el cierre del caño Manamo, alteró drásticamente la mitad de su hábitat natural, produciendo la disminución de la pesca y alteraciones edáficas que convirtieron las tierras de cultivo en eriales. Esto originó emigraciones masivas de los indígenas hacia los centros urbanos de la periferia, como La Horqueta, Pedernales, Tucupita, Barrancas y Puerto Ordaz. Aunque con el paso del tiempo la situación llegó a estabilizarse nuevamente, a partir de ese

momento ya no se interrumpiría el movimiento migratorio masivo hacia los centros poblados criollos de la periferia deltana. (GARCÍA-CASTRO, 2006, p. 4).³⁴

Ainda segundo Garcia-Castro (2006), “La presencia indígena, desde entonces, ha sido una constante en las ciudades de la Guayana, el Oriente de Venezuela y hasta la capital de la república, documentada al menos desde la década de 1970”. (GARCÍA-CASTRO, 2006, p. 4).

Belik (2022) aborda que após essa obra no Caño Manamo, o governo da Venezuela tenta “frear” a mobilidade do Warao para as cidades, tentando repatriá-los após executar esse projeto que prejudicou muito os territórios originários, porém, sem sucesso, os Warao segue para diversos centros urbanos. Segundo o autor:

Desde 1965, com o barramento do caño Manamo, a salinização e sedimentação de suas águas, a alagação de parte de seu território e contaminações por doenças infecciosas gerou um gradual êxodo de muitos Warao de sua terra de origem. [...] Nessa ocasião, uma das soluções encontradas pelo Estado Venezuelano foi a de ‘repatriação’ dos Warao de volta para seus locais de origem. No entanto, os Warao sempre voltavam em algumas semanas e passaram a ocupar permanentemente as cidades de Maturín, El Tigre, Puerto La Cruz, Barrancas del Orinoco, Maracay, Tucupita, La Horqueta, San Félix e Puerto Ordaz. (BELIK, 2022, p. 119-120).

Por causa do grande quantitativo de indígenas Warao nas cidades venezuelanas, o governo federal criou na década de 1980 a “casa indígena” com o objetivo de retirar os indígenas dos núcleos urbanos e instalar no abrigo, que possuía o caráter de provisório. Todavia, não obteve tanto êxito, conforme explicam Lafée-Wilbert e Wilbert (2008):

La década de los ochenta, el Gobierno Nacional, en un intento por evitar que los waraos procedentes de los caños que llegaban con la intención de vender sus artículos artesanales y agrícolas, en búsqueda de trabajo, tratamientos para sus enfermedades o tramitación de documentos, etc., se quedaran en Barrancas o en Tucupita y ocuparan las áreas públicas de ambos centros urbanos, construyó una infraestructura que se denominó, la ‘Casa Indígena’. El propósito principal de esta construcción era que sirviera de refugio transitorio para los indígenas, mientras éstos realizaban sus diligencias en los dos centros urbanos. Mas, la ‘Casa Indígena’ no llegó a cumplir con el plan para el que

³⁴ A partir da década de 1960, um desastre ecológico de imensas proporções, o fechamento do canal de Manamo, alterou drasticamente metade de seu habitat natural, produzindo uma diminuição da pesca e alterações edáficas que transformaram as terras agrícolas em terrenos baldios. Isso originou emigrações massivas de indígenas para os centros urbanos da periferia, como La Horqueta, Pedernales, Tucupita, Barrancas e Puerto Ordaz. Embora com o passar do tempo a situação tenha se estabilizado novamente, a partir desse momento o movimento migratório maciço em direção aos centros populacionais crioulos da periferia do delta não seria mais interrompido. (GARCIA-CASTRO, 2006, p. 4). (Tradução Livre)

fue construida ya que, los waraos que llegaban, sobrepasaron el cupo de personas que podían hospedarse en el espacio dedicado a tal fin. (LAFÉE-WILBERT; WILBERT, 2008, p. 85).³⁵

Garcia-Castro (2000) argumenta que a procura para o deslocamento para cidades eram para os locais onde possuíam maior quantitativo de trabalho, entretanto, para conseguir um trabalho “*criollo*”, disporia de dominar o espanhol e possuir uma certa qualificação técnica mínima. Caso não possuísse esses requisitos mínimos, somente restava a mendicância ou a prostituição. Segundo o autor:

Resulta obvio que hayan sido los centros poblados más cercanos a su lugar de origen los que recibieran al principio el mayor número de emigrantes. Por consiguiente, la capacidad de absorción en el área laboral de los diferentes centros urbanos criollos determinaría la recepción de los desplazados según los criterios ya mencionados. Por el contrario, la opción obligada de aquellos que no hablaran o dominaran el castellano y no poseyeran calificación técnica mínima adecuada, sería el sector mendicante y de prostitución; al principio por la imposibilidad de insertarse en otro sector, pero más recientemente, simplemente porque representa la posibilidad real de obtener mayores ingresos en lapsos más cortos que si se dedicaran a otras actividades. (GARCIA-CASTRO, 2000, p. 82).³⁶

Garcia-Castro aborda o perfil do migrante Warao na capital Caracas, sendo oriundo do estado de Delta Amacuro e que possui histórico de trabalhos com o Buriti, horticultura, e não tendo outras opções de trabalho vão para periferia caraqueña. Assim exercem a mendicância para sobreviver no meio urbano.

En el caso concreto de la emigración a Caracas, el estado actual de esta investigación me permite señalar que existen evidencias que apuntan en esta dirección, en la cual pareciera existir un patrón de actividad que se está

³⁵ Na década de oitenta, o Governo Nacional, na tentativa de impedir os waraos dos cachimbos que chegavam com a intenção de vender seus artesanatos e artigos agrícolas, em busca de trabalho, tratamento de suas doenças ou tramitação de documentos, etc., ficou em Barrancas ou Tucupita e ocupou as áreas públicas de ambos os centros urbanos, construiu uma infraestrutura que foi chamada de 'Casa Indígena'. O objetivo principal dessa construção era servir de refúgio transitório para os indígenas, enquanto realizavam suas incumbências nos dois centros urbanos. Mas, a 'Casa Indígena' não cumpriu o plano para o qual foi construída, pois os Waraos que chegaram ultrapassaram a cota de pessoas que poderiam ficar no espaço destinado a esse fim. (LAFÉE-WILBERT; WILBERT, 2008, p. 85). (Tradução Livre).

³⁶ É evidente que os centros populacionais mais próximos do seu local de origem foram os que inicialmente receberam o maior número de emigrantes. Consequentemente, a capacidade de absorção na área laboral dos diferentes centros urbanos crioulos determinaria a recepção dos deslocados de acordo com os critérios mencionados. Ao contrário, a opção forçada de quem não fala ou domina o espanhol e não possui qualificação técnica mínima adequada, seria o setor de mendicância e prostituição; a princípio pela impossibilidade de entrar em outro setor, mas mais recentemente, simplesmente porque representa a possibilidade real de obter maiores rendimentos em prazos mais curtos do que se estivessem dedicados a outras atividades. (GARCIA-CASTRO, 2000, p. 82). (Tradução Livre).

haciendo recurrente. En dicha actividad, diversos grupos Warao, provenientes de zonas donde todavía se mantienen vigentes valores y técnicas relacionadas con el antiguo patrón de asentamiento relacionado con la explotación del moriche (*Mauritia flexuosa*), con una muy incipiente horticultura y poca capacidad (o posibilidad) de articularse de otra manera en los centros urbanos de la periferia deltaica, acuden sistemáticamente a los centros urbanos de la periferia con la finalidad de obtención de recursos económicos adicionales, los cuales, una vez conseguidos, les permitirán solventar ciertas necesidades individuales en sus lugares de origen. (GARCIA-CASTRO, 2000, p. 82).³⁷

Belik (2022) aborda sobre o processo de industrialização que ocorreu em terras tradicionais dos Warao na fase “Caraqueña”, o que também fortaleceu o processo de expropriação dos indígenas. Segundo o autor:

Enquanto algumas famílias do caño Winikina se estabeleciam em Barrancos de Fajardo, na cidade de Barrancas del Orinoco buscando trabalho, dinheiro e consolidando Wirinoko Arao, o êxodo Warao já entrava na ‘fase Caraqueña’, ocupando as cidades de Valência e Caracas. No final da década de 80, a empresa palmeira Tiquire Flores iniciava suas ocupações no caño Janakojobaro intensificando ainda mais o processo de industrialização das terras tradicionais dos Warao. (BELIK, 2022, p.121).

Portanto, o processo de mobilidade dos indígenas Warao dos territórios originários para as cidades, intrinsecamente ligado ao processo de expropriação desenvolvidos pela ação do Estado e de empresas, através da inserção de grandes projetos nos séculos XX e XXI, por conta da crise socioeconômica e humanitária, que “invadiram” suas terras e inseriram na dinâmica capitalista. Desse modo tiveram que se adaptar as novas realidades urbanas, mas não foi um processo simples ou rápido, que no final gerou prejuízos territoriais, econômicos e sociais.

E outra mobilidade espacial gerada pelo Warao é para a Guiana, todavia, não existem fronteiras políticas entre estado-nações, sendo que, “Para os Warao que vivem no

³⁷ No caso específico da emigração para Caracas, o estado atual desta investigação permite-me assinalar que há indícios que apontam nessa direção, em que parece haver um padrão de atividade que se torna recorrente. Nesta atividade, ainda vigoram vários grupos Warao, vindos de áreas onde ainda vigoram valores e técnicas relacionadas com o antigo padrão de povoamento relacionado com a exploração do moriche (*Mauritia flexuosa*), com uma horticultura muito incipiente e com pouca capacidade (ou possibilidade) de articulados de outra forma nos centros urbanos da periferia do delta, vão sistematicamente aos centros urbanos da periferia para obter recursos econômicos adicionais, que, uma vez obtidos, lhes permitirão resolver certas necessidades individuais em seus locais de origem. (GARCIA-CASTRO, 2000, p. 82). (Tradução Livre).

terreno pantanoso do Delta Amacuro, viajar de canoa entre a Venezuela e a Guiana não representa de forma alguma uma divisão entre nações”. (BELIK, 2022, p. 123).

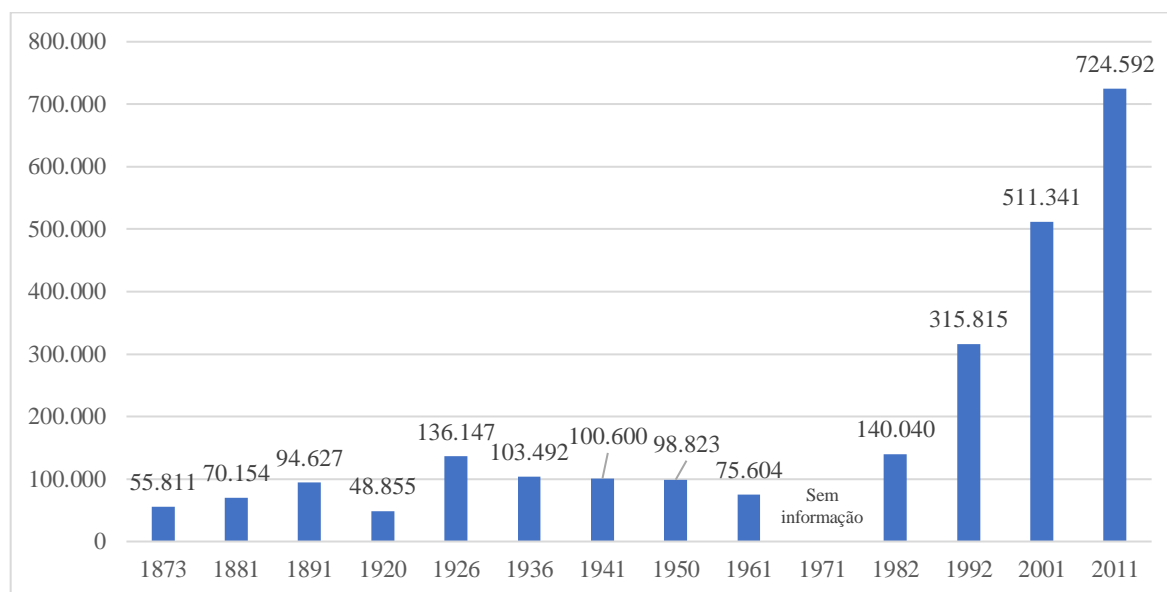
5.2 - Questão populacional indígena: os dados do Censo demográfico de 2011

Outro importante elemento para entendermos a etnia Warao em seu país de origem, é a questão populacional quantificada a partir de dados oficiais, tendo como base o censo demográfico, que no caso da Venezuela, teve o último censo oficial realizado no ano de 2011.

Assim sendo, segundo o censo demográfico oficial da Venezuela do ano de 2011, a população total era formada por 27.227.930 cidadãos, dessa totalidade 724.592 eram indígenas, sendo que dividindo por sexo era 365.576 homens e 359.016 mulheres, ou seja, 2,7% da população do país era composta por indígenas, divididas em 51 povos. (VENEZUELA, 2011).

No gráfico 16 temos o quantitativo de indígenas a partir dos últimos censos oficiais da Venezuela.

Gráfico 16: População indígena segundo os censos de 1873 até 2011 na Venezuela



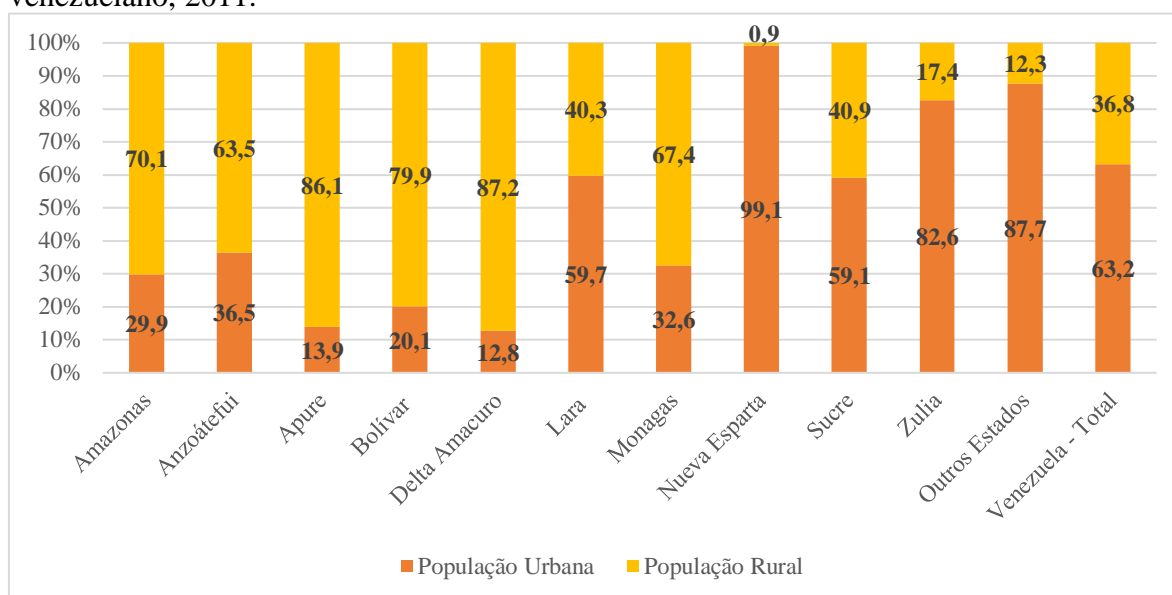
Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011). Org. pelo autor.

Conforme analisamos no gráfico 16, do ano de 1873 até 1961 ocorreu oscilação no quantitativo de população indígena, somente a partir do Censo de 1982 que o quantitativo ficou em crescimento demográfico. Conforme explana Venezuela (2011):

A partir del año 1982, el aumento de este porcentaje es constante, variando en números absolutos, de 140.040 (1% del total de población del país) hasta llegar a más de 724 mil declaraciones indígenas en el año 2011 que totalizan el 2,7% inicialmente referenciado. (VENEZUELA, 2011, p.13-14).

Em relação a distribuição da população da Venezuela, dividida por zona rural e zona urbana, temos no gráfico 17 a divisão dos 10 estados representada em porcentagem.

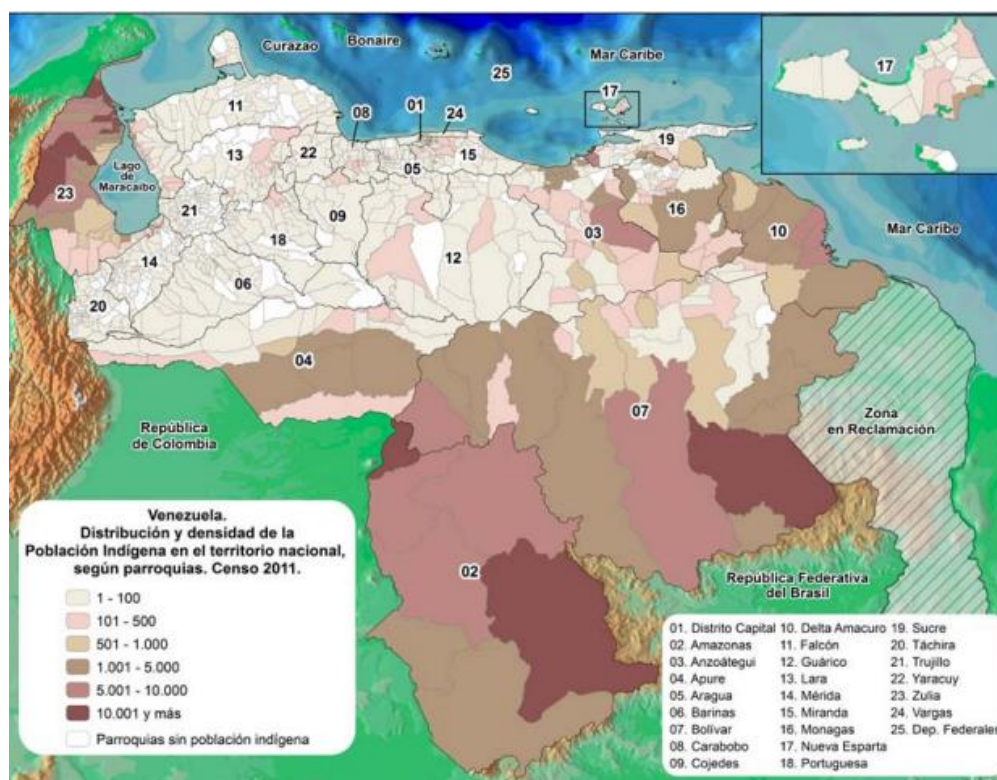
Gráfico 17: Distribuição da população indígena divididas por zona rural e urbana por estado venezuelano, 2011.



Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011). Org. pelo autor.

Na análise do gráfico 17 temos que 63,2% dos indígenas vivem na zona urbana e 36,8%, na zona rural, conforme explana o censo de 2011, e, a população indígena estava vivendo majoritariamente na zona urbana no território venezuelano. Contudo, quando olharmos para os estados, temos destaque para Nueva Esparta e Zulia, com 99,1% e 82,6%, respectivamente, vivendo na zona urbana. Já na zona rural, majoritariamente, temos os estados de Delta Amacuro, com 87,2%, Apure com 86,1% e Amazonas com 70,1%.

Segundo o censo de 2011 a densidade de população indígena da Venezuela se encontra ao sul e leste do país, próximas as fronteiras com o Brasil e a “região em reclamação” ou região Essequiba guianesa, distante dos principais polos econômicos e políticos que estão ao norte, situados mais próximo da região do Caribe, exceto o estado de Zulia, pois se situa ao extremo oeste do país, que faz fronteira com a Colômbia e sendo o estado com maior densidade populacional indígena. E assim, temos a espacialização das populações indígenas no país venezuelano na figura 13.

Figura 13: Mapa da distribuição e densidade da população indígena na Venezuela, 2011

Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011).

Assim, quando analisamos os principais estados que possuem densidade de populações indígenas, temos destaque para 10 estados, conforme examinamos na tabela 25.

Tabela 25: Presença indígena dividida por estado venezuelano, 2011

Estado	Quantidade	Porcentagem (%)
Zulia	443.544	61,2
Amazonas	76.314	10,5
Bolívar	54.686	7,5
Delta Amacuro	41.543	5,7
Anzoátegui	33.848	4,7
Sucre	22.213	3,1
Monagas	17.898	2,5
Apure	11.559	1,6
Nueva Esparta	2.200	0,3
Lara	2.112	0,3

Demais Estados	18.675	2,6
Total	724.592	100,0

Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011). Org. pelo autor

Na análise da tabela 25, temos os dez estados com maior concentração da população indígena venezuelana, que possuem 97,4% do total de população indígena do país e que representa 2,6% de toda a população indígena no Censo geral nacional da Venezuela.

O destaque é para o estado de Zulia “con 61,2% del total indígena nacional que corresponde a 443.544 declaraciones de auto reconocimiento indígena de las cuales 91,2% se identifican con el Pueblo Wayuu, mayoritario en el país”. (VENEZUELA, 2011, p. 15).³⁸

Já os estados que estão localizados na região leste, que no caso são nove, possuem juntos o quantitativo de 262.373 pessoas ou 48,0% da população indígena da Venezuela.

Todavia, quando analisamos a distribuição indígena por estado, em comparação com não indígenas “*criollos*”, temos outra dinâmica sobre a representatividade indígena em relação a população do estado, conforme verificamos na tabela 26.

Tabela 26: Presença indígena nos 10 principais estados venezuelanos, 2011

Estados	Indígenas	Não Indígenas	Total	Porcentagem indígena %
Amazonas	76.314	70.166	146.480	52,1
Delta Amacuro	41.543	123.982	165.525	25,1
Zulia	443.544	3.260.860	3.704.404	12,0
Bolívar	54.686	1.358.429	1.413.115	3,9
Apure	11.559	447.466	459.025	2,5
Sucre	22.213	874.078	896.291	2,5
Anzoátegui	33.848	1.435.899	1.469.747	2,3
Monagas	17.898	887.545	905.443	2,0
Nueva Esparta	2.200	489.410	491.610	0,4
Lara	2.112	1.772.755	1.774.867	0,1
Demais Estados	18.675	15.782.748	15.801.423	0,1
Total	724.592	26.503.338	27.227.930	2,7

Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011). Org. pelo autor.

³⁸ Com 61,2% do total indígena nacional, o que corresponde a 443.544 declarações de auto-reconhecimento indígena, das quais 91,23% se identificam com o Povo Wayuu, a maioria no país”. (VENEZUELA, 2011, p. 15). (Tradução Livre).

Conforme analisamos na tabela 26, o estado de Zulia se destaca sendo o mais populoso em relação aos demais estados que possuem presença indígena; e também é o mais populoso na totalidade no quantitativo de indígenas e sendo o único estado que está localizado na região oeste da Venezuela.

Nos demais estados que são da região Leste da Venezuela, a liderança dos estados com densidade de população indígena ficou com os de Amazonas, 52,1%, divididos entre 36 povos indígenas, tendo com etnia indígenas mais populosa os Jivi, com 20.020 indígenas, e o Delta Amacuro que possui 25,1%, tendo 16 povos, com destaque para os Warao com 40.280 indígenas. (VENEZUELA, 2011).

O Censo aborda que o estado de Delta Amacuro, em termo gerais de população, com o quantitativo de 165.525, é o segundo menos populoso, ficando atrás do estado do Amazonas, com 146.480 habitantes.

Outro elemento importante é o quantitativo de indígenas divididos por povos, que segundo o Censo demográfico de 2011, a Venezuela possui 51 etnias, conforme tabela 27 que apresenta os 10 povo mais populoso do país.

Tabela 27: Os dez povos indígenas mais populosos da Venezuela, 2011

Povo indígena	Quantidade	Porcentagem (%)
Wayuu/Guajiro	413.437	57,1
Warao	48.771	6,7
Kariña	33.824	4,7
Pemón (Arekuna, Kamarakoto, Taurepán)	30.148	4,2
Jivi/Guajibó/Sikwani	23.953	3,3
Kumanagoto	20.876	2,9
Añú/Paraujano	20.814	2,9
Piaroa	19.293	2,7
Chaima	13.217	1,8
Yukpa	10.640	1,5
Demais povos	89.619	12,2
Total:	724.592	100

Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011). Org. pelo autor.

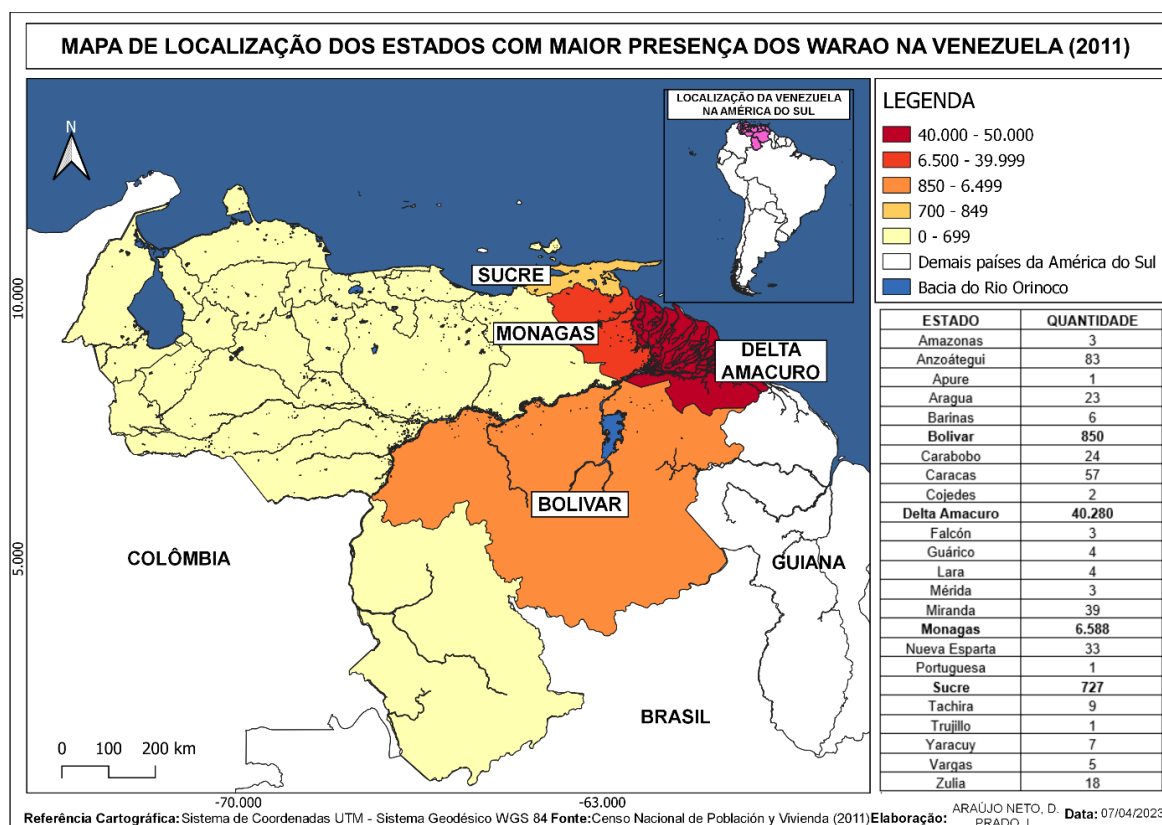
Conforme analisamos na tabela 27 o povo Wayuu/Guajiro é a maior população do país e os Warao ficam em segundo lugar, com o quantitativo de 48.771, ou 6,7% da população indígena do país. Dessa somatória, segundo o Censo de 2011, 24.848 eram homens e 23.923 mulheres (VENEZUELA, 2011).

Rosa (2020) aborda que os Warao teve uma oscilação na densidade demográfica durante os últimos três censos oficiais da Venezuela.

Nas últimas três décadas, os Warao apresentam uma taxa de crescimento superior a 40%: no censo de 1992 somavam 24.005 indivíduos, em 2001 esse número subiu para 36.028 e em 2011 para 48.771. Note-se, entretanto, que entre 1992 e 2001 há um crescimento vertiginoso de 50%, que cai para 35% entre 2001 e 2011. (ROSA, 2020, p. 62).

No mapa 14, temos a espacialização do quantitativo Warao nos estados venezuelanos, e assim podemos afirmar que estão localizados a região Nordeste da Venezuela, sobretudo localizados em quatros estados, com destaque para o estado de Amacuro, como o estado “mais Warao”, fazendo fronteira territorial com Guiana, através da zona de reclamação ou Guiana Essequiba e fronteira geológica com Trinidad e Tobago.

Mapa 14: Localização dos estados com maior presença dos Warao na Venezuela (2011)



Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011). Org. do autor.

Ainda na análise do mapa 14, temos os quantitativo de indígenas Warao divididos por estados, sendo o destaque para o Delta Amacuro, o estado mais povoado pelos Warao, com 40.280 indígenas, ou 86,2%; seguido Monagas, com 6.588 ou 13,5%, após por Bolívar com 850 ou 1,7%, e Sucre com 727, ou 1,5%. Os demais estados somados alcançaram o quantitativo de 326 registros, ou 0,7%, e não teve nenhum registro na “dependências federais” que são ilhas da costa venezuelana.

Tendo como base o Delta Amacuro, o Censo aborda que além dos Warao foi registrada a presença de mais 15 outros povos indígenas no estado, que soma o quantitativo 1.263 indígenas, conforme veremos na tabela 28.

Tabela 28: Demais povos indígenas que possuíram registros no estado de Delta Amacuro, 2011

Povo Indígena	Quantidade
Arawak	906
Baré	1
Chaima	24
Jivi	1
Kariña	8
Kechwa	6
Mapoyo	2
Pemón	13
Píritu	1
Waikerí	7
Wapishana	14
Wayúu	12
Yekwana	1
Não Declarado ³⁹	254
Outros Povos	13
Total	1.263

Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011). Org. pelo autor.

Conforme analisamos na tabela 28, as demais etnias indígenas somadas são inferiores se comparadas com o quantitativo de indígenas da etnia Warao, e, portanto, confirmando que Delta Amacuro é o estado com maior densidade da etnia Warao.

³⁹ Refere-se aqueles que declararam pertencer a um povo indígena, mas não responderam qual era o povo.

Outro elemento importante para análise geográfica é a densidade da população indígenas por município e o Censo classificou os 10 municípios mais populosos do país, conforme veremos na tabela 29.

Tabela 29: Os 10 municípios venezuelanos com maiores porcentagens indígenas em sua população total

Estado	Município	Porcentagem de População Indígena %
Amazonas	Alto Orinoco	97,82
	Atabapo	94,06
	Autana	94,73
	Maroa	92,76
	Manapiare	95,57
	Rio Negro	91,70
Bolívar	Gran Sabana	73,67
Delta Amacuro	Antonio Díaz	92,20
	Pedernales	68,97
Zulia	Guajira	88,25

Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011). Org. pelo autor.

Na análise da tabela 29, verificamos que todos os 10 municípios, dividido entre quatro estado, possuem população indígenas acima de 60% e estão localizados nas margens do rio Orinoco e seus afluentes, exceto o município de Guajira do estado de Zulia, que está na região oeste do país venezuelano, e assim, demonstrando o quanto a bacia do Orinoco é importante para os indígenas.

E assim, tendo destaque para os estados de Bolivar, que possui seis municípios e todos eles dispõem do quantitativo acima de 90% de população indígena; Delta Amacuro, possui apenas quatro municípios e dois deles estão no *ranking* dos municípios com maior densidade indígena, sendo eles: Antonio Diaz e Pedernales.

Os três estados com maiores quantitativos de municípios com população indígenas estão localizados em bioma amazônico, pois “Do ponto de vista político-administrativo, a região está conformada administrativamente pelos estados Bolívar, nos quais está inserida a Amazônia venezuelana, o território do Amazonas e o Delta Amacuro” (RODRIGUES, 2006, p. 205-206).

Todavia, em termos de população geral, ou seja, a população indígena em junção com a população não-indígena, temos outra perspectiva, pois desses três estados que compõem a Amazônia venezuelana, dois são os menos povoados do país, que no caso é o Amazonas (1º) e Delta Amacuro (2º). (VENEZUELA, 2011).

Portanto, temos no mapa 15, a espacialização da Amazônia venezuelana.

Mapa 15: Localização da Amazônia venezuelana

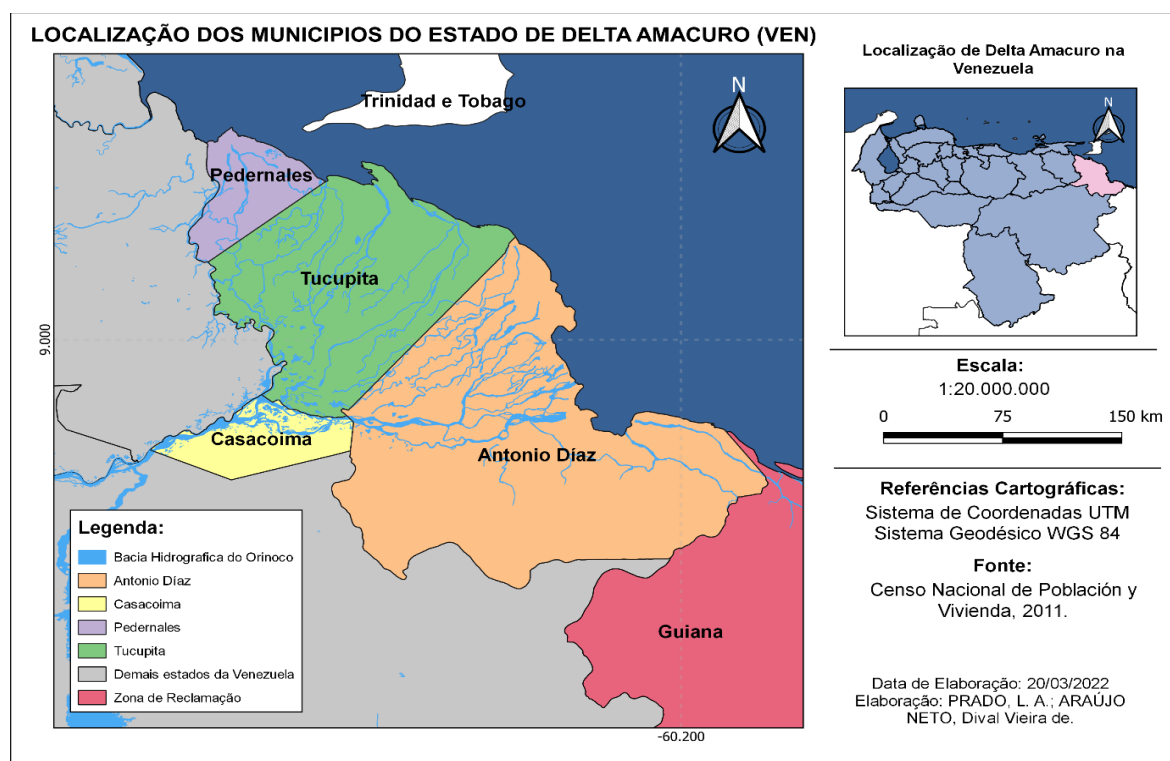


Fonte: RAISG (2020)

Em termos de população, o Censo aborda que o estado de Delta Amacuro, em 2011, possuía o quantitativo de 165.525 habitantes, que estava dividido nos quatro municípios: Antonio Díaz, possuía 26.655 habitantes; Casacoima com 29.555; Pedernales com 6.438; e a capital Tucupita com 102.877 habitantes (VENEZUELA, 2011). Assim, trazendo a abordagem para a mobilidade espacial dos Warao no século XXI para o território brasileiro, temos destaque para “Os municípios de Antonio Díaz e Pedernales, locais de origem de muitos dos Warao que hoje estão no Brasil, são áreas de maciça presença indígena com 92% e 69% da população total, respectivamente” (ROSA, 2020, p.64).

Já o Delta Amacuro é o estado com maiores quantitativos de indígena, temos no mapa 16, a espacialização da divisão territorial dos seus quatro municípios: Antônio Dias, Casacoima, Pedernales e a capital Tucupita.

Mapa 16: Localização dos municípios do Estado de Delta Amacuro (VEN)



Fonte: Org. do autor (2022).

Além disso, o Censo demográfico venezuelano de 2011 aborda outros elementos importantes para a análise geográfica, como a questão dos domicílios dos povos indígenas e serviços públicos disponíveis.

Sobre os tipos de domicílios, o Censo de 2011 destaca que de todos os estados venezuelanos, o tipo “casa” é a categoria que mais predomina, tendo a oscilação entre o estado de Falcón, que possuem a maior porcentagem, com 83,46% e o estado de Delta Amacuro, que possui o menor quantitativo, com 48,2%. E a segunda categoria denominada “rancho”, que em contexto venezuelano seria casa com pouca infraestrutura e que representa 22,9% no geral, onde os maiores percentuais estão nos estados de Zulia com 28,33%, Apure com 23,28%, Guárico com 23,27% e Monagas com 21,21% e os menos estão em Nueva Esparta 2,54% e Vargas 2,80%. (VENEZUELA, 2011).

E sobre as habitações indígenas onde estão vivendo em seus habitats tradicionais, tem destaque para Delta Amacuro com 28,7%, Amazonas com 28,5% e Bolívar com 26,5% e os menores percentuais estão em Zulia e Nueva Esparta, com menos de 2%. Além disso, também foram registrados indígenas morando em apartamentos, principalmente na Capital 37,7%, Miranda com 25,9%, Vargas com 24,3%, Aragua com 12,9%, Mérida com 7,8% e os demais estados com menos de 5,0%.

Quando trazemos a análise dos tipos de domicílios, segundo a sua tipologia, significa que domicílios que possui somente moradores indígenas, temos destaque para oito estados, conforme veremos na tabela 30:

Tabela 30: Porcentagem de domicílios que possui somente moradores indígenas por estado

Posição	Estado	Porcentagem (%)
1	Delta Amacuro	77,92
2	Amazonas	73,69
3	Bolívar	72,09
4	Apure	68,67
5	Sucre	68,56
6	Anzoátegui	59,13
7	Zulia	57,14
8	Monagas	53,14

Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011). Org. pelo autor.

Conforme analisamos na tabela 30, dos oito estados, exceto o estado de Zulia estão na posição leste, e o destaque é para o estado de Delta Amacuro que possui o percentual de 77,92% de residências que possuem somente moradores indígenas, e é um dado muito importante a ser considerado, pois é um estado que possui os maiores quantitativos de carência de serviços públicos e evidentemente os indígenas são os mais afetados por falta dos serviços, principalmente os Warao.

E o Censo de 2011 aborda sobre os demais estados que possuem variações no quantitativo de pessoas indígenas que vivem nos domicílios, conforme explica Venezuela (2011):

En el resto de las entidades encontramos con variaciones significativas que van entre el 33% y el 7 % con hogares donde todos los integrantes del hogar se declararon indígenas, lo cual indica mayor frecuencia de Hogares Mixtos y de población indígena en Hogares no Indígenas entre la población que migra a otras entidades y particularmente en áreas urbanas. (VENEZUELA, 2011, p. 56).

Sobre energia elétrica, o Censo de 2011 aborda que 87,1% residências com população indígena na Venezuela recebem eletricidade da rede pública, 9,2% das moradias não possuem esse tipo de serviço e 3,76% são abastecidas por outras vias, como por exemplo as placas solares (VENEZUELA, 2011).

Os estados onde os domicílios não possuem esse tipo de serviço, são: Apure com 46,8%, seguido por Delta Amacuro, com 36,1%, Bolívar com 25,7% e Amazonas com 19,7%. Entretanto, no caso de Delta Amacuro, que é o estado com maior percentual dos indígenas Warao, para amenizar a situação da falta de lares com energia, foram introduzidas placas solares em 12,8% dos domicílios no estado. (VENEZUELA, 2011).

Em questão sobre o serviço de esgoto doméstico (saneamento), o Censo venezuelano aborda os estados que possuem carência desse tipo de serviço nos domicílios indígenas, que são: Delta Amacuro, com 74,4% , Apure 72,4%, Bolívar com 51,3% e Amazonas com 45,2%. (VENEZUELA, 2011).

O Censo venezuelano de 2011 também coloca em questão sobre a eliminação de lixo, onde 39% das residências indígenas no país não possuem serviço de coleta de lixo, a maioria está localizadas nas áreas urbanas, e o destino é irregular, pois 35% é queimado, 14% é jogado em qualquer lugar e 5% jogado nos rios e córregos. (VENEZUELA, 2011).

Quando é abordado os estados que detêm os piores índices de eliminação de lixo, temos Delta Amacuro com 65,5% dos resíduos dos domicílios sendo jogado em qualquer lugar ou nos rios e nos *canõs* (igarapés), e o estado de Apure com 49,2% de seu lixo é queimado, gerando assim poluição do ar e dos rios. (VENEZUELA, 2011).

Sobre o abastecimento de água, 58,8% dos domicílios indígenas do país possuem esse tipo de serviço, e os estados que possuem melhores percentuais é o Distrito Federal, com 96,1%, seguindo por Nueva Esparta 93,8% e Miranda 91,4 % . Os menores valores estão em Amazonas com 29,2%, Apure com 19,2% e Delta Amacuro com 16,9%. (VENEZUELA, 2011).

E em relação a questão da educação, o Censo aborda a população indígena através da taxa de alfabetização, conforme veremos na tabela 31, divididas por dez estados:

Tabela 31: População indígena com idade acima de 10 anos por condição de alfabetização

Estado	Alfabetizadas	Analfabetas	Total	Taxa de Alfabetização (%)
Amazonas	43.114	11.854	54.968	78,4
Anzoátegui	25.461	2.040	27.501	92,6
Apure	4.211	3.808	8.019	52,5
Bolívar	30.895	8.394	39.289	78,6
Delta Amacuro	14.061	15.057	29.118	48,3
Lara	1.610	186	1.796	89,6
Monagas	10.552	3.214	13.766	76,7
Nueva Esparta	1.842	91	1.933	95,3
Sucre	14.716	2.367	17.083	86,1
Zulia	268.849	66.097	334.946	80,3
Outros Estados	14.794	1.342	16.136	91,7
Total	430.105	114.450	544.555	79,0

Fonte: Censo Nacional de Población y Vivienda (2011). Org. pelo autor.

Na análise da tabela 31, em nível nacional, a população indígena é 79% alfabetizadas e em relação aos estados, temos destaque para Anzoátegui e Nueva Esparta, que tiveram taxa de alfabetização acima de 90% e com a menor taxa temos o estado de Delta Amacuro com 48,3%.

Além desses tópicos sociodemográficos, temos a questão econômica elencada por Garcia-Castro (2005) que aborda sobre o estado de Delta Amacuro, que segundo o autor, o estado possui uma das piores economias da Venezuela, onde possui poucas indústrias e estão atreladas ao ramo alimentício, como o palmito. A dinâmica econômica gira entorno do setor primário, com a pesca, agricultura e extração de madeira, mas a principal fonte de empregos é o setor público e a economia gira entorno do contracheque, pois o comércio e serviços que dependem dos salários do estado.

Gasson e Heinen (2012) ainda abordam que a própria capital Tucupita não conseguiu algum tipo de indústria ou uma atividade econômica que movimentasse a economia do cidade, e o que resta é sobreviver com os recursos e empregos gerado através do Estado.

E o Censo de 2011, continua abordando as principais atividades econômicas de Delta Amacuro:

La actividad económica del estado está dominada por la pesca y recientemente, por la actividad agropecuaria, especialmente la ganadería. En cuanto a la agricultura predominan los siguientes rubros: plátanos, yuca, maíz, arroz, caraotas, palmito principalmente para la exportación del cacao. Otra actividad agrícola de reciente importancia es la extracción del aceite de seje, sasafrás y semillas del tártago (todas con propiedades curativas y en algunos casos culinarias). Las actividades petroleras tienen una importancia reciente, con la explotación de hidrocarburos en la plataforma deltana. En cuanto a industria se destaca la presencia de una refinería de PDVSA en Pedernales. (VENEZUELA/INE, 2011, p. 9)⁴⁰.

Por conseguinte, os Warao historicamente sofrem com as interferências em seus territórios originários desde a colonização espanhola e quando a Venezuela consegue a sua independência, os interesses nos seus territórios continuam por causa das riquezas naturais que a região possui. Assim são realizadas intervenções, que posteriormente forçam a mobilidade para as cidades venezuelanas, onde precisam se adaptar ao local e “Trata-se, portanto, de um processo de mudança social e cultural decorrente de relações de poder e de dinâmicas políticas e territoriais”. (ROSA, 2020, p. 74).

Além dessas circunstâncias, por estarem localizados principalmente em Delta Amacuro, que é o estado que mais possuía domicílios onde residia somente moradores indígenas, estavam sofrendo com a falta de serviço essenciais como educação, acesso à energia elétrica e o saneamento básico como esgoto e destinação correta do lixo, e sem contar que o estado é distante dos principais polos políticos e econômicos do país, e conta com uma economia pouco diversificada, pois, as possibilidades de conseguir um trabalho formal são mínimas.

Portanto, antes da maior crise humanitária, política e econômica da Venezuela no século XXI, que gerou a mobilidade espacial para o Brasil, os Warao já estavam vivendo em circunstâncias econômicas difíceis, que gerou a migração para os centros urbanos de Delta Amacuro e para outros estados venezuelanos e com o agravamento da crise, forçaram a realizar a mobilidade transfronteiriça.

⁴⁰ A atividade econômica do estado é dominada pela pesca e, recentemente, pela atividade agrícola, principalmente a pecuária. Na agricultura predominam os seguintes itens: banana, mandioca, milho, arroz, feijão, palmito, principalmente para exportação de cacau. Outra atividade agrícola recentemente importante é a extração de óleo de seje, sassafrás e sementes de spurge (todos com propriedades curativas e em alguns casos culinárias). As atividades petrolíferas são de importância recente, com a exploração de hidrocarbonetos na plataforma do delta. Em relação à indústria, destaca-se a presença de uma refinaria da PDVSA em Pedernales. (VENEZUELA/INE, 2011, p. 9). (Tradução Livre).

5.3 - Mobilidade dos indígenas Warao em território brasileiro

A mobilidade espacial para o Brasil se tornou mais um capítulo na história de migração para os indígenas Warao, mesmo sofrendo o processo de expropriação de seus territórios, mas ainda estavam em seu país, e quando a crise socioeconômica, política e humanitária os “forçaram” a realizar movimento transfronteiriço, trouxe novos desafios, pois é um novo território, com leis, língua e costumes diferentes.

Todavia, muitos deles já estavam fora de seus territórios originários e fixados nas cidades venezuelanas antes de realizarem a mobilidade transfronteiriça para o Brasil, “mas isso não enfraquece a hipótese de que o cruzamento da fronteira internacional tenha significado um corte, ou uma etapa mais radical, nos seus processos de deslocamento e desterritorialização”. (XAVIER, 2021 p. 391).

Santos, J (2019) comenta sobre a entrada dos Warao em solo brasileiro a partir da fronteira dos Estados de Bolívar (VEN) e Roraima (BRA):

Motivados pela crise política e econômica de seu país de origem, os Waraos se deslocaram de sua região de origem, do Delta do Orinoco, na República Bolivariana da Venezuela, para o Brasil, entrando pelo município de Pacaraima, cidade fronteiriça com a cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén. A chegada dos índios da etnia Warao no Brasil foi um fenômeno considerado novo, pelo fato desse grupo étnico não viver na região fronteiriça com o estado brasileiro. (SANTOS, J, 2019, p. 22).

O ano de 2014 é quando ocorreram os primeiros registros de Warao em solo brasileiro e ao passar dos anos a crise aumentou e, conseqüentemente, a emigração se intensifica naquele país. Esse cenário fez com que milhares de Waraos que estavam temporariamente no estado de Roraima se deslocassem para outros estados da região Norte do Brasil como Amazonas, Pará, Rondônia e Acre e, posteriormente, para outros estados brasileiros.

Xavier (2021) aborda como foi o “início” da entrada dos Warao no estado de Roraima.

Conforme catalogado pelas autoridades brasileiras à época, o primeiro contingente de Waraos chegou à Roraima ainda no ano de 2014, principalmente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. Foi somente em 2016, contudo, que o contingente formado principalmente por mulheres adultas e anciãs, acompanhando crianças pequenas e de colo, passou a se concentrar nos semáforos do centro de Boa Vista. Sua presença foi, desde logo, notada com destaque, sobretudo em razão da vestimenta peculiar que as mulheres usavam (vestidos feitos de tecidos rústicos e com estampas floridas e em cores vivas), das peças simplórias de artesanato que ocasionalmente ofereciam à

venda, e o modo aparentemente rude com que pediam e recolhiam esmolas. (XAVIER, 2021, p. 389).

Xavier (2021) caracteriza a mobilidade venezuelana que ingressou no estado de Roraima, em especial para os Warao, a partir de 2014, conforme veremos no quadro 11:

Quadro 11: Periodização da migração venezuelana para Roraima.

Período	Perfil dos migrantes	Características do deslocamento
Primeiro período (antes de 2014)	Pequenos contingentes de hippies.	– Estada transitória (visitação); – Roraima como passagem (trânsito) para outros Estados e países.
	Pequenos contingentes de empresários/ empreendedores.	– Estada com animus migratório; – Roraima como passagem (trânsito) para outros Estados e países.
Segundo período (2014-2016)	Contingentes médios de venezuelanos de classe média e baixa.	– Estada com animus migratório – Migração regular; – Roraima como destino (busca por mercado de trabalho).
	Pequenos contingentes de venezuelanos indígenas (Waraos).	– Estada com animus migratório; – Migração irregular, com casos de deportação; – Roraima como destino (busca por habitat).
Terceiro período (2016-2018)	Grandes contingentes de venezuelanos de classe média baixa, pobres e miseráveis (inclusive em situação de rua).	– Estada com animus migratório; – Migração regularizada ex post; – Roraima como destino (busca por assistência social).
	Pequenos contingentes de venezuelanos indígenas (Waraos e Panares/E'ñepas).	– Estada com animus migratório; – Migração regularizada ex post; – Roraima como destino e rota para outros estados do Brasil (busca por habitat).
Quarto período –	Grandes contingentes de venezuelanos de classe média baixa, pobres e miseráveis (inclusive em situação de rua).	– Estada com animus migratório; – Migração regularizada ex ante (Posto de Triagem) – excetuados casos de ingressos irregulares durante a pandemia da Covid-19;

Operação Acolhida (2018-(?))		– Roraima como destino (busca por assistência social) e como rota para outros estados o Brasil (via interiorização).
	Pequenos contingentes de venezuelanos indígenas (Waraos, Panares/E’ñepas, Pemons etc.).	– Estada com animus migratório; – Migração regularizada ex ante (Posto de Triagem) – excetuados casos de ingressos irregulares durante a pandemia da Covid-19; – Roraima como destino e como rota para outros estados do Brasil (fora do processo oficial de interiorização). – Tentativas de deportação.

Fonte: XAVIER, (2021). Org. pelo autor.

Conforme análise do quadro 11, temos que a mobilidade venezuelana, no geral, de 2014 até 2018, foi aumentando em função da agravamento da crise em seu país e o perfil foi se modificando também, pois em 2014 eram pequenos contingentes de hippies e empresários; no segundo ciclo já apresentam venezuelanos com menor poder econômico e, no segundo e terceiro ciclos, já acrescentam indígenas Warao e outras etnias.

O quarto período foi no ano de 2018 quando ocorreu a militarização do acolhimento devido a Operação Acolhida, com apoio da Acnur, para os Warao, mas também dos demais patriotas venezuelanos. Teve a criação de dois abrigos no estado de Roraima, sendo um na fronteira, no município de Pacaraima, o denominado “Janokoida”, que na língua Warao significa “Casa Grande”. O outro foi na capital Boa Vista, mais precisamente no bairro Pintolândia, e nesses abrigos também eram acolhidos os venezuelanos não indígenas “*criollos*”.

O parecer técnico realizado pelo Ministério Público de Roraima, aborda que no período de 2014 a 2016 ocorreram tentativas de deportações “coletivas” realizadas através da Polícia Federal no estado de Roraima, sendo 70 pessoas no ano de 2014 e 450 no ano de 2016. Entretanto, o próprio MPF e outras instituições de defesa do Direitos Humanos intervieram para que essas deportações não acontecessem.

Além das tentativas de deportações, os Warao sofreram e sofrem com a questão da xenofobia, semelhante ao que ocorre com outros imigrantes, que temos vários exemplos pelo Brasil. Um caso chamou atenção no estado do Pará, no município de Belém, quando o Ministério Público Federal (MPF) processou uma rádio local e dois radialistas por realizarem discurso de ódio contra os Warao, no ano de 2018.

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com ação civil pública contra a emissora de rádio Marajoara, responsável pela rádio Mix FM, em Belém (PA), e contra os radialistas Raimundo Nonato da Silva Pereira e Hailton Pantoja Ferreira pela veiculação de discurso de ódio, preconceito, discriminação e xenofobia contra os indígenas da etnia Warao, originários de onde hoje é a Venezuela. O programa citado na ação foi ao ar em agosto de 2018. Em alguns minutos de conversa entre o locutor Nonato Pereira e o repórter Hailton Ferreira, o Jimmy Night, diversas vezes os indígenas foram chamados de ‘vagabundos’, entre outros preconceitos e ofensas. O MPF pediu à Justiça que seja determinada a veiculação pela rádio, por pelo menos um ano, de conteúdos propostos pelos próprios Warao, além do pagamento, pela empresa e pelos radialistas, de R\$ 300 mil em indenização por danos morais coletivos aos indígenas. (MPF/PA, 2020, *online*).

Os Waraos continuam a sua mobilidade espacial no território brasileiro, e o Ministério Público Federal de Roraima (2017) abordou as principais motivações para os indígenas estarem se deslocando para o Brasil, conforme segue:

Os Warao afirmam que estão se deslocando ao Brasil em busca de alimentos (‘porque aqui tem muito e lá não tem!’), de trabalho, fixo ou temporário e de dinheiro (que buscam auferir por meio da venda de artesanato, dos pedidos de doações e de pequenos serviços – como engraxates ou vendedores de picolé, no caso dos homens). Eles buscam também acesso à saúde, pois muitos chegam machucados e/ou com crianças doentes ou após perda de filhos, ao mesmo tempo em que parecem temer e resistir à aproximação de médicos e enfermeiras, como nos foi narrado em Pacaraima. (BRASIL/MPF, 2017, p.18-19).

Santos, J (2019) realizou um trabalho que aborda a mobilidade Warao através de um mapeamento até o ano de 2019 (mapa 17) e o percurso registrado foi saindo da Venezuela, entrando por Roraima, seguindo por Manaus, Belém e avançando para outros estados da região Nordeste, por meio terrestre e posteriormente seguindo para vários outros estados brasileiros. Segundo o autor:

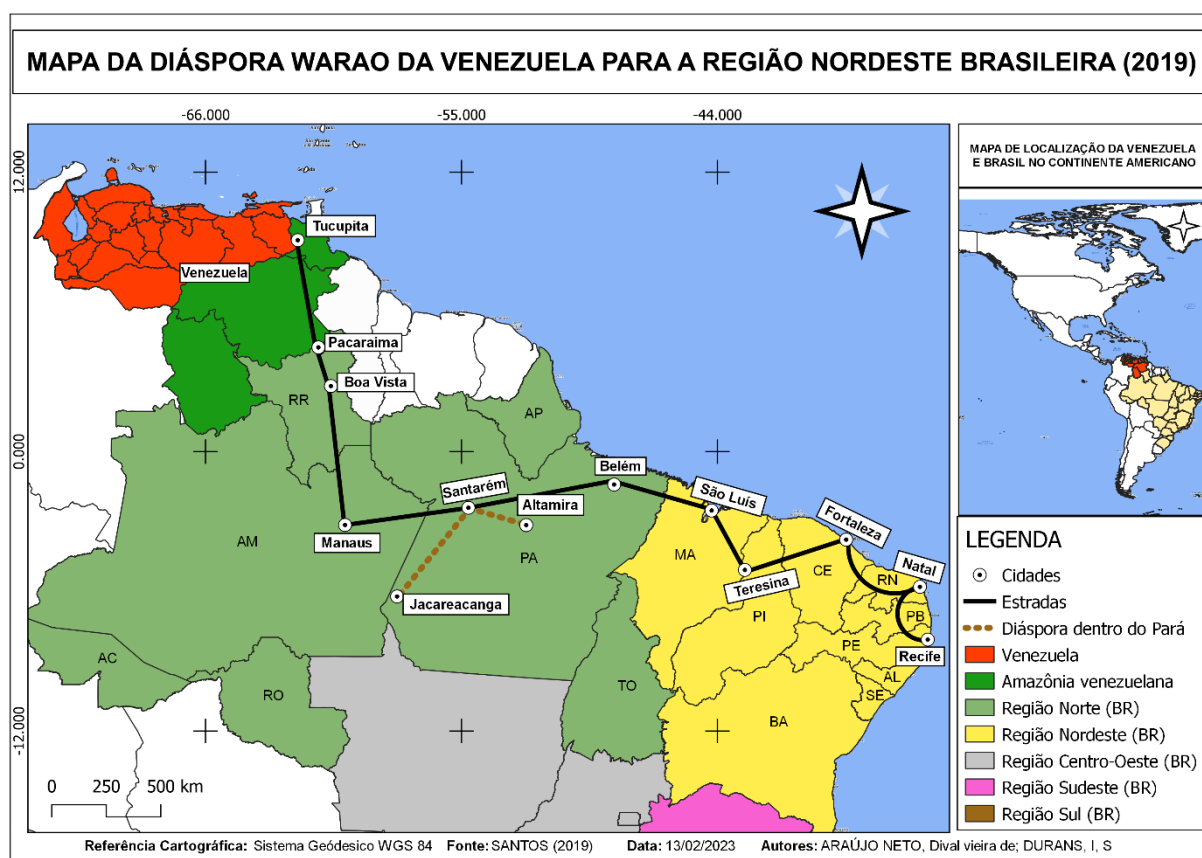
[...] a diáspora⁴¹ dos Warao seguiu o caminho partindo de Tucupita na Venezuela, entrando no território nacional pela cidade fronteiriça de Pacaraima/RR, seguindo à Boa Vista, Manaus, Belém e outras cidades do Pará, seguindo para o Estado do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. (SANTOS, J, 2019, p. 75-76).

⁴¹ Representam historicamente uma das formas pioneiras de multiterritorialidade na medida em que o deslocamento e a dispersão espacial de pessoas pertencentes a um grupo com forte identidade cultural através do mundo promovem múltiplos encontros entre ‘diferentes’ muito antes do advento dos meios de transportes rápidos e da comunicação instantânea. (HAESBAERT, 2006, p. 354).

Segundo Santos, J (2019), a mobilidade Warao em território nacional segue pelas capitais que estão ligadas pelo sistema rodoviário e a região da Amazonia oriental brasileira tem um papel importante nesse “corredor” Warao, pois, Roraima é ponto de partida, através da cidade de Pacaraima na fronteira binacional e a capital Boa Vista dá suporte para seguirem para outros estados, subsequentemente, as cidades de Manaus (AM) e Belém (PA), e assim, podem seguir para as cidades da região Nordeste.

Além de ligar o estado de Pará, a cidade de Manaus também pode ligar por via terrestre ao estado de Rondônia, através da capital Porto Velho, e assim os Warao podem seguir viagem para a região Centro-sul brasileira, ou seguir para oeste e chegar à Rio Branco, capital do estado do Acre. Essa dinâmica da mobilidade Warao foi se intensificando ao passar dos anos e o quantitativo de imigrantes que chegaram no estado de Roraima, foram se deslocando pelos estados brasileiros em função do agravamento da crise venezuelana e por conta do quantitativos de venezuelanos indígenas e não indígenas que estavam em Roraima. E no mapa 17, temos a espacialização da diáspora para a região Nordeste.

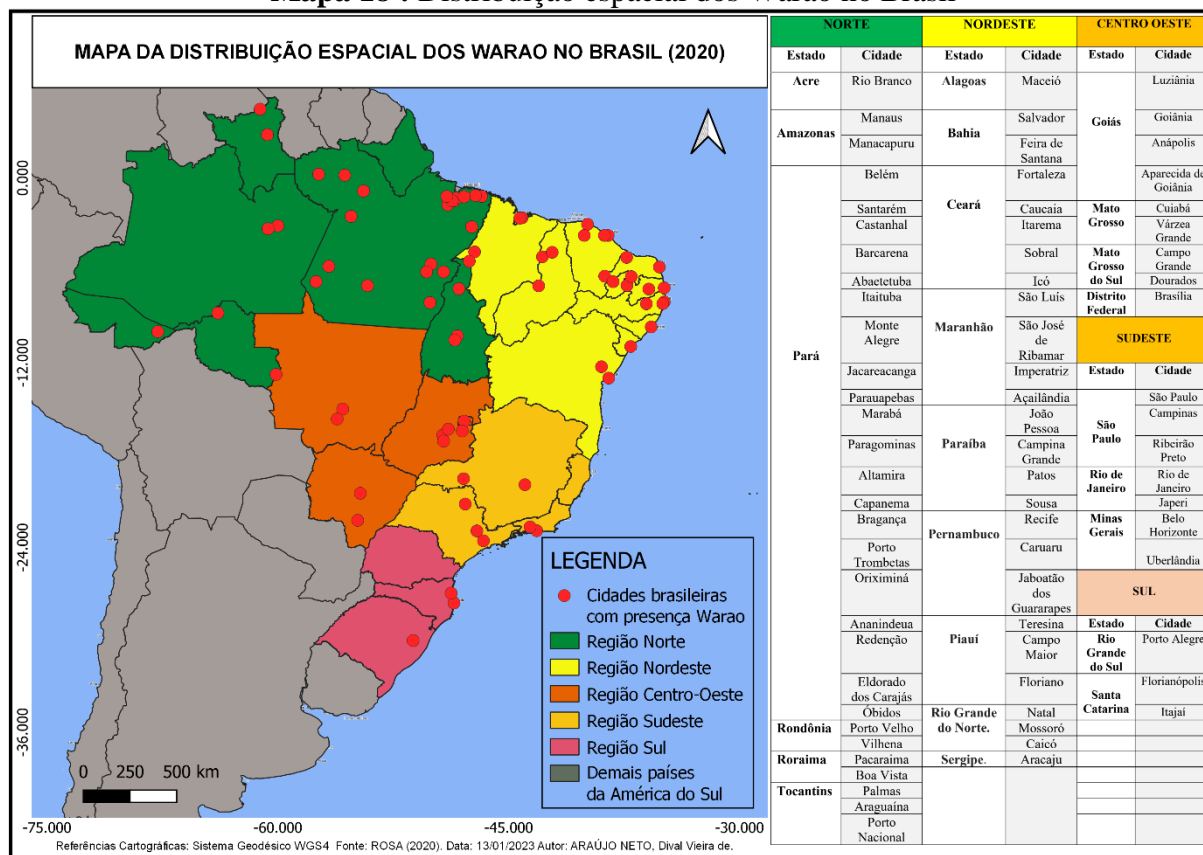
Mapa 17: Diáspora Warao da Venezuela para a região nordeste brasileira



Fonte: SANTOS, (2019, p. 76). Org, pelo autor.

Rosa (2020) demonstra em seu trabalho a mobilidade espacial dos Warao no Brasil, a partir da elaboração de um mapeamento baseado em dados das instituições públicas como pareceres antropológicos, noticiários e entrevistas com os indígenas nas cidades de Manaus e Belém, até o mês de agosto de 2020. Assim estão distribuídos em 75 municípios de 23 estados e no Distrito Federal, conforme apresentado no mapa 18

Mapa 18 : Distribuição espacial dos Warao no Brasil



Fonte: ROSA (2020). Org pelo autor

Podemos analisar no mapa 18 que os estados do Amapá, na Região Norte, Espírito Santo na região Sudeste, e Paraná no Sul, não tiveram nenhum registro até agosto de 2020. Além disso, temos o Norte como a região que obteve o maior quantitativo de municípios que receberam/recebe a presença Warao, com destaque para o estado do Pará, com 20 municípios, logo em seguida temos o Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Outra característica é que os Warao sempre se movem pelas capitais, através das rodovias e também são as capitais onde estão concentrados os principais equipamentos públicos e privados, como também são locais mais densamente populosos.

Além dos Warao, também há registros de presença de outras etnias indígenas venezuelanas no Brasil como: Pemon, E'ñepa, Kariña e Wayúu e até em setembro de 2022 o quantitativo dessas etnias juntas chegou a 8.653 pessoas, sendo que dessa totalidade, 69% são de indígenas Warao, com 5.981 indivíduos que estão em território brasileiro, conforme dados da ACNUR (2022).

Apesar de o quantitativo registrado no Censo de 2011 ser considerado desatualizado, por se passar 11 anos e com a hipótese que a dinâmica demográfica, tem se modificado, mas, se fizemos uma comparação dos 48.771 registrado em 2011, com 4.001 indígenas que foram registrado em 2021 pela Acnur (2021), teríamos mais de 10% de imigrantes Warao que migraram para o Brasil ao longo de 8 anos de mobilidade transfronteiriça.

É um número a ser considerado, pois, para uma população indígena que não possuía uma historicidade de mobilidade transfronteiriça, dispor de um quantitativo tão expressivo de contingente comparado com o Censo de 2011, e, assim, podemos afirmar o quanto é grave a crise na Venezuela, que “forçou”, a partir de 2014, a migração para o Brasil e tornou a maior população indígena venezuelana em território brasileiro.

Rosa (2020) lista alguns fatores que podem determinar o tempo de permanência em alguma cidade brasileira.

O tempo de permanência em cada cidade, dentre outros fatores, está diretamente associado à capacidade de arrecadação de bens, quer seja alimentos, roupas ou dinheiro. No Brasil, quando as doações diminuem, o que ocorre em virtude da quantidade de indígenas na cidade, das ações de atendimento e abrigamento por parte do Estado e também em decorrência da naturalização ou aversão à presença Warao, os indígenas se organizam para iniciar uma nova viagem. Em algumas situações, contudo, a mudança de cidade é inviabilizada pela falta de recursos para custearem o novo deslocamento. (ROSA, 2020, p. 35).

Rosa e Peixoto (2022) abordam sobre a coleta, que é uma das fontes de renda dos Warao em território brasileiro e que para os indígenas não significa pedir esmola, mas sim, um tipo de trabalho, que assim podem sustentar a sua família. Segundo as autoras:

Do ponto de vista tradicional, portanto, os Warao não pedem esmolas, mas ‘coletam’ o dinheiro necessário para o sustento para suas famílias. Foi a partir dessa interpretação que, no Brasil, passou-se a adotar o termo ‘coleta’ para a definição da prática de pedir dinheiro, ainda que, entre os indígenas, a expressão não venha a ser usada. Quando indagados sobre a prática, eles respondem que ‘trabalham nas ruas’ ou que ‘pedem nas ruas’, sem, no entanto, entenderem-se como mendigos ou exercendo uma atividade depreciativa e

indigna. Deve-se notar, porém, que embora os Warao compreendam o ato de pedir dinheiro por meio de categorias de pensamento próprias, a prática não corresponde a um traço cultural tradicional desse povo. **Ou seja, aquilo que, no Brasil, convencionou-se a chamar de ‘coletanão faz parte da cultura Warao, constituindo-se como uma estratégia encontrada diante da escassez de alimentos e recursos.** (ROSA; PEIXOTO, 2022, p. 22, *grifo nosso*).

Sobre como é ser migrante venezuelano Warao no Brasil, a liderança entrevistada responde:

Lider Warao: A maioria dos venezuelanos ficam só fazendo a coleta. Eu tenho conhecimento que os indígenas aqui no Brasil não trabalham, porque não tem trabalho, só fazem a coleta. Eu sei que no Brasil tem 13 milhões de pessoas desempregadas e os venezuelanos indígenas como que vamos conseguir trabalho? Primeiro que tem de conseguir trabalho é para o brasileiro.

Pesquisador: O que precisam para que possam viver melhor no Brasil?

Lider Warao: Eu tenho que conseguir um trabalho digno, pelo meu próprio suor, sem precisar do governo, com meus filhos na escola, eu conseguir pagar meu aluguel e não precisar ir pedir nas ruas e assim poderia viver digno, porque com meu trabalho pago meu aluguel, posso deixar dinheiro no banco e assim eu estaria feliz, mas eu não tenho trabalho, moro em um abrigo, como se fosse um preso, eu não tenho benefício do governo. (Informação verbal)⁴²

Podemos analisar pela fala do líder indígena, que no dia a dia das coletas e também a partir de sua mobilidade pelo Brasil que o desemprego está difícil para todos, sejam brasileiros ou venezuelanos, e por conta da falta de oportunidades de emprego, a coleta é a estratégia mais utilizada por conta de recursos financeiros.

Além das coletas, a mobilidade Warao no Brasil e como era e é realizado na Venezuela, através do movimento em rede, pode ser compreendida conforme o que Haesbaert (2006) analisa de território-rede. Ou seja, as redes podem trazer muitos elementos, entre eles a própria memória, os vínculos de amizades e os contatos com familiares. Segundo o autor, a rede só pode existir se possuir esses elementos “transportados” na mobilidade da diáspora migrante.

Ainda segundo Haesbaert (2006) a diáspora é um processo multiterritorial que possui uma inter-relação em rede, visto que:

Mesmo que tenhamos apenas a sobrevivência de referências territoriais puramente simbólicas, e que estas se reportem não a territórios particulares (como o Estado nação ou a região de origem), mas aos múltiplos territórios ou à própria dispersão (territórios dispersos) que compõem o grande território-

⁴² Entrevista realizada na cidade de Rio Branco (AC), no 16 de junho de 2021.

rede da diáspora, ainda assim devemos falar num tipo muito próprio de reterritorialização, uma territorialização múltipla, na dispersão, articulada em rede, ‘com ou no movimento’ (inerente à diáspora) e altamente simbólica – em outras palavras, uma multiterritorialidade em sentido estrito. (HAESBAERT, 2006, p. 356).

Rosa (2020) aborda essa migração em rede, que segue pelo Brasil, mas não se desligam dos amigos e parentes que ficaram na Venezuela, que assim, dependendo das condições financeiras, retornam ao país de origem para levar alimentos, rever parentes e dentre outras coisas.

Com o deslocamento para a cidade, contudo, não ocorre um desligamento da comunidade de origem, mantendo-se um movimento constante entre ambos os espaços. Apesar da distância, isso ocorre entre algumas famílias Warao que estão no Brasil, que temporariamente regressam à Venezuela, para rever ou buscar parentes, compartilhar recursos e buscar artesanato para revender em nosso país. (ROSA, 2020, p. 96).

Portanto, os Warao se movimentam em rede de parentesco/amizade que é uma característica que “guia” as mobilidades dessa população imigrante indígena, pois, os grupos familiares que estão em determinado estado do Brasil podem se mover para o estado onde estão territorializados os demais parentes ou fazer a migração de retorno para a Venezuela, para levar suprimentos, dinheiro, comida, pois “[...] significa que a dispersão dos Warao pelo Brasil envolve viagens temporárias não só a cidades brasileiras, mas também à Venezuela, com o intuito de reencontrar ou buscar parentes e compartilhar recursos, além do envio de dinheiro para lá” (BELIK, 2022, p. 118).

Dessa forma, essa rede de parentesco já se realizava nos territórios de origem, pois, “A região geográfica do rio Orinoco sempre foi marcada pelo alto grau de mobilidade residencial e também pela frequente mudança de lugar de seus assentamentos. Redes de troca conectavam aldeias vizinhas que dependiam uma das outras para realização de rituais e casamentos”. (BELIK, 2022, p. 119).

Belik (2022) continua argumentando que nas cidades venezuelanas as mobilidades continuaram, pois

Os Warao de La Horqueta, por exemplo, viajavam de barco regularmente para Tucupita e havia sempre a presença de famílias nucleares que vinham dos canais de Capure, Cocuina e Pedernales a visitar por alguns dias trazendo frutas, cestas, pássaros, chinchorros e peixe para vender e depois regressar às suas fazendas. (BELIK, 2022, p. 120).

Portanto, esses processos de mobilidades em redes familiares, como também de trocas que observamos nas cidades brasileiras, é continuação dos processos migratórios e territoriais que acontecem nos centros urbanos venezuelanos para os territórios de origem e vice-versa.

Assim, podemos dizer que a mobilidade transfronteiriça para o Brasil tornou redes Warao ainda maior, pois, mesmo em território brasileiro, se comunicam, levam produtos, dinheiro para seus parentes que estão em outros estados e também com os que ficaram na Venezuela.

Rosa (2020) aborda o seguinte ponto sobre a rede Warao:

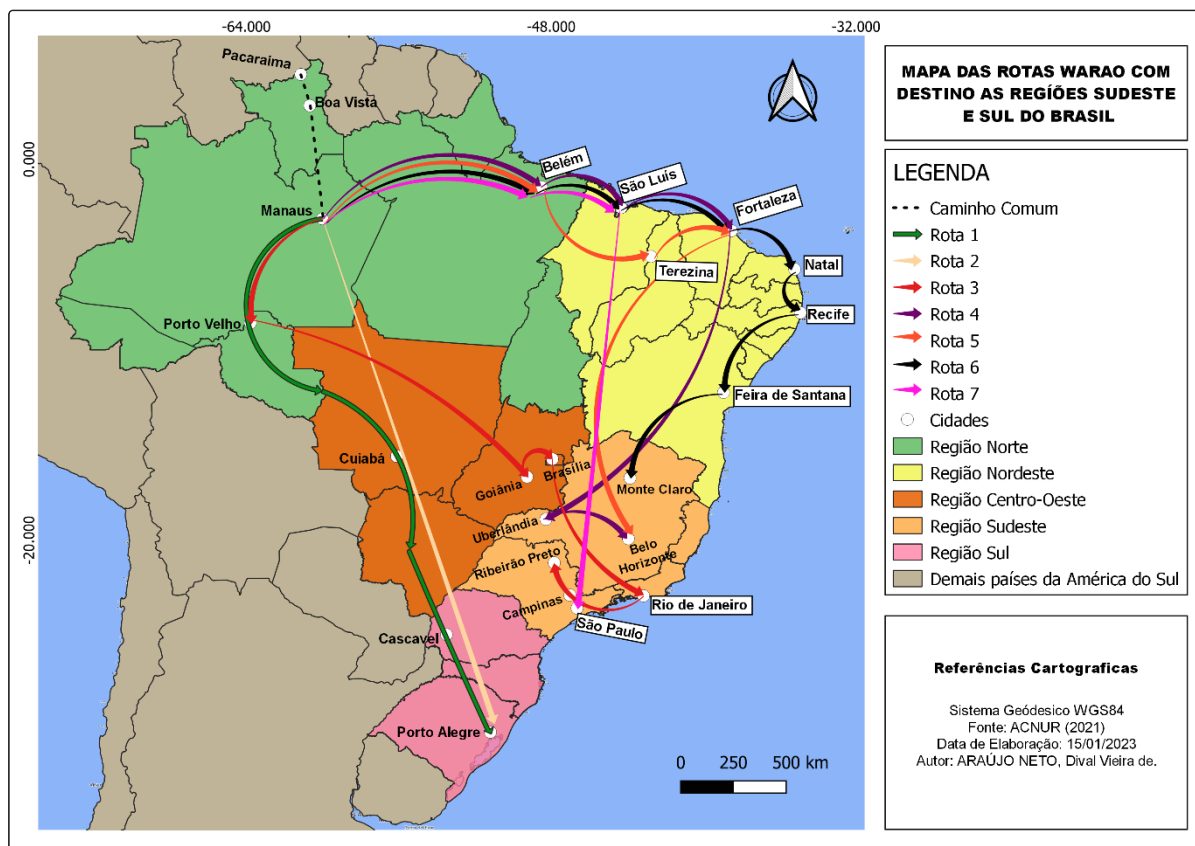
A mobilidade Warao, desde o princípio, organizou-se por meio de redes de relações sociais estabelecidas mediante vínculos de parentesco, de amizade e de conterraneidade. Através dessas redes, circulam pessoas, bens (artesanato, alimentos, roupas, dinheiro), informações/referências (tanto de lugares como também de pessoas) e saberes, inclusive, espirituais. Os novos destinos são decididos com base nesse levantamento de informações: quando se interessam por alguma cidade, seja por ouvirem alguém comentar ou por terem visto algo na televisão, iniciam essa busca por informação, perguntando sobre a distância, meios para o deslocamento, possibilidade de trabalho, clima etc. (ROSA, 2020, p. 270).

Apesar de ser um movimento transfronteiriço, os Warao com essas características migratórias se assemelham aos indígenas brasileiros, que possuem essa dinâmica de ir às cidades em busca de suprimentos, receber algum benefício governamental, realizar uma consulta e terminando seus compromissos retornam aos seus territórios.

A Acnur (2021), nos meses de novembro de 2019 a março de 2021, realizou um mapeamento das rotas Warao com destino as regiões Sudeste e Sul brasileira, todavia, nenhuma rota apontam o estado do Acre como parte desse corredor Warao.

As rotas têm como caminho comum as cidades de Pacaraima e Boa Vista, no estado de Roraima, que é o primeiro local de recebimento do fluxo e que posteriormente segue para a cidade de Manaus que direciona para as demais cidades do país. Assim divide em duas rotas subsequentes: sendo a primeira seguindo para Porto Velho e em seguida para os demais Estados da região Sul; já a segunda rota, segue para Belém e posterior pelas cidades da região Nordeste e posterior as cidades da região sudeste, conforme temos no mapa 19.

Mapa 19: Rotas Warao com destino a Região Sudeste e Sul do Brasil.



Fonte: ACNUR (2021).

Portanto, podemos analisar que a migração do povo Warao avançou praticamente para quase todo o território brasileiro. As cidades de Manaus (AM), Belém (PA) e Porto-Velho são eixos importantes dessas rotas, além disso, temos que ressaltar que são por rodovias a realização dessas mobilidades.

A fronteira entre Brasil e Venezuela é de 2.199 km, onde limitam os estados venezuelanos de Amazonas e Bolívar e os estados de Roraima e Amazonas, do lado brasileiro. Por se encontrarem na região amazônica, não existem muitos centros povoados na fronteira entre os dois países. Os fluxos de populações, bens e serviços se concentram, portanto, no município de Pacaraima, que faz fronteira com o município venezuelano de Santa Helena de Uairén, com uma distância de 20 km entre eles. Mas é especialmente na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, a 200 km de Pacaraima, onde se concentra o maior número de migrantes venezuelanos. (NIÑO, 2020, p. 53).

Após cinco anos dos primeiros registros oficiais de mobilidade de indígenas em território nacional, chegam no estado do Acre, na capital Rio Branco, os primeiros grupos de indígenas Warao, no segundo semestre de 2019, mais precisamente no final do mês de setembro

e início do mês de outubro, há poucos meses da pandemia de Covid-19. A origem desse fluxo foi de Tucupita, capital do Estado de Delta Amacuro, que é localizado em bioma amazônico em território venezuelano e transpassam o limite político Brasil/Venezuela, através do estado de Roraima e segue pelas demais capitais da Amazônia ocidental brasileira para chegar à Rio Branco.

Os indígenas Warao que chegaram em Rio Branco/Acre em meados de setembro de 2019, eram formados por um grupo familiar composto de 11 pessoas. Após percorrer uma longa rota, da cidade de Tucupita, capital do estado de Delta Amacuro (VEN), transpassar o limite fronteira venezuelano e chegam na cidade de Pacaraima (RR), primeira cidade brasileira no estado de Roraima, se deslocam até a capital Boa Vista (RR), depois se deslocaram para Manaus (AM) pela BR 319, indo até Porto Velho (RO). Outro momento foi quando seguiram pela BR 364 até chegarem à capital Rio Branco, isso em um trajeto de 3.293 Km, sendo a pé e de ônibus, durante um mês.

Sobre a mobilidade espacial da Venezuela até a cidade de Rio Branco e as motivações para sair do seu país, o líder indígena afirmou:

Pesquisador: Como foi o deslocamento do seu país de origem à cidade de Rio Branco?

Warao 1: Eu sou de Tucupita, Estado de Delta Amacuro e no ano de 2000, eu saí da minha comunidade e fui para a cidade e dentro da cidade, nunca pensamos em sair da cidade e vir para cá (Brasil) e em 2014, não tinham mais trabalho, não tinham o que comer para voltar à comunidade, não tinham comida, colheita, nada disso e por isso que muitos indígenas saíram e migraram para o Brasil. (Informação Verbal).

Pesquisador: E para outros países?

Warao 1: Não, somente para o Brasil.

Pesquisador: E quando o senhor saiu da Venezuela?

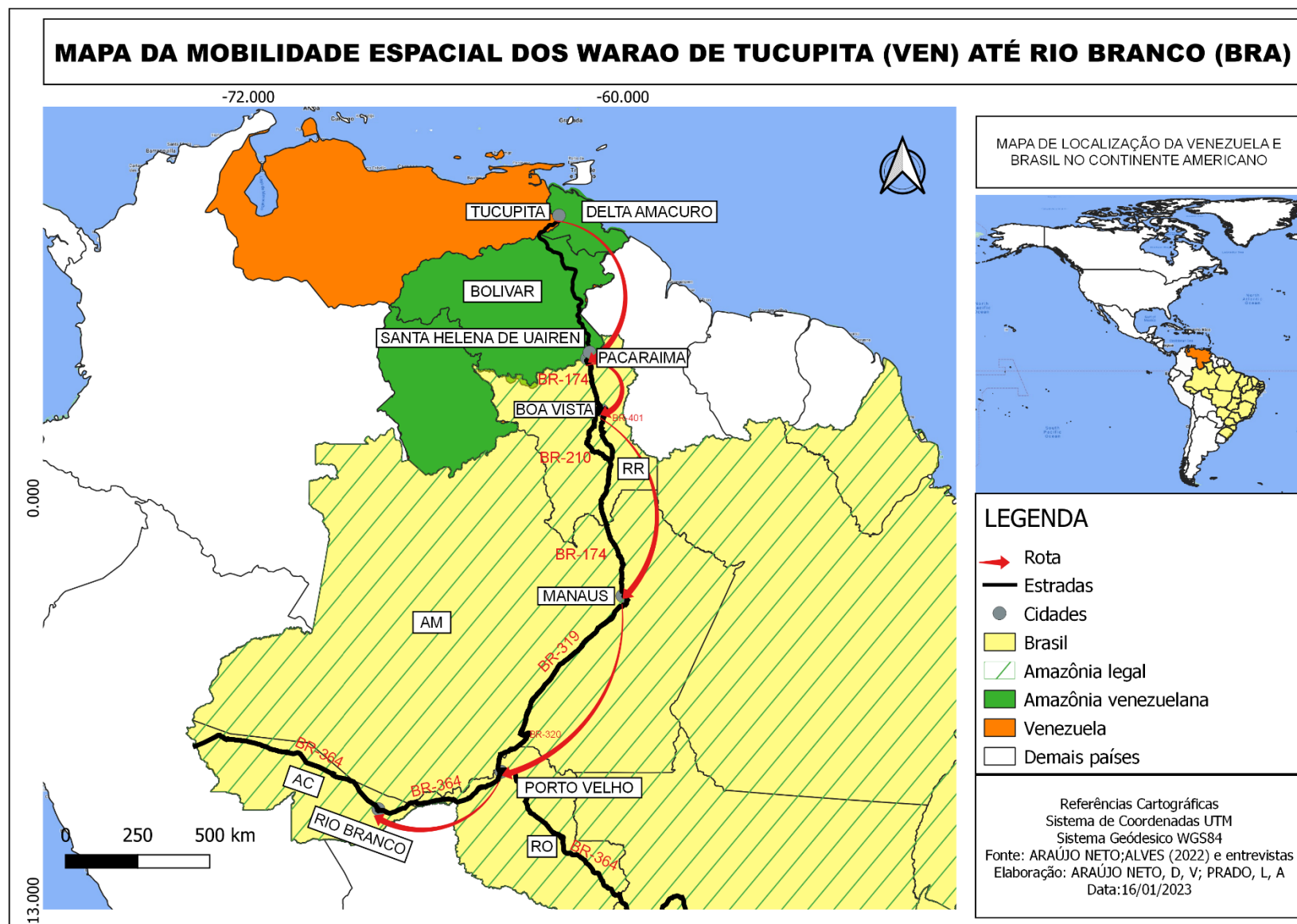
Warao 1: Eu sair da Venezuela para o Brasil em 2018 e depois voltei para a Venezuela, porque eu tinha casa, tinha televisão, e outros bens e vim para o Brasil em 14 de fevereiro de 2019, aí eu entrei para o Brasil para ficar. Eu fiquei 20 dias em Pacaraima (RR), 6 meses em Boa Vista (RR), 3 meses em Manaus (AM) e 2 dias em Porto Velho (RO). (Informação Verbal).

Pesquisador: Você já tinha algum familiar aqui em Rio Branco?

Warao 1: Aqui já estava ela (ele aponta para sua prima) e outras famílias e semana passaram foram embora cinco famílias estavam aqui. Como eu estavam dizendo, os indígenas não ficam em um estado para sempre, por causa da cultura, vivem um mês, dois meses e vão para outro estado e assim, minha família chegaram em Brasília e também, tenho um irmão que está Goiânia – Goiás. (Informação Verbal).

Portanto, temos a espacialização dessa mobilidade no mapa 20:

Mapa 20: Mobilidade Espacial dos Warao de Tucupita (VEN) até Rio Branco (BRA).



Fonte: ARAÚJO NETO; ALVES (2022) e entrevistas.

E esse grupo de Warao que fixaram residência temporária na cidade de Rio Branco, chegaram a poucos meses da pandemia, estavam realizando a coleta, e foram acolhidos pelo governo estadual acreano após pressão das entidades da sociedade civil e institucionais. Assim, tiveram que adaptar as suas estratégias de conseguir recursos para se manter, mandar dinheiro para familiares que estão na Venezuela e decidir se continuavam fixados em Rio Branco ou seguir para outras cidades brasileiras.

Assim temos no capítulo 6, iremos abordar os direitos que os indígenas conquistaram, bem como, as mobilidades realizadas no estado do Acre durante a pandemia e as estratégias de (r)existência em solo acreano.

CAPÍTULO 6: MOBILIDADE WARAO NO ESTADO DO ACRE E AS ESTRATÉGIAS DE (R)EXISTÊNCIA NA CIDADE DE RIO BRANCO (AC)

O presente capítulo tem como objetivo abordar a dinâmica territorial dos venezuelanos indígenas Warao no Estado do Acre, juntamente com as mobilidades realizadas no período de pandemia de covid-19, bem como, compreender o processo de abrigamento implantado pelo governo estadual, o perfil do indígena Warao abrigado e as estratégias de (r)existência na cidade de Rio Branco e apresentar um panorama histórico sobre os direitos indígenas Warao conquistados a partir a instalação do chavismo na Venezuela e com mobilidade para o território brasileiro e acreano, são assegurados a maioria dos direitos como os indígenas brasileiros.

6.1 - Os direitos dos indígenas Warao no âmbito venezuelano e brasileiro

Os Warao possuem os mesmos direitos no Brasil igual ao cidadão brasileiro, seja indígena ou não, e esses direitos se integralizam aos venezuelanos não indígenas e da diversas etnias e nacionalidades que estão em solo nacional, que se encontram na situação de refugiado ou não e no caso específico da etnia Warao, pode se enquadrar nos diversos direitos por serem imigrantes, refugiados, indígenas, e também se tiver inseridos crianças, mulheres, idosos, dentre outros.

No contexto da Venezuela, os direitos indígenas é algo considerado novo, muito em função da sua jurisdição que ocorreu na instalação do chavismo no país e isso foi um marco fundamental para o reconhecimento e de certa forma dar voz para uma população que foi excluída das decisões políticas sobre os seus próprios direitos, desde a colonização europeia.

O reconhecimento dos direitos dos povos indígenas na Venezuela é recente, pois foi conquistada no final do século XX, mais especificamente no ano de 1999, posterior à vitória e posse do presidente Hugo Chávez que convocou o referendo para atualizar a legislação do país. Um dos pontos principais da promulgação da nova Constituição nacional era quitar a dívida com os povos indígenas, que historicamente, não tinham seus direitos respeitados.

Conforme Orellano (2016):

A diferencia de otros países de Latinoamérica, hasta 1999 en Venezuela los pueblos indígenas no contaban con un reconocimiento constitucional explícito

de derechos que respaldaran y protegieran su cultura, sus formas de vida, espacios vitales, y propiciara la atención a los indígenas ante problemas derivados de las contingencias sociales, económicas y de las políticas del desarrollo nacional, lo cual colocaba a Venezuela en un desfase constitucional y jurídico en esa matéria. (ORELLANO, 2016, p. 115).⁴³

Dessa forma, importantes conquistas vieram “Após a promulgação da Constituição Bolivariana (1999), o legislativo passou a aprovar uma série de instrumentos legais por meio dos quais tornava operacionais os conteúdos constitucionais relativos aos direitos indígenas”. (ROSA, 2020, p.130). Por possuir um capítulo específico, que no caso é o capítulo VIII, que versa sobre os seus direitos, reconhece e considera as diferenças étnicas e suas organizações nos âmbitos econômicos e sociocultural.

Para realizar os trâmites dessa nova Constituição, tiveram a presença de lideranças indígenas como delegados com direito a voz e voto, apesar de ser minoria, com o quantitativo de apenas 3 vagas dos 131 postos de representação na Assembleia Constituinte. Porém, esse cenário é considerado de grande expressão de representação, se consideramos, que a questão dos direitos indígenas não era pauta prioritária de debate.

Conforme Rosa (2020) aborda, a inserção das lideranças indígenas nos debates da Assembleia constituinte, pode ser assim entendida:

Dos 131 postos de representação na assembleia, três deles foram ocupados por delegados indígenas de diferentes etnias e regiões, dentre eles Noelí Pocatererra, do povo Wayuu, que se tornou uma das mais importantes lideranças indígenas do país. Noelí Pocatererra conseguiu articular a criação de uma comissão específica sobre direitos indígenas, dando destaque para uma questão até então considerada marginal. (ROSA, 2020, p.146-147).

Além de obterem presença como delegados na Assembleia Constituinte, os indígenas venezuelanos também conseguiram representação no parlamento, após a efetivação da constituição nacional, dessa forma, a partir de cotas, os povos indígenas têm sua representação a contar de três vagas de deputados na Assembleia Nacional Bolivariana.

Conforme o Capítulo V da Constituição Venezuelana de 1999:

⁴³ Ao contrário de outros países latino-americanos, até 1999 na Venezuela, os povos indígenas não tinham um reconhecimento constitucional explícito de direitos que apoiassem e protegessem sua cultura, seus modos de vida, espaços vitais e promovessem a atenção aos povos indígenas diante dos problemas derivados das contingências sociais, econômicas e políticas do desenvolvimento nacional, que colocaram a Venezuela em uma lacuna constitucional e legal nesta matéria. (ORELLANO, 2016, p. 115). (Tradução Livre).

Los diputados que integran la Asamblea Nacional son elegidos, en cada entidad federal, según una base poblacional de uno por ciento de la población total del país; además, corresponderán tres diputados por cada entidad federal y habrá tres diputados en representación de los pueblos indígenas. El período de duración del mandato es de cinco años, pudiendo ser reelegidos hasta por dos períodos consecutivos como máximo. De acuerdo con lo expuesto, el número de diputados de la Asamblea Nacional sólo aumentará o disminuirá en la misma medida en que aumente o disminuya la población, en una o varias entidades federales. (VENEZUELA/CRBV, 2009, p. 78).⁴⁴

Dessa forma, no quadro 12 temos a ordem cronológica resumida dos instrumentos jurídicos aprovados que beneficiaram os povos indígenas da Venezuela, segundo Orellano (2016) e Rosa (2020):

Quadro 12: Ordem cronológica dos instrumentos jurídicos sobre os direitos indígenas na Venezuela

INSTRUMENTO LEGAL	ANO	CONQUISTA/RECONHECIMENTO
Lei sancionada sobre o Convênio nº 169 que aborda os direitos dos povos indígenas e tribais.	2000	Validação da Convenção 169 da OIT, no âmbito internacional.
Lei de demarcação e garantia do Hábitat e Terras dos povos Indígenas	2001	Formulação de políticas e planos de regulação das delimitações de terras e habitats dos indígenas.
Decreto Presidencial nº 1392 que cria a Comissão Nacional para demarcação de hábitat e terras indígenas.	2001	Criou-se comissões técnicas para garantir os direitos das demarcações das terras indígenas, com indígenas fazendo parte das comissões.
Decreto Presidencial nº 1393 que cria a comissão presidencial para o atendimento dos povos indígenas.	2001	Tinha o objetivo de desenvolver estudos técnicos, coordenação e analisar as políticas públicas voltas aos povos indígenas.
Lei sancionada do Convenio Constitutivo do Fundo para desenvolvimento dos povos indígenas da América Latina e Caribe.	2002	Aderiu o Convenio constitutivo Fundo para desenvolvimento dos povos indígenas da América Latina e Caribe. Dessa maneira, apoia o desenvolvimento e promoção os direitos dos indígenas que fazem parte da região da América Latina e Caribe.

⁴⁴ Os deputados que compõem a Assembleia Nacional são eleitos, em cada ente federado, segundo uma base populacional de um por cento da população total do país; Além disso, haverá três deputados para cada ente federado e três deputados representando os povos indígenas. O mandato é de cinco anos, podendo ser reeleitos, no máximo, por até dois mandatos consecutivos. De acordo com o acima exposto, o número de deputados da Assembleia Nacional só aumentará ou diminuirá na mesma medida em que aumentar ou diminuir a população, em um ou vários entes federados. (VENEZUELA/CRBV, 2009, p. 78). (Tradução Livre)

Decreto Presidencial nº 1796 que cria a Comissão Nacional de Educação, Cultura e idiomas indígenas.	2002	Criação de comissão nacional para desenvolver políticas voltadas a educação, cultura e idiomas indígenas.
Decreto Presidencial nº 2028 que altera a celebração do dia 12 de outubro.	2002	Alteração da celebração do dia 12 de outubro de 'Dia da Raça' para 'Dia da Resistência Indígena'
Lei orgânica dos Povos e Comunidades Indígenas.	2005	Reconhece e protege os povos indígenas como povos originários, dessa forma, garantindo e preservando seus direitos e também sua participação ativa nas decisões sobre assuntos relacionados tanto aos seus direitos com indígenas, mas também como cidadão nacional.
Criação do Ministério do Poder Popular para Povos e Comunidades Indígenas	2007	Criação de um ministério especificamente para desenvolvimento de políticas voltadas aos povos indígenas que substitui a Diretoria de Assuntos Indígenas, criada em 2001, e que tinha vinculação ao Ministério de Educação, Cultura e Esportes.
Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.	2007	O país vota a favor da adoção da declaração da ONU, sobre os direitos dos povos indígenas.
Lei de Idiomas Indígenas.	2008	Tem como objetivo de preservar, fortalecer e defesa dos idiomas indígenas.
Lei de Patrimônio Cultural dos povos e Comunidades Indígenas.	2008	Tem como objetivo proteger, preservar e valorizar o resgate do patrimônio cultural dos povos indígenas, desse modo, cuidar de sua identidade cultural.
Lei do Artesão e Artesã Indígena.	2009	Tem como objetivo garantir os direitos dos artesões e artesãs e suas atividades de artesanato. Essa lei é importante para os Warao, porque é um povo que culturalmente trabalha com artesanato, principalmente desenvolvendo trabalhos com Buriti.
Lei Orgânica contra a Discriminação Racial	2011	Tem como objetivo manifestar e reconhecer a diversidade cultural da população venezuelana.

Fonte: Adaptado de ORELLANO, (2016); ROSA (2020). Org. pelo autor.

Rosa (2020) aborda que além dessas leis e decretos que beneficiaram diretamente os indígenas, houve outras leis na Constituição venezuelana que os povos indígenas findaram sendo beneficiados com políticas públicas como leis que tinham o foco na preservação de meio ambiente, como por exemplo a Lei Orgânica do Meio Ambiente, aprovada em 2006. Outro exemplo de participação na organização da sociedade é a Lei Orgânica dos Conselhos

Comunitários, aprovada em 2009 na qual, os indígenas pudessem participar das decisões políticas, dentre outros.

Entretanto, mesmo com avanços no campo da legislação, Orellano (2016) aborda que ainda existem dificuldades para o cumprimento dos direitos indígenas na Venezuela. Segundo o autor:

No obstante, las dificultades prácticas (titulación de tierras, asimilacionismo solapado, tensiones políticas) que han enfrentado los derechos indígenas hacen pensar que aún persiste la desconfianza sobre ese reconocimiento y que aún falta camino por recorrer si se quiere obtener un respeto como ciudadanos plenos en Venezuela. Eso pasa por vencer ideas que podrían estar descontextualizadas — como por ejemplo la idea de instituir derechos diferenciados como una forma de saldar una deuda histórica o la construcción de un orden político contrario a la democracia — y que antes de fortalecer las demandas de los indígenas podría debilitarlas de cara a un genuino reconocimiento. (ORELLANO, 2016, p. 141).⁴⁵

Quando trazemos a discussão sobre os direitos indígenas conquistados pelos venezuelanos Warao no Brasil, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), entidade ligada a Organização das Nações Unidas (ONU), reconhece em suma que:

[...] os direitos já reconhecidos aos povos indígenas pelo Estado brasileiro são aplicáveis à situação dos indígenas que migram da República Bolivariana da Venezuela ao Brasil, particularmente para proteger de violações individuais e coletivas os direitos indígenas. Como quaisquer outras pessoas, os indígenas são detentores de direitos, inclusive de ir e vir, de morar em contextos urbanos ou rurais, e devem estar livres de qualquer tipo de violência e discriminação. Por isso, ao pensar no acolhimento, atendimento e acompanhamento desse fluxo migratório, a proteção da identidade indígena e o direito à autonomia devem ser entendidos como direitos fundamentais, assim como o esforço para superar visões, ideários e práticas assimilacionistas. (OIM, 2018. p. 30).

Portanto, os indígenas Warao têm os mesmos direitos ao brasileiro nato e sem sofrer preconceitos por suas diferenças ético-culturais, e está garantido a emissão de documentação (protocolo de refúgio, residência, Cartão do SUS, Carteira de Trabalho, CPF, entre outros) e assim gera acesso aos serviços da rede pública, como todo (i)migrante e refugiado em território nacional.

⁴⁵ No entanto, as dificuldades práticas (titulação da terra, assimilação sorrateira, tensões políticas) que os direitos indígenas enfrentaram sugerem que a desconfiança desse reconhecimento ainda persiste e que ainda há um longo caminho a percorrer se quisermos obter respeito como cidadãos plenos na Venezuela. Isso acontece pela superação de ideias que poderiam estar fora de contexto — como a ideia de instituir direitos diferenciados como forma de saldar uma dívida histórica ou a construção de uma ordem política contrária à democracia — e que antes de fortalecer as demandas dos indígenas as pessoas poderiam enfraquecê-los diante de um reconhecimento genuíno. (ORELLANO, 2016, p. 141). (Tradução Livre).

Segundo Xavier (2021) por serem indígenas migrantes e refugiados aplica-se os direitos garantidos aos indígenas brasileiros e, assim, as três esferas (municipal, estadual e federal) ficam com a responsabilidade de assegurar tais direitos pelo fato do Brasil fazer parte de acordos assinados como a Declaração Universal dos Direitos dos Povos indígenas (assinado pela Assembleia geral da ONU, em 13 de setembro de 2007) e a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que foi ratificado desde 2002, por meio do Decreto Legislativo nº 143, em vigor desde 2003. Tais direitos são assegurados pelos artigos 231 e 232 da Constituição Federal Brasileira que garante a proteção dos indígenas e pelo Estatuto da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) – por meio do decreto nº 7.778, de 23 de março de 2017 e pela Nova lei de Migração (nº 13.445, de 24 de maio de 2017).

E quando trazemos à discussão de assegurar direitos de crianças e adolescentes indígenas migrantes, a Acnur (2021) aborda que têm o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigos 3º, 4º, 5º e 6º). E no caso da educação, temos o artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que aborda sobre o desenvolvimento de programas de educação escolar em formato bilíngue para povos indígenas e o parecer nº 14 e a resolução CNE de nº 03/1999, que estabelece as diretrizes curriculares da educação escolar indígena e define que as aulas têm que ser ministradas em sua língua materna. O material didático tem que respeitar o contexto sociocultural de cada etnia brasileira e isso está garantido em todo o território brasileiro, o que englobaria os indígenas Warao por estarem fixados temporariamente ou definitivamente no País.

Os Warao por estarem em condição de refugiados no Brasil, através da lei nº 9.474/1997, do artigo 1º (BRASIL, 1997) e asseguradas por diferentes legislações e acordos globais, conquistaram diversos direitos. Entretanto, ainda é um desafio garantir educação dos indígenas migrantes, porque historicamente o Brasil que é rico na diversidade cultural indígena ainda não conseguiu desenvolver uma política educacional que atenda as especificidades dos estudantes de etnias indígenas brasileiras, que possuem normativas conquistadas ao decorrer de lutas de anos. No caso dos migrantes, que é um caso recente e que possui um contexto de ajuda humanitária, tiveram políticas executadas em caráter emergencial realizadas dentro de abrigos após pressão de instituições públicas e da sociedade civil organizada e, por outro lado, com a mobilidade como possibilidade de melhoria de vida, o ensino pode ser prejudicado.

Conforme Acnur (2021):

Os Warao, como bem sabemos, além de estarem na condição de pessoas refugiadas ou migrantes, são indígenas; por isso, têm direito à educação diferenciada, intercultural e bi/multilíngue, assegurado por legislações nacionais e tratados

internacionais. Nesse aspecto, assim como ocorre na atenção à saúde diferenciada, eles se deparam com desafios semelhantes àqueles enfrentados pelos demais indígenas em contexto urbano no Brasil, historicamente desassistidos pela política indigenista, permanecendo fora da escola ou tendo de ingressar na rede regular de ensino. (ACNUR, 2021, p. 56).

Em 2020, outro direito conquistado não somente pelos os Warao, como também, para todos os migrantes e refugiados foi a facilitação de ingresso do (i)migrante na rede pública de ensino. A respeito, temos a Resolução nº 01/2020 do Ministério da Educação (MEC), que dispõe sobre o direito de matrícula no sistema público de ensino brasileiro de crianças e adolescentes (i)migrantes que estão na condição de: refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio. A resolução determina que o migrante seja dispensado do requisito de documentação comprobatória de escolaridade advinda de seu país. Os imigrantes que perderam ou tiveram furtados seus documentos durante o trajeto para o Brasil terão a possibilidade de estudar em escolas da rede pública. Com isso gera uma democratização do ensino. Conforme explana Almeida (2015)

A democratização do ensino, entendida num contexto mais amplo, como a conquista do direito universal à educação, nos diversos níveis de ensino, não se limita apenas ao acesso à escola, mas inclui também, a garantia de permanência em instituições de ensino de qualidade e garantia de um sistema educacional que possibilite igualdade de oportunidades, como construção do sucesso em todo o contexto social. (ALMEIDA, 2015, p. 29).

Portanto a educação escolar do povo Warao é um desafio e a constituição da política estruturada exige que os governos, instituições da sociedade e de caráter multilateral que realizem uma política educacional para os Warao. Todavia, executar uma política educacional para os Warao se torna mais difícil por conta que eles não possuem uma territorialidade fixa e se encontram em constante mobilidade espacial:

A educação escolar indígena dos Warao em território brasileiro tornou-se um desafio a ser superado diante das novas complexidades culturais provenientes dos novos fluxos migratórios. A construção de alternativas educacionais é de suma importância para a sensibilização e compreensão das necessidades de estudos e proposições sobre a diversidade sócio-cultural que se exige na atual configuração política do Brasil. (PAREDES *et al*, 2019, p.67)

A partir desse contexto, a educação de imigrante fica sobre o controle social do Estado que articula políticas educacionais com o enfoque para o migrante. No caso dos

indígenas Warao que estão na condição de refugiado, o Estado presta o acolhimento institucional a partir de criação de abrigos, saúde, educação e as demais assistências.

Xavier (2021) elenca questionamentos jurídicos sobre os direitos dos Warao e demais indígenas venezuelanos que estão territorializados no Brasil, para que o Estado brasileiro possa efetivamente formular políticas para esse público. Segundo o autor:

Não parece provável que os Warao, a curto ou médio prazo, vão retornar em definitivo à Venezuela. Se no Brasil eles passam a ser vistos sobremaneira a partir da sua condição de indígenas, mais do que da de migrantes, isso certamente faz suscitar questionamentos jurídicos que, tarde ou cedo, exigirão esforço interpretativo dos tribunais e dos formuladores de políticas, a fim de que seja definido se eles são titulares dos direitos indígenas mais importantes reconhecidos à luz da legislação nacional. Esses questionamentos são cruciais para que se esclareça quais são, efetivamente, as responsabilidades e obrigações que tem o Estado brasileiro em face dos Warao enquanto índios que são, embora estrangeiros. (XAVIER, 2021, p. 393).

No caso do estado do Acre, assim como em vários estados brasileiros onde possui presença dos indígenas venezuelanos Warao, o Estado somente age quando instituições como a Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal (MPF) e instituições da sociedade civil, como a pastoral do Migrante e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), pressionam o Estado para executar a demanda em caráter emergencial.

Por isso, em dezembro de 2019, diante da realidade de vulnerabilidade social dos Warao encontrada em Rio Branco (AC), também do reconhecimento dos direitos conquistados pelos indígenas, a Defensoria Pública da União – DPU, em jurisdição na capital acreana expediu, em conjunto com o Ministério Público Federal – MPF, Ministério Público Estadual – MPAC e Defensoria Pública Estadual – DPE, recomendações norteadoras ao atendimento do povo Warao através da Recomendação Conjunta DPU/MPF/DPE/MPAC nº 01/2019 de 19 de dezembro de 2019.

Através deste ofício recomendou que as instituições governamentais das três esferas (municipal, estadual e união) mantenham o atendimento das pautas das necessidades do povo Warao, além de providenciar, em caráter de emergência, a criação de um abrigo, atendimento médico, alimentos, material de limpeza e inserção as crianças e os adolescentes em idade escolar na rede pública de ensino básico. Portanto, com essas pressões judiciais organizadas por instituições de defesa dos Direitos Humanos, iniciou-se os primeiros movimentos para construção de uma política pública e articulada voltada ao público indígena (i)migrante e refugiado, para assim, garantir, de maneira mínima, a dignidade humana, enquanto, decidir ficar no Estado do Acre.

E quando os Warao já estavam em acolhimento do governo do Estado, a Defensoria Pública da União (DPU), no ano de 2021, emitiu uma nova recomendação através do ofício N° 01/2021/5° OFÍCIO/DPU/AC, para que as secretarias de saúde do Estado e dos municípios incluir os Warao no planos estadual e municipais como grupo prioritário para vacinação da Covid-19, por conta do cenário de calamidade pública que foi gerado por causa da pandemia, e por causa que os indígenas Warao não estavam nos grupos prioritários a para vacinação e também, porque os indígenas Warao em outros estados já tinham sido vacinados e a recomendação solicita que Warao sejam incluídos nos planos estadual e municipal, assim como os indígenas nacionais também estavam incluídos.

Os indígenas venezuelanos Warao no estado do Acre, assim como em outros estados brasileiros, somente receberam assistência dos governos estaduais e federal por causa da pressão de instituições públicas e da sociedade civil, mas sobre esse caso específico da territorialidade temporária dos Warao em terras acreanas tem a especificidade da chegada há poucos meses antes da covid-19 e posteriormente, possuindo a maior periodicidade de permanência desses grupos na capital Rio Branco foi em tempos de pandemia, gerou a necessidade de acolhimento emergencial.

Portanto, foram a partir desses ofícios e pressão institucional que os Warao na capital Rio Branco, foram transferidos de locais que estavam morando alugados localizados na região central da cidade e foram transferidos para abrigos improvisados temporários distantes do centro da cidade, conforme discussão no próximo item.

6.2 – Os locais de acolhimento na cidade de Rio Branco (AC)

Como foi constatado no capítulo anterior, os indígenas venezuelanos Warao, percorreram uma grande distância para chegar à Rio Branco, na Amazônia Sul-ocidental, e fixados na capital acreana ficaram residindo em apartamentos de preço populares permitido pelas suas economias e o dinheiro adquirido nas coletas. Também contaram com o acolhimento de uma migrante cubana, que já residia em Rio Branco e partir de março de 2020, com a pandemia de Covid-19, ficam acolhidos pelo governo estadual.

Dessa forma, os Warao ficaram alojados em cinco pontos de acolhimento na cidade de Rio Branco (AC), sendo eles: 1) Casa alugada no Bairro Aviário; 2) Apartamento de preço popular no Bairro Base, 3) Prédio abandonado no bairro Base; 3) Escola Campos Pereira no bairro Cidade do Povo; 4) Chácara Aliança no bairro Jorge Lavocate; e, 5) Casa alugada no bairro Base.

Como os Warao estavam há poucos meses residindo em Rio Branco e em virtude da pandemia de Covid-19, a partir de março de 2020 foram acolhidos em abrigo governamental, pois, desde a chegada dos primeiros grupos, a partir de setembro de 2019, as entidades da sociedade civil e governamentais de Direitos Humanos estavam cobrando pelo acolhimento ou uma melhor assistência do Estado. Porém, a resposta governamental só foi executada, de forma emergencial, com financiamento do governo federal em período pandêmico, pois, até então não tinham nenhuma política para os imigrantes indígenas.

Um líder Warao explicou em entrevista como foi a mudança de moradia na cidade de Rio Branco (AC) até a chegada do governo estadual para acolhê-los em abrigos.

Pesquisador: Como foi sua chegada em Rio Branco?

Warao 1: Eu vir para o Acre e tudo estava bem, eu morei em Bairro Aviário, dois meses de aluguel, depois saímos de lá porque não tínhamos dinheiro e depois fomos para a Base e não pensávamos que iria ter pandemia e aí chegou o coronavírus. Aí chegou a secretária de Direitos humanos e Assistência Social e falaram assim: ‘vocês estão morando em prédio abandonado, é melhor vocês irem para um abrigo’ e nos levaram para a escola Campos Pereira, depois chegamos aqui, cinco famílias que chegaram depois da gente, já voltaram para outros estados e estão em Porto Velho, Cuiabá, Mato Grosso e vão para outros estados. (Informação Verbal)⁴⁶

Os Warao ficam morando em uma casa alugada no bairro Aviário por cinco meses sobre a tutela de uma imigrante cubana e depois saíram e foram para o bairro Base. Essa imigrante cubana, que chegou no Brasil em 2018, trabalha desde julho de 2021 como Chefe da Divisão de Apoio ao Migrante e Refugiado da Secretaria de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres (SEASDHM). Desde que ela chegou em território acreano, não encontrou política de acolhimento, pois a política governamental tinha se encerrado no ano de 2016. Nos anos posteriores, não teve acolhimento e organismos da sociedade civil, como por exemplo a Cáritas na cidade de Rio Branco que abriu uma casa de passagem, na qual essa imigrante ficou acolhida e também foi onde conseguiu um trabalho informal de empregada doméstica. Segundo a imigrante cubana:

Eu vi para o Brasil em 2018, e eu entrei por Roraima, e fui até Boa Vista, e depois fui até Manaus, e, onde fiquei por duas semanas, foi negada ajuda, por eu ser cubana, pois a ajuda era somente para venezuelanos. Então, tive várias situações e decidir que não iria mais ficar no Brasil, e eu iria para o Peru. Então foi por isso eu cheguei até Rio Branco, quando eu cheguei aqui em Rio Branco, no Acre, e aqui não existia política de acolhimento ao migrante. No

⁴⁶ Entrevista realizada por líder Warao, na cidade de Rio Branco (AC), no 16 de julho de 2021.

início, a gente foi encaminhado pela Secretaria de Direitos Humanos para casa do [senegalês] El Hadji, que acolhia imigrantes, porém, a casa dele estava super lotada, e aí, ficamos desesperados, porque eram 15 adultos e umas 7 ou 8 crianças em uma casa que tinha somente um quarto. E como a gente iria ficar ali ? porque não tinha condições. Então meu marido conversou com o El Hadji e pediu para ele nos encaminhar para uma igreja e ele nos apresentou o padre Marcos, da Paróquia Santa Cruz e também fazia parte da Cáritas diocesana, e o padre nos levou para a casa da Cáritas, que ficava duas casa ao lado de El Hadji, que é no [bairro] Defesa Civil. E quando cheguei na casa da Cáritas, teve várias situações e a gente era 15 adultos e somente a minha filha de criança em uma casa que tinha só dois quartos, e assim era muito complicado, mas a gente tinha um teto e comida todo dia, mas estava tudo certo no início, porque o padre Marcos nos ajudou muito, a Cáritas também, continuando comprando comida toda semana, até que chegou um casal de brasileiro [na casa] procurando empregada doméstica, e chegou dizendo – Estou procurando empregada e vocês aqui precisam de trabalho? Assim, meu marido me puxa e fala – Ela, é ela que precisa de trabalho- , e o homem olhou assim pra mim e ficou desconfiado, porque era nova e perguntou quanto eu estava no Brasil e respondi que era dois meses, também perguntou sobre a minha família e meu marido. Então esse homem ficou mais tranquilo, porque eu estava em família e assim, chamou a esposa dele e nos sentamos e conversamos e eu fui trabalhar de empregada doméstica e esse casal conseguiu um trabalho para meu marido nesse mesmo residencial, onde eles moravam. Meu marido trabalhava de carteira assinada e minha filha começou na creche e assim é muito difícil ser um migrante, quando chega no país, quando chega sem nada. Esses meu ex's patrões deram um apartamento que servia de repouso e que não podia alugar, e era pequeno, com menos condições e moramos nesse apartamento com a condição de cuidar do prédio, limpar, arrumar e quando saía algum inquilino fazíamos todo esse serviço. (informação Verbal, imigrante Cubana, 2022)⁴⁷.

Após o fechamento da casa da Cáritas no ano de 2018 que era o local de acolhimento de imigrante na cidade de Rio Branco, essa migrante decide criar por conta própria duas casas de acolhidas, inicialmente uma para migrantes “gerais”, e quando chegam os Warao, é criado uma segunda casa especificamente para os indígenas.

Na outra casa, tive peruano, colombiano, dominicano, cubano, venezuelano [não indígena], que deram um total de 117 acolhidos. Além disso tive problemas com umas quatros famílias, mas assim, na época, a casa era minha e não tinham nenhuma instituição, porque a casa foi conta própria minha, porque quando decidir abrir a casa, foi com um objetivo, porque eu já passando por isso, já vivi na rua. Quando a Cáritas fechou a casa de acolhida em 2018, todos os migrantes ficaram na rua e quando foi 2019, vim com a iniciativa de criar a casa de migrantes, porque tive um olhar mais sensível para aquelas crianças que estavam na rua e que não tinham quem acolhessem. Na época o Estado não dava suporte, a prefeitura, menos ainda e estava difícil, porque se você visse que tinham crianças, homens, mulheres e idosos e tinham episódios de pessoas que estavam bebendo, querendo brigar, e eu tive um caso que recebi duas famílias que na época, que [a diretoria de] direitos humanos

⁴⁷ Entrevista realizada na cidade de Rio Branco, no dia 07 de outubro de 2022.

mandou pra mim e uma era inimiga da outra, que vieram do Peru brigados, e um dos homens pegou uma faca para brigar com o outro e eu pedir para eles - se comportem, porque eram 8h da noite, que amanhã a [diretora] Fran ira resolver sobre a família que irá levar para outro local-, [e o motivo dessa briga] foi que uma família, ‘emprestou’ uma criança para a outra lá no Peru, para pedir nos semáforos, e depois o dinheiro não foi dividido e gerou toda essa situação. Ai quando foi umas 2h da madrugada, me liga uma mulher, que morava na casa desesperada, porque estavam querendo brigar e meu marido pegou o carro na hora e eu trabalhava de empregada doméstica e no outro dia, tinha que trabalhar. Assim meu marido expulsou essa duas famílias para fora da casa e as famílias tiveram de ir para outro local. E assim, as regras da casa eram não brigar, manter o local limpo, nada de drogas ou bebidas e lá eles poderiam. (informação Verbal, imigrante Cubana, 2022).

E com a chegada dos Warao em Rio Branco, ela decide os acolher após conhecer eles nas ruas da cidade:

Na verdade, eu conheci os Warao quando eles estavam na rua, ainda não tinham sido abrigados, na época pela diretora Fran, que era diretoria dos Direitos Humanos [do Estado] na época. E eu na época, tinha uma casa de acolhida de imigrante por conta própria, era mantida por doações pela comunidade e quando chegou o caso dos Warao, decidimos abrir uma segunda casa, porque eles não conviviam com outras nacionalidades, como também, não conviviam com os não-indígenas [venezuelanos]. Então abrimos essa segunda casa com apoio do padre Marcos, da paróquia Santa Cruz, aí no primeiro momento com o aluguel, aí depois eu fui atrás de outras igrejas. Fiz entrevista em rádio. A comunidade começou a ajudar. E na época eram 36 indígenas Warao e eram só cinco famílias, porque os outros quiseram ficar no bairro Base, aí depois, uns cinco meses, que a [diretora] Fran colocou eles na escola da cidade do povo. (informação Verbal, imigrante Cubana, 2022).

E sobre o acolhimento dos Warao, ela aborda que:

A cultura deles é diferente, porque são indígenas. Eles têm a sua própria cultura, suas próprias leis, seus próprios costumes, seu próprio jeito de se alimentar, de um jeito específico deles. Então foi muito difícil manter a casa com doações, e chegou em um nível que já não dava mais como, e ai eles viram que teriam mais possibilidades de conseguir ajuda indo para o abrigo do estado. E quando eles foram abrigados pelo Estado, eu não fiz parte, porque eu não trabalhava para o estado, eu só trabalhava como empregada doméstica sem carteira assinada, sendo informal. Eu já tinha a outra casa para manter, que já era difícil, porque tinha aluguel, energia, alimentação. Contamos na época com doações do ‘Mesa Brasil’, aonde chegava um caminhão toda semana nas duas casas, e deixavam muitas doações. A casa de imigrante gerais, era na rua Venezuela, no bairro Habitasa e a casa dos Warao era no bairro Aviário, do lado da paróquia São Sebastião. (imigrante Cubana, informação Verbal, 2022).

E ela continuam explicando sobre as doações recebidas:

No início era o padre Marcos que ajudava o aluguel, depois, eu conheci uma pessoa que faz parte de uma igreja evangélica e o pastor da igreja foi pessoalmente conversar com os Warao e esse pastor começou a repassar o valor do aluguel que era de R\$ 1.000,00. Como eu expliquei, a cultura deles é complicada, é naquela casa que comecei com doações, quando a pessoa chegava com as doações, eu me retirava, e assim, eu deixava a pessoa que estava doando conversando com o migrante e aí eu não fazia essa intervenção e o dinheiro deixando para o migrante era melhor e assim eles pegavam o dinheiro da igreja e pagavam o aluguel. Então os Warao ficaram de novembro de 2019 a março de 2020, comigo. (Imigrante Cubana, informação Verbal, 2022).

E por causa da experiência com acolhimento voluntário e com a prefeitura criando abrigos, ela fecha as suas casas de acolhimento e vai trabalhar inicialmente no abrigo da prefeitura de Rio Branco, onde ficou trabalhando em período curto, e após esse período vai trabalhar nos abrigos do governo estadual, pois, “em setembro [em 2019], quando a prefeitura de Rio Branco abriu um abrigo e assim eu fechei a casa para ‘migrantes gerais’ e fui chamada para trabalhar como tradutora lá, onde fiquei por uma semana e depois fui chamada para o Estado para trabalhar como coordenadora do abrigo de imigrantes que não eram indígenas” (imigrante Cubana, informação Verbal, 2022).

Conforme dados coletados a partir de pesquisa de campo, os Warao chegaram em grupos familiares divididos no quantitativo de 15 pessoas que se instalaram com os demais parentes que viviam na cidade, após sair do bairro Aviário, foram morar de aluguel em apartamento de preço popular de R\$ 40,00 a diária, mas em condições insalubres, localizado Av. Epaminondas Jácome, no bairro Base, na região central de Rio Branco (foto 06).

Entretanto, ao passar dos meses, constatou-se o deslocamento de mais famílias para Rio Branco e assim o espaço onde habitavam ficou pequeno. Como os indígenas não tinham recursos financeiros para pagar um local maior, acabaram ocupando um espaço abandonado (foto 07) ao lado desse apartamento nessa mesma avenida de Rio Branco.

Foto 06: primeiro local de residência dos Warao em Rio Branco/AC



Fonte: Trabalho de campo (2019)

Foto 07: Indígenas Warao abrigados em prédio abandonado em Rio Branco/AC



Fonte: Pesquisa de Campo. Maio de 2020.

Com a situação difícil dessas famílias, o governo estadual foi obrigado a acolhê-las e levá-las para uma escola de ensino profissionalizante no bairro Cidade do Povo, em março de 2020. Essa mudança ocorreu após a fiscalização e pressão de instituições como os Ministérios Públicos Estadual e Federal, Defensorias Públicas Estadual e Federal, entre outras instituições públicas e da sociedade civil como a Pastoral do Migrante, Cáritas, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Universidade Federal do Acre (UFAC). Portanto, teve que ser criada uma política emergencial para acolher os indígenas que praticamente chegavam quase todos os dias em Rio Branco, o que foi um desafio porque no Acre, nunca teve uma política estruturada para atender imigrantes indígenas.

Através da análise do Regimento Interno criado pela Secretaria de Assistência do Estado, organizamos um fluxograma do atendimento ao indígenas Warao na cidade de Rio Branco, conforme veremos na figura 14.

Figura 14: Fluxograma de Atendimento aos indígenas Warao nos abrigos na cidade de Rio Branco (AC).



Fonte: ACRE (2020).

Como podemos observar no fluxograma, a estrutura preparada para o abrigamento dos indígenas Warao na cidade de Rio Branco (AC) é composto por um conjunto de normas/regras que orientam e definem a estadia dessa população sobre o acolhimento governamental.

Rosa (2020), aborda sobre o cotidiano e controle em abrigos gerenciados pelo Estado. Segundo a autora:

O cotidiano, nesses espaços, pode ser pensando por meio da tríade: controle-colaboração-subversão. O controle existe, sobretudo, por parte da coordenação e dos diferentes profissionais que atuam no local, porém, alguns indígenas, por diferentes motivos, adotam uma conduta colaborativa para com esses funcionários, e passam a reproduzir as mesmas práticas de controle em relação aos demais abrigados. (ROSA, 2020, p. 209).

Na foto 08, temos o registro de grupos Warao que estavam acolhidos, em setembro de 2020 na Escola Campos Pereira, no bairro Cidade do Povo.

Foto 08: Os indígenas Warao na escola Campos Pereira no bairro Cidade do Povo



Fonte: Pesquisa de Campo. Set. 2020.

Entretanto, foi gradativa a mudança de abrigos e após muito diálogo com os Warao, que foram aceitando a transição de local durante o ano de 2020, eles foram para uma escola no bairro Cidade do Povo. Após um ano, no mês de março de 2021, foram reinstalados

na Chácara Aliança (foto 09/Foto 10), localizada também em Rio Branco (AC). Todavia, uma família Warao, composta por cinco pessoas (pai, mãe e filhos), ainda continuava (setembro de 2021) residindo no prédio abandonado na região central da capital.

Conforme noticiado por Gadelha (2021) no sítio do jornal online G1.Globo

Há mais de um ano mantendo indígenas da etnia Warao, [...]da Venezuela, o governo do Acre alugou um novo abrigo para acomodar os estrangeiros. Os 65 índios estavam em um abrigo no bairro Cidade do Povo, em Rio Branco. Agora [03 abri. 2021], o grupo foi levado para a Chácara Aliança, que também fica na capital acreana. (GADELHA, 2021, *s. n.*).

Foto 09: Warao na Chácara Aliança sendo atendidos pela Pastoral do Migrante



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2021.

Foto 10: Mulher Warao fazendo sua refeição na Chácara Aliança



Fonte: Trabalho de campo, mai. 2021.

A Chácara Aliança, localizada na Estrada do Aquiles Peret, bairro Jorge Lavocate, na cidade de Rio Branco (AC), foi o último abrigo de um total de cinco abrigos na história recente de mobilidade espacial de haitianos e senegaleses em maior quantitativo ocorrida entre os anos de 2010 e 2016. Este “último abrigo foi desativado no primeiro semestre de 2016, em razão de uma certa estabilidade na redução do fluxo de migratório não mais justificando o alto gasto para os cofres públicos dispensado com o aluguel da Chácara”. (MACEDO, 2016, p.77).

Em 2021, já no contexto da Pandemia de Covid-19, a Chácara Aliança volta a ser abrigo de imigrantes, no caso os indígenas Warao. Segundo ACRE (2021), em maio de 2021 tinha 64 imigrantes abrigadas nesse espaço e não tiveram nenhum caso confirmado do Covid-19, muito diferente da realidade de outros estados brasileiros, como exemplo Pará e Amazonas que tiveram casos e mortes confirmados de Covid-19 entre os Warao.

Em fevereiro de 2022, restou apenas uma família Warao que estava residindo no prédio abandonado no bairro base, que foram contemplados para o aluguel social, entretanto, estão morando em frente à residência anterior, conforme temos na foto 11

Foto 11: Residência alugada da única família Warao residente em Rio Branco (AC)



Fonte: Trabalho de campo, dez (2022).

Sobre o acolhimento institucional realizado pelo governo estadual, a secretária da SEASDHM, Ana Paula Lopes Lima explicou em uma entrevista para o canal online do Ministério Público do estado (MPAC), em 10 de maio de 2022, a seguinte informação:

Nós aqui no Estado, nós começamos a acolher um público bem ‘atípico’, creio que não havia aparecido (aqui no estado), que são os imigrantes indígenas, da etnia Warao. Quero destacar que foi desafio, porque, nós não estamos preparados para receber esse tipo de público, para nós era algo muito novo e os migrantes já tem uma característica [...] que já chegam em nosso estado fragilizadas, por conta de ter deixado para trás a sua história. E na questão dos migrantes da etnia Warao, que são indígenas e para nós foi um desafio, porque, tivemos que compreender e entender a sua cultura e como acolher esse imigrantes e como fazermos a proteção desses imigrantes, respeitando a sua cultura. Foi algo novo, até mesmo em nível de ministério, nós tivemos dificuldade, com alinhamento de como recebê-los, como tratá-los, por ser um público de cultura diferente, de línguas diferentes, isso demandou muito do Estado e dos parceiros, nós estávamos iniciando a voltar a nossa rede de atendimento com esse desafio. Então era os indígenas Warao e dentre eles, nós se deparamos com diversas situações, logicamente, em situação de vulnerabilidade, crianças com doenças, gestantes, principalmente com doenças pulmonares, onde os reflexos percebidos não abrange somente as questões de proteção, mas também da saúde pública, segurança, enfim, era um desafio onde todos tinham que estar envolvidos. (LOPES *apud* ACRE/ MPAC, *online*, grifo nosso).

A gestora pública continua argumentando sobre o acolhimento e a parceira de entidades da sociedade civil, que levavam insumos para os indígenas, conforme segue:

A princípio como falei, nós não tínhamos nos preparados e por conta da pandemia e como nós resolvemos isso, por conta da pandemia, tínhamos muitos espaços que não estavam sendo utilizados. Então para acolher os indígenas Warao, nós acolhemos eles em escola na cidade do Povo, [...] que não só acolhemos, mas também integramos, todos eles na própria rede socioassistencial, porque, por conta de que eles ficaram por muito tempo, por 2 anos. Como falei anteriormente, muitos deles, as crianças foram inseridas na escola e tinham todo esse momento de tarefas, de recreação. [...] nós temos a presença de representantes da Cáritas, pois é um grande parceiro nosso, nos abrigos, levando insumos, até mesmo ajudando na interiorização dessas famílias. (LOPES *Apud*...ACRE/ MPAC, *online*).

E ela continua argumentando sobre o quantitativo de indígenas Warao que estavam sobre o abrigamento do Estado e serviços oferecidos:

Então nesses dois primeiros meses de 2020, nós passamos por esse desafio, e passando para outra realidade, nós tínhamos acolhidos, 86 indígenas Warao, como foi dito, acolhemos eles na escola e nessa escola, eles receberam toda a assistência do Estado, toda rede de proteção e atendimento, pois tinham atendimentos na saúde, na educação, encaminhamentos que tinham que ser feitos, pois a maioria estavam inseridos no Bolsa Família, porque até passaram um tempo, indecisos, se iriam continuar em Rio Branco ou iriam continuar viagem, enquanto secretaria que está na pasta de Diretos Humanos e de Assistência Social, nos demos todos os mantimentos a eles. (LOPES *Apud*...ACRE/ MPAC, *online*)

Como exposto, não é uma novidade para o povo Warao ficar sobre o acolhimento governamental, seja na Venezuela e com a migração para o Brasil, os governos federal e

estaduais assumem o acolhimento no estado Roraima e no estado do Acre, conforme veremos no quadro 13.

Quadro 13: Unidades de acolhimento indígenas para os Warao na Venezuela e no Brasil

Unidade de Acolhimento	Período	Objetivo	Lacunas
Casa Indígena	Na década de 1980 (período do pacto de Punto Fijo).	<p>-Era que o local servisse de abrigo transitório para os indígenas enquanto realizassem suas diligências nos centros urbanos.</p> <p>-Evitar que os Warao provenientes dos <i>caños</i> se instalassem em áreas públicas das cidades de Barrancas (estado de Monagas) e Tucupita (estado de Delta Amacuro).</p>	<p>-Não cumpriu o plano para o qual foi construída porque os Warao que chegaram ultrapassaram a cota de pessoas que poderiam ficar num espaço para esse fim.</p> <p>-Uma multidão de Warao viviam em meio ao acúmulo de resíduos sólidos e biológicos, de animais, em uma situação de superlotação e falta de saneamento.</p>
Proyecto Umbral: El Poblado Warao de transición	Ano de 2003 (já em período chavista)	<p>A intenção da CVG era resolver o problema dos precários assentamentos Warao existentes nas proximidades de Guayana, San Félix e Puerto Ordaz, polo de desenvolvimento do estado Bolívar – onde se encontram a principal hidroelétrica e siderúrgica do país. O Projeto Umbral consistia na instalação de povoados de transição para os Warao, proporcionando ao migrante uma estrutura residencial e de serviços básicos, que levasse em conta as características culturais do grupo.</p>	<p>Era que com o aumento quantitativo de indígenas surgiu outro problema de natureza qualitativa: não eram mais pessoas em busca de trabalho, mas mendigos Warao perambulando pelas ruas, pedindo esmolas, revirando os lixos e depósitos de sucatas em busca de material reciclagem para venda. A solução adotada por alguns municípios era enviar tais grupos de volta para Barrancas e Tucupita, locais de maior concentração de indígenas e origem de tais migrações.</p>
			Enquanto a Operação Acolhida não sabe

Operação Acolhida no Estado de Roraima (Brasil).	2018	Em funcionamento desde junho de 2018, contou com a atuação integrada de servidores federais, militares, profissionais de organismos internacionais e entidades da sociedade civil.	lidar com as questões indígenas, os estrangeiros amargam condições insalubres e falta de alimentação. [...] os venezuelanos separavam frutas e verduras estragadas, na tentativa de reaproveitar algo para as famílias comerem. MEDEIROS (2022).
Abrigo Warao no estado do Acre (Brasil)	Pandemia de Covid 19- Março de 2020	<p>-Tem por finalidade oferecer abrigo de caráter emergencial e provisório, com espaço adequado e profissionais preparados para receber os migrantes venezuelanos indígenas Warao em situação de vulnerabilidade social, mediante encaminhamento ou busca espontânea.</p> <p>- A Unidade de acolhimento provisória tem sido mantida com recursos oriundos de convênios com o Governo Federal, doações espontâneas, dentre outros.</p> <p>-100 vagas de acolhimento.</p>	<p>-Dificuldades dos servidores no acolhimento, em função da primeira vez que trabalharam com migrante indígenas.</p> <p>- A possibilidade de contaminação, por causa da pandemia de Covid-19.</p> <p>Sendo dois abrigos que foram criados, porém, por causa das coletas, que estão/estavam localizadas as avenidas conectadas ao centro da cidade de Rio Branco, dificultava a mobilidade pendular para realizar as coletas.</p>

FONTE: LAFÉE-WILBERT E WILBERT (2008); ROSA (2020); ACRE (2020), BRASIL (2022); MEDEIROS (2022).

Ao analisar o quadro 13, percebemos que a política reproduzida para acolhimento dos Warao em território venezuelano foi uma resposta desenvolvida para o problema que o próprio governo criou através dos processos de desterritorialização que gerou a mobilidade Warao dos territórios originários para as cidades venezuelanas, que posteriormente ocasionou o “inchaço indígena” nos centros urbanos, e que possuiu falhas, como a “Casa indígena” sofreu com lotação e ficou em condições insalubres.

Rosa explana sobre a territórios de origem dos Warao que viviam na “casa indígena”. Segundo a autora:

Um censo realizado nesse espaço, em 1980, detectou que 200 Warao viviam no local há aproximadamente um ano. Esses indígenas eram provenientes das comunidades de Araguaimujo, Janamana, Bonoina, Cuarejo, Morichito e Barranquilha. Cerca de 80% da população de Morichito migrou para Barrancas e outras cidades. [...] a maioria dos indígenas se recusa a regressar para suas comunidades de origem por julgarem as condições de vida piores. (ROSA, 2020, p. 92).

Já o “Proyecto Umbral”, foi uma resposta para os Warao que residiam nas mediações da principal hidroelétrica e siderúrgica do país, e para retirar essas pessoas foi criado uma estrutura de acolhimento provisório, que gerou inchaço de quantitativo de indígenas.

E deste modo, os projetos de “acolhimento” na Venezuela, tanto em período de Pacto de Punto Fijo e no Chavismo foram com o intuito de evitar os Warao continuasse circulando nas cidades, mas não tiveram muito êxito, pois os Warao “usaram” a migração como recurso de (r)existência de sua própria sobrevivência. Além disso, como também a própria interação com os não indígenas, no qual aprenderam a se adaptar na sociedade crioula.

E com a crise venezuelana que gerou a mobilidade transfronteiriça para o Brasil, de milhares de migrantes indígenas e não indígenas ingressando através do estado de Roraima, os Warao continuam a sua mobilidade e chegam ao estado do Acre.

Além disso, os locais que foram escolhidos ou adaptados, como uma escola e uma chácara, percebemos em trabalho de campo a dificuldade que os servidores públicos tiveram por não entenderem a cultura indígena, como nunca ter trabalhado com esse público. Foi um desafio ter que conhecer e acolher ao mesmo tempo, e o que podemos considerar como primeiro povo indígena imigrante acolhido e também o grupo de migrante que mais tempo ficaram sobre a “tutela” do governo estadual.

Portanto, o histórico de acolhimento estatal tanto na Venezuela, quanto no Brasil, não conseguiu acolher os indígenas Warao com total êxito, em função do próprio quantitativo no caso da Venezuela e em Roraima (BR), ou por ser considerado um trabalho novo como no caso do estado do Acre.

Além do acolhimento, os Warao receberam na cidade de Rio Branco, ajuda de instituições da sociedade civil com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que trabalha diretamente com indígenas. Com indígenas imigrante foi a primeira experiência do CIMI. A coordenadora do CIMI aborda como conheceu os Warao:

A gente já tinha visto eles nas avenidas, nos semáforos pedindo e a gente procurou o diálogo com eles e a gente descobriu que eram indígenas venezuelanos. Depois disso, a Cáritas/Pastoral do Migrante, na pessoa de Aurinete que contactou a gente para saber o que a gente poderia fazer, porque eles [Cáritas/Pastoral do Migrante] estavam querendo fazer o apoio para os Warao, mas também sabia como e daí fizemos essa parceria e começamos um trabalho de apoio a eles. Na situação que eles se encontravam naquela época e eles chegaram aqui em Rio Branco em Setembro de 2019, e desde então, logo nas primeiras semanas que a gente detectou a situação deles, começamos a realizar o apoio e como fazer um trabalho com eles. E aí em parceria com a Cáritas, a gente conseguiu fazer um acompanhamento e exigir do poder público efetive as políticas públicas para os indígenas, mas também todo aquele em situação de migração. (Informação Verbal, coordenadora do CIMI/AC).⁴⁸

A entrevistada também comenta sobre os desafios de atender imigrantes indígenas.

O desafio maior mesmo é a questão da língua, porque assim, eles têm a sua língua materna e além do espanhol, então além da nossa dificuldade de não entender o espanhol o que eles falavam, com bastante dificuldade, devido o sotaque de sua língua materna. Então a maior dificuldade foi essa, a questão da comunicação, mas também a maior dificuldade mesmo foi as barreiras encontrada pelo próprio Estado, por não efetivar as políticas públicas do apoio e acompanhamento que se fazia necessário para ficarem bem aqui no nosso meio, distante de toda essa situação vivenciada por eles. (Informação Verbal, coordenadora do CIMI/AC).

E sobre o suporte para os indígenas, ela comenta que:

Sobre hospedagem, eles alugaram um quartinho no (bairro) Base, em uma pequena pensão, e assim a gente ajudou no princípio quando eles não conseguia o dinheiro quando estavam coletando para pagar (o aluguel), porque era semanal, tinha que pagar as sete diárias, e aí, chegavam semanas, que eles não tinham, e várias vezes a gente socorreu eles nesse sentido de os ajudar e ao mesmo tempo cobrando do Estado que se provesse um abrigo/local para que os acolhessem. Mas diante de toda essa situação, vinha a dificuldade do Estado não entender e queria colocar eles no abrigo que estavam outros migrantes, não só venezuelanos, mas de vários lugares que perpassam aqui no município [de Rio Branco]. E pra eles devido a sua especificidade e sua cultura, eles não ficaram com outros grupo, a não ser que fosse do seu próprio povo. Isso aí foi uma das barreiras enfrentadas e assim para além disso, a gente também providenciou os utensílios domésticos para eles, porque quando chegaram aqui, cozinham no fogo a lenha no chão. Então a gente providenciou um fogão doméstico para que eles pudessem cozinhar, mas isso foi a pedido deles, a gente não chegou lá oferecendo, foi solicitação deles, e

⁴⁸ Entrevista realizada na cidade de Rio Branco (AC), no dia 11 de outubro de 2022.

ai a gente buscou meios para se conseguir, né. E ai, depois a ajuda foi mais no sentido de encaminhamento aos órgãos, principalmente, quando eles chegaram aqui com seu documento vencido, era o protocolo de refúgio, ai então foi uma luta danada para fazer que a Polícia Federal renova-se os protocolos e para isso a gente bateu muito na porta da Defensoria Pública da União, que foi muita parceira e também está cobrando dos órgãos que o fizesse, para que cumprisse o que está nas leis brasileiras e nas internacionais. Ai ajudou muito no início, nesse processo, depois foi outra luta, que começou a nascer crianças aqui, né, pra tirar documentação deles foi outra dificuldade. (Informação Verbal, coordenadora do CIMI/AC).

E como o quantitativo de indígenas foi aumentando, e já em período de pandemia, o suporte da instituição precisou ser ampliando. Isso foi um dos motivos da pressão das entidades da sociedade civil para que o governo estadual criasse uma política de acolhimento emergencial. Conforme continua argumentando a coordenadora:

Antes da pandemia, a chegada deles era novidade, ainda não tinha muito migrante no início quando eles chegaram e daí eles recebiam muita ajuda da comunidade como todo, ai quando veio a pandemia, ai veio uma baixa no sentido das doações. As pessoas já não doavam e aí com isso sobrecarregou a gente, no sentido, que o governo estava ausente e a sociedade também. Compreensível diante da situação que estava se vivendo, muita gente passou a trabalhar em casa, diminuiu os salários, outros ficaram desempregados mesmo. Então a situação ficou muito difícil para todo mundo, e para eles [Warao] mais ainda. E daí gente estava em parceria com a Cáritas, praticamente mantinha, semanalmente, principalmente de alimentos, com cestas básicas, produtos de limpeza e higiene, para dar o mínimo de assistência para eles. Alguns continuava a coleta mesmo com toda a situação (da pandemia), mas a gente também fazia ações educativas, no sentido da prevenção, de que eles usassem a máscara, que usassem o álcool. Então, esse material, a gente fornecia também, e a ajuda ficou muito nisso, então, o governo forneceu o abrigo, e daí diminuiu essa questão da gente ficar ajudando. Mas assim, a gente fazia essa parceria com a Cáritas, então a Cáritas doava mais o grosso mesmo da cesta básica e a gente ficava mais com a questão da proteína, que era o frango e o ovo. (Informação Verbal, coordenadora do CIMI/AC).

Portanto, após pressão das instituições da sociedade civil e governamentais, o governo estadual acolhe os indígenas venezuelanos Warao em dois abrigos emergenciais na cidade de Rio Branco e ficam acolhidos do período de março de 2020 a agosto de 2021 e se movem pelo Brasil e esporadicamente pelo estado do Acre.

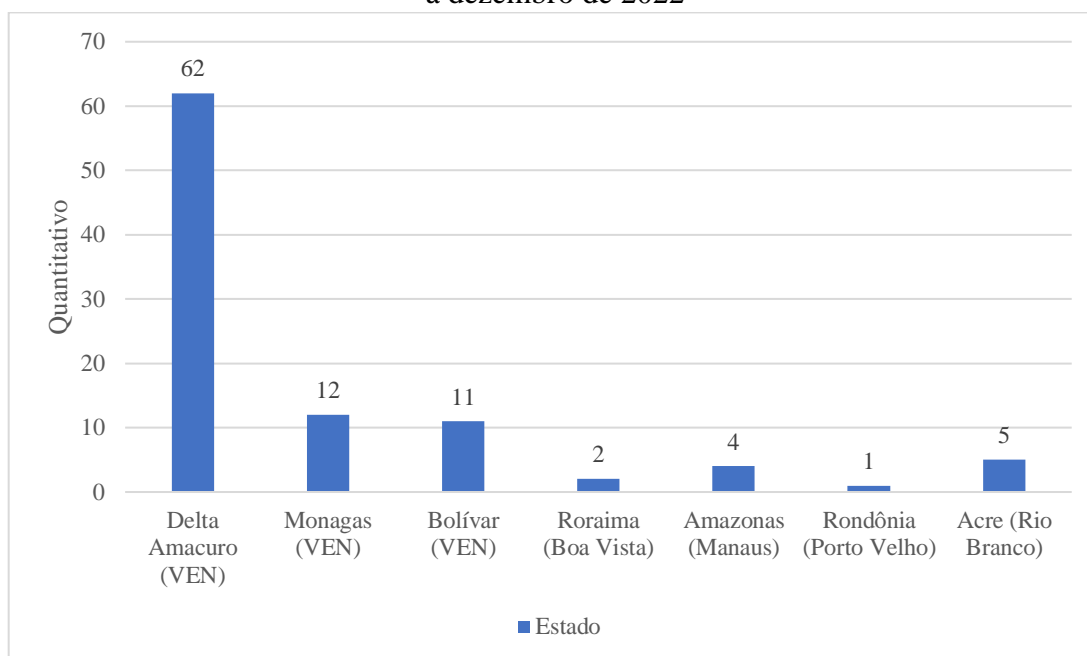
6.3 - Os indígenas Warao na Cidade de Rio Branco

As informações demográficas dos indígenas venezuelanos Warao na cidade de Rio Branco são dos dados disponíveis da Secretaria de Assistência Social, que é o órgão que estava trabalhando diretamente nos abrigos, bem como das entidades da sociedade civil que ofertaram suporte para os indígenas, sendo elas: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Pastoral do Migrante (PM) que são entidade da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que coletavam informações nos abrigos mantidos pelo Estado e nos locais alugados.

Dessa forma iremos abordar dados sobre: trabalho, educação, recebimento de benefícios, locais de nascimento e religião que estarão quantificados nos subtópicos posteriores.

Segundo dados agregados da Secretaria de Assistência do governo do Estado do Acre (2022), do CIMI (2022) e da Pastoral do Migrante (2022), foram registradas no estado do Acre a presença de 97 indígenas Warao, divididos em 22 famílias, conforme pode ser observado no gráfico 18.

Gráfico 18: Quantitativo de Warao por local de Nascimento no período de setembro de 2020 à dezembro de 2022



Fonte: CIMI (2020); Pastoral do Migrante (2022); Acre (2022). Org. pelo autor.

Podemos observar na análise do gráfico 18, a mobilidade espacial dos Warao para o Estado do Acre, que é oriunda principalmente do Estado de Delta Amacuro e estados vizinhos que são banhados pela bacia do Rio Orinoco, onde estão localizados os territórios originários.

Já com a mobilidade para o Brasil, nasceram sete crianças em território brasileiro, nas capitais de RR, AM e RO, que formam o corredor para chegar a Amazônia Sul-ocidental.

Além disso nasceram cinco crianças na capital Rio Branco, mas desse quantitativo, segundo dados de Acre (2022), ocorreu o falecimento de uma criança em decorrência de Eclampsia no parto ocorrido no dia 21 de junho de 2021 em território acreano.

Esse cenário demonstra como ao longo dos anos de mobilidade, os Warao foram nascendo nos estados da Venezuela e no Brasil, o quanto a mobilidade dentro do Brasil foi “avanzando” pelos estados Brasileiros e assim temos essa mobilidade de rede familiar.

E para entendemos essa mobilidade em rede familiar, dividimos metodologicamente esses núcleos familiares por letra do alfabeto com seu principal sobrenome em 3 categorias, sendo: 1) Casais com filhos, 2) Casais sem filhos e 3) “mãe solteira”. Conforme apresentado no quadro 14, temos 14 casais que têm filhos, 6 casais que não têm filho e uma mãe (solteira) que tem 3 filhos.

Quadro 14: Quantidade de integrante por família Warao na Cidade de Rio Branco (AC)

Família Warao	Sobrenome (H/M)	Casais e Local de nascimento	Quantidade de filhos	Quantitativo e Locais de nascimentos dos filhos
A	Zapata/Zapata	2 -Monagas	7	5- Monagas 2- Bolivar
B	Zapata/Moreno	2-Delta Amacuro	5	4- Bolivar 1- Delta Amacuro
C	Beria/Moreno	2-Delta Amacuro	3	1- Delta Amacuro 1- Bolivar 1- Rio Branco (AC)
D	Zapata/Moreno	2-Delta Amacuro	2	1- Bolivar 1 – Porto Velho (RO)
E	Beria/Moreno	Pai- Bolivar Mãe – Delta Amacuro	2	2 – Delta Amacuro
F	Zapata/Rivero	2-Delta Amacuro	0	0
G	Rojas/Moreno	2-Delta Amacuro	0	0
H	Zapata/Togal	2-Delta Amacuro	0	0
I	Zapata/Rivero	2-Monagas	2	1-Monagas 1-Manaus(AM)
J	Garcia/Zapata	2-Delta Amacuro	0	0
K	Moleno/Zapata	2-Delta Amacuro	0	0
L	Zapata/Rivero	2-Delta Amacuro	2	1-Delta Amacuro 1-Manaus (AM)
M	Zapata/Rivero	2-Delta Amacuro	5	4- Delta Amacuro 1-Manaus (AM)
N	Bustillo/Zapata	2-Delta Amacuro	7	2– Delta Amacuro 2-Monagas 2-Bolivar 1-Rio Branco (AC)

O	Zapata/Zapata	2 -Delta Amacuro	5	3 – Delta Amacuro 2- Boa Vista (RR)
P	Zapata/Rosas	2 -Delta Amacuro	0	0
Q	Moreno/Rosas	2 -Delta Amacuro	2	1 – Manaus (AM) 1-Rio Branco (AC)
R	Zapata/Zapata	2 -Delta Amacuro	3	3 -Delta Amacuro
S	Rivero/Butillo	2 -Delta Amacuro	4	2-Delta Amacuro 2- Rio Branco (AC)
T	Rivero/Zapata	2 -Delta Amacuro	1	1-Delta Amacuro
U	Zapata/Zapata	1 -Delta Amacuro	3	3-Delta Amacuro
V	Zapata/Zapata	2 -Delta Amacuro	1	1-Delta Amacuro
TOTAL		43		54

Fonte: CIMI (2020); Pastoral do Migrante (2022) ; Acre (2022). Org. pelo autor

No quadro 14 temos a origem dos migrantes que se moveram para o estado do Acre, sendo sobretudo do Estado de Delta Amacuro. “Isso é compreensível visto que as famílias Moraleda e Zapata vem do mesmo local; os caños de Araguabisi, España, Morichito e Winikina, no Delta Amacuro”. (BELIK, 2022, p. 130).

Já sobre a chegada em território brasileiro das 22 famílias, 12 delas informaram a data de chegada no Brasil, sendo que desse quantitativo (12), apenas 2 famílias informaram a data de chegada no estado do Acre, conforme o quadro 15.

Quadro 15: Data de chegada no Brasil e no estado do Acre informados pelos Warao

Família	Chegada no Brasil	Chegada no Acre
A	14/02/2019	17/12/2019
B	18/11/2019	
C	06/08/2018	
F	29/07/2018	
G	23/08/2019	
H	13/08/2018	
I	03/09/2019	
J	20/03/2019	
L	01/08/2018	
M	19/09/2019	
N	A esposa chegou	

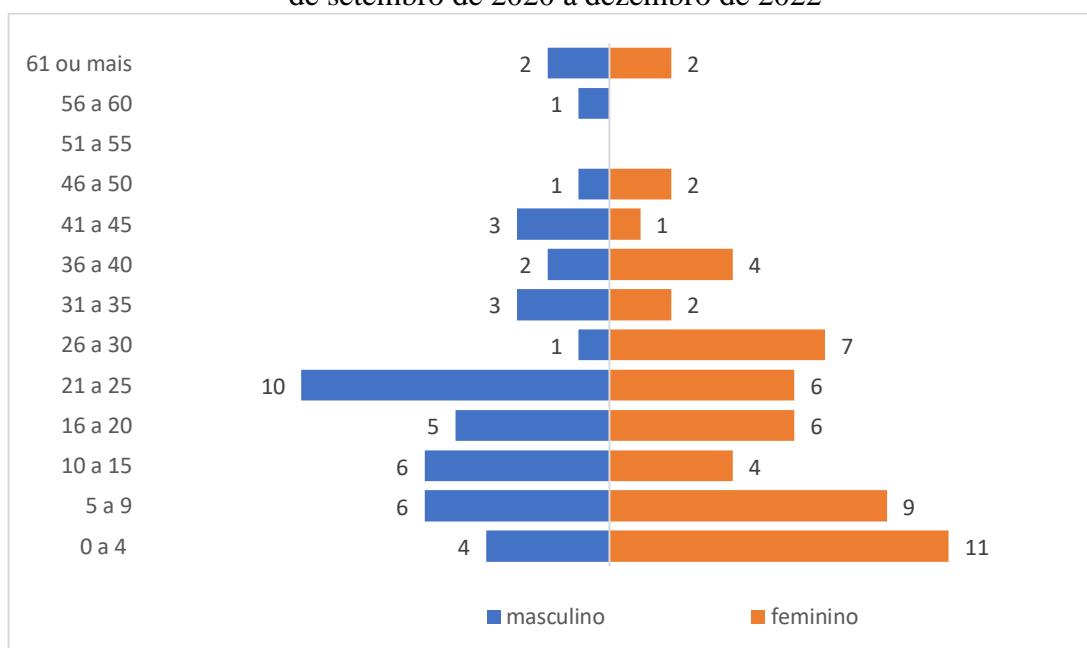
	dia 25/07/2018 e o esposo com os demais filhos no dia 24/08/2019	
O	18/09/2018	08/10/2020

ACRE (2022). Org. pelo autor.

Portanto, as famílias que se deslocaram para o estado do Acre demonstram o “avanço” dos indígenas Warao pelo Brasil e, que no ano de 2019, antes da pandemia de Covid-19 chegam na capital Rio Branco. Isso demonstra que “A dinâmica de mobilidade Warao, vem se acentuando a partir de 2019, quando os deslocamentos se tornaram mais intensos e se expandiram para além das fronteiras nacionais” (BELIK, 2022, p. 115).

Ainda sobre o perfil dos indígenas Warao na cidade de Rio Branco, temos os dados sobre sexo e idade. Assim utilizaremos o quantitativo de 96 indígenas Warao, em função que não registramos a criança que morreu após o parto, e também utilizamos a idade do ano de 2022, conforme veremos no gráfico 19.

Gráfico 19: Faixa etária entre Warao que estavam em Rio Branco, de setembro de 2020 à dezembro de 2022



Fonte: Acre (2022). Org pelo autor.

Como podemos observar no gráfico 19, temos a predominância feminina, pois são 54 mulheres e 44 homens. Já em relação a faixa etária, observamos a predominância de crianças e adolescentes, principalmente com as idades de 0 até 15 anos, são 42% do quantitativo geral. Esse cenário de Rio Branco segue uma perspectiva do cenário nacional das mobilidades Warao, pois, em relação a “sexo e idade destes grupos, identificando-se que, seguindo o perfil geral da população Warao no país, são compostos de núcleos familiares numerosos, em que mais 50% dos membros são crianças e adolescente” (ACNUR, 2021).

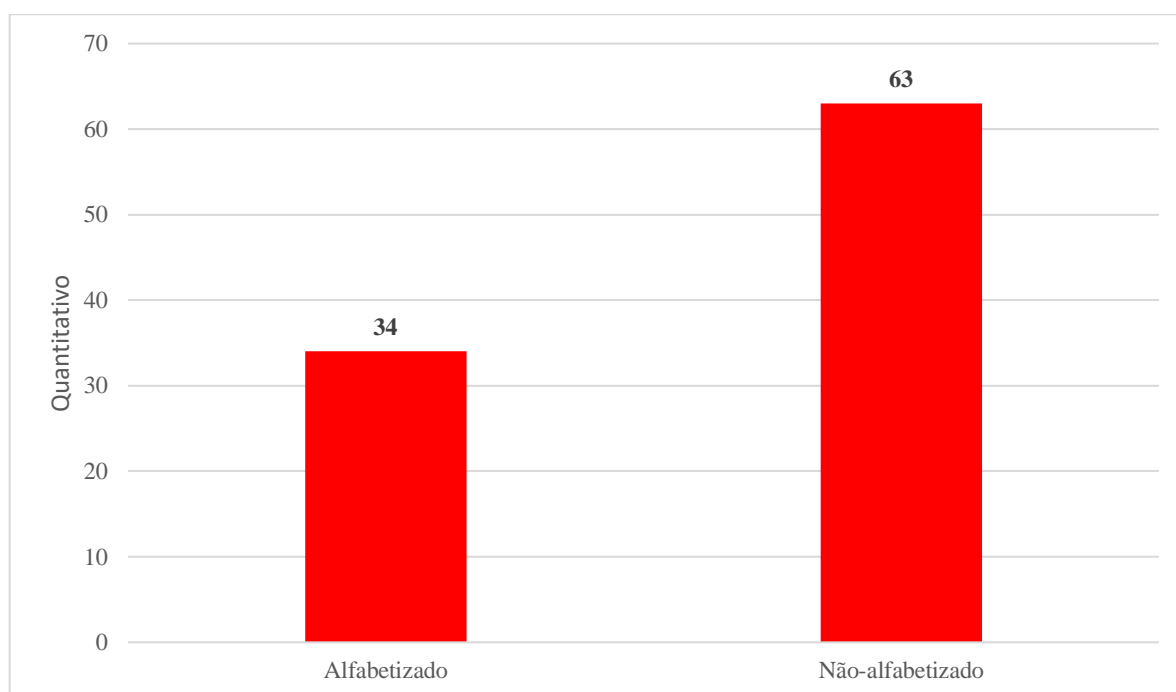
Além desses dados, também tivemos acesso aos quantitativos de Warao que estudaram na rede pública de ensino, bem como, os que informaram a sua Religião para o governo do estado do Acre.

6.3.1-Educação e Religião

Sobre o grau de instrução educacional dos Warao no estado do Acre, utilizamos os dados dos documentos dos Warao, como o protocolo de solicitação de refúgio, CPF, carteira de trabalho, registro de nascimento, para mapear os alfabetizados/não alfabetizados e também as pessoas que foram matriculadas na rede pública de ensino.

Temos no gráfico 20 o quantitativo de alfabetizados e não-alfabetizados.

Gráfico 20: Quantidade de Warao alfabetizados e não-alfabetizados



Fonte: ACRE (2022). Org pelo autor.

Já sobre a quantidade de alunos matriculados na rede pública de ensino do Estado do Acre, fizemos diálogo com a Secretaria de Assistência Social e também questionamos a coordenadora do CIMI, que nos informou que havia 13 pessoas divididas entre crianças e adolescentes que estudaram em duas escolas de Rio Branco. Porém, as duas instituições não possuem nenhum banco de dados sobre esses estudantes e apenas nos informou os nomes das escolas.

Conforme a explica a coordenadora do CIMI (Acre):

No início eram 13, entre crianças, adolescentes e jovens. Ai uns foram para escola, porque na época, eles estavam [morando] ali próximo do [bairro] Aviário, então estavam [estudando] na escola, que era bem vizinho dessa casa que eles estavam. E os jovens era na escola que era a EJA, ali perto da Polícia Federal no [bairro] Base mesmo. (Informação Verbal, 11 de outubro de 2022).

As instituições informadas foram a escola estadual “Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco”, que é de Ensino Fundamental I (de 1º a 5º ano) e a Escola EJA (Educação Jovens e Adultos). Porém em trabalho de campo, somente a escola Castelo Branco nos informou a quantidade de alunos matriculados e onde esses alunos estavam morando no momento da matrícula, que era a casa mantida pela imigrante cubana no bairro Aviário.

Pelo fato de não termos acesso aos dados dos demais alunos matriculados na rede de ensino, torna difícil o mapeamento dos alunos para relacionar sobre qual família é pertencente, como também a data de matrícula e se solicitou a transferência para continuar os estudos em outro estado brasileiro.

Dessa forma temos, segundo a Castelo Branco, que foram matriculados oito crianças na escola, conforme veremos no quadro 16.

Quadro 16: Quantitativo de alunos Warao matriculados na Escola Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Família	Nome do aluno por sigla	Sexo	Data de nascimento	Data de Matrícula	Sabia ler e escrever	Data de solicitação de transferência	Turma e turno
Família “A”	B. D. V. Zapata	F	28/12/2006		Não	20/08/2021	1º ano “D” tarde.
	Y. D. V. Zapata	F	27/11/2008		Sim		1º ano “D” tarde.
	J. C. Zapata	M	21/02/2012		Sim		1º ano “C” tarde

Família “L”	S. Q. Zapata	F	27/01/2007	17/01/2020	Não	13/07/2021	1º ano “D” tarde
	D.J.Q. Zapata	M	02/10/2012		Não		1º ano “C” tarde
Família “M”	Y.V. B. Zapata	F	03/09/2013		Sim	13/07/2021	1º ano “D” tarde
	S.A.B.Za pata	M	16/10/2010		Sim		1º ano “C” tarde
	S.J. Bustillo	M	12/09/2007		Sim		1º ano “C” tarde

Fonte: ACRE, 2022. Org. pelo autor.

No quadro 16, podemos analisar que foram três famílias que tiveram filhos estudando, sendo que no momento da matrícula na escola, essas crianças possuíam entre 6 e 13 anos, divididos entre 4 meninas e 4 meninos. Todos foram matriculados no 1º ano do ensino fundamental, no turno da tarde, dos quais, os meninos ficaram na turma “C” e as meninas na turma “D”.

Outra ponto é se as crianças sabiam ler e escrever, para isso, utilizamos os documentos de protocolo de solicitação de refúgio e cinco das oito crianças sabiam ler e escrever.

Além disso, como foram matriculados no dia 17 de janeiro de 2020, e as aulas iniciaram no dia 10 de fevereiro de 2020, os alunos tiveram poucas aulas em modo presencial, por causa da pandemia de Covid-19. O governo estadual lançou o primeiro decreto no dia 17 de março de 2020, que suspendeu as atividades de ensino e/ou torna em modo virtual e dessa forma os Warao como os demais alunos tiveram aula online.

A coordenadora do CIMI explica como foi a metodologia de ensino durante a Pandemia.

Eles foram matriculados antes da pandemia, logo no início do ano, em janeiro de 2020, e março foi quando chegou a pandemia, aí ficou mais difícil, porque os professores tinham que produzir o material e mandar para eles. Para os alunos, eles [professores] enviava via WhatsApp dos pais ou da própria criança e para os Warao, os professores mandavam pra gente [CIMI] e quando eles [Warao] foram adquirindo celular, a gente mandava os números deles e os professores assim enviavam direto para os pais. (Informação Verbal, Coordenadora do CIMI, 11 de outubro de 2022).

A coordenadora do CIMI, que intermediou o contato e acompanhamento dos alunos com a direção e professores da escola, segue argumentando como foi o processo de matrícula e como a instituição CIMI deu suporte para os alunos.

A gente ajudou mais na questão da matrícula das crianças, tanto é que foi aqui [na sede do CIMI], que a gente fez e tirou as fotos 3x4 deles e também os encaminhou, e a gente era essa ponte entre eles e a escola, de tanto de fazer a matrícula, como também depois, logo que entrou a pandemia, que os professores enviavam o material via celular para que eles pudessem estudar em casa ou então a gente solicitou que eles [professores] preparasse o material ou pelo menos enviasse pra gente para fazer cópias assim entregar para eles [indígenas]. Ai então a gente fazia esse trabalho também, que era as vezes receber o material e aqueles que tinha o celular conseguia acompanhar, principalmente os jovens. Mas agora as crianças era mais difícil, mais complicado e então a gente copiava o material, ai depois a própria escola passou a copiar material e pedir que eles fossem pegar o material. As vezes eles não iam, ai [a escola] ligavam pra gente e ai gente falavam pra eles ‘tem que passar na escola para pegar o material’. Então, o nosso trabalho era mais de ser ponte entre a escola e eles. (Informação Verbal, Coordenadora do CIMI, 11 de outubro de 2022).

A entrevista também aborda as dificuldades que os alunos tiveram durante as aulas *online*, conforme segue:

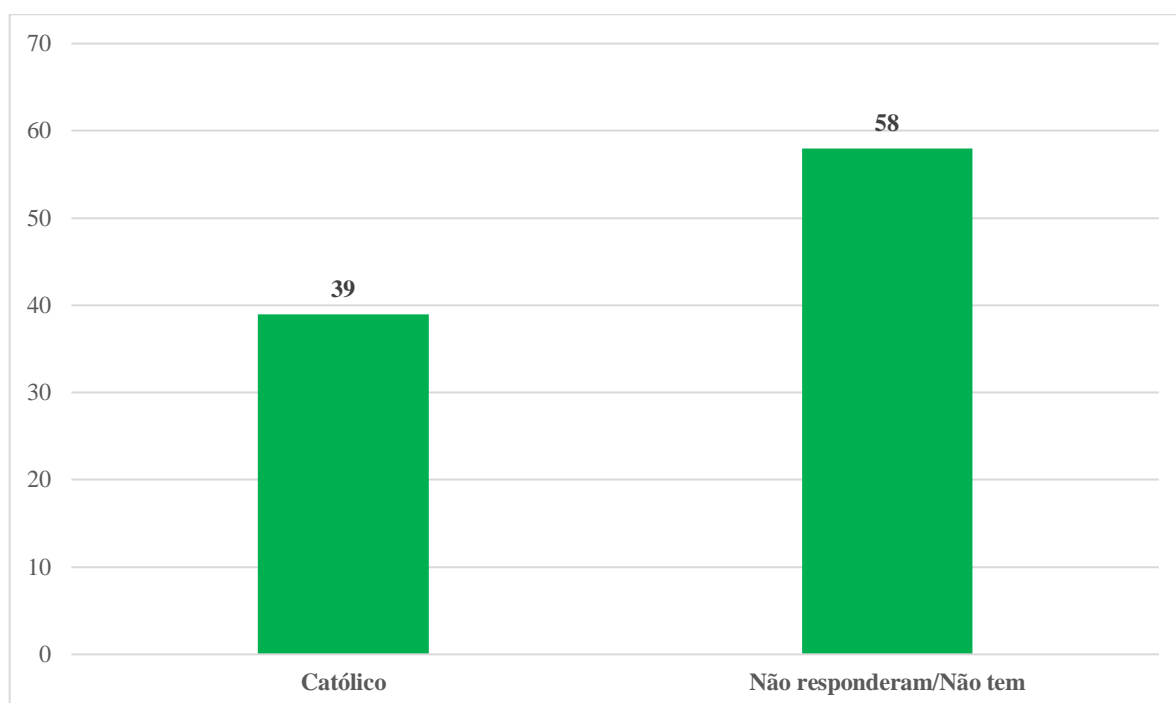
Eles tiveram muita dificuldade principalmente porque tudo era em português, então pra eles fazerem essa transformação de que a professora estava falando, porque ai eram três vezes, para eles entenderem na língua deles, para poder passar para o espanhol e depois passar para o português. Então assim foi muito desafiador para eles. Ai o senhor Jesus ajudava na tradução, isso para os mais jovens que buscavam a gente, porque a gente tinha uma missionária que era colombiana que ajudou bastante a tradução, as vezes era uma outra palavra que não estavam entendendo o que significava, mas isso o celular ajudou muito. Muita coisa é era via celular. (Informação Verbal, Coordenadora do CIMI, 11 de outubro de 2022).

Mesmo com essas dificuldades, os alunos Warao que estavam matriculados nessa escola, concluíram o 1º ano e passaram para o 2º ano, porém não concluíram, pois solicitaram transferência nos dias 13 de julho e 20 de agosto de 2021, para seguir para os outros estados da federação brasileira. Assim tiveram todo ensino de forma remoto, pois, o ensino presencial nas escolas no estado do Acre retornou no dia 11 de abril de 2022.

Sobre a solicitação de transferência é um ponto importante a ser levantando, principalmente no caso do povo Warao que estão em mobilidade pelo Brasil, pois, os pais levando a transferência e o histórico escolar, podem matriculá-los em outra escola na cidade que se deslocarem com a regularização da documentação para transferência, a escola Marechal Castelo Branco não perde ponto no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), pois, se a família não solicitasse a transferência, o aluno ficariam com desistente e essa situação complicaria o resultado da respectiva escola.

Sobre a vinculação a uma religião, segundo Acre (2022), apenas 39 Warao responderam esse questionamento e todos dizem que são católicos, conforme gráfico 21.

Gráfico 21: Quantitativos de Warao que responderam sobre religião



Fonte: ACRE (2022).

Portanto, temos o perfil dos indígenas Warao que estava sendo acolhido pelo governo estadual, que mesmo nos abrigos, executava as suas estratégias de sobrevivência na cidade de Rio Branco.

6.4- Estratégias de (r)existência na cidade de Rio Branco (AC)

A mobilidade espacial realizada pelos indígenas Warao nas cidades brasileiras é relacionada com as suas próprias estratégias de sobrevivência, principalmente associadas com as dinâmicas das próprias cidades, e no caso dos indígenas que chegaram em Rio Branco,

passaram por capitais como Boa Vista, Manaus e Porto Velho que possuem suas respectivas dinâmicas espaciais.

O geógrafo Milton Santos (2006) aborda a adaptação dos migrantes nas cidades, onde o local de chegada é “selvagem”, pois, até então pode ser desconhecido, mas os pobres e também os migrantes quando se territorializam, se adaptam a esse novo território, através das estratégias utilizadas em outras cidades ou criando novas a partir da realidade encontrada.

Segundo o autor:

Um outro equívoco [...] é considerar a dificuldade da adaptação dos pobres e dos migrantes nas cidades. Não é verdade. São os pobres e os migrantes os que melhor se adaptam à cidade porque são obrigados a tratar o espaço em torno de um modo selvagem que é necessário conhecer para sobreviver. (SANTOS, M, 2006, p. 24).

Os migrantes precisam se adaptar às cidades no qual querem ficar temporariamente ou não, e os indígenas Warao tiveram que se adaptar nas cidades venezuelanas, e também passaram/passam por adaptações para conseguir trabalho, moradia, entre outras causas nas cidades brasileiras, sejam elas metrópoles como as localizadas no centro-sul ou cidades de porte-médio na Amazônia.

Evidentemente, que os migrantes quando chegam nas cidades também modificam a dinâmica desses territórios. Araújo Neto e Alves (2022) abordam como Rio Branco possuiu uma nova dinâmica espacial, pois, se transformou de local de movimento transfronteiriço de bolivianos e peruanos para corredor da mobilidade internacional oriundos da periferia do capitalismo, que por causa das crises em seus países e também o bloqueio físico e jurídico dos países do Norte Global, realizam a mobilidade espacial pela Amazônia Sul-ocidental brasileira, a partir de 2010. Conforme explicam os autores:

Rio Branco, por ser uma capital de um estado de fronteira, convive com a movimento pendular de migrantes, dessa forma, a realidade mais comum que os municípios rio-branquenses estavam acostumados eram os bolivianos e peruanos, por questão de negócios ou visita a amigos ou parentes que tivessem moradia nessa área de abrangência da tríplice fronteira (BRA- BOL-PER). No entanto, fora desse contexto de limite territorial, não se via com frequência outras nacionalidades visitando o estado, pelo menos até os intensos fluxos de haitianos, caribenhos e africanos [a partir de 2010]. (ARAÚJO NETO; ALVES, 2022, p. 41).

Haitianos, dominicanos e senegaleses foram as principais nacionalidades que utilizaram Rio Branco como corredor para chegar aos centros comerciais e industriais da região Centro-sul nacional de 2010 a 2016. Nesse mesmo ano de 2016, foi quando se registrou a presença de venezuelanos não-indígenas e, em 2019, chegaram os indígenas da etnia Warao em solo acreano. Todavia, o que os diferencia, entre o grupo de imigrantes do período de 2010 a 2016 é que eles utilizaram Rio Branco como “corredor” e os venezuelanos, sejam eles não indígenas ou indígenas, possuíram um maior tempo de permanência e assim, os munícipes rio-branquenses possuíram mais “contato” com os venezuelanos.

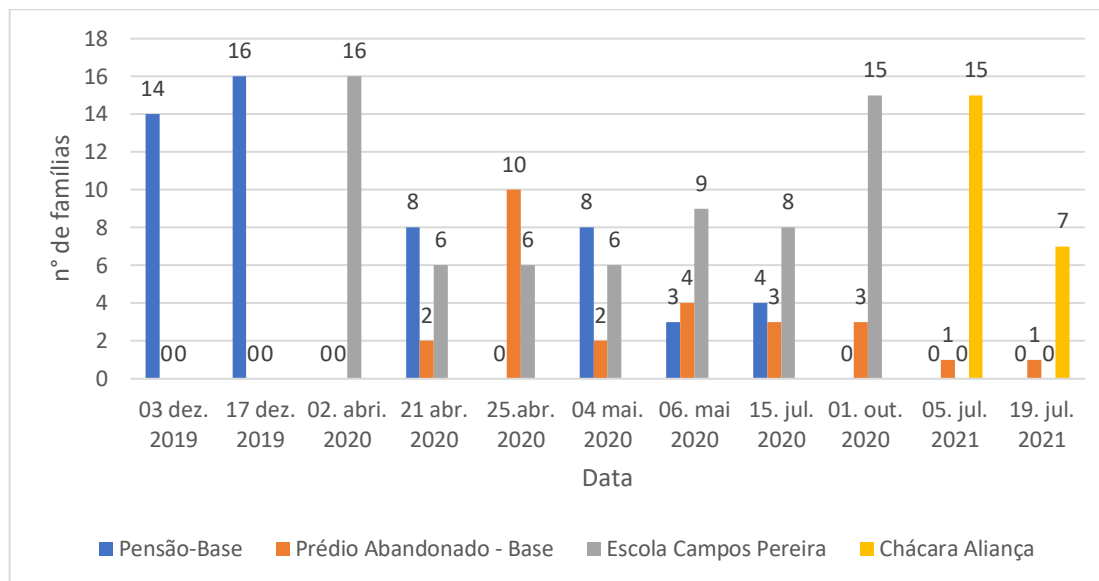
Outra característica era o momento vivido pelos grupos, pois, caribenhos e africanos tinham ao seu favor o momento econômico que o Brasil se encontrava, com investimentos governamentais em grandes obras que necessitava de mão-de-obra e a mobilidade desse grupo era direcionada para as cidades dos grandes centros urbanos nacionais até 2016, e nesse mesmo ano, é quando se registra oficialmente a presença venezuelana, o cenário econômico é outro, com o Brasil passando por crise e o desemprego aumentou tanto para o trabalhador nacional, quanto ao trabalhador imigrante.

Na capital Rio Branco, a informalidade nas ruas e avenidas foi a estratégia para conseguir recursos financeiros para a sobrevivência de trabalhadores, seja brasileiro ou imigrantes desempregados vendendo lanches, pedindo empregos ou os Warao realizando a coleta, principalmente no período de pandemia de Covid-19, que o quantitativo de pessoas nas ruas aumentou de forma significativa.

Para abordar as estratégias de sobrevivência dos indígenas na cidade de Rio Branco, temos que dividir em três categorias, sendo: a) Mobilidade dos locais de acolhimento para os pontos de Coletas nas ruas; c) Auxílio governamental; e d) Auxílio das entidades da sociedade civil.

Como os Warao têm a característica de realizar o deslocamento em núcleos familiares, o CIMI (2021) quantificou os indígenas por família e por local de acolhimento. Assim podemos analisar no gráfico 22, em relação às famílias, que a partir do dia 03 de dezembro de 2019, iniciou com 14 famílias, posteriormente, chegaram mais duas famílias no registro do dia de 17 de dezembro de 2019. Esse quantitativo de 16 famílias ficou até outubro de 2020, quando chegaram mais duas famílias, totalizando 18, que ficaram em Rio Branco por nove meses. Já em julho de 2021, voltou a registrar a saída de duas famílias, voltando ao número de 16 no dia 05, e no dia 19 foram embora mais 8 famílias.

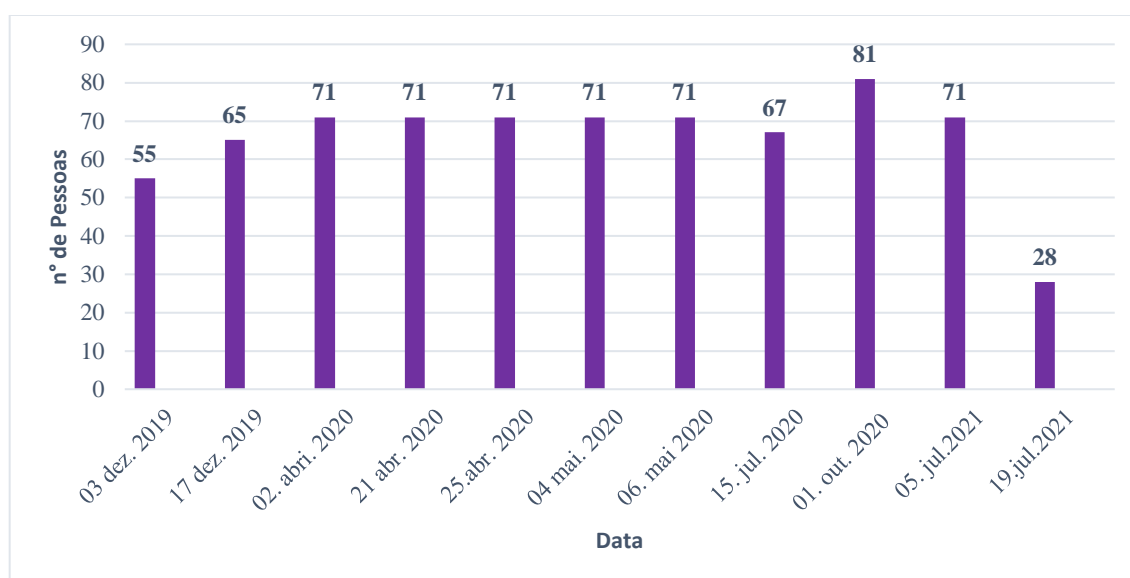
Gráfico 22: Famílias Warao residentes na Cidade de Rio Branco entre dezembro de 2019 a julho de 2021.



Fonte: CIMI (2021). Org pelo autor.

Temos no gráfico 23, o quantitativo de indígenas na cidade de Rio Branco (AC), de dezembro de 2019 a julho de 2021.

Gráfico 23: Quantitativo de indígenas Warao em Rio Branco de dezembro de 2019 a julho de 2021.



Fonte: CIMI (2021). Org pelo autor

Podemos analisar no gráfico 23, que no mês de dezembro de 2019, onde foi registrada duas vezes o quantitativo de Warao, teve uma acentuada, em função do acréscimo de

10 pessoas e em comparação com o mês de abril, teve aumento de mais 6 indígenas, que totalizou em 71 pessoas. Esse quantitativo ficou estável até mês de maio de 2020, pois em julho, quatro indígenas saíram de Rio Branco. Entretanto, em outubro chegaram mais 14, somando ao 81 pessoas, maior número registrado durante todo o período coletado.

Já em julho de 2021, que é o último mês do mapeamento realizado pelo Conselho Indígena Missionário (CIMI), temos nesse respectivo mês uma queda significativa em função de 43 indígenas terem ido embora do estado, e assim restaram 28 indígenas na capital Rio Branco.

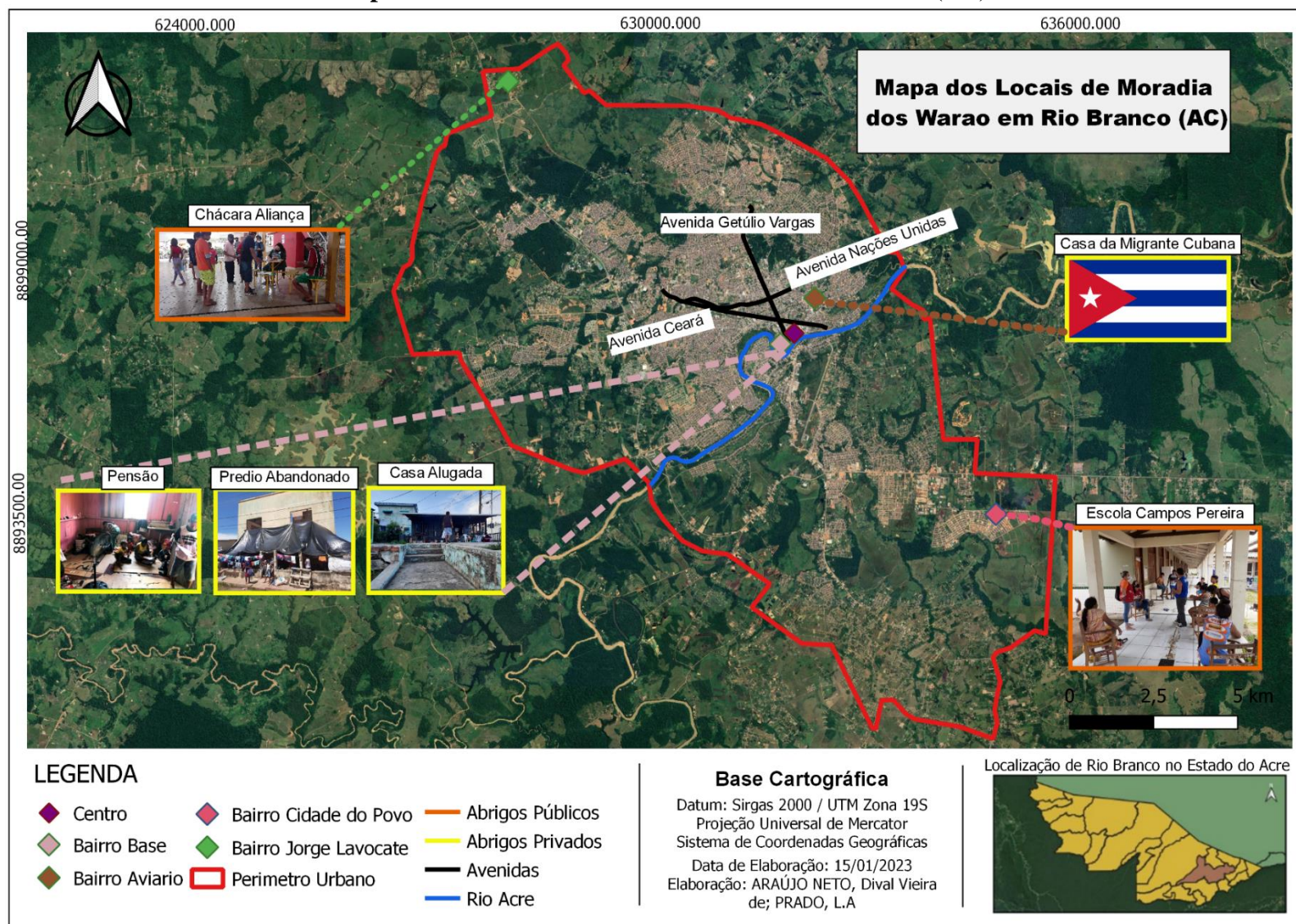
Na análise dos dados e nas observações de campo, os Warao, geralmente não realizam deslocamento sozinhos, mas sim por grupos e isso é umas das características da mobilidade Warao, mas também dos venezuelanos não-indígenas. Entretanto, o quantitativo de Warao que estiveram no estado do Acre, mais especificamente na cidade de Rio Branco, é pequeno se for comparado com a totalidade que está em território nacional, o que não muda o desafio do acolhimento desses imigrantes em solo acreano.

Em relação aos locais de residências, podemos afirmar que o Warao estavam exercendo uma territorialidade no prédio abandonado no bairro Base por questão de estratégia, pois inicialmente estavam morando de aluguel na pensão no bairro Base. Entretanto, no dia 20 abril de 2020, já em contexto de pandemia de Covid-19, todas as 16 famílias foram transferidas para o bairro Cidade do Povo, mas 19 dias depois, 10 famílias voltaram para o bairro Base, sendo oito para pensão e duas no prédio abandonado. Nos demais registros, sempre havia a presença de indígenas Warao ocupando o prédio abandonado na Base, principalmente, porque não precisava pagar aluguel.

E quando as sete famílias foram embora no dia 23 de julho de 2021 da chácara Aliança, ficou apenas uma família que estavam no prédio abandonado e fora transferida para o aluguel social, ainda na mesma rua do bairro Base.

Ainda sobre os locais de acolhimento dos indígenas Warao em Rio Branco (AC) e os principais locais de coleta, temos no mapa 21, a espacialização dos respectivos lugares.

Mapa 21: Locais de Moradia dos Warao em Rio Branco (AC)



Fonte: Org. pelo autor

Para entendermos a estratégia do pedido de coleta, iremos utilizar como ponto de referência o centro principal ou centro histórico da cidade de Rio Branco para os locais de moradia, pois mesmo havendo uma dinâmica de descentralização das atividades comerciais e de serviço, o centro ainda é relevante, principalmente em cidades de porte médio como Rio Branco e por estar localizado no bioma amazônico, possui a historicidade do seu centro de estar as margens de um rio, que nesse caso é o rio Acre.

Em relação a distância, temos a casa do bairro Aviário e o Base (Pensão/Prédio abandonado/Casa do aluguel Social), que ficam nas adjacências do centro e por isso a distância é no máximo 2 km. Já em relação a chácara Aliança, esta possui uma distância de 10 km e a escola Campos Pereira, no bairro Cidade do Povo, possui uma distância de 15 km em relação ao centro da cidade de Rio Branco, que foram os abrigos que passaram o maior tempo acolhidos.

Esse cálculo de distância é importante, pois é levado em consideração nas pesquisas de campo e os Warao estavam realizando a coleta nas principais ruas e avenidas da cidade, como a Avenida Ceará, Avenida Nações Unidas, Avenida Getúlio Vargas e dentre outras, que são vias urbanas que possuem grande fluxo de pessoas, comércio, serviços e que interligam ao centro e aos demais bairros da cidade e, portanto, a distância percorrida era menor para realizar a coleta, sempre a pé.

Para discutir a concentração de comércios e serviços ao decorrer da malha viária, Santos citado por Sposisto (1991, p. 2) afirma que “Nos países subdesenvolvidos suas características mais marcantes são a de constituir o nódulo principal da rede vias urbanas (...) e de apresentar uma forte concentração de serviços de todos os níveis, especialmente comércios”. (SANTOS *Apud* SPOSISTO, 1991, p. 2).

E quando estavam na chácara Aliança e na escola Campos Pereira, locais de maiores distância do centro, se tivesse recursos, pagavam taxi compartilhado, ônibus, se não, seguiam a pé, evidentemente, por possuir uma maior distância, demorava mais para chegar aos pontos de coleta e, conseqüentemente, possuía menor tempo para arrecadação, além da dificuldade de retorno para os locais de alojamento devido a longa caminhada.

Outro elemento a ser abordado é questão das profissões informadas pelos indígenas Warao, pois, podem nortear uma possível inserção no mercado de trabalho brasileiro e acreano e no levantamento das profissões dos Warao, 12 pessoas informaram para a Secretaria de Assistência do Estado do Acre a sua profissão, sendo oito homens e quatro mulheres de um universo de 97 pessoas, conforme temos na tabela 32.

Tabela 32: Profissões informadas pelos Warao no estado do Acre

HOMENS		MULHERES	
PROFISSÃO	QUANTI.	PROFISSÃO	QUANTI.
Agricultor	2	Artesã	4
Chapa (carregador)	1		
Ajudante de pedreiro/Agricultor /Repositor de Hortifruti	1		
Pescador/Agricultor/Artesão	1		
Ajudante de pedreiro/Roçador	1		
Roçador/Artesão	1		
Artesão	1		
Total	8	Total	4

Fonte: ACRE (2022). Org pelo autor

Na análise da tabela 32 todas as mulheres informaram que a sua profissão é artesã. Assim como as mulheres, os homens têm profissões que associam aos trabalhos desenvolvidos em seus territórios, e com a mobilidade para sociedade não indígena, realizam trabalho que não necessitam de formação acadêmica.

Por serem considerados “povo da canoa” e possuir essa ligação com os rios, os Warao têm a característica de serem pescadores, agricultores e também artesãos, principalmente ligado a cultura do Buriti, que na região do Delta venezuelano é muito abundante, e serve como fonte de renda na confecção de artesanato, mas também, como alimento, no caso, a farinha.

Já sobre trabalho de carteira assinada, a coordenadora do CIMI (AC), aborda que nenhum Warao teve registro no período que estavam no Acre, somente alguns trabalhos informais pontuais. Aborda ainda as dificuldades que os indígenas passaram para conseguir a carteira de trabalho, que por causa da pandemia, assim como vários documentos oficiais, estavam sendo emitido de forma online. Além disso ela comenta sobre alguns trabalhos feitos por eles, conforme relato a seguir:

A gente não conseguiu ajudar muito, porque logo veio a pandemia, logo no início de 2020, antes a gente ajudou tirando a carteira de trabalho para ver se eles conseguia algum emprego, principalmente no programa Sine, mas também foi outra dificuldade, porque o Ministério do Trabalho não emitia a

carteira física, e eles precisavam da carteira física. Ai só pelo aplicativo, e para se cadastrar no aplicativo, eles tinham que ter seu próprio aparelho [celular] e muitos não tinha o aparelho. Então assim, a confusão foi grande, e de todos, somente uns três conseguiram fazer a carteira de trabalho, mas emprego mesmo, eles não chegaram a conseguir não, com carteira assinada não. Um ou outro conseguiu trabalhar como chapa, que é carregador de caminhão, foi um ou outro conseguiu trabalho no Ceasa [Central de Abastecimento de Rio Branco] ou em alguns supermercados. Foi muito pouco e não era coisa de registrar em carteira não, e era por diária também. Eles foram atrás de conseguir um trabalho através de conversas com alguns conhecidos da gente e foi assim encaminhando, foi muito pouco, não chegou a durar nem um mês, tipo assim trabalhava em coisa pontual, não era uma coisa fixa. Por isso foram só alguns indígenas que conseguiram, aí depois, como eles viram que alguns conseguia mais renda vendendo algo no semáforo, do que fazendo coleta, e eles sempre procurava a gente para saber o que dava certo para eles vender. Ai então alguns vendia água, outros vendia bombons de paçoca, um outro vendeu alho, a primeira compra do alho a gente ajudou. (Informação Verbal, coordenadora do CIMI/AC).

Um ponto importante mencionado nessa última fala é sobre eles ter vendido produtos alimentícios nas ruas, pois, isso demonstra que não somente é a coleta ou artesanato que os Warao utilizam para conseguir uma renda. Além disso, é nas ruas onde executam as diversas estratégias e é também onde conseguem os recursos para sobreviver, seja para obter a única renda ou para complementar a renda com os benefícios do governo federal como o Bolsa Família.

Outro elemento significativo é que os Warao trabalham com artesanato, principalmente relacionado ao Buriti, no qual, receberam ajuda com os materiais para fazer os produtos de instituições com a Pastoral do Migrante e o CIMI, pois, “Compramos material para eles produzirem pulseiras e colares, para que com valor arrecadado comprem outros materiais e conseguirem fazer ‘capital’ de giro. O CIMI também ajudou com doações”. (Informação, vice coordenadora da Pastoral do Migrante/AC).

A coordenadora do CIMI aborda que diferente de outros Warao que estão em outras cidades do Brasil, os Warao em Rio Branco não possuíram muito êxito na confecção e venda de artesanato, pois:

Ai depois outra ação que a gente fez nesse sentido deles buscarem a renda, foi incentivar as mulheres a fazer o artesanato com miçanga, daí a gente incentivou e forneceu o material, mas infelizmente não foi muito avante, elas fizeram mais para uso próprio, mas não para gerar renda. (Informação Verbal, coordenadora do CIMI/AC, 11 de outubro de 2022).

Quando os imigrantes Warao estavam sobre o acolhimento de uma imigrante cubana, conforme abordado anteriormente, eles receberam incentivo para confeccionar o artesanato, e igualmente não avançou, dado que:

Os Warao ia para ruas pedir, juntamente com as crianças, e eles não ajudavam com o pagamento do aluguel e nem da energia.[...] Então eles ficavam mais nas coletas, inclusive, tentei através da Cáritas, que nos ajudava, juntamente com o Dr. Matheus [DPU], Dra Flavia, Solene, Fabio Fabricio [MPAC], Aurinete[Pastoral do Migrante], Maria da Luz [SEASDHM], e nós tentamos para que eles fizessem artesanato, e entregamos para os Warao materiais para fazer o artesanato. Eu falei muitas vezes para o senhor Jesus, senhor Alex, então eram para os cinco chefes de famílias, eu não lembro o nome dos restantes e aí falei para que eles mesmo comessem a trabalhar, isso, porque na Venezuela, eles trabalhavam, mas nunca deu certo e depois eles foram para os abrigos, parece que não tentaram mais fazer o artesanato. (Informação Verbal, imigrante Cubana, 07 de outubro de 2022).

Portanto, é nas ruas e avenidas de Rio Branco que os indígenas Warao buscavam a sua fonte de renda através de suas estratégias de sobrevivência, desde a realização de coletas, pedindo doações, vendendo produtos alimentícios e o apoio de instituições públicas e da sociedade civil. Dessa forma, “A caminhada do Warao, nesse sentido, torna-se um ato de inscrição urbana que não liga os pontos, mas reconstrói as formas e movimento” (BELIK, 2022, p. 116).

Os Warao estão territorializados nos diversos estados do Brasil, temos exemplos de indígenas que conseguiram confeccionar artesanatos, conforme um caso noticiado por Carneiro (2020) no sítio do jornal online G1.Globo, que relatou um caso em Belém (PA) de indígenas Warao com apoio de voluntários conseguiram desenvolver e vender artesanato.

A venda de cestas, bijuterias e costuras típicas da etnia Warao estão tirando mulheres indígenas, refugiadas da crise da Venezuela, do trabalho nas ruas de Belém. Com o apoio de voluntários, uma marca foi criada para comercializar pelas redes sociais os produtos. Os primeiros colocados à venda, os slings para bebês, esgotaram rapidamente e já há mais de trinta pedidos. (CARNEIRO, 2020, não paginado).

E sobre executar a confecção de artesanato, o Warao 1 responde que : “[...] Não temos material para fazer artesanato e no Acre não tem buriti” (informação verbal, Rio Branco (AC), 16 de junho de 2022). Todavia, quando o líder Warao se refere ao “não tem buriti no estado do Acre”, está relacionado com a autorização para extração da palmeira, em função

principalmente que eles não possuem uma territorialidade fixa e o próprio incentivo governamental para fazer seus artesanatos.

Ao realizamos uma entrevista com um líder Warao, no dia 16 de julho de 2021, na chácara Aliança, momento em que possuía 23 indígenas no local e uma família composta por cinco pessoas residindo no bairro Base, o principal o meio de obtenção de recursos financeiros informado era pela coleta ou mendicância nas ruas da capital.

E sobre a questão da coleta, ele aborda:

Pesquisador: Como sobrevivem aqui na cidade?

Warao 1: Aqui não tenho trabalho, tenho que sair para a rua para pedir algo e comprar comida, eu estou falando a verdade, porque não vou mentir para você. Então quando conseguimos R\$ 50,00 reais, mandamos para nossa família que está na Venezuela, e outro dia, se conseguimos R\$ 50,00 compramos comida para a gente.

Pesquisador: Horário de saída e volta? quantas pessoas vão para a rua? Quanto consegue de recurso e para que?

Warao 1: Vão 3, 4 pessoas, depende. Conseguimos uns 30, 40 reais, e pagamos táxi, é muito pouco e o restante é para comprar comida. Aqui no Acre, já acabou os indígenas no semáforo. A gente vai para as ruas umas 7h e ficamos até umas 10h. (informação verbal, Rio Branco (AC), 16 de junho de 2022).

No momento que foi realizado a referida entrevista, 43 indígenas Warao já haviam saído de Rio Branco e se deslocado para outros estados brasileiros, por isso teve a diminuição do horário de coleta e o quantitativo de pedintes.

No entanto, quando estavam nas ruas e avenidas de Rio Branco os Warao sofriam com o preconceito, que é uma “cena” encontrada nos diversos estados brasileiros e também sofreram xenofobia. A respeito disso Costa et al (2022) afirmam:

[...] o preconceito e o racismo que os Warao têm encontrado no Acre são cruéis; primeiramente, pela condição de indígenas, que assim como os indígenas acreanos têm mais dificuldades de conseguir trabalho remunerado do que as demais pessoas. Como refugiados, o racismo e preconceito aos Warao foram agravados pelo não entendimento de seus modos de vida. (COSTA *et al*, 2022, p.71).

Na fotografia 12 o líder Warao apresenta uma das placas que foi utilizada para realizar a coleta na cidade de Rio Branco (AC), que é considerada por eles como “ferramenta” de trabalho.

Foto 12: Líder indígena Warao mostrando a placa de pedido de ajuda financeira na Chácara Aliança.



Fonte: Pesquisa de campo. Agosto, 2021.

Mesmo com o acolhimento na Chácara Aliança, como nos abrigos anteriores, os Warao recebem alimentação, atendimento médico e entre outros atendimentos como regularização de documentação. Porém os indígenas Warao continuam indo para as principais avenidas da cidade de Rio Branco para realizar as coletas e assim custear algo que falta para consumo no abrigo, como por exemplo, outros tipos de alimentos que não têm nas refeições disponibilizadas pelo governo estadual.

Além de buscarem enviar algum dinheiro para os familiares que ficaram em seu país de origem, “por meio de depósito internacional para uma conta de um banco da Venezuela, eu vou na lotérica para fazer essa transferência” (informação verbal, Rio Branco (AC), 16 de junho de 2022). E assim o entrevistado também relata a estratégia de sobrevivência na cidade

de Rio Branco (AC), e, portanto, os Warao exercem a territorialidade partindo de quem fica na Venezuela e no Brasil.

Portanto, na questão do trabalho os indígenas Warao que estão em Rio Branco tiveram a coleta como principal estratégia de sobrevivência, juntamente com os benefícios sociais do governo federal e o apoio das organizações da sociedade civil enquanto estavam morando alugados ou vivendo nos abrigos.

6.4.1 - Benefícios Sociais governamental

Outro elemento das estratégias de obtenção de recursos financeiros, foi a inclusão em programa de transferência de renda, como o Bolsa família e segundo dados da Secretaria de Assistência Social do Estado do Acre (2022), todas as 22 famílias foram incluídas no benefício Bolsa Família, porém, somente estava disponível nos arquivos da Secretaria o registro de apenas quatro famílias e os respectivos valores recebidos, conforme veremos na tabela 33.

Tabela 33: Famílias que receberam o benefício do Bolsa Família e o respectivo valor.

Família Warao	Quantidade de integrantes por família	Valor R\$
A	9	980,00
F	2	179,00
U	4	358,00
V	3	268,00

Fonte: Acre (2022). Org. pelo autor.

Assim, mesmo não tendo acesso aos demais dados sobre os valores que os Warao receberam/recebem, mas nessa tabela, temos uma noção dos valores recebidos e os quantitativos das famílias que foram beneficiadas, além disso, é muito importante a inserção das famílias Warao nos programas de benefícios sociais, pois, estão em condições de vulnerabilidade social e principalmente, no perfil do núcleo familiar, que é composto por crianças, idosos, gestantes.

Portanto, o Bolsa família, assim como para os brasileiros que estão em condição de vulnerabilidade social, é fundamental, para a complementação de renda. E com todos os elementos citados sobre a demografia Warao e as mobilidades pendulares nas ruas, também continuam para outros estados da federação brasileira.

6.5 - Mobilidade espacial Warao como estratégia de (r)existência

Durante todo o período de pandemia da Covid-19 que os Warao estiveram sobre o abrigo governamental ou por conta própria na cidade de Rio Branco, as mobilidades espaciais estiveram acontecendo, seja as pendulares nas ruas, para conseguir os recursos e doações, ou para os estados brasileiros, como também para Venezuela para levar doações, dinheiro para os familiares que ficaram nas terras bolivarianas.

Uma forma de mobilidade de indígenas Warao que chamou atenção foi um pequeno grupo ter chegado na mesorregião acreana do Vale do Juruá, mais precisamente no município de Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do estado do Acre. Conforme uma notícia vinculada por Assunção (2020) no sítio do Jornal online Ac24 horas:

O casal indígena Asunilio e Milda Zapata com cartazes na mão pedem ajuda. Não andam com crianças na rua e afirmam que os dois filhos, de 5 e 3 anos, estão em uma hospedaria, onde todos dormem. Eles dizem que ficarão um mês em Cruzeiro do Sul e que chegaram na cidade ‘porque em Rio Branco não havia ajuda. Precisamos alimentar as crianças por isso pedimos o dia todo no semáforo’. (ASSUNÇÃO, 2020, S/N).

A chegada dos Warao em Cruzeiro do Sul foi uma novidade, sobretudo para os órgãos de assistência social e de defesa da criança e adolescente da cidade que não entendia, inicialmente, os motivos de imigrantes venezuelanos andar nas ruas e avenidas com seus filhos. Para os Warao é algo comum, e com essa realidade os organismos da sociedade que já acompanhava os Warao em Rio Branco, tiveram que acionar as equipes de Cruzeiro do Sul para fazer um diálogo com o poder público, para explicar esse comportamento.

Conforme explica a coordenadora do CIMI:

Como a gente tem equipe lá em Cruzeiro do Sul, a gente acionou o pessoal de lá para que ajudasse com o que pudesse. Então a ajuda foi mais no sentido de conversar, principalmente com a assistência social, Conselho Tutelar, porque lá pra eles, a novidade era muito grande na chegada deles [Warao] lá em Cruzeiro do Sul e o Conselho Tutelar achava um absurdo, crianças juntos com pais e mães na rua coletando/pedindo. Então pedindo a nossa colega que tivesse com uma conversa com o pessoal da Secretaria de Assistência Social, pessoal do Conselho Tutelar para explicar a especificidade do povo indígena e também as resoluções que a nível nacional o Ministério Público, a Defensoria Pública já tinha tomado em relação a essa questão deles fosse tratado com povo indígena. Então que houvesse ações educativas para que eles [Warao] entendessem o porquê [que não pode andar com crianças nas ruas], mas não agissem com punição ou correção por essa prática. Ai então a ajuda foi mais nesse diálogo com o poder público. (Informação Verbal, coordenadora do CIMI, 2022).

A vice coordenadora da Pastoral do Migrante (AC), aborda um dos motivos para a ida dessa famílias de indígenas Warao para Cruzeiro do Sul.

Não existe Pastoral do Migrante em Cruzeiro do Sul. Mas daqueles que por ali estavam, recebemos informações e solicitação de ajuda de como atendê-los pela Cáritas Diocesana daquele município, ao que dialogamos e orientamos. Percebemos que boa parte deles eram dos que estavam no primeiro grupo que chegou em Rio Branco, e que, ao receberem os cartões de ajuda humanitária pela Pastoral do Migrante, (Informação Verbal, vice-coordenadora da Pastoral do Migrante, 2022)

Em uma entrevista com a liderança “Warao 1” que estava morando na chácara Aliança em junho de 2020, confirma a mobilidade interna no Acre de seus parentes, que posteriormente seguiram para outros estados do Brasil.

Pesquisador: Tem alguma família Warao que está em Cruzeiro do Sul?

Warao 1: Não, no momento não tem nenhuma família em Cruzeiro do Sul, já foram embora para outros estados do Brasil. (informação verbal, Rio Branco (AC), 16 de junho de 2022).

A respeito das mobilidades de saída do Estado do Acre, a partir de relatórios da Secretaria de Assistência Social estadual, Acre (2022) aborda que o governo do estado fretou duas viagens para Porto Velho (RO), no mês de agosto de 2021, sendo que foi uma viagem no dia 10/08, na qual viajaram 6 pessoas de duas famílias. A outra foi no dia 24/08, quando viajaram 18 pessoas divididas entre 4 famílias e, partir de Porto Velho, seguiram para outros destinos.

Essas duas viagens fretadas foram as únicas viagens que o governo estadual beneficiou os indígenas venezuelanos Warao. As demais saídas de famílias em outras datas foram pagas pelos próprios Warao, todavia, a secretaria não tem disponível as datas de saídas de outras famílias dos abrigos.

Em relação aos destinos desses imigrantes após saírem de Porto Velho (RO), “Temos informações por eles e por nossas equipes de trabalho que existem Warao em Cuiabá [MT], Goiânia [GO], Terezinha [PI], Recife [PE], João Pessoa [PB], Belém [PA], Manaus [AM]”.(Informação Verbal, Vice-Coordenadora da Pastoral do Migrante, 2022) E “A última vez que falei com o grupo do senhor Jesus, ele disse que estava em Belo Horizonte - Minas Gerais” (Informação Verbal, imigrante cubana, 2022).

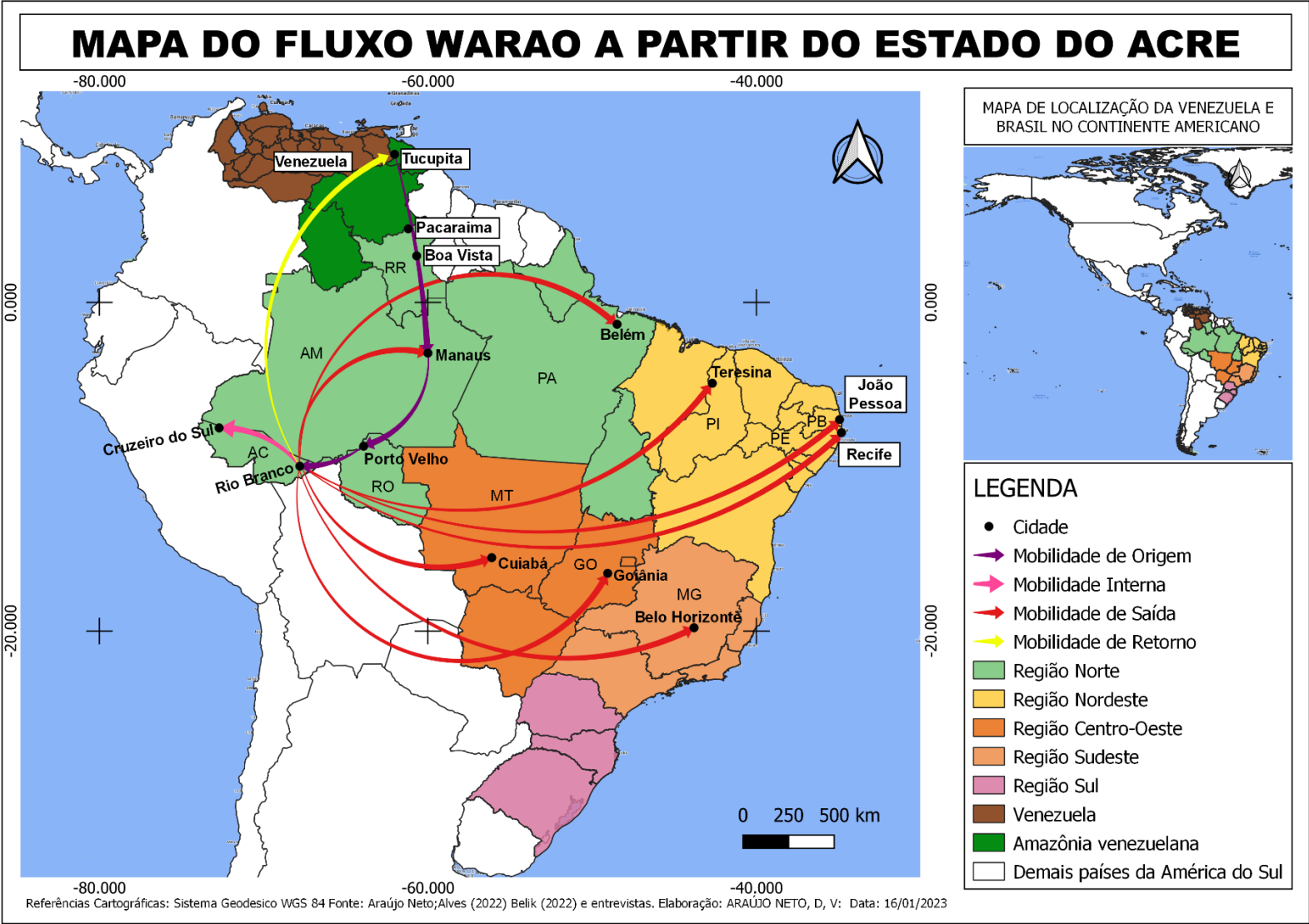
Assim, a coordenadora do CIMI também aborda sobre a mobilidade Warao para o Centro-Oeste Brasileiro e também para a Venezuela, saindo da capital Rio Branco.

Logo no início da pandemia, antes de eles irem para a chácara Aliança, ainda ali no [bairro] Cidade do Povo, quando eles foram para [o bairro] Cidade do Povo, então, um grupo de três jovens fora pra Venezuela, foi uma filha e dois sobrinhos do senhor Jesus. Foram levar alimentos e dinheiro pra família que lá ficaram e tentar ajudar para que eles viessem para cá. Ai depois que eles começaram a sair daqui, eles saíram para Goiânia a princípio, um grupo foi primeiro para Goiânia e ai esse grupo ficou lá em Goiânia, começou a puxar outros pra ir pra Goiânia também. Ai depois quando eles decidiram mesmo o grupo todo ir embora foram para Mato Grosso, a princípio, ai depois, em seguida, eles foram embora para Goiânia, para onde estava os demais, e agora, não sei, uma parte continua em Goiânia, e outra parte parece que retornou para o Mato Grosso, ai eles já dividiram novamente. (Informação Verbal, coordenadora CIMI, 11 de outubro de 2022).

As mobilidade dos indígenas Warao que estavam em Rio Branco não podem ser separadas das rotas de outros grupos familiares que estão circulando em outros estados brasileiros, principalmente para a região Centro-Oeste, Sul Sudeste e Nordeste brasileiro, pois, saindo para o caminho comum que é Porto Velho, podem continuar para os demais destinos nacionais ou retornar temporariamente para a Venezuela. Isso apontam autonomia nas rotas Warao que se consolidaram ao passar dos anos.

A partir das informações obtidas, podemos abordar a mobilidade dos venezuelanos Warao no estado do Acre em quatro momentos, sendo: a primeira denominada de origem, que é a rota utilizada para chegar ao estado; a segunda denominada interna, que é movimento espacial dentro do estado (que foi realizado de forma esporádica); a terceira é a de saída, que são os estados que os indígenas escolheram como destino e quarta é de retorno, quando eles se deslocam para a Venezuela. No mapa 22 temos essas espacialização.

Mapa 22: Fluxo Warao a partir do Estado do Acre



Fonte: Org. pelo autor.

Conforme analisamos o mapa temos a noção dos fluxos dos Warao que estavam em Rio Branco e como eles tem liberdade nas circulações pelo Brasil. Belik (2022) fundamenta esse argumento da mobilidade Warao na Amazônia Ocidental, pois:

Os Warao que atualmente estão na Amazônia Ocidental, Porto Velho e Acre não podem ser pensados fora do contexto dos seus grupos familiares que estão no Centro-Oeste e Sudeste brasileiro. Estudos preliminares mostram que as famílias Warao em Porto Velho têm relações diretas com os Warao em Brasília/DF, Mato Grosso/MT e Rio de Janeiro/RJ, mas também travam relação com Warao em Belém/PA, Natal/ RN e Salvador/BA; enquanto que as famílias Warao em Rio Branco tem relações diretas com os Warao em Goiânia/GO e Boa Vista/RR. Esses exemplos indicam a liberdade de circulação dos Warao. (BELIK, 2022, p. 131).

Após a saída dos indígenas Warao que estavam na chácara Aliança, que é último abrigo Warao na cidade de Rio Branco, ficou somente uma família morando no aluguel social no bairro Base. E a respeito de obter outras possibilidade de conseguir dinheiro, em novembro de 2021, o marido indígena conseguiu fazer suas peças de artesanato através do apoio da Pastoral do Migrante, conforme veremos nas fotografias 13 e 14.

Foto 13: Indígena Warao apresentando suas peças de artesanato.



Fonte: Pastoral do Migrante, nov. 2021.

Foto 14: Artesanato produzido por indígena Warao



Fonte: Pastoral do Migrante, nov. 2021.

Esse indígena, que é o líder da única família que continua em Rio Branco (março de 2023), juntamente com sua esposa e seus quatro filhos, aborda sobre a sua trajetória até chegar ao Estado do Acre, e os locais de moradia na cidade, através de uma entrevista realizada no mês de dezembro de 2022.

Eu sai da Venezuela faz três anos. E eu morei três meses em Pacaraima [RR], três meses em Boa Vista [RR], também três meses em Manaus [AM] e depois eu fui para Porto Velho [RO], onde fiquei duas semanas e depois vir para cá, porque parte da minha família estava aqui [em Rio Branco]. E quando cheguei aqui, fiquei em um hotel, pagando [diária], e estava difícil, viemos para aqui no [bairro] Base, limpamos tudo, e fiquei nos dois anos morando nesse prédio [abandonado]. Mas também fiquei três meses morando em abrigo e eu sai do abrigo porque não gostava de lá, também ficava longe para pedir ajuda, e por minha conta, decidir sair do abrigo. (Informação Verbal, 23 de dezembro de 2022, Warao 2).⁴⁹

Quando é perguntado dos motivos dessa permanência em Rio Branco, o entrevistado comenta que:

⁴⁹ Entrevista realizada na cidade de Rio Branco (AC), no dia 23 de dezembro de 2022.

Eu quero continuar aqui, para continuar cuidando de minha família, e já estou três anos no Brasil e aqui [em Rio Branco], meus filhos já estão na escola estudando. Dos quatros, os dois maiores estão estudando, os que tem 5 e 4 anos, os que tem 2 e 1 não estudam ainda. [...] E aqui em Rio Branco estou melhor que Venezuela, lá não tem trabalho, não tem comida e aqui está um pouco melhor. Aqui recebo ajuda dos amigos e consigo fazer a coleta. (Informação Verbal, Warao 2).

E sobre os tipos de trabalhos, o entrevistado destaca: “Aqui [em Rio Branco] eu consegui trabalhar limpando casa com roçadeira, e também faço a coleta, que ando por várias ruas e eu saio umas três por semana para fazer a coleta”. (Informação verbal, Warao 2). E também, o indígena Warao já recebeu e recebe ajuda de instituições da sociedade civil, pois, “Eu recebi ajuda de Cáritas e CIMI, de cesta básica e cartão, e também ajuda na documentação”. (Informação verbal, Warao 2).

Além disso, esse indígena está cadastrado no aluguel social e recebe Bolsa Família, que assim complementa a renda, pois “Eu recebo o Bolsa Família de R\$ 600,00 e com esse dinheiro pago o aluguel e energia com R\$ 200,00 e os R\$ 400,00 compro comida para mim, minha esposa e meus filhos”. (Informação verbal, Warao 2). E sobre ter continuado a fazer artesanato, ele responde que: “Não, porque não tenho material para fazer o artesanato, mas se alguém me ajudar com os materiais, eu posso fazer artesanato. (Informação verbal, Warao 2).

A coordenadora do CIMI também confirma os tipos de atividades exercidas pelo Warao 2 na cidade de Rio Branco.

Esporadicamente a gente tem contato com ele, mas assim da última vez que a gente o viu, ele estava trabalhando de bico, roçando quintais, esse tipo de trabalho. Estava com aluguel social, a família recebe Bolsa Família, então já é uma ajuda. E a família aumentou também, que nasceu outra criança e assim ele tá tocando a vida, com a esperança de conseguir um emprego de carteira assinada e dependendo da situação [financeira] ele faz a coleta, quando acaba o recurso, ele recorre a coleta. (Informação Verbal, coordenadora CIMI, 11 de outubro de 2022).

E ela também aborda a hipótese sobre o motivo desse indígena ter saído do abrigo do governo estadual e ficado no Bairro Base, como também porque não quis o destino dos demais indígenas que foram embora do estado do Acre. Segundo a entrevistada:

O grupo que estava aqui, fazia parte de uma grande família extensa e o ‘Warao 2’ estava fora dessa família, porque ele é irmão de um concunhado do senhor

Jesus, então de parentesco, é muito longe ou parentesco nenhum do grupo que estava aqui, a não ser essa ligação que um irmão dele era casado com a família do senhor [Aidamo] Damaso. E por isso que ele [Warao 2] veio, foi esse irmão que trouxe ele até aqui, mas como entre eles existe muitos conflitos internos por conta dessa questão mesmo familiar, aí então ele já se desentendeu [com o restante do grupo] quando foram para escola [do bairro Cidade do Povo], que ele já optou para não ir, porque ele não se encontrava no grupo. Então ele optou ficar no bairro Base e todos foram para escola e ele ficou, aí depois ele puxou o irmão dele, que veio, aí depois veio mais outros, e assim, parece que a maioria veio e ficou só a família do senhor Jesus na escola. E a depois conseguiram a chácara, e o irmão dele segue o sogro, e o sogro é a referência, e assim o irmão dele segue o sogro que já foram embora do Estado. E por enquanto ele quer continuar por aqui. (Informação Verbal, coordenadora CIMI, 11 de outubro de 2022).

A respeito da mobilidade Warao pelo Brasil, o indígena Warao 2 comenta que tem parentes em outros estados brasileiros, pois “Tenho familiares em Porto Velho [RO], Brasília [DF] e Cuiabá [MT]” (Informação verbal, Warao 2). E a respeito dessa rede familiar Warao, em dezembro de 2022, chegaram em Rio Branco os 24 familiares do Warao 2, que moram na cidade de Porto Velho (RO) desde 2020, e que vieram passar o Natal com seu parente em Rio Branco, mas logo após as festividades voltaram para Porto Velho.

O imigrante Warao 2 também faz viagens para reencontrar seus parentes em outro estados, como um exemplo abordado pela Vice-coordenadora da Pastoral do Migrante: “Ainda recebendo apoio da Pastoral, está com a esposa possivelmente com problemas na vesícula e viajaram para Porto Velho para tratar com um pajé curandeiro de sua confiança. Mas quando ele pode, busca oportunidade de trabalho”. (Informação Verbal, Vice-Coordenadora da Pastoral do Migrante, outubro, 2022).

Em trabalho de campo realizado no dia 23 de dezembro de 2022, no qual, visitando a casa do Warao 2, estavam apenas quatro parentes dos que vieram de Porto Velho para o fim de ano, pois os restantes estavam fazendo a coleta. Esses quatro imigrantes, divididos em dois casais, um casal conforme vemos na foto 15 estava escrevendo o pedido na placa para realizar a coleta e sua esposa arrumando as doações recebidas.

Foto 15: Indígena Warao (Primo do Warao 2) escrevendo em seu cartaz de pedido de ajuda financeira no Bairro Base.



Trabalho de Campo, dez. 2022.

Portanto, a rede de imigrantes Warao na Amazônia Sul-ocidental está conectada com os demais estados brasileiros. Todavia, mesmo fora de seus territórios originários e de seu país, esses imigrantes continuam sendo indígenas venezuelanos, pois, se reinventaram para tentar conseguir a sua existência nas cidades brasileiras.

E as estratégias que era utilizada na Venezuela, também são utilizadas nas cidades brasileiras, como a própria coleta, que é confundida como mendicância, pois, pode não ser para os imigrantes e na visão da sua cultura, mas para a sociedade em que estão inseridos esta é a forma que sobreviverem. e assim “viver na cidade entre os não indígenas não significa, necessariamente, viver como eles e tampouco significa deixar de ser indígena”. (ACNUR, 2021, p. 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação abordou a dinâmica migratória de venezuelanos indígenas Warao para o território brasileiro, tendo como recorte a região da Amazônia Sul-ocidental, especificamente a cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre.

A pesquisa empírica possuiu o recorte temporal da pandemia da Covid-19, o que gerou muitos desafios, como para a obtenção dos dados quantitativos e qualitativos sobre os imigrantes que se deslocam nas cidades de Assis Brasil, Brasileia, Eitaciolândia e na capital Rio Branco.

As instituições governamentais perderam muitos dados quantitativos e qualitativos durante o período pandêmico de Covid-19, que dificultaram a sistematização de informações e, posteriormente, a quantificação e análise. Isso ocorreu por troca de gestão municipal de Assis Brasil e demais municípios, ou pelo ponto que considero principal que é a falta de profissionais como geógrafos, antropólogos e dentre outros para suprir a demanda de escassez de profissionais ou para auxiliar os profissionais que já estão com demandas acumuladas.

Apesar dos percalços, tivemos os objetivos alcançados com a discussão das mobilidades de trabalhadores venezuelanos para a Amazônia Sul-ocidental, tendo os venezuelanos não-indígenas e indígenas Warao como sujeitos principais da análise.

Portanto, por causas dos interesses externos que constituiu os processos de expropriação, os “forçaram” a inserir na sociedade não indígena. Se tomarmos o recorte para a segunda metade do século XX, com a continuidade desses processos, gerou as mobilidades dos territórios originários para os centros urbanos venezuelanos, e, posteriormente, o movimento transfronteiriço para Brasil no século XXI, os transformaram de “povo da canoa” para “povo da estrada”, através dos deslocamentos pelas rodovias e pelos movimentos pendulares, quando estão territorializados nas cidades e para sobreviver utilizam práticas para existir e (r)existir.

Mesmo se tornando “Povo da Estrada” não deixam de lado os seus ritos, costumes, ou seja, não deixam de ser indígenas Warao, possuindo a cosmovisão ainda do “povo da canoa”. Porém, por questão de sobrevivência no meio urbano, tiveram que se adaptar e o exemplo mais concreto é a coleta, pois, nos territórios originários, eram a coleta de alimentos e de materiais para elaboração de instrumentos para o trabalho e que nos meios urbanos, a população associa com a mendicância.

A partir da leitura da Geografia do Trabalho, constatamos que o povo Warao não está na lógica do trabalho assalariado, mas na relação metabólica da mobilidade/plasticidade,

na lógica da dinâmica territorial, na qual os colocam em um estado de exclusão, através da coleta, que é a “principal” ferramenta de existir e (r)existir em outro território, que não é o território originário e sobretudo em outro país com leis e costumes diferentes como o Brasil.

Assim, fica confirmado que a coleta dos Warao não é somente uma questão “cultural” que muitas vezes a sociedade não indígena coloca nos discursos, mas sim, é uma das principais estratégias de (r)existências, e no Estado do Acre, como nos demais estados brasileiros que tem/tiveram a presença dos Warao, é a partir coleta que são “reconhecidos” pela população nas principais ruas e avenidas das cidades, principalmente pela característica da mobilidade em rede familiar e estão inseridos idosos, crianças, mulheres gestantes, dentre outros e assim necessitam das políticas públicas governamentais de acolhimento/atendimento.

E a por estarem em condição/estado de exclusão, é na questão do acolhimento governamental e da sociedade civil que “atraiu” os Warao para o Estado do Acre, pois, não conseguiram um trabalho de carteira assinada, o artesanato também não avançou na questão da confecção, somente trabalhos informais em casos pontuais. Além disso, as demais fontes de rendas estavam atreladas aos benefícios sociais como o Bolsa Família e ajuda financeira de instituições não-governamentais ao longo do período que as famílias foram chegando na capital Rio Branco.

Outro elemento são as rotas dos indígenas Warao que estão em Rio Branco e os que foram embora, confirma que o estado do Acre está ligado com as demais rotas Warao pelo Brasil, principalmente, em função dessa rede de parentesco que estão nos estados da Amazônia Ocidental (RR-AM-RO), que se comunicam com os parentes que ficaram na Venezuela e que estão na região Centro-Oeste e Sudeste maiormente e em menor grau na região Nordeste. Isso demonstram como os Warao possuem liberdade em suas mobilidades espaciais e que essa mobilidade no estado do Acre está conectada as rotas Warao pelo Brasil.

Constatou-se também que houve a mobilidade para a cidade de Cruzeiro do Sul, que é a segunda cidade mais populosa do estado do Acre, todavia, por ter sido uma viagem esporádica, não podemos afirmar que se criou uma outra rota cruzeirense da mobilidade dos indígenas venezuelanos Warao dentro do Estado do Acre, mas sim, uma estratégia de sobrevivência.

E por causa dessa mobilidade em rede Warao que está conectada aos diversos estados brasileiros, e com o movimento para entrar e sair estado do Acre, insere esses migrantes no que denominamos de “corredor internacional da mobilidade humana”, que o coloca o Acre como esse local de mobilidades espaciais de imigrantes de diversas nacionalidades, sobretudo oriundos dos países periféricos do capitalismo.

Portanto, os imigrantes Warao se tornaram mais uma fase das mobilidades de imigrantes no corredor internacional acreano, mesmo, sendo o povo com menor quantitativo comparado com as demais nacionalidades, esse possui a especificidade de ser o primeiro povo indígena migrante acolhido. Em termos gerais, esses imigrantes foram os que mais passaram tempo sobre abrigo governamental.

Assim, concluímos que o Estado do Acre é um corredor internacional da mobilidade de trabalhadores e são vários os fatores para podemos constatar tal afirmação, desde o perfil e quantitativos dos imigrantes trabalhadores, que a partir de 2010, chegaram/chegam nessa terra amazônica sul-ocidental, que são advindos de crises de diversos níveis em seus respectivos países, associado a ampliação da precarização estrutural do trabalho, e, relacionadas as próprias vulnerabilidades sociais e a própria inserção (ou não) no mercado de trabalho precarizado brasileiro.

Outro fator que fundamenta a conclusão para afirmar que o Acre é um corredor internacional de migração Sul-Sul, constituiu-se através das rodovias ou *carreteras* e regionalização do corredor migratório internacional, está entorno dessas vias de circulação de pessoas e bens. Assim, temos a BR-317, denominada de Estrada do Pacífico ou Rodovia Interoceânica, que foi financiada e estava incorporada aos megas projetos estratégicos da IIRSA, e se tornou rota das mobilidades que denomino de norte-andino. A BR-364, que liga o Estado do Acre com os demais estados do Centro-sul nacional, também permite articular esse corredor nacional que os Warao estão interligados para sair ou entrar do estado do Acre.

Portanto, o Estado do Acre faz parte das rotas utilizadas nas migrações internacionais da América do Sul, pois os sujeitos envolvidos, a própria localização geográfica estratégica do Estado para o recebimento e passagem dessas mobilidades e a via de circulação que é prioritariamente terrestre e o histórico de acolhimento institucional e da sociedade civil a partir da década de 2010. Isso se confirma pelo perfil de migrante que acessou/acessa o estado para ingressar em território brasileiro e/ou seguir para os demais países da região, que posteriormente podem (tentar) acessar os países do hemisfério Norte Global em maior quantitativo e para o Sul-Andino (Bolívia, Chile e Argentina) em menor somatória de rotas e fluxos.

Diferente dos Warao, os venezuelanos não-indígenas possuem mais rotas nesse corredor internacional, pois para chegar ao estado do Acre utilizam a “rota nacional” que é a mesma dos Warao, e também através da rota norte-andina para entrar e sair do Brasil pelo estado do Acre.

A partir de 2020, em contexto de pandemia de Covid-19, temos um cenário social, econômico e de saúde difícil para a população em geral, bem como para os imigrantes que possuíram suas dinâmicas sociais afetadas através da (i)mobilidade ou o fechamento das fronteiras aquaviárias, terrestres e aéreas.

Nessa dialética das mobilidades trabalhadores imigrantes em direção ao território brasileiro, quando analisamos os dados de instituições com o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), temos que os imigrantes que estiveram “barrados” em Assis Brasil, são os trabalhadores imigrantes que mais foram inseridos nos mercado de trabalho brasileiro e também que estão em trabalhos mais precarizados e menos remunerados. Na cronologia a partir de 2010, que no caso são os haitianos, africanos e venezuelanos não-indígenas e com isso os índices de calamidade pública também se elevou, como vimos na situação de Assis Brasil, que é uma cidade da tríplice fronteira Brasil/Bolívia/Peru.

É nesse contexto das mobilidades de haitianos e venezuelanos, juntamente com outras nacionalidades que transformaram a dinâmica do trabalho migrante no Brasil, sendo, que antes de 2010, as migrações eram Norte-Sul e após 2010, se modificaram para migrações Sul-Sul. É nesse contexto que insere o acolhimento institucional e da sociedade civil do Estado do Acre e suas vias terrestres, que foram e são importante para as mobilidades desses trabalhadores, principalmente de haitianos e africanos de 2010 a 2016; e a partir de 2016 com venezuelanos não-indígenas e em 2019 com indígenas Warao.

Portanto, a Amazônia acreana a partir de 2010 se tornou uma rota terrestre para esse mercado da força de trabalho de imigrante de origem negra, pobre e com dificuldade de documentação, que posteriormente seria encaminhados para postos de trabalho precarizados no Centro-Sul nacional, ou seja, se tornou um local de passagem migratória e de acolhimento humanitário e não um destino de trabalho, em função do pouco quantitativo de registro de trabalhos formais e informais comparados com a somatória de atendimentos governamentais, bem como, a própria estrutura econômica do Estado por ser distante dos centros econômicos nacional e possuir uma economia periférica.

Já em contexto de pandemia da Covid-19, a questão humanitária que coloca o estado do Acre como local de acolhimento institucional possui um grau mais elevado, seja pela própria calamidade pública da própria dispersão do vírus, como também pela própria pressão das instituições da sociedade civil e governamentais de defesa dos direitos humanos para o acolhimento dos imigrantes na capital Rio Branco e nas cidades de fronteira.

Após 2016 foram encerradas as políticas de acolhimento e assim a sociedade civil e os próprios migrantes criaram seus “abrigo” de forma precária e com poucos recursos. Dessa

forma, as entidades sempre cobraram do poder público que criasse uma política contínua de atendimento e acolhimento aos imigrantes em condição de vulnerabilidade social, o que foi dificultado tendo em vista as políticas anti-imigração desencadeadas pelos governos federal, em especial com Jair Messias Bolsonaro.

No Estado do Acre, somente foram criadas políticas mais efetivas a partir de 2020, na pandemia de Covid-19 após muita pressão das entidades civis, que estavam sobrecarregadas, porém, ainda em formato emergencial. Assim foram criados os abrigos dos Warao em Rio Branco e os dos imigrantes não indígenas em Assis Brasil, que posteriormente encaminhava para Brasileira/Epitaciolândia e para Rio Branco.

Já sobre os abrigos para os imigrantes Warao em Rio Branco, os locais escolhidos, no nosso entendimento, dificultou para as execuções das estratégias de sobrevivência dos indígenas, principalmente, pela distância do centro da cidade, onde o bairro Base, que está localizado nas adjacências do centro, se tornou um espaço de territorialidade dos Warao, pois estando no bairro Base facilitava as mobilidades pendulares para os “pontos” de coleta localizadas nas Avenidas Ceará, Nações Unidas e Getúlio Vargas, e nos abrigos precisavam gastar com ônibus, taxi e muitas vezes a pé por longas caminhadas.

Sendo assim foram nas ruas e avenidas de Rio Branco que esses imigrantes indígenas conseguiram parte dos recursos para sobreviverem, mas também “disputavam” as receitas com os desempregados nacionais e com os venezuelanos não-indígenas, que estavam nessas vias de circulação vendendo produtos, pedindo dinheiro, emprego, fazendo a mendicância, e como chegaram há poucos na pandemia, tiveram muitos desafios para conseguir sobreviver em território acreano.

De fato, os abrigos fazem parte de controle do Estado, como aconteceu nas experiências na Venezuela, no Brasil não foi diferente quando trazemos a discussão para o Estado do Acre, ingressam em mais um capítulo dessa história de mobilidade dos indígenas Warao.

Outra dificuldade foi em relação a educação, pelo número pequeno de matriculados e também a forma do ensino em tempos de pandemia de Covid-19, mesmo possuindo diversas leis que os protege e necessitando de uma educação diferenciada, respeitando a cultura, mas o que foi constatado em Rio Branco foi que o Estado não executou políticas em relação a isso. Ou seja, os inseriu na educação básica com os demais alunos brasileiros, embora tenhamos que ressaltar como as escolas não estão preparadas para o recebimento de imigrantes e sem profissionais técnicos para trabalhar com esse público, essa conjuntura dificulta a inserção do estudante imigrante no meio escolar acreano e nacional.

Portanto, esta pesquisa trouxe reflexões a respeito das mobilidades espaciais e os condicionamentos históricos, econômicos e sociais do fenômeno Warao para Brasil e ao estado do Acre, para situar trabalhadores imigrantes, sobretudo de venezuelanos indígenas e especialmente de venezuelanos não-indígenas na Amazônia Sul-ocidental, o que permitiu refletir as repercussões gerais na região, desde as rotas utilizadas, as estratégias de (r)existências e as políticas executadas pelo Estado e redes de apoio aos imigrantes.

Assim os Warao seguem a sua mobilidade em distintas direções pelos estados brasileiros, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, circulando pelos meios urbanos, se reinventando nos modos de (r)existências e suas territorialidades. Assim, o estado do Acre se configura em mais um território marcado nessa história da presença venezuelana, bem como imigrante indígena em território brasileiro no século XXI.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Atuação do Acnur junto às redes locais em apoio à população indígena Warao no sudeste e sul do Brasil:** boas práticas e lições aprendidas. São Paulo: novembro/2019 a março/2021. 2021.

ACNUR. **Global Report 2021:** the storie behind the numbers. Disponível em: https://reporting.unhcr.org/globalreport2021/pdf#_ga=2.112121668.1572754966.1656386127-87808085.1589776516. Acesso em: 28. maio, 2022.

ACNUR. **Relatório de atividades para populações indígenas.** Julho/2022 a setembro de 2022

ACRE (Estado). **Informações demográficas sobre os venezuelanos indígenas Warao.** Rio Branco: Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres. 2022

ACRE (Estado). Ministério Público do estado do Acre (MPAC). **Live: Migrações Internacionais no Acre – Retrospectiva e Cenário atual.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dxin5d4i-zM> Acesso em: 10 jul. 2022.

ACRE (Estado). **Regimento interno:** Unidade de acolhimento para imigrantes venezuelanos indígenas Warao. Rio Branco: Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres. 2020.

ACRE (Estado). **Relatório de entrada de Imigrantes.** Rio Branco: Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres, Divisão de Proteção a Vida. Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados, Abril de 2022.

ACRE. Prefeitura Municipal de Assis Brasil. Decreto nº 044, de 31 de março de 2020. Declara [dispõe sobre o estado de calamidade pública no município de Assis Brasil afetado por doenças infecciosas virais]. **Diário do Estado do Acre**, Acre, v. único, ano LIII, n. 12.772, p. 41, 2 abr. 2020.

ACRE. Prefeitura Municipal de Assis Brasil. Decreto nº 044, de 31 de março de 2020. Declara [dispõe sobre o estado de calamidade pública no município de Assis Brasil afetado por doenças infecciosas virais]. **Diário do Estado do Acre**, Acre, v. único, ano LIII, n. 12.772, p. 41, 2 abr. 2020.

ACRE. Prefeitura Municipal de Assis Brasil. Decreto Nº 089/2022/GAPRE, 18 de março de 2022. Declara [“Dispõe sobre revogação do DECRETO Nº073/2021 de 15 de fevereiro de 2021 e Decreto Nº120 de 15 abril de 2021 e dá outras providências]. **Diário do Estado do Acre**, Acre, v. único, ano LV, nº 13.249, p.52, 22 mar. 2022

ACRE. Prefeitura Municipal de Assis Brasil. **Relatório parcial de acolhimento a imigrantes.** Assis Brasil: Secretaria Municipal de Assistência Social, Outubro de 2020.

ACRE. Prefeitura Municipal de Assis Brasil. **Relatório parcial de acolhimento a imigrantes.** Assis Brasil: Secretaria Municipal de Assistência Social, Novembro de 2020.

ACRE. Prefeitura Municipal de Assis Brasil. **Relatório parcial de acolhimento a imigrantes.** Assis Brasil: Secretaria Municipal de Assistência Social, Abril de 2021.

ALAMUD, Carlos.; NÚÑEZ, Rogelio Núñez. La crisis de Venezuela y el tablero geopolítico internacional. **Análisis del Real Instituto Elcano** (ARI), [S.l.], n. 24, 2019. Disponível em: <https://www.realinstitutoelcano.org/analisis/la-tesis-de-venezuela-y-el-tablero-geopolitico-internacional/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

ALMEIDA, Lucilene. **Zoneamento escolar em Rio Branco - AC: democratização do acesso e segregação socioespacial**. Tese (Doutorado em Educação). 2015. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2015.

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia**. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, da UNESP/Presidente Prudente, 2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a América Latina**. 9ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho**. -São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO NETO, Dival Vieira de; ALVES, José. Territorialidade dos indígenas venezuelanos Warao na Amazônia Sul ocidental durante a pandemia da covid-19: o caso de rio branco (ac). **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78430>>. Acesso em: 14/01/2023

ARAÚJO NETO, Dival Vieira de; ALVES, José. Mobilidade espacial dos indígenas venezuelanos Waraos para o estado do Acre: Trajetória e as condições de vida na capital Rio Branco. **UÁQUIRI - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, Rio Branco, v. 4, n. 1, 2022. DOI: 10.47418/uaquiri.vol4.n1.2022.6167. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/6167>. Acesso em: 15 jul. 2022.

AGÊNCIA AC. **No aniversário de Assis Brasil, Gladson Cameli é homenageado e anuncia investimentos no município**. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/no-aniversario-de-assis-brasil-gladson-cameli-e-homenageado-e-anuncia-investimentos-no-municipio/> Acesso em 05. Set. 2021

ARIAS. et al. **Informe de movilidad humana venezolana II**. Realidades e perspectivas de quienes emigran [8 de abril al 5 de mayo de 2019]. San Cristóbal, Venezuela: SJR (Venezuela) - Centro Gumilla -UCAT - IIES-UCAB. 2019.

AYALA LAFÉE-WILBERT, C; WILBERT, W. **La mujer Warao: de recoleitora deltana a recoleitora urbana**. Fundación La Salle de Ciencias Naturales, Instituto Caribe de Antropología y Sociología. Caracas, 2008.

AYUBA, Nuhu. **Simulação de perfis de escoamento multifásico (óleo-água) em duto circular horizontal**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) – Escola de Química e Alimentos, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

BARBIERI, Nicolás Gissi *et al.* Respuestas de los países del Pacífico Suramericano ante la migración venezolana: Estudio comparado de políticas migratorias en Colombia, Ecuador y Peru. **Revista Diálogo Andino**. Nº 63, p. 219-233, 2020.

BARBOSA, Jairo. **Em manifestação, imigrantes fecham ponte entre Brasil e Peru no Acre.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/02/em-manifestacao-imigrantes-fecham-ponte-entre-brasil-e-peru-no-acre.shtml> Acesso em: 15. Nov. 2022.

BARROS, Pedro Silva. Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica da Venezuela. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 5, v. 2, p. 209-237, 2006.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em Crise: O que mudou com Maduro?. **Revista Jurídica Derecho y Cambio Social**. p.1-16, 2018. Disponível em: <https://www.derechoycambiosocial.com/> Acesso em: 23. mai. 2022

BECKER, Olga Maria Schild . Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de et al., **Explorações geográficas**. Percursos no fim do século, Rio de Janeiro, Bertand, 1997.

BELIK, Daniel. Circulação e conexões Warao na Amazônia Ocidental. In: Os **Warao no Brasil**: diáspora, políticas e direitos indígenas. Carlos Alberto Marinho Cirino, Carmen Lúcia Silva Lima e Jenny González Muñoz (org.), Edições UERN. Mossoró, RN, 2022

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. Estrada do Pacífico na Integração Sul-Americana e o Acre. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, v. 3, n. 2, p. 185-208, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2122>. Acesso em: 24. Jun, 2022

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 14, de 14 de setembro de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis2.pdf>. Acesso em: 27.jan.2021

BRASIL. Defensoria Pública da União (DPU). **Informe Defensorial**: Pessoas migrantes retidas na fronteira entre Brasil e Peru. Março, 2021. 26pp.

BRASIL. Inquérito Civil Público, **Recomendação Conjunta DPU/MPF/DPE/MPAC** nº 01/2019 de 19 de dezembro de 2019.

BRASIL. Inquérito Civil Público. RECOMENDAÇÃO Nº 01/2021/5º OFÍCIO/DPU/AC 18 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 01, de 13 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembrode-2020-288317152>. Acesso em: 15 jan. 2022

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução Normativa Nº 97, de 12 de Janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1541> Acesso em 06. Jul. 2022

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Análise dos Principais Resultados, 2010-2020. Disponível em <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em 15. Jan, 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Resolução Normativa N° 126, de 2 de março de 2017.** dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Brasília. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1415> Acesso em 06. Jul. 2022

BRASIL. Ministério Público Federal. **Peça Pericial** n.º 01.2017/Antropologia/PR-RR/SPBV/CRP-4. Boa Vista: Ministério Público Federal. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9474.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.474%2C%20DE%2022,1951%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em 03 set 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio - FUNAI,** remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e revoga o Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9010.htm Acesso em 27. Jan. 2022

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 27. Jan. 2022

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: bit.ly/2XxFvyK. Acesso em: 10. Jan. 2022

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. **Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm Acesso em 26. Dez.2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2002.** Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: bit.ly/35yTOaY. Acesso em: 10. Jan. 2022

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Disponível em: bit.ly/3byKnMk. Acesso em: 10 jan. 2022

BRASIL. Ministério Público Federal. **MPF processa rádio e radialistas de Belém (PA) por discurso de ódio e xenofobia contra indígenas Warao.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-processa-radio-e-radialistas-de-belem-pa-por-discurso-de-odio-e-xenofobia-contra-indigenas-warao> Acesso em: 15. Julho. 2022.

CAVALCANTE, Osmundo de Araujo. **A Integração Rodoviária brasileira com a América do Sul:** O caso da Estrada do Pacífico Brasil-Peru. 145 p., 297 mm, (UnB-IH/GEA, Mestre, Gestão Ambiental e Territorial, 2015). Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas /Departamento de Geografia.

CAVALCANTI, Leonardo. A década de 2010 (2011-2020): Dinamismo e mudanças significativas no panorama migratório e de refúgio No Brasil. In: CAVALCANTI, L; Oliveira, T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional e Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: Obmigra, 2021.

CHILE. **Ley 21.325, de 11 de abril de 2021**. Institui a Ley de Migración y Extranjería. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1158549> Acesso em 01. Jul. 2022.

CIMI. Conselho indigenista Missionário. **Censo demográfico Warao no estado do Acre**. Rio Branco (AC): [s.ed.], 2021.

COSTA *et al.* Povo Warao Indígena Venezuelano no estado do Acre/Brasil: refúgio, sobrevivência, humanização das percepções e diferenças culturais. In: **Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes: navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade**. Francis Pontes Virginio (org.) , Instituto Migração, Gênero e Raça Editores. – São Paulo: Outras Expressões, 2022.

ELY, Lara. Exploração e mineração na Amazônia venezuelana. **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, (não paginado) 3 out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3A5C9p9>. Acesso em: 23 mai. 2022.

Estreita vitória de Maduro representa a melhor colocação da oposição desde a primeira eleição vencida por Chávez em 1999. **BCC (online)**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130414_venezuela_resultado_pu_dt. Acesso em 26 mai. 2022.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **Consulta sobre PIB per capita de países entre 2010 a 2021** Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPDPC@WEO/VEN/HTI> Acesso em: 06. Jan. 2022

FREITEZ, Anitza. La emigración desde Venezuela en la última década. **Revista Temas Coyunturales**, n. 63, p. 11-38, 2011.

FRÍAS, E. E. **El Warao en el Contexto Antillano: Ensayo Etnohistórico-Lingüístico-Arqueológico**. Dissertação (Maestría en Arqueología). Facultad de Arqueología, Centro de Estudios Avanzados, Puerto Rico y el Caribe. 2013.

GARCIA, Mariana Hansen.; CALVETE, Cássio da Silva. Colômbia, Brasil e Venezuela e os impactos no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 29, n. 85, p. 169-185, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108930>. Acesso em: 17 jun. 2022

GARCÍA-CASTRO, Álvaro; HEINEN, H, Dieter. Planificando el desastre ecológico: Impacto del cierre del caño Manamo para las comunidades indígenas y criollas del Delta Occidental (Delta del Orinoco, Venezuela). **Antropológica**, 91, Caracas, p. 31-56, 1999.

GARCIA-CASTRO, Álvaro. Mendicidad indígena: Los Warao Urbanos. **Boletín Antropológico** N° 48. Mérida. p. 79-90, 2000.

GARCÍA-CASTRO, Álvaro. Migración de indígenas Warao para formar barrios marginales en la periferia de ciudades de Guayana, Venezuela. In: REPRESA PERÉZ, F. (org.) **De Quito a Burgos: migraciones y ciudadanía**. Burgos: Gran Vía, 2006.

GARCIA-CASTRO, Alvaro. Un asentamiento mixto Warao/criollo en el delta del Orinoco (Venezuela): El “barrio” indígena como estrategia de supervivência. 2015, Salamanca, **Anais. X Congreso de Antropología Iberoamericana Salamanca**. Salamanca, 2015.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Trad. Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Estampa, 1977.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HEINEN, H, D; GÓMEZ, Roberto Lizarralde y Tirso. El abandono de un ecosistema: el caso de los Morichales del Delta del Orinoco. **Antropologica**, Caracas, p. 3-36, 1996.

HITNER, V. O esgotamento do modelo puntofijista e a ascensão de Chávez. **Revista Espaço Acadêmico**. n° 137. p. 45-54, 2012.

Juan Guaidó se declara presidente interino da Venezuela e é reconhecido por Brasil e EUA. **G1. Globo (online)** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/23/juan-guaido-presta-juramento-como-presidente-interino-da-venezuela.ghtml> Acesso em: 01. Jun. 2022

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas**: Crises e desafios da atualidade. / Paula Klachko; Katu Arkonada: Tradução de Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Abramo Perseu, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7 ed. [3. Reimp.]. São Paulo: Atlas, 2019.

LÉVY, Jacques. **Os novos espaços da mobilidade**. Tradução de Rogério Haesbaert e Sylvain Souchaud. Paris: Presses Universitaires de France. 2000.

LIMA, Marcelo Augusto Prudente. A Teoria da Maldição dos Recursos Naturais e a Nova Agenda de Pesquisa. Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI, **Anais do 3º Encontro Nacional da ABRI**, São Paulo, 2011.

MACEDO, Cláudia Adriana. **Imigrantes Haitianos no Brasil**: trajetórias e perspectivas. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Rio Branco, 2016. 97f.

Maduro vence eleição na Venezuela marcada por denúncias de fraude, boicote da oposição e alta abstenção. **G1.globo (online)** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/maduro-e-reeleito-presidente-da-venezuela-diz-conselho-eleitoral.ghtml> Acesso em 27 mai. 2022

MAGALHAES, Luís Felipe Aires. Migração de dependência: considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no brasil. In: BAENINGER, Rosana; *et al* (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª ed.).

MAMED, Leticia Helena. **Imigração caribenha e africana pela fronteira trinacional Peru-Bolívia-Brasil**: características, especificidades e repercussão social. Campinas: UNICAMP, 2016.

MAMED, Leticia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos cadernos NAEA**, Campinas - SP, v.18, n.1, p.33- 64, janeiro a junho.2015

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, SP: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATEO, Cristina; LEDEZMA, Thais. Los venezolanos como emigrantes. Estudio exploratorio en España. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, Universidad Central de Venezuela Caracas, Venezuela, v. 12, n° 2, p. 245-267, 2006.

MEDEIROS, Felipe. Operação Acolhida não cumpre promessa a refugiados venezuelanos. **Amazônia Real**. 28/10/2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/operacao-acolhida-nao-cumpre-promessa-a-refugiados-venezuelanos/#:~:text=Enquanto%20a%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Acolhida%20n%C3%A3o,algo%20para%20as%20fam%C3%ADlias%20comerem>. Acesso em 02. jan. 2023.

MOREIRA, Gabriel Boff. **Política Regional da Venezuela entre 1999 e 2012**: Petróleo, integração e relações com o Brasil. Brasília: FUNAG, 2018.

MOREIRA, Julia Bertino; BORBA, Janine Hadassa Oliveira Marques de. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.38, 1-20, e0137, 2021.

NIÑO, Edgar Andrés Londoño. Migração, Cidades e Fronteiras: a Migração Venezuelana nas Cidades Fronteiriças do Brasil e da Colômbia. **Revista Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 10, N.1, p. 51-67, 2020 53 ISSN 2237-3071 DOI: 10.36403/espacoaberto.2020.2995

NORONHA, Cláudia Lima Ayer de. Acesso dos imigrantes internacionais aos benefícios sociais: o que os dados do cadúnico informam. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional e Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: Obmigra, 2021

NORONHA, Cláudia Lima Ayer de. Pobreza e vulnerabilidade social entre os imigrantes internacionais registrados no cadúnico. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

NUNES, Maria. O fechamento das fronteiras terrestres amazônicas e impactos na mobilidade transnacional. **Revista Boletim regional, urbano e ambiental**, n°24, p. 39-46, 2020.

OLIVEIRA, Tadeu. A dinâmica demográfica de imigrantes e refugiados no Brasil da década de 2010. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma

década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional e Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: Obmigra, 2021

OPEP. ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. **OPEC annual statistical bulletin**, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3nvM1n8>. Acesso em: 10 mai. 2022

ORELLANO, Jorge. Derechos de los pueblos indígenas en Venezuela y el problema del reconocimiento. **Revista Anthropologica**, v. 34, n. 36, p. 113-148. 2016.

OIM. Organização Internacional das Migrações. **Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil** – Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações. 2018

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. OPEC annual statistical bulletin, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3nvM1n8>. Acesso em: 25 ma. 2022

OVF. Observatorio venezolano de finanzas. **Indicadores**. Disponível em: <https://observatoriodefianzas.com/> Acesso em: 18. Mar. 2022

PAREDES, Jesus Desiderio Nunez *et al.* Educação Escolar Indígena Warao: Práticas e desafios de uma Pedagogia Decolonial na Amazônia Paraense. **Caderno 4 Campos**, Belém, – PPGA/UFGA, Número II, p. 49-70, 2019.

PAULA, Elder Andrade de. **Capitalismo Verde e transgressões**. A Amazônia no espelho de Caliban. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

PEDROSO, Carolina Silva. A importância geopolítica da Venezuela no Século XXI. In: COSTA, Wanderley Messias da; GARCIA, Tatiana de Souza Leite (coord.). **América do Sul: geopolítica, arranjos regionais e relações internacionais**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. V.1, cap. 9, p. 233-249.

PEDROSO, Carolina Silva. **Entre o bolivarianismo e a adesão à hegemonia**: A relação de Venezuela e Estados Unidos durante o chavismo (1999-2013). 2018. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2018.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. A Revolução Bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: história e interpretações (1999-2013). In: **A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2013

PONTE, Karina Furini. da. A produção do espaço regional amazônico no contexto da internacionalização do capital: das commodities ao desenvolvimento sustentável. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, Presidente Prudente**, v. 18, n. 2, 2017. DOI: 10.33026/peg.v18i2.5137. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5137>. Acesso em: 26 dez. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. **Amazônia, Amazôniaas**. São Paulo: Contexto, 2001.

R4V. **Relatórios de Situação**. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/88846> Acesso em: 10. Fev. 2022

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, São Paulo v. 20, n. 57, p. 197-207, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10156>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA. 2020. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ).

ROSA, Marlise; PEIXOTO, Lana. **Percepções Warao sobre trabalho**: Suas Experiências, expectativas e potencialidades para inserção produtiva na região metropolitana de Belém (Pará). ROSA, Marlise; PEIXOTO, Lana (Orgs.). – Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil; Agência da ONU para Refugiados, 2022.

SANTOS, José Raimundo Torres dos. **Diáspora dos Índios Warao da Venezuela**. (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Boa Vista, 2019. 95f.

SANTOS, Milton. Por uma Epistemologia Existencial. In: LEMOS, A, I, G; SILVEIRA, M, L; ARROYO, M. **Questões Territoriais na América Latina**. São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales- CLACSO, 2006, p.19-26.

SEGURIDAD, JUSTICIA y PAZ. **La 50 ciudades más violentas del mundo de 2013 a 2021**. Disponível em: <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/seguridad?start=0> Acesso em 21. Mar. 2022

SILVA, Gustavo Junger da. Regionalização do refúgio na década de 2010(2011-2020): o Brasil diante da dinâmica intrarregional do refúgio na América Latina In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional e Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: Obmigra, 2021

SILVA, João Carlos Jarochinski. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. 2017, Caxambu (MG) **Anais**. 41º Encontro Anual da Anpocs [...] Caxambu (MG). 2017.

SILVA, João Carlos Jarochinski; PERES, Vítor Plácido dos Santos. Rentismo e Crise. **Textos e Debates**, Boa Vista, n° 34, p. 23-40, 2020.

SILVEIRA, Maria, Laura. Por uma teoria do Espaço Latino-Americano. In: LEMOS, A, I, G; SILVEIRA, M, L; ARROYO, M. **Questões Territoriais na América Latina**. 1.ed. São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales- CLACSO, 2006, p.19-26.

SIMÕES, André; HALLAK NETO, João. A inserção do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2011 e 2021. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

SIMÕES, André; HALLAK NETO, João. A inserção do imigrante no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2011 e 2020. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série

Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional e Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: Obmigra, 2021

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14. Ed.rev – São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, André Luiz Coelho Farias de. Instabilidade política e democracia na Venezuela – De Carlos Andrés Pérez a Hugo Chávez. **Boletim do Tempo Presente** - ISSN 1981-3384, nº 07, de 12 de 2013, p. 1 – 21. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente> Acesso: 23. Mai. 2022

SPÓSITO, Maria E. Beltrão. O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana. **Revista Geografia**, nº 10. São Paulo, UNESP, p. 1-18. 1991.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011

THOMAR JUNIOR. Antonio. Geografia do Trabalho por Inteiro. **Revista Pegada**, v. 19. n.2. p.06-56, 2018.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho!. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro. Vol.1, n.01, p.38-51, jan-jun, 2005.

VEGA, Iván de La. La Emigración intelectual en Venezuela: el caso de la ciencia y la tecnología Interciencia, **Revista Asociación Interciencia**, Caracas, Venezuela, v, 28, n 5, p. 259-267, 2003.

VENEZUELA. [Constituição (1999)]. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999**. Caracas: Ediciones de la Asamblea Nacional, [2009]. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2011/04/CONSTITUCION.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

VENEZUELA. Banco central de Venezuela. Variações no índice nacional de preços ao consumidor de 2011 A 2021. Variações Acumuladas. **Estatística**. Disponível em: <http://www.bcv.org.ve/estadisticas/consumidor> Acesso em 05. Mar. 2022

VENEZUELA. Instituto Nacional de Estadística (INE). **XIV Censo Nacional de Población y Vivienda de 2011**. Gerencia general de estadísticas demográficas. Caracas: INE, 2011.

VICARIATO APOSTÓLICO DE PUERTO MALDONALDO. **Comunicado**: Ante la llegada de cientos de migrantes a la frontera Brasil-Perú, exhortamos a una solución inmediata y evitar que se desencadene un grave conflicto social. Fevereiro, 2021, 1pp.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 19, n. 55, p. 153-172, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10100>. Acesso em: 17 jun. 2022.

VINHA, L, G, A; YAMAGUCHI, I, H, O. Migrações e educação: a inserção educacional dos migrantes e refugiados no Brasil. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional e Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: Obmigra, 2021

VITTO, William Adrian Clavijo.; ALMEIDA, Fagundes de Almeida. A Venezuela na geopolítica do petróleo norte-americano: uma análise à luz das novas realidades do mercado internacional de petróleo. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 68-88, 2020

XAVIER, Fernando César Costa. Direitos indígenas para imigrantes indígenas: o caso dos Warao no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 37, n. 2: p. 383-414, jul./dez. 2021